

Pontificia Universidade Católica de São Paulo
PUC/SP

Mukabi Misik Senga Pierre

A República estável nos *Discorsi* de Maquiavel

Doutorado em Filosofia

São Paulo
2023

Mukabi Misik Senga Pierre

A República estável nos *Discorsi* de Maquiavel.

Tese de Doutorado apresentada Banca Examinadora da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, como exigência parcial para obtenção do título de Doutor em Filosofia, sob a orientação do Prof. Dr. Antonio José Romera Valverde.

São Paulo

2023

Banca Examinadora

Prof. Dr. Antonio José Romera Valverde
(PUC-SP).

Prof. Dr. Luiz Carlos Bombassaro
(UFRGS)

Prof. DR. Marcelo Perine (PUC-SP)

Prof. Dr. Antonio Rago Filho (PUC-SP)

Prof. Dr. Nilo Henrique Neves dos Reis
(UEFS-BA).

Dedicatória.

À Memória dos meus Pais,

Mukabi Valère Ilunsang

E

Babe Nangwal Hubertine

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior- Brasil (CAPES) CODIGO DE FINANCIAMENTO 001, número do processo 88887.301697/2018-00

This study was financed in part by the Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES). CÓDIGO DE FINANCIAMENTO 001, process number 88887.301697/2018-00

Agradecimentos

Ao Professor Doutor Antonio José Romera Valverde, orientador do meu Mestrado em Filosofia e, gentilmente, aceitou instruir também esta tese de doutorado que se encerra, obrigado pela amizade, pela paciência e todas as correções. Deus lhe recompensará com mais lucidez e saúde.

Ao Professor Nilo Reis, obrigado pela contribuição significativa na indicação bibliográfica e pelo relevante apoio em apontamentos de correções durante a prova de qualificação.

Ao Professor Marcelo Perine, o meu muito obrigado pela leitura e pistas de orientação a fim de aperfeiçoar o texto também no decorrer da qualificação.

Aos professores do Departamento de Filosofia da PUC/SP que estiveram comigo durante o meu ciclo de formação acadêmica, meus agradecimentos.

Aos meus irmãos da família Mukabi, o meu agradecimento pelo apoio moral e espiritual, por todo o encorajamento a ir mais adiante, apesar das dificuldades do tempo e distância.

Aos meus colegas de filosofia, em especial, Eurico, meu muito obrigado pela colaboração.

A vocês, Walquiria Kesley Barcelos Gomes, pela amizade sincera e apoio, Edilson do Rosário Araújo e Maxsuel Santos, obrigado pelo suporte quando sempre precisei.

A Dona Maria Cristina B. Soares, pela amizade e toda assistência concedida a mim.

A Dona Maria Tinoco Faria, Dona Tereza e Senhor Francisco Frade, o meu reconhecimento e minha gratidão.

A Rosângela Maria Rosa, minha gratidão pelo apoio e acolhida, várias vezes, em São Paulo.

À Professora da UFES, Ilza Gobbi Passos, pela leitura do texto e correções gramaticais e português em geral.

Ao Professor Padre Ruan Coutinho, muito obrigado pela leitura e sugestões. Ao Padre Carlos Antonio Conceição pelo encorajamento a ir e olhar para frente e não desistir.

À Marcos Aurelio, assistente de coordenação de curso do Programa de Estudos Pós-Graduados em Filosofia, minha gratidão pela revisão, pela atenção ao texto e todo o cuidado dedicado ao acompanhamento do processo final com presteza sempre. Minha gratidão.

RESUMO

Esta tese tem como título “*República estável nos Discursos de Maquiavel*”. O objetivo desta pesquisa é encontrar as pistas que orientam para uma estabilidade da república a partir da leitura dos Discursos de Maquiavel. Partindo das condições geográficas de fundação e passando pela virtù dos fundadores, encontram-se outros elementos que corroboram para uma estabilidade. A religião dos romanos (Livro I cap. XIII-XV) foi importante aliado para manutenção e impor o respeito das leis. A religião tornou-se um instrumento muito forte para a estabilidade das instituições e finalmente para a estabilidade da república. É importante destacar o quanto a dinâmica dos conflitos políticos, causas das eventuais mudanças e responsável pela criação e conservação dos ordenamentos políticos, garantia das liberdades individuais e públicas, enfim das liberdades políticas em geral. Em todos os níveis, a corrupção se revelou ser uma barreira à estabilidade da república. Em suma, “*O Discurso de Maquiavel sobre Florença depois da morte de Lorenzo de Médici Junior*”, texto de 1519-1521, questiona sobre por que Florença nunca teve uma república estável? É com essa bela proposta de regime republicano em Florença que se encerra essa tese. A Florença mudou constantemente de governo porque nela jamais houve república ou principado com as qualidades necessárias. Enfim, a república mista se revelou ser uma opção para a estabilidade política daquela cidade.

Palavras Chaves: Maquiavel, República, Discursos, estabilidade, ordenamentos políticos.

ABSTRACT

This thesis is entitled “Stable Republic in Machiavelli's Discursos”. The objective of this research is to find, from the reading of Machiavelli's Discourses, the clues that guide towards a stability of the republic. Starting from the geographic conditions of foundation, and going through the virtù of the founders, there are other elements that corroborate for stability. The religion of the Romans (Book I chap. XIII-XV) was an important ally for the maintenance and enforcement of laws. Religion became a very strong instrument for the stability of institutions and ultimately the stability of the republic. It is important to highlight the extent to which the dynamics of political conflicts, causes of eventual changes, are responsible for the creation and conservation of political orders, the guarantee of individual and public freedoms, in short, of political freedoms in general. Corruption at all levels proved to be a barrier to the stability of the republic. Finally, “Machiavelli's Speech on Florence after the death of Lorenzo de Médici Junior”, a text from 1519-1521 that questions why Florence never had a stable republic? This is a beautiful proposal for a republican regime in Florence that closes this thesis. Florence constantly changed governments because there was never a republic or a principality with the necessary qualities. Finally, the mixed republic proved to be an option for political stability in the city.

Keywords: Machiavelli, Republic, Discourses, stability, political orders.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	13
PRIMEIRA PARTE.....	25
CAPÍTULO I: PRINCIPIOS E FUNDAMENTOS DE REPÚBLICAS NOS DISCURSOS DE MAQUIAVEL	25
1.0 OS PRÍNCIPIOS E FUNDAMENTOS DA CIDADE DE ROMA.....	30
1.1 ANÁLISE DE TIPOS DE REPÚBLICAS E EM ESPECIAL A REPÚBLICA DE ROMA	35
1.2 A CIRCULARIDADE DE REGIMES EM MAQUIAVEL.....	37
1.3 O GOVERNO MISTO E A ESTABILIDADE EM POLÍBIO	41
1.4 REGIME MISTO E A ESTABILIDADE DE GOVERNO EM POLÍBIO E EM ARISTÓTELES...	48
CAPITULO II: VIRTÙ E FORTUNA NOS DISCURSOS DE MAQUIAVEL	67
2.1 VIRTÙ E A FORTUNA NO PRÍNCIPE	69
2.2 VIRTÙ E FORTUNA, QUESTÃO DE DETERMINAÇÃO E INDETERMINAÇÃO DA POLÍTICA.	71
2.3 A VIRTÙ POLÍTICA E SUAS MANIFESTAÇÕES.....	76
2.4. FORTUNA COMO FATOR DE APOIO A VIRTÙ.....	78
2.5. DA NATUREZA DA FORTUNA	80
2.6. A VIRTÙ E A PRUDÊNCIA OUSADA.....	81
CAPÍTULO III: OS CONFLITOS E OS ORDENAMENTOS REPUBLICANOS: A CRIAÇÃO DOS TRIBUNOS DA PLEBE.	85
CAPÍTULO IV: A RELIGIÃO, SUA IMPORTÂNCIA E A ESTABILIDADE DA REPÚBLICA	96
4.1. A RELIGIÃO COMO ATO CÍVICO E DA PROSPERIDADE DO POVO.....	102

4.2. A ESTABILIDADE DA REPÚBLICA E O ASPECTO RITUAL.....	104
4.3. O ESPLendor E A VIVACIDADE DAS CERIMÔNIAS RELIGIOSAS ANTIGAS	105
4.4. MAQUIAVEL E A RELIGIÃO CATÓLICA APOSTÓLICA ROMANA.....	108
CONSIDERAÇÕES SOBRE A PRIMEIRA PARTE DESTA PESQUISA.....	113
SEGUNDA PARTE: A CORRUPÇÃO E LIBERDADE EM DISCURSOS	116
INTRODUÇÃO	116
CAPÍTULO PRIMEIRO: UMA SINTÉTICA ANÁLISE DA CORRUPÇÃO NOS DISCURSOS DE MAQUIAVEL.....	117
1.1 A CORRUPÇÃO DO POVO	126
1.2 A CORRUPÇÃO NOS ORDENAMENTOS POLÍTICOS	131
1.3 A CONSERVAÇÃO DO ESTADO LIVRE EM CIDADES CORROMPIDAS	138
1.4 CONSIDERAÇÕES FINAIS SOBRE A CORRUPÇÃO NECESSÁRIA E A SOLUÇÃO QUE SEJA POSSÍVEL	152
CAPÍTULO II: A LIBERDADE NOS DISCURSOS DE MAQUIAVEL .	157
2.1 A LIBERDADE E O HUMANISMO RENASCENTISTA ITALIANO	158
2.2 Os HUMANISTAS, A RELAÇÃO COM DEUS E AS CIÊNCIAS.	160
2.3. O HUMANISMO CÍVICO E A LIBERDADE NAS CIDADES-ESTADOS.	162
2.4 UMA BREVE PERSPECTIVA DA VISÃO DE CONTINUIDADE EM QUENTIN SKINNER	164
2.5 JOHN POCKOCK, A TESE DA RUPTURA MITIGADA E A LIBERDADE	169
2.6. LIBERDADE EM MAQUIAVEL E AS FUNDAÇÕES DAS REPÚBLICAS.....	176
2.7 A LIBERDADE E A PRÁTICA DA RELIGIÃO COMO INSTRUMENTO DE ORGANIZAÇÃO E MANUTENÇÃO DO ESTADO OU DA REPÚBLICA.....	182
2.8 O PONTO CENTRAL DA LIBERDADE NOS DISCURSOS	186
2.9 A LIBERDADE E O IDEAL REPUBLICANO NOS DISCURSOS.....	190
CAPÍTULO III: SOBRE A DEFESA DO ESTADO, AS CONQUISTAS E A EXPANSÃO TERRITORIAL COM USO DE ARMAS E DAS MILÍCIAS	199

CAPÍTULO IV: COMPLEMENTAR SOBRE A PROPOSTA DE UMA REPÚBLICA ESTÁVEL EM FLORENÇA POR MAQUIAVEL: UMA RELEITURA DO “DISCURSUS FLORENTINARUM RERUM POST MORTEM IUNIORIS LAURENTII MEDICES” DE MAQUIAVEL.....	208
4.1 O GOVERNO DE MESSER MASO DEGLI ALBIZZI (GONFALONEIRO EM 1393).....	211
4.2 A ELEIÇÃO DE REPRESENTANTES	212
4.3 O QUE FOI O GOVERNO DE CÓSIMO: UMA REPÚBLICA OU UM PRINCIPADO?	213
4.4 PERÍODO DA REPÚBLICA EM FLORENÇA	213
4.5. REPÚBLICA, COMO A PROPOSTA IDEAL DE FORMA DE GOVERNO PARA FLORENÇA.....	216
4.6. PROPOSTA DE ORDENAMENTO JURÍDICO E MUDANÇAS NA MAGISTRATURA.....	218
4.7 ELEIÇÃO, ESCRUTINO E A PARTICIPAÇÃO DO POVO.....	222
4.8. UM ÓRGÃO DE APELAÇÃO: INSTANTE DE JUSTIÇA	223
CONSIDERAÇÕES FINAIS.	224
CONCLUSÃO GERAL	226
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	228

Introdução

Durante o mestrado em Filosofia, estudei e me debrucei bastante no estudo da obra “O Príncipe” e, em especial, na obra de *Innocent Gentillet “L’Anti-Machiavel”*¹. Para o doutorado, estudei e pesquisei os *Discursos sopra la prima deca de Tito Livio*, obra complexa a qual trabalha com diversos problemas políticos e da ação política, compostos pela reflexão maquiaveliana, desde a fundação das cidades, o conflito natural da política, a República Romana antiga como modelo do alcance de perfeição e de estabilidade política, a distinção de *humores* dos Grandes e do Povo; as diversas instituições republicanas como o senado, os cônsules e os tribunos da plebe; o papel da denúncia pública e da ditadura; a *virtù* dos homens públicos e a do povo; a desunião entre a plebe e o senado, dentre outras.

De certa maneira, a estabilidade política dependeria da tomada de decisões corretas pelos homens públicos romanos, a partir de identificarem e saberem lidar com os humores contrários. Esse ponto é significativo nesta obra em lide de Maquiavel, para trocarem o regime monárquico pelo republicano e, aos poucos, irem aperfeiçoando-o até o ponto de criarem os tribunos da plebe como parte da explicitação do conflito político natural da sociedade – qualquer sociedade – de modo a equilibrar as forças em jogo no campo da ação política entre aristocratas antigos proprietários, reconhecidos como “pais da Pátria” ou patrícios, e a Plebe a qual lutou para participar das decisões políticas e ter distinguido a sua importância no jogo da conservação da República Romana.

É evidente que, para bom número de estudiosos da obra de Maquiavel, para compreensão do problema político do regime “república”, em sua obra, é necessário compreender o contexto sócio-político-filosófico florentino e Italiano do final do século XV e início do XVI, em que Maquiavel e sua obra floresceram.

Almeida Junior, José Benedito de (2021, p.72) comenta as motivações de Tito Livio ao escrever a sua história e, conseqüentemente, fala dos objetivos históricos de Maquiavel em escrever os livros, conforme o texto que segue:

¹ Obra escrita por Innocent Gentillet, Jurisconsulto protestante (Huguenote) suíço em Genebra no ano de 1576 para opor-se aos projetos e ensinamentos de Maquiavel, denunciando por esse meio um espírito considerado por ele ditatorial e tirânico.

O objetivo de Tito Livio não era escrever a história para informar os seus concidadãos sobre Roma como se fosse mera erudição, mas para formar novas gerações mais comprometidas “com a grandeza de Roma. Do mesmo modo, Maquiavel, em seus Discursos, seguirá o exemplo de Tito Livio e não escreverá uma obra de mera erudição; seu objetivo é inspirar seus contemporâneos a resgatarem antigos valores e fortalecerem novamente a Itália face aos bárbaros estrangeiros que, se não dominavam seus territórios, influenciavam sua política interna e lhe constrangiam a liberdade. É disto que se trata quando se volta a história para melhor conhecer as circunstâncias que permitiram a Maquiavel escrever as suas principais obras, *Discursos sobre primeira década de Tito Lívio e O Príncipe*”. Este, ao refletir sobre o papel do novo modelo de chefe político, o príncipe, até a indicação de sua ação política na Itália, de modo a permitir a unificação dela. O primeiro, obra expandida, tendo como pano de fundo a compreensão dos acertos políticos dos romanos antigos em vista das dificuldades e equívocos dos contemporâneos florentinos em firmar princípios norteadores para as instituições políticas tão combalidas.

Assim, o problema que norteou o início da pesquisa foi a seguinte pergunta: “que padrão de regime político republicano, na forma de uma república estável, pôde ser construído “a luz do pensamento filosófico do Secretário Florentino”. Agora, na forma de tese, apresento o resultado daquela investigação, expondo ao leitor as minhas considerações².

Outras indagações surgiram no decurso do empreendimento, notadamente, qual era o juízo de Maquiavel a respeito da estrutura das instituições políticas? De que forma entendia a República Romana? Como seu senado, dois cônsules e tribunos da plebe poderiam ser modelos para sua frágil Florença? Como tais exemplos inspirariam os atores políticos a criar uma república estável? Outra pergunta que me veio durante a pesquisa era saber se tais formulações eram úteis para os tempos atuais, principalmente, em países com instituições políticas não consolidadas pelas suas débeis Constituições? Essa me parece uma autêntica inquietação filosófico-política. De qualquer modo ou aspecto que se analise, a leitura de Maquiavel poderia oferecer uma real contribuição à participação do cidadão contemporâneo na gestão pública? E como identificar os conflitos positivos para engrandecer a pátria dos que são maléficos? Quem

² Por eu ter nascido no Congo, de modo lateral e extra pesquisa acadêmica, ao estudar a estabilidade da República Romana antiga, afirmo que tenho interesse em compreender o fenômeno político desordenado e desordenador, gerador de múltiplos impasses no Congo e em grande parte dos países africanos, em vista da herança colonial e de fatores ligados à independência recente. Interesse para o qual o estudo da filosofia política maquiaveliana pode lançar luzes.

são os novos e atuais *condottieri* em conflitos nos países sem armas e sem exércitos próprios e fortes? Tais questões que me acompanharam enquanto pensava e escrevia esta tese.

MAQUIAVEL E O SEU TEMPO

Para melhor entendermos e compreendermos os escritos de Maquiavel, em especial, “*Os DISCURSOS*” e “*O PRÍNCIPE*”, somos obrigados a ter um olhar mais atencioso sobre a Itália daquele tempo, sua história, os sentimentos tanto de identidade cultural e a preservação de sua herança histórica que deriva do antigo Império Romano.

Para Amaral (1998, p. 193), Maquiavel foi um homem do Renascimento no sentido pleno do tempo do Renascimento. Época de uma Itália renascentista em crise, pois, em meados do século XV, a Europa entrou numa nova fase histórica – a do Renascimento – que deu início à Idade Moderna.

Naquela época, “percebeu-se uma atenuação forte do espírito religioso, próprio da Idade Média”. Consequente, mas não mecânica, houve uma acentuação do humanismo e o reaparecimento de valores profanos pelo resgate de valores da cultura greco-romana. E o poder civil foi afirmado contrariamente ao poder do sacerdotalismo medieval e da Igreja. Na esfera da política e da administração público, houve uma tendência à centralização do poder real, como foi o caso da França. Surgiram as grandes monarquias europeias na época.

A Itália de Maquiavel foi uma época que vivia turbulências políticas, dentre as quais a tirania e os despotismos foram a moeda corrente. Por não ter sido ainda unificada, a Itália não tinha “ordenamentos políticos” distintos, como exemplo de repúblicas, estados pontifícios e principados.

Muitos príncipes não tinham tradição nem pertenciam a uma linhagem sucessória, porém chegavam ao poder pelas armas e, às vezes, pelas armas alheias governavam. Assim, a maioria dos príncipes tinha o seu poder contestado por ser ilegítimo e não como Maquiavel estudou em “*O Príncipe*”. A situação gerava contestações e instabilidades, porque muitos dos príncipes novos não tinham experiência administrativa e se encontravam diante de territórios imensos e complexos. O Professor José Benedito de Almeida Junior³” (2021, p.24) no “*Como ler Maquiavel: a arte da Política* comenta:

³ Almeida Júnior, José Benedito de. “Como ler Maquiavel: a arte da Política, Ed. Paulus.2021 São Paulo, p.24

A administração de um Estado, desde a antiguidade até os nossos dias, sempre é algo bastante grandioso, independentemente de sua dimensão territorial. Isto por causa da complexidade das finanças das instituições públicas, das relações de interesse entre público e privado, mas também por causa dos motivos econômicos e das disputas de poder que provocam os jogos políticos

Naquele contexto, as mentes mais hábeis e astuciosas foram as que se sobressaíram. A atuação mais rápida e precisa dos atores políticos e governantes contra seus adversários virou regra do jogo, mesmo se fosse preciso esmagar os inimigos e adversários. Maquiavel nasceu em uma época tumultuada, em que as coisas eram imprevisíveis. O uso da força militar era o meio mais adequado para a ascensão ao poder, que gerava dificuldades de manutenção do poder e para a ação política. Mas, para o caso de um Estado que não dispusesse um exército próprio ou não podendo formar e financiar um exército patriótico, alguns príncipes fizeram recurso às milícias próprias ou mercenárias. Os *condottieri*, *chefes de bandoleiros ou de soldados mercenários na Itália*, que se mostraram hábeis, sendo os que mais vendiam os serviços de milícias, ou seja, mil homens a serviço por soldi (remuneração), todavia para o florentino era preferível que fossem mil cidadãos soldados lutando por amor à pátria. Para ser mais explícito, o termo milícia era uma designação genérica das organizações militares, porém, em strito sensu, era usado para se referir a grupos organizados de cidadãos comuns armados. No Livro (O Príncipe, Cap. XII) Maquiavel escreve a esse respeito:

“As tropas com que um príncipe defende o seu estado são ou próprias ou mercenárias ou auxiliares ou, ainda mistas. As mercenárias e auxiliares são inúteis e perigosas”. Por tropas auxiliares, entende-se que são as emprestadas de um estado para outro. No Capítulo XIII de O Príncipe, Maquiavel escreve no capítulo XIII do *Príncipe que*: “As tropas auxiliares, outro tipo de armas inúteis, são as que um príncipe pede emprestadas a outro poderoso para o virem ajudar e defender. Assim fez em tempo recente o Papa Júlio II, o qual, após os tristes resultados colhidos com as tropas mercenária na campanha de ferrara, decidiu-se pelas auxiliares e obteve a ajuda dos exércitos de Fernando, rei da Espanha”. Os “Condottieri” era a expressão italiana, quem de “*condotta*”, que significa o que conduz, assim, *condotta* era um homem contratado para o trabalho, no caso para o serviço militar. Na Itália, dos séculos XIV e XVI, os *condottieri* foram chamados de líderes das unidades militares subordinadas aos governantes ou às cidades.

A maioria dessas unidades militares era conduzida, principalmente, por estrangeiros, pois cada uma dessas unidades procurava acertar-se com quem quisesse contratá-los. Entre *condottieri* havia muitos aventureiros e gananciosos. Acontecia que algum *condottieri* podia chantagear seu empregador, entregando-o ao seu adversário depois de receber o dinheiro pelo

seu trabalho. A profissão de um mercenário existia desde os tempos antigos. Durante o período dos séculos XIV ao século XVII, era extremamente comum contratar mercenários. Os *Condottieri* tomaram grande parte nas guerras da Europa naquele momento da época de Maquiavel como bem antes. Eles conseguiram mesmo se fazer príncipes.

Todavia quem não podia pagar por esses serviços, no caso dos pequenos estados ou principados, o último recurso era entregar as armas aos cidadãos.

Me pergunta se hoje realmente valeria a pena entregar as armas ao povo não treinado, ou seria melhor formar e treinar um exército nacional e patriótico? Maquiavel tentou, em 1512, entregar as armas ao povo quando as tropas espanholas invadiram a Florença, porém o povo não acostumado com manejo das armas não teve sucesso. A geografia política dos principados, quer dizer, as fronteiras dos pequenos estados estavam sendo alteradas constantemente por consequência das guerras ou dos assassinatos dos príncipes reinantes. O professor José Benedito (2021, p.31) explica:

Os jogos políticos ocorrem em todas as nações, tanto de ponto de vista interno, quanto do ponto de vista de sua relação com as potências estrangeiras. Com a Itália não poderia ser diferente, porém há questões específicas de cada realidade política que interessam aos estudiosos. No caso da Itália, chama-nos a atenção o fato de que grandes nações unificaram seus territórios, como a Espanha e a França, e isto seria uma aspiração de Maquiavel para a Itália. Havia outras nações também nesse processo, mas territorialmente não tinham a presença destas últimas. Por outro lado, uma peculiaridade da Itália era o fato de nenhuma cidade possuir tropas próprias, dependendo sempre da contratação de tropas mercenárias ou das forças militares estrangeiras.

Esta situação da Itália reflete-se também em Florença do Jovem Maquiavel. É nesse contexto que Maquiavel ascende às funções políticas pela primeira vez.

A Itália, como mencionada acima, era um aglomerado de estados autônomos. A situação contrasta com a Europa Ocidental formada por estados em vias de tornarem-se estáveis, com poder centralizado, como a França. Assim, como quer Antônio Gramsci:

“é necessário considerar Maquiavel como expressão necessária do seu tempo e estreitamente ligado às condições e às exigências de sua época, que resultam: 1) das lutas internas da república florentina e da estrutura particular do Estado que não sabia libertar-se dos resíduos comunais-municipais, isto é, de uma forma estorvante de feudalismo; 2) das lutas entre os Estados italianos por um equilíbrio no âmbito italiano, que era dificultado pela existência do papado e dos outros resíduos feudais, municipalistas, da forma estatal urbana e não

territorial, e 3) das lutas dos Estados italianos mais ou menos solidários por um equilíbrio europeu...”⁴

Muitos poderiam se perguntar o porquê do interesse nesse tema de estabilidade de república, ou mais ainda, o que justificaria esse ardente desejo para a política de Maquiavel? Eu respondo em poucas palavras que o pensamento político de Maquiavel parece ser inesgotável e atual. O espírito do Renascimento foi um humanismo cívico que promoveu ruptura e passagem com clericalismo, que se tornou não só um poder espiritual importante durante a Idade Média, mas uma força política em que os papas e bispos detinham o poder espiritual e, conseqüentemente, mantinham uma grande influência nas decisões dos governantes. O humanismo cívico foi o movimento renascentista que, *grosso modo*, colocou o homem no centro da cultura, como responsável das suas decisões sem interferência do poder religioso e divino. Um movimento que valoriza a tomada de decisões, baseando-se na capacidade racional e não mais na fé, como ocorrera durante a Idade Média.

Maquiavel prefere a abordagem do realismo político que se caracteriza pela ideia de que os homens são egoístas e o móvel de sua ação é o interesse pessoal (ou da sua facção) ao invés das descrições de estados e homens perfeitos vivendo em concórdia. Para o florentino, na defesa de seus interesses é preciso acumular poder militar e econômico para vencer os óbices que se apresentar ao ordenamento civil e, por fim, tem a convicção de que a ideia de paz é sempre uma situação provisória, pronta a se romper a qualquer momento, motivo pelo qual Maquiavel defendia que o ator político estivesse sempre treinando para a guerra. Essa ideia do realismo político vem de Tucídides, na *Guerra do Peloponeso*, porém sua marca expressa foi exposta pelo florentino, no capítulo XV, de *O Príncipe*, e, no século XX, por Edward H. Carr e Hans Morgenthau, no final de 1930, com *Vinte anos de crise* e, em 1948, com *A Política entre as nações*, respectivamente na cidade.

MAQUIAVEL, HOMEM QUE INOVOU O PENSAMENTO POLÍTICO DO SEU TEMPO

“Com um olhar sobre a maneira de como os governantes hereditários administravam os seus territórios e apontou como os governantes dos territórios mistos usavam da violência para conquistar novos territórios. E, também, como fizeram para conservar os territórios adquiridos.

⁴ Gramsci, A., *Maquiavel, a política e o Estado Moderno*, 7ª edição, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 1989, p.15.

Maquiavel como “homem do seu tempo” pretende trabalhar sobre os principados hereditários e os novos. No mesmo tempo, vale ressaltar que, a partir da invasão francesa de 1494, a Itália de Maquiavel atravessou uma época de guerras constantes que geraram a princípio uma crise geral em toda a Europa”. Então, em que consiste a atualidade de Maquiavel neste caso? A atualidade de Maquiavel seria, segundo o filósofo italiano Fabio Frosini⁵, a “atualidade das questões práticas que o secretário florentino quis enfrentar” nesse contexto e que, de alguma forma, permaneceram ainda em aberto nos séculos seguintes. Essa atualidade se ligaria ao “processo tormentoso do nascimento do Estado moderno absoluto, que é um Estado nacional” em sua relação difícil com o “grande fenômeno moderno da nacionalização das massas populares” no contexto europeu (FROSINI. 2001. p.13). Todavia, com Maquiavel, a política estava secularizada. A reflexão política não era mais submetida a uma análise moral cristã. Há claramente uma desvinculação da concepção medieval da política como do posicionamento normativo grego antigo. Maquiavel não esteve interessado em saber como deveria ser um bom governante. Governar a partir de normas tidas como universais não interessou a Maquiavel. Ao escrever os *Discursos*, Maquiavel teve um propósito bem definido e pensado como bem ilustra Leo Strauss (2015, p.112):

O propósito dos *Discursos* não é simplesmente trazer a luz aos antigos modos e ordens, mas, sobretudo, provar que eles podem ser imitados pelo homem moderno. A empresa de Maquiavel requer, portanto, o conhecimento das coisas modernas tanto quanto das coisas antigas.

A teoria política de Maquiavel parte da observação do fato da política, mas não desconsidera o passado como um laboratório, principalmente do profundo conhecimento da natureza humana, de um fato da política ocorrido, por exemplo, como agiu determinado governante e como se comportaram os cidadãos perante uma determinada situação. Pois, para Maquiavel, a política se desenha em um campo em que se confrontam forças e interesses antagônicos de grupos sociais na forma de “lutas de mando de classes”. Assim, a estabilidade política não significa ausência dos conflitos⁶. O reconhecimento da presença constante de

⁵ Fabio Frosini é professor de filosofia na Universidade de Urbino (Itália). Pesquisador e especialista no pensamento político e filosófico do período do Renascimento (-FROSINI, Fabio., *Contingenza e verità della politica: due studi su Machiavelli* Roma, (2001) Ed. Kappa) e tem sido responsável por uma importante contribuição em um contexto de renovação dos estudos sobre o pensamento de Antonio Gramsci na Itália e internacionalmente. Tem vários livros publicados e a maioria em italiano.

⁶ O conflito pensado por Maquiavel e interpretado por Lefort (1986, p.473-476) cuja mola é a oposição entre dois desejos – dos Grandes em dominar e do Povo em não ser dominado, pode ser entendido como originário, ou seja, como uma relação que simultaneamente define e dilacera uma sociedade política. Esta sociedade, então, funda-se sobre uma divisão originária de desejos, apetites e demandas que estão em busca de solução, o que quer dizer que

conflitos faz parte do jogo político e “neles busca-se o equilíbrio possível a cada momento”. O pensamento político de Maquiavel enfrentou, criticamente, a corrente da concepção histórica que pensa como se a história fosse cíclica e os regimes políticos puros estivessem destinados ao fracasso, sucessivamente. O professor Sérgio Cardoso⁷ escreve sobre as lições das histórias florentinas, aponta para a importância e a utilidade pragmática da história e colabora com o pensamento de Maquiavel:

Que venham, então, as lições da história! Pois, sabem todos, desde Políbio, que a história a carrega uma intenção pragmática. Além de proporcionar prazer — sobretudo em um tempo tomado de entusiasmo pelo passado e pelo ‘despertar das letras e das artes’ — ela também pretende ensinar; pretende ter utilidade para aqueles leitores ciosos da superioridade da ‘vita ativa et civile’ e diretamente implicados na ação política. E podemos lembrar que, para os homens de cultura do tempo, moldados pela formação dos studia humanitatis, a história é arte; ela integra (juntamente com a gramática, poesia, retórica e filosofia moral) o novo currículo das artes liberais. E, como arte, disposição para produzir algo — “acompanhada de um logos verdadeiro”, como assinala Aristóteles —, a história quer ser produtiva, eficaz. São bem conhecidos por Maquiavel e seus contemporâneos os ensinamentos do filósofo: “a arte nasce — ele diz — quando de muitas experiências surge uma noção universal (katholou) concernente aos casos semelhantes” (Aristóteles, *Metafísica*, 981a, 24b6); ela provém da experiência, da memória de muitos acontecimentos de um determinado tipo, quando se destaca destes conhecimentos empíricos um universal, um saber que configura uma ‘causa’ e oferece ao artista um “porquê” que o habilita a produzir ou evitar um certo efeito.

Maquiavel supera aquela concepção cíclica e destaca a República Romana como sendo a capaz de superar pela junção dos três regimes puros – monarquia, aristocracia e democracia – na forma da república popular, a fatalidade da afirmação, auge e declínio de cada um dos regimes. Toda consideração feita, temos de nos perguntar se de fato Maquiavel teve contato direto ou indiretamente com as obras de Políbio. Por enquanto, não há nada que indica esse contato de leitura.

Portanto, “A questão do acesso do florentino ao livro VI de Políbio foi suscitada, inicialmente, como parte do debate relativo à datação, composição e estruturação dos Discursos, promovido pela edição crítica de Leslie J. Walker de 1950, bem como pelo seminal estudo de Felix Gilbert de 1953.¹² Valendo-se de elementos circunstanciais, filosóficos e históricos, J. H. Hexter esposou a tese, conciliável com os achados de Gilbert (como demonstrou Hans Baron¹³), segundo a qual Maquiavel teria tido acesso à tradução latina do livro VI realizada

a gênese do espaço político deixa de ser buscada em uma ordem divina, natural, para enraizar-se na relação social como produto da ação humana.

⁷ Cardoso, Sérgio. Maquiavel: in *Maquiavel, lições das histórias florentinas* 1- Revistas.usp.br “Discurso” 2018, p.126 <https://revista.usp.br/article>, acessado em 03 de novembro 2022

pelo estudioso grego Janus Lascaris e disponibilizada aos jovens dos Orti Oricellari em alguma de suas visitas a Florença entre 1515 e 1517.¹⁴ Esta teoria foi duramente criticada por J. H. Whitfield, em 1958, por portar um traço conjectural – Hexter reconhece *não haver provas* diretas de um encontro entre Maquiavel e Lascaris e promete **analisar dois** fragmentos latinos oriundos da Biblioteca Apostólica Vaticana em trabalho que não é realizado. Por outro lado, Whitfield lembrou da circulação de outras versões do livro VI: os manuscritos encontrados na biblioteca dos Médici, os do catálogo de A. M. Bandini (com um registro datado de 1417, anterior aos *Commentaria*), e a versão presente em Pietro Crinito em *De honesta disciplina*, impressa por Phillippus Giunta, em Florença, no ano de 1504⁸.

Podemos perceber uma grande aproximação entre as duas teorias: de um lado, as mudanças de regimes em Políbio no livro sexto das *Histórias* e, de outro lado, a visão e as teorias políticas de Maquiavel nos *Discursos*. O regime misto pareceu ser o mais estável ao Florentino, conhecedor da *História*, de *Políbio*, mas firmado na obra histórica de Tito Lívio, *História de Roma*, escrita no tempo dos primeiros indícios da fragilidade da República Romana, dada a corrupção dos costumes e os questionamentos dos fins republicanos.

Porém, para Maquiavel, o homem tem sido o mesmo em sua natureza ao longo dos anos e da História. E História se reveste de caráter de mestra dos homens, a que educa.

Pelo conhecimento da História, está favorecida aos homens a possibilidade de não repetição dos mesmos erros do passado. Portanto, o referido filósofo busca na História como que o fundamento para a análise dos “fatos da política”, sobretudo, daqueles em que os governantes conseguiram superar as dificuldades políticas em sua especificidade, em cada caso particular.

Maquiavel interessa-se pelos fatos políticos, desde uma nova concepção moral e ética, guiada pelos fins do bem público e não do privado como os fins propostos pela religião.

A política em Maquiavel carrega o enfoque “utilitarista⁹”, sem a conotação da ética utilitarista¹⁰ criada posteriormente, que vem da necessidade renascentista de pensar o mundo

⁸ WHITFIELD, “*Discourses on Machiavelli VII Gilbert, Hexter and Baron*”, p. 36

⁹ Uma visão política utilitarista em Maquiavel é uma visão de uma política que visa um determinado resultado prático. Um agir político com o fim favorável para a administração é utilitarista.

¹⁰ Utilitarismo é uma corrente filosófica que foi criada no século XVIII pelos filósofos britânicos Jeremy Bentham (1748-1832) e John Stuart Mill (1806-1873). É um sistema filosófico moral e ético onde uma ação útil é denominada como a mais correta e daí surge seu nome. Nesse viés, a busca pelo prazer é uma importante característica. Portanto, as ações almejam um fim onde as consequências sejam focadas no prazer e na felicidade,

de modo novo. Trata-se do fundamento da “verdade efetiva das coisas¹¹”, em vista do fato político no âmbito do olhar do governante e da população, daquilo que convém para o bem-estar do seu povo e da estabilidade política. Ele trata da verdade efetiva na abertura do capítulo XV de *O príncipe*: “sendo minha intenção escrever coisa útil a quem a entende (*a chi la intende*), pareceu-me mais conveniente seguir (*andare drieto*) a verdade efetiva da coisa do que a imaginação desta”. A frase supracitada levantou várias questões, como por exemplo, contra quem estaria o secretário florentino dirigindo sua crítica, se haveria quem preferisse a imaginação à verdade efetiva.

A resposta mais provável é que se trataria de uma recusa a utopia platônica de uma república ideal, isto se justifica consequentemente em relação à frase do mesmo capítulo que segue dizendo: “*e muitos imaginaram repúblicas e principados que nunca foram vistos nem conhecidos de verdade*” (*O príncipe XV*).

Outra alternativa de que Maquiavel estaria falando seria o projeto restaurador do frei Jerônimo Savonarola que pretendeu elevar a cidade de Florença a um ideal de Jerusalém Celeste utilizando como base a sua reforma moral. Essa possibilidade gerou muita confusão e muita desordem naquela cidade. Afinal, não será questão como pretendia Savonarola de empreender uma educação moral para estabelecer uma educação moral a fim de criar condições de uma cidade ideal que sairia fora das necessidades e viveria a plena liberdade. Seria um delírio pretender mudar os homens ou tentar criar politicamente um homem novo. De fato, Maquiavel se opõe à alternativa ou via pensada por Savonarola e pretende partir da *verità effettuale* para instituir um *vivere civile*¹² no qual todos estão igualmente submetidos à única autoridade do príncipe.

bem como na utilidade desses atos. E assim, ela investiga as ações e os resultados que proporcionam bem-estar aos seres sencientes, ou seja, aqueles que de forma consciente possuem sentimentos.

¹¹ Verdade efetiva das coisas sugere a ideia de uma atividade própria à verdade que produziria os efeitos. Enquanto em francês existem os dois termos correspondentes ao italiano (*effettuale* = *effectuelle*; *effettivo* = *effective*), na língua portuguesa dispomos apenas do termo efetivo para traduzir os dois termos italianos. Verdades efetivas são traços humanos que são comuns a toda sociedade presentes em cada época humana e imutáveis em todas elas. Essas verdades possuem aquilo que chamamos de *Virtù*. A *Virtù* possibilita o domínio sobre a Fortuna. Esta é atraída pela coragem do homem que possui *Virtù*. Por isso a verdade sempre nos levará a um bem em comum a todos os homens.

¹² “*Vivere civile*” ou “*pubblico*” é em Maquiavel normalmente expressão genérica para indicar o *vivere* em Estado, seja na forma republicana ou monárquica onde os cidadãos têm a garantia do exercício da sua cidadania e da sua liberdade.

Há uma terceira possibilidade que faz uma análise desta crítica de Maquiavel o qual estaria com uma crítica dura a todos aqueles que valorizam mais a imaginação que a verdade efetiva, estaria olhando para os que pretendiam fundar os princípios de governos sobre bases de regras morais. A leitura da citação em análise mostra como ele quis se opor àquela tradição. De fato, mostra que a oposição entre a “verdade efetiva” e “imaginação” conduz a oposição entre “como se vive” e “como se devia viver”, ou ainda, quem despreza “o que se faz” pelo que “se deveria fazer” (Príncipe XV). Há uma distância bem maior entre a imaginação e aquilo que se vive. Aquilo que se vive é concreto, prático e pode ser provado, pelo contrário, aquilo que se imagina é simplesmente um não acontecimento, um devir que ainda não oferece garantia prática.

Portanto, sem eliminar as tensões naturais da vida política, analisou as instituições da República Romana, dentre outras coisas, para dar referência à frágil República de Florença em busca da vivência da liberdade e com participação popular.

Nos “*Discursos sobre a Primeira Década de Tito Lívio*”, Maquiavel mostra que muitos príncipes e muitas repúblicas cometeram muitos erros na “ordenação das repúblicas, na manutenção dos estados, no governo dos reinos, na ordenação das milícias, na condução da guerra, no julgamento dos súditos como na ampliação dos impérios”.¹³ Esses erros aconteceram por não terem os atores políticos recorrido à História e aos exemplos dos antigos.

Maquiavel escolhe os livros da *História de Roma*, de Tito Lívio para dois movimentos: comentá-los de modo a atualizar os relatos históricos e políticos de como os romanos antigos fundaram a República em vista da República Florentina com tantas dificuldades para realizar o regime republicano; mostrar, a quem deseja fugir dos erros presentes cometidos por príncipes e repúblicas, a lição da História, mestra dos homens. Para tanto, Maquiavel escreve na introdução do livro primeiro dos Discursos:

Desejando, pois, afastar os homens deste erro, julguei necessário escrever, acerca de todos os livros de Tito Lívio que não nos foram tolhidos pelos malefícios dos tempos, aquilo que, do que sei das coisas antigas e modernas, julgar necessário ao maior entendimento deles, para que aqueles que lerem estes meus comentários possam retirar deles mais facilmente a utilidade pela qual se deve procurar o conhecimento das histórias¹⁴.

¹³ Maquiavel, Discurso, Livro I, Introdução, Martins Fontes, São Paulo 2007, p. 6.

¹⁴ Maquiavel. Op. cit., p.7

Considerando o que foi apresentado, começaremos a abordar uma análise em termo de releitura e comentários dos primeiros capítulos do livro Primeiro dos Discursos, abordando o sujeito relativo à fundação de Repúblicas.

Primeira Parte

Capítulo I: PRINCIPIOS E FUNDAMENTOS DE REPÚBLICAS NOS *DISCURSOS* DE MAQUIAVEL

Breve Apresentação.

Essa parte da tese, como reportado anteriormente, tratará de temas ligados à fundação da cidade, abordando, de fato, os elementos que favoreceram a fundação das cidades. Tratarei das qualidades do governante, o que significará abordar temas relacionados à sua *virtù* e da fortuna, como também dos ordenamentos, ou seja, da legislação e das instituições num capítulo específico na sequência.

Tratando do assunto mencionado, Maquiavel afirma que este empreendimento, ou empresa, como prefere chamá-lo não é fácil. Contudo, sentiu-se animado pelo apoio de quem esteve ao seu lado na tarefa a ponto de decidir incumbir-se desse fardo e acreditou carregá-lo de tal modo que, para algum outro, será breve o caminho que restar para levá-lo até o seu destino final.¹⁵ A minha pesquisa se volta mais sobre o livro dos “*Discursos*” de Maquiavel. Os “*Discursos*” ou “Comentários sobre a primeira década de *Tito Livio*” são organizados em três livros. O primeiro livro é composto, inicialmente, de dezoitos primeiros capítulos, que considero primordiais para o projeto de pesquisa que proponho realizar, pois cuidam dos fundamentos de uma república estável. Nesse primeiro livro, Maquiavel traz uma bela explanação sobre como são fundados os Estados, sobremaneira, no Livro I, mesmo que nada seja estável em política, como quer Maquiavel em diversas passagens do seu livro.

No capítulo primeiro do Primeiro Livro dos *Discursos*, o tema abordado é relacionado a quantas espécies de repúblicas ou formas de governo são conhecidas e possíveis, indo das clássicas para as formas degeneradas delas. Também analisa a natureza das pessoas que assumem a liderança. Se, inicialmente, a preferência recai aos mais fortes e corajosos, com passar do tempo, a preferência passa a ser dos sábios e dos mais justos. Todavia, Maquiavel alerta – nos *Discursos*, que, segundo Bignotto, “os homens são ruins e tendem a agir

¹⁵ Maquiavel: *Discursos*, Introdução do Livro I, p.6. Editora Martins Fontes, São Paulo, 2007

incorretamente e que por trás de todas as ações humanas se esconde uma baixeza que anula seus pontos positivos”¹⁶.

Os capítulos III e IV, por sua vez, mostram os problemas ou acontecimentos, mais ainda, as rivalidades entre a Plebe e o Senado. Efetivamente, percebemos como os conflitos sociais entre a plebe e o senado tornaram Roma mais poderosa pela liberdade cívica reconquistada após a crise do reinado dos Tarquínio e, conseqüentemente, após a criação de novas leis em vista da construção política da república. É notório que os conflitos políticos estiveram sempre presentes, o que gerou a liberdade a qual veio dos embates políticos na forma de tumultos, levantes, rebeliões e greves. Tais movimentos geraram criação de leis, dos ordenamentos que contribuíram para a manutenção da liberdade republicana. Contrário à visão medieval que considerava os conflitos políticos como inimigos da paz, pois, no princípio da obtenção da paz, se encontrava o valor supremo da vida política. Maquiavel, ao contrário, mostra nos *Discursos* que dos conflitos surgem as boas leis, das boas leis a boa educação como mantenedoras da liberdade cívica. Assim, os conflitos políticos foram responsáveis pela grandeza de Roma. Porém, não se pode confundir os conflitos internos como marca da desunião entre Senado e Plebe com o rompimento do jogo político equilibrado entre as ordenações na forma de guerras civis. As guerras podem nunca serem salutares.

Já os capítulos V e VI abordam o tema da guarda da liberdade. Levanta-se a pergunta: a quem confiar a guarda da liberdade cívica, ao Povo ou aos Grandes? A liberdade para uma república é a garantia de ela viver em paz e prosperar.

Voltarei ao tema mais adiante reservando um capítulo específico¹⁷ a ele, tendo em vista de que a liberdade é de suma importância para uma república estável sob todos os aspectos políticos, tanto para os Grandes quanto para a Plebe. Maquiavel destaca que, em Veneza e em Esparta, a liberdade fora confiada à guarda dos nobres e teve vida longa, enquanto que em Roma, foi delegada às mãos da Plebe e não teve vida longa, porém dispôs de outras qualidades superiores em relação às duas.

Ainda, no Capítulo V, o secretário florentino explica que a liberdade depositada nas mãos de nobres realiza duas boas ações: satisfazer a ambição dos nobres tendo mais

¹⁶ Bignotto, N. *Introdução aos Discursos sobre a Primeira Década de Tito Lívio*, Ed. Martins Fontes, São Paulo, S.P. 2007, p. 30

¹⁷ Esse tema de liberdade é muito importante para essa tese. Ele está sendo tratado na segunda parte deste trabalho no capítulo sobre a corrupção. Depois da corrupção, vem um capítulo específico relativo à liberdade cívica, política e mais.

participação na república; têm mais motivo para contentamento e negam certo tipo de autoridade aos ânimos inquietos da Plebe, que é a razão de infinitas dissensões e tumultos na república. Já com a liberdade nas mãos da Plebe, o povo tem o desejo de não ser dominado e, por conseguinte, mantém a vontade de viver livres, tendo menos esperança de usurpar da mesma liberdade.

A análise dos capítulos VII e VIII se estende sobre os instrumentos políticos internos para acusação e defesa pública de cidadão. Apresenta-se o problema de inveja e da calúnia, marcada pela importância de punir severamente os caluniadores. Os exemplos apresentados são de conflitos internos. Daí a necessidade de solução, sabendo que a natureza humana é complexa e complicada. As falsas acusações também merecem punição, mas desde que aprovadas pelo corpo político?

Resumindo, Maquiavel encaminha os conflitos políticos naturais para as instituições, depois de explicitadas, a fim de serem administradas politicamente. O secretário florentino reforça a ideia de que a autêntica política deverá ser guiada pela liberdade e pela igualdade entre cidadãos. Para uma análise da liberdade nos *Discursos*, o Professor Bignotto, em *Maquiavel Republicano*, escreve:

[...] de um lado, temos todas as cidades livres que, em consequência da liberdade primeira, puderam se expandir e encontrar o caminho da potência: de outro lado, as cidades como Florença não nasceram livres e são obrigadas a pagar um alto preço ao longo de sua história. A liberdade é, portanto, a chave para a compreensão das vitórias de uma cidade, mas também a causa da fraqueza daquelas que não a possuem¹⁸.

A análise dos capítulos IX e X dos *Discursos* podem ser chamadas de refundação do Estado, por dentro, com novos ordenamentos diferentes das ordenações antigas, em outras passagens, após constatar o desarranjo das ordenações, reforça que será preciso voltar aos princípios que nortearam a criação dele. Maquiavel mostra também que são dignos de elogios e de louvores os “cabeças” e os ordenadores de religiões.

Na sequência, trata dos fundadores de repúblicas e de reinos¹⁹, que mostraram *virtù* na condução da “*Res Pública*”, da Coisa Pública. São também merecedores de louvores e elogios

¹⁸ BIGNOTTO, N., *Maquiavel Republicano*, São Paulo, Loyola, 1992, p.79.

¹⁹ Esse assunto está sendo tratado adiante no ponto “Princípios e fundamentos da cidade de Roma, como no capítulo II relativo a *Virtù* e fortuna.

os comandantes de exércitos que ampliaram o seu próprio território ou domínio – Os capitães – sem conotação militarista atual.

A religião²⁰ é outro fator político importante da análise política maquiaveliana, uma vez que muito serviu para legitimar o poder e ajudou no cumprimento das ordenações de uma república. Assim, os romanos deram muito valor à religião criada por Numa Pompílio, após Rômulo ter criado instituições políticas importantes. Numa reconheceu que algo faltava. Assim, uma religião cheia de sentido e encantos nas ofertas de sacrifícios e nos juramentos aos deuses ou a Deus foi criada.

A consulta aos deuses, através dos auspícios segundo as necessidades políticas, expressava o quanto eles ajudavam no sucesso e na vivência civil, ao menos internamente. Esse tema de religião é explorado nos capítulos XI ao XV do primeiro livro dos *Discursos*. E por fim, os capítulos XVI a XVIII tratam da corrupção na república. Esse é outro tema importante que gera a instabilidade política.

No mesmo livro citado, o tema da corrupção surgiu com força nos capítulos XXVI a XXVIII, os quais estão diretamente ligados ao tema da liberdade cívica. A corrupção aparece junto com a falta da experiência na vivência da liberdade. A falta de liberdade levava os povos a submeterem-se a várias tentativas de corrupção. Esta costumava ter origem no governante fraco ou tirano ávido de comprar o apoio do povo.

Ao final do Livro Primeiro, capítulo XL, reapareceu o tema da corrupção juntamente com o da igualdade, e o capítulo XLII ilustra com qual facilidade os homens se corrompiam mudando de hábitos bons para maus.

O que fez a república Romana para ser considerada a mais perfeita das repúblicas? Segundo Maquiavel, no segundo capítulo do Primeiro livro, o nosso autor destaca que Roma conseguiu organizar um governo em que todos foram contemplados e estabeleceu uma harmonia e uma estabilidade em (*Discursos I, 2, p.19*):

E assim se criaram os tribunos de Plebe, tornando-se assim mais estável o estado daquela república, visto que as três formas de governo tinham a sua parte. E foi lhe tão favorável a fortuna que, embora se passasse do governo dos reis e dos optimates ao povo, por aquelas mesmas fases e pelas mesmas

²⁰ Uma análise mais aprofundada sobre a religião está reservada no capítulo IV da primeira parte deste trabalho. Da religião dos romanos a religião cristã Católica de Roma. Uma comparação no agir político e na influência da religião num caso como no outro.

razões acima narradas, nunca se privou de autoridade o governo régio para dá-la aos *optimates*; e não se diminuiu de toda a autoridade dos *optimates* para dá-la ao povo; mas permanecendo misto, constituiu-se uma república perfeita: perfeição a que se chegou devido à desunião entre a plebe e senado.

Mais uma vez, reafirmamos aquilo que foi dito por Maquiavel no final do capítulo II de que, em Roma, os conflitos foram a causa ou o fundamento que estão na origem dos ordenamentos políticos. Todavia esta situação não impede de nos perguntar: por que então discorrer sobre a teoria de Políbio da circularidade dos regimes, sabendo que ela não será assumida como explicação suficiente para as mudanças institucionais na cidade? Por fim, indagaremos a possível relação do argumento central do capítulo II, que trata das teorias das mudanças institucionais, com o argumento dos capítulos III e IV sobre os conflitos políticos que existiram, tendo em vista a economia do texto.

É preciso salientar e entender que os conflitos políticos são mencionados em primeira instância no final do capítulo II como quem quisesse apontar uma solução alternativa para se compreender a origem, a eficácia e a durabilidade das instituições romanas²¹. Maquiavel, neste caso e neste momento, tem sua posição e seu olhar, de fato, para mais uma possibilidade de uma *hernêutica* que se contrapõe a uma outra interpretação, tratando aqui no caso da interpretação polibiana, fundada, principalmente, na estabilidade política e na rejeição dos conflitos.

O secretário florentino pretendeu apresentar uma outra resposta diferente e, na sequência da exposição da posição polibiana, quis um destaque que é justamente a contraposição do caráter alternativo de uma solução explicativa para as causas dos ordenamentos numa república, causas bem calcadas nos conflitos. Essa posição do nosso autor é bem ressaltada primeiramente no início do capítulo III e, na sequência, ele a desenvolve de modo mais amplo e enfático no decorrer do capítulo IV.

Ao considerar a relação dos temas entre os capítulos, há uma indicação que a questão dos conflitos políticos tem origem num primeiro instante numa teoria de contraposição para em seguida, no capítulo IV de primeiro *dos Discursos sobre a Primeira década de Tito Livio*, ser o modo de explicar as fundações e as mudanças institucionais. Nesse ponto de vista, os conflitos políticos vão substituir aquela explicação polibiana para uma compreensão maquiaveliana do nascimento dos bons ordenamentos políticos. Então, podemos nos perguntar

²¹ A se pensar no nascimento das instituições romanas, que se originam pelo concurso de muitas pessoas ou grupos, há um legislador coletivo. Cf. SASSO, Gennaro. Niccoló Machiavelli, 1980 [cap. VI, p. 466-7].

mais uma vez o que fez de Roma ser o que se tornou? Será que foi a criação dos tribunos da plebe ou do povo? Ou será ainda por causa da defesa da liberdade? Maquiavel nos responderá no primeiro livro dos “*Discursos*”²², analisando as espécies de república e, de maneira especial, de que espécie foi a República Romana²³. É bom salientar que os conflitos entre a plebe e o senado acabaram dando surgimento aos tribunos.

Logo, neste primeiro momento, abordaremos o problema do princípio e dos fundamentos das cidades em geral e da cidade de Roma em particular. O capítulo tratará das condições e das circunstâncias as quais favoreceram o surgimento e a fundação de novas repúblicas. Nisto destaca-se as categorias essenciais das repúblicas. Maquiavel é um pensador excepcional que tem um amor pelos clássicos e tem um conhecimento bem elevado da história antiga de Roma e da Europa em geral. Esse conjunto ou essa bagagem intelectual lhe permitirá de ordenar o seu pensamento de maneira bem concisa. A elaboração do livro dos *Discursos* é uma prova do seu conhecimento elevado da história que lhe permitirá escrever uma obra de uma refinada filosofia política. A referência aos autores antigos na sua obra “*Discursos*” não tira e muito menos diminua o seu brilho dessa obra e, em especial, a sua novidade.

1.0 OS PRÍNCÍPIOS E FUNDAMENTOS DA CIDADE DE ROMA

O surgimento de toda e qualquer cidade na História, lembra Maquiavel no primeiro livro dos *Discursos*, dependeu muito tanto da virtù dos seus fundadores como legisladores, e tanto quanto também da virtù conservada pelo seu povo por longos anos. Assim foi o caso da cidade de Roma e o seu império.

No intuito de saber a natureza e a identidade daqueles que edificaram as cidades, Maquiavel revela que os edificadores de cidades são os nascidos no lugar da edificação da cidade, ou ainda podendo ser forasteiros, conforme disse no que segue: “E para discorrer antes sobre o seu nascimento, direi que todas as cidades são edificadas, ou pelos homens nascidos no lugar aonde são edificadas, ou por forasteiros”²⁴.

Em se tratando de Roma, Maquiavel deixa claro que é uma cidade que nasceu livre ou de cidadãos livres sem depender de ninguém.

²² *Discursosos sobre a Primeira década de Tito Livio*.

²³ O próximo ponto a ser desenvolvido é esse: princípios e fundamentos da cidade de Roma, está logo na página seguinte.

²⁴ MAQUIAVEL, N., *Discursos* I,1, pp.7-8

No primeiro capítulo dos *Discursos*, Maquiavel deixa claro que a razão da fundação de Estados ou de cidades encontra-se na segurança dos habitantes daquelas localidades ou comunidades. Vemos muito distintamente um olhar bastante diferente daquilo permeado por Aristóteles²⁵, quando apontava num sentido aparentemente de transcendência para a fundação do cidade. A segurança, é claro, é o motivo fundamental para a elaboração de estruturas como instituições voltadas para um território e em especial sobre uma comunidade humana.

É notório que no mundo antigo, os habitantes dispersos em agrupamentos pequenos se ajuntavam em metrópoles para garantir-se de segurança contra todos os eventuais ataques dos adversários. A regra básica é sempre prevenir os acontecimentos perigosos que porventura pudessem arruinar a ordem estabelecida, por isso a necessidade de uma defesa comum.

Assim, é estabelecida a segurança e os motivos pelos quais a fundação das cidades ou dos estados se faz necessária. Pode-se perguntar qual seria a importância ou o fundamento da segurança? De fato, garantir segurança quer dizer, também, garantir a vida, a integridade física e os bens, constitui o primeiro e fundamental bem público. É de suma importância a garantia de uma vida tão segura que é o princípio e o bem comum maior para a comunidade que teria perdido esta vantagem. Sendo assim, é necessário estabelecer alguns meios e mecanismos necessários para garanti-los. Há dois fundamentos essenciais para a segurança: o primeiro é prevenir-se contra todo e qualquer perigo de origem externa, em especial contra a ameaça estrangeira; o segundo seria a garantia do equilíbrio da ordem e da paz interna contra as divisões e provocações civis, o crime, o latrocínio e a desordem. Consta-se que os cidadãos como suas respectivas comunidades estabelecem relações internas como também suas relações extracomunitárias vivendo uma experiência e uma sensação de medo perante outros indivíduos ou as outras comunidades.

Em verdade, para Maquiavel, o método que os homens antigos encontraram para enfrentar o medo consistia em fazer-se temer. A proteção se dava quando se agredia os rivais e assim era estabelecido um jogo bem definindo, um jogo de quem é opressor e do outro que é oprimido. Como consequência, surgem os dois fundamentos do poder que são o temor, fundado na força e na violência, e, do outro lado, a esperança de um viver pacífico, tranquilo, fundado na segurança. O temor e a esperança são as duas substâncias que passaram a compor o poder público.

²⁵ Aristóteles. *Política*. Tradução de Mario Kury, 3ª ed. UnB. 1997.

Em toda situação de conflitos, a primeira condição para se impor perante os rivais consiste em prover-se de meios de defesa eficazes podendo ser transformados em meios de agressão

Releva-se, a partir desta premissa básica de conflitos e rivalidades humanos, que se pode estabelecer uma definição de objeto de prover a segurança. Esta mesma segurança só poderá ser provida a começar de uma determinada ordem a qual, desde a sua origem, é especificada ou definida como uma ordem proposta ou imposta pela liderança de grupo. Quanto aos modelos de ordem, são considerados pluralistas.

Segundo um olhar determinado do nosso autor, esse modelo de ordem pode cristalizar relações de opressão e oprimido. Portanto, o modelo republicano de ordem interna propõe-se a instituir relações de liberdade cívica e traz subjacente como condicionante relações de equidade e justiça. Cada fundação de cidade tem seus motivos ou sua razão. No primeiro caso, explica Maquiavel, o agrupamento de localidades ou vilarejos tem como finalidade “a união em busca de paz e criar uma força de defesa comum”,

contra quem viesse assaltá-los, ou por estarem em pequenos grupos ou números, e não teriam tempo de unir-se para a defesa diante da chegada do inimigo; ou mesmo em havendo tempo, precisariam abandonar muitos dos seus redutos, vindo assim a ser presa fácil dos inimigos: de tal modo que, para escaparem a esses perigos, movidos por si mesmos ou por alguém dentre eles com mais autoridade, se reúnem para morar juntos, em lugar escolhido por eles, lugar que seja mais cômodo para se viver e mais fácil de se defender.²⁶

No começo, Maquiavel parece interessado em tratar dos fundamentos das cidades em geral, todavia sem manifestar a intenção de tratar de Roma.

Dessa forma, apresenta uma série de distinções que vão resultar ou vão implicar na fundação de toda e qualquer cidade. Posto isso, seguindo um caminho ou outro converge-se a um resultado ou a um outro consequentemente. Em verdade, as ideias ou a distinção entre uma cidade fundada pelos nativos e outra pelos forasteiros conduz a uma determinada consequência. Os motivos ou as razões que levaram os seus fundadores a edificarem essas cidades são assim diferentes e variáveis.

Maquiavel destaca, no primeiro caso, o início das cidades de Atenas e de Veneza, escrevendo:

²⁶ MAQUIAVEL, N, *Discursos*, I,1, p.8

Foi esse o início entre outras cidades, de Atenas e Veneza. A primeira, sob a autoridade de Teseu, foi edificada por razões semelhantes pelos habitantes dispersos; no caso da outra (Veneza), os muitos povos que se reuniram em certas ilhotas situadas na ponta do mar Adriático, para fugirem às guerras que todos os dias nasciam na Itália em decorrência da invasão de novos bárbaros depois do declínio do império romano, começaram-na a viver sob as leis que lhes pareciam mais aptas a mantê-los. Nisso tiveram êxito, em visto de longo período de paz (ozio) que o local lhes deu²⁷.

Maquiavel mostra que Veneza teve bom êxito por confiar a guarda da liberdade e a segurança nos nobres e no povo. Lemos essa informação, no capítulo V do primeiro livro dos Discursos, quando se pergunta “onde se deposita com mais segurança a guarda da liberdade: no povo ou nos grandes?”²⁸.

Esse dado levou Maquiavel a examinar e explicar que, no passado, os Lacedemônios, como na sua época, os venezianos depositaram a guarda da liberdade e a segurança nas mãos dos nobres e as suas repúblicas tiveram vida longa. A questão tem outras implicações quando se volta para a vontade de dominar ou não ser dominado. Enfim Roma confiou a guarda da segurança e a liberdade ao povo. Voltaremos a esse capítulo quando formos abordar os conflitos e tumultos.

Em se tratando das cidades fundadas pelos forasteiros, o referido filósofo classifica as que foram criadas por homens livres ou as que dependem de outrem. Maquiavel lembra que elas eram muitas e foram fundadas pelos romanos por todo o império como colônias e objetivavam defender as terras conquistadas. Havia cidade implantada por um príncipe, como é o caso de Alexandria fundada por Alexandre. Entre essas cidades, muitas vezes, não livres e raramente fazem grandes progressos, tem como exemplo Florença.

Do tema da liberdade cívica²⁹, Maquiavel contempla os edificadores e as cidades quando alguns povos, quer que seja sob o comando de um príncipe, quer por si mesmos, são obrigados a abandonar a terra natal e a buscar outro local por razões de doenças, por fome ou por guerra: estes ou habitam as cidades que conquistam como fez Moisés, ou edificam novas como fez Enéias³⁰. A fundação bem-sucedida nos remete primeiro a virtù do edificador como concebe Maquiavel e também dependendo da fortuna. A virtù do edificador é vista num primeiro

²⁷ Maquiavel. *Discursos* I,1, p.8

²⁸ Maquiavel. *Discursos*.I,5, p. 24

²⁹ No capítulo II da segunda parte, tem uma matéria sobre a liberdade cívica nesse trabalho.

³⁰ Maquiavel. *DISCURSOS* I, 1, p.3

momento na escolha da localização ou condições de terrenos de implantação da cidade. O segundo momento é o do ordenamento ou ordenação das leis.

Para tratar de localização, ele explica que como os homens agem por necessidade ou por escolha, encontra-se mais virtù onde há menos escolha. Considerado o dito, os lugares desertos ou terras estéreis seriam a melhor escolha “para que os homens obrigados a esforçar-se e ocupar-se menos com ócio, vivessem mais unidos por terem menos razões de discórdia, em vista da pobreza do local”³¹. No segundo momento, vem a necessidade das leis ou ordenamentos³². É preciso criar leis as quais obrigam os homens a viver do que é seu e não mandar no que é dos outros. As leis devem obrigar os homens a viver segundo as suas necessidades.

Todavia, Maquiavel explica que é muito mais prudente escolher lugar fértil desde os efeitos de tal fertilidade sejam limitadas por leis a seus devidos termos. Assim foi o exemplo de Alexandria, fundada num lugar fértil, banhada pelo mar e pela fertilidade do rio Nilo.

Maquiavel apresenta a história da República de Roma como um exemplo a ser imitado, e a propõe como modelo ideal e prático a ser compartilhado na construção de repúblicas. Isto é: propõe a república de Roma como mito, modelo e símbolo da fundação e desenvolvimento de um modo adequado de vida política. As repúblicas modernas, portanto, deveriam buscar soluções e construir instituições similares àquelas desenvolvidas em Roma.

A edificação de Roma é outra que mostra como aquela cidade teve um princípio livre, sem depender de ninguém por causa das boas leis. Quer que Roma tenha sido fundada por Enéias, um forasteiro, ou por Rômulo, um nascido do lugar, as boas leis permitiram a sua grandeza. Maquiavel orienta nos *Discursos* que:

Quem, portanto, examinar a edificação de Roma, se considerar que Enéias foi seu primeiro fundador, dirá que ela está entre as cidades edificadas por forasteiros; se considerar que foi Rômulo, dirá que é das edificadas pelos homens nascidos no lugar; seja qual for o modo considerado, verá que Roma teve um princípio livre, sem depender de ninguém: verá também, como diremos adiante, a quantas necessidades as leis ditadas por Rômulo, Numa e outros a obrigaram, de tal modo que a fertilidade do solo, a comodidade do mar, as numerosas vitórias e grandeza do império não a puderam corromper

³¹ Maquiavel. *Discursos* I, I, p.4

³² Tema do terceiro capítulo da primeira parte desta pesquisa.

durante muitos séculos, mantendo a cheia de tanta virtù, com que nenhuma outra cidade ou república jamais se ornou³³.

É de perceber com clareza, na citação a seguir, que, para Maquiavel, uma verdadeira república deve cercar-se de boas leis. Que as boas instituições tenham a participação do povo. As deliberações são públicas ou privadas, dentro ou fora da cidade, conforme este texto:

E, visto que as coisas realizadas por ela e celebradas por Tito Livio ocorreram por deliberação pública ou privada, dentro ou fora da cidade, começarei discorrendo sobre as coisas que, ocorridas dentro da cidade e por deliberação pública, me pareçam dignas de maior atenção, acrescentando tudo que delas decorria; e com tais discursos terminará este primeiro livro, ou melhor, esta primeira parte³⁴.

1.1 ANÁLISE DE TIPOS DE REPÚBLICAS E EM ESPECIAL A REPÚBLICA DE ROMA

Como nos relembra Léo Strauss (2015, p.112) em “*Reflexões sobre Maquiavel*”: nos Discursos, Maquiavel tem o propósito não simplesmente de trazer à luz os antigos modos e ordens, mas, sobretudo, provar que eles podem ser imitados pelo homem moderno. A empresa de Maquiavel requer, portanto, o conhecimento das coisas modernas tanto quanto das coisas antigas; ela não pode, assim, ser uma mera obra de antiquário³⁵.

O tema de república desenvolvido por Maquiavel nos Discursos e, em especial, nos capítulos I e II apresenta muitas semelhanças com o mesmo tema na obra *O Príncipe do nosso autor*. Em termo de ilustração, no *Príncipe*, o assunto república foi amplamente apresentado nos três primeiros capítulos do livro. No capítulo I, o secretário florentino faz uma diferença entre os principados hereditários e os novos. São hereditários os principados governados pelo seu Senhor desde longo tempo e são novos os principados como o de Milão com Francisco de Sforza. Há também os crescidos ao estado hereditário, tal foi o caso de Nápoles para o rei da Espanha, pois, segundo Maquiavel,

Todos os estados, todos os domínios que exerceram e exercem poder sobre os homens foram e são ou hereditários, quando a estirpe do seu senhor desde longo tempo os rege, ou novos. Estes, ou são totalmente novos, como foi o de Milão para Francisco Sforza, ou são como membros crescidos ao estado hereditário do príncipe que os adquire, como é o reino de Nápoles para o rei

³³ Maquiavel. *Discursos* I,1, p.11

³⁴ Maquiavel. *Discursos* I,1, p. 12

³⁵ Strauss, LEO. *Reflexões sobre Maquiavel*, Editora: É Realizações, tradução e apresentação de Elcio Verçosa, 1.ed. São Paulo, 2015, p.112

da Espanha. Os domínios assim obtidos ou estão acostumados a viver sob o governo de um príncipe, ou habituados à liberdade, e ganham-se ou com as armas de outrem ou com as próprias por obra da fortuna ou por virtude(virtù)³⁶.

O capítulo II centraliza a reflexão no nível dos principados hereditários. O nosso autor alerta que é mais fácil administrar um principado hereditário que um novo. Argumenta e se expressa nos seguintes termos:

Deixarei de discorrer aqui, acerca das repúblicas, porque em outra ocasião já longamente o fiz. Limitar-me-ei a tratar do principado, a ir tecendo as tramas já mencionadas e a examinar como esses principados podem ser governados e mantidos. Nos estados hereditários e acostumados a ver reinar a família do seu príncipe, há dificuldades muito menores para mantê-los, do que nos novos, porque basta a pena conservar neles a ordem estabelecida por seus antepassados, e em seguida contemporizar com os acontecimentos³⁷.

E, por fim, o capítulo III nos conduz aos principados mistos.

Voltando aos Discursos depois de mencionar a semelhança que existe no mesmo tema república nas duas obras do mesmo autor, é preciso dar continuidade. Iniciando o capítulo II do primeiro livro dos *Discursos*, Maquiavel deixa bem claro que pretende tratar das cidades que adquiriram a liberdade política, qual liberdade é para ele o elemento fundamental da república. O secretário florentino expõe que uma verdadeira república deve assentar-se em dois pilares principais que são as leis e os ordenamentos. Vale ressaltar bem o entendimento sobre os ordenamentos que carregam a compreensão de serem as Instituições que sempre são vistas associadas aos costumes, com vistas à regulamentação das leis. Além da virtù do governante e político, deve sobressair a força das instituições que durem ao longo do tempo, que são reconhecidas no proêmio dos Discursos pela expressão “*modi*” e “*ordini*”, entendendo “ordini” no escrito maquiaveliano como sendo as “instituições”, para apontar que elas, quando boas, trazem bons resultados para vida política, dado que mantém uma interrelação com os “tumultos” que podem trazer efeitos inesperados para vida civil, já que os conflitos são conaturais aos homens, porém como eles são qualificados bons e maus, segundo o engrandecimento ou pobreza que provocam na ordenação política, são boas “ordini” que atenuam os efeitos maléficos na ordem pública.

³⁶ Maquiavel. *O Príncipe*, cap.1.

³⁷ Maquiavel. *O Príncipe*, cap.2

De fato, com esses dois pés se assenta a liberdade no contexto de uma república. Um estado ou um principado que tenha um governante prudente lhe dará boas leis e ordenamentos que farão que aquela cidade viva feliz. E se expressou nos seguintes termos:

Assim, pode considerar-se feliz a república à qual caiba por sorte um homem tão prudente que lhe dê leis de tal modo ordenadas que se possível viver com segurança sob tais leis, sem precisar corrigi-las. E vê-se que Esparta as observou por mais de oitocentos anos sem as corromper ou sem nenhum tumulto perigoso: e, pelo contrário, é em certo grau infeliz a cidade que não tendo encontrado um ordenador prudente precisou reordenar-se por se mesma³⁸.

A república de Esparta³⁹ é apresentada por Maquiavel como referência ou exemplo da cidade que conseguiu viver oitocentos anos com bons ordenamentos de Licurgo. Os espartanos realmente conservam o seu regime republicano graças à prudência e à sabedoria do seu legislador. É claro, a colaboração daquele povo que amava viver em paz.

1.2 A CIRCULARIDADE DE REGIMES EM MAQUIAVEL

Na sequência, Maquiavel trata da variação ou circularidade dos regimes antes de entrar no que levou Roma à perfeição diferentemente da perfeição de Esparta. Ele assevera que as repúblicas, segundo aqueles que escreveram, são de três tipos de Estados chamados de principados, *Optimates* e popular. Outros consideram⁴⁰ que existem seis formas (*ragioni*) de governo das quais três são péssimas e três boas. O principado se degenera na tirania, os “*optimates*” transformam-se num governo de poucos e, por isso, o popular degenera no chamado licencioso. Assim dito, se o ordenamento da cidade conduz a uma dessas formas, é evidente que a república terá vida curta. Poderemos nos perguntar por que Maquiavel se interessou em Roma que não teve um bom legislador desde início? Strauss, Leo 2015, p.115, indica que Maquiavel estava particularmente preocupado com a República Romana que ainda era incorrupta no tempo da Segunda Guerra Púnica e mesmo em meados do século II a.C.

Ao se perguntar se de fato Maquiavel teve contato direto ou indiretamente com as obras de Políbio? Tudo indica que esse contato de leitura teria de certa maneira acontecido. Portanto,

³⁸ Maquiavel, *Discursos* I, 2, p.13

³⁹ “Entre os que mais louvores merecem por semelhantes constituições, está Licurgo, que ordenou de tal modo suas leis em Esparta que dando aos reis, aos *optimates* e ao povo suas devidas partes, criou um estado que durou mais de oitocentos anos, com supremo louvor para si e sossego para aquela cidade”. I *Discursos* II, P.17

⁴⁰ Maquiavel certamente faz alusão a Platão que desenvolver a ideia no Livro República; como também Aristóteles na obra a Política.

podemos perceber uma grande aproximação entre as duas teorias; de um lado as mudanças de regimes em Políbios no livro sexto das Histórias e, de outro lado, a visão e as teorias políticas de Maquiavel nos Discursos. Por conseguinte, não há provas concretas que determinam esse contato. É certo que Maquiavel faz uma reinterpretação das ideias de Políbio e vai além daquilo que provavelmente teria lido. Sobre essa questão de Maquiavel ter tido contato com os escritos de Políbio, trazemos uma colaboração de Fernanda Elias Zaccarelli Salgueiro, num artigo publicado na Revista USP.br, em caderno *Ética e Filosofia Política*, que versa:

A questão do acesso do florentino ao livro VI de Políbio foi suscitada, inicialmente, como parte do debate relativo à datação, composição e estruturação dos Discursos, promovida pela edição crítica de Leslie J. Walker de 1950, bem como pelo seminal estudo de Felix Gilbert de 1953⁴¹. Valendo-se de elementos circunstanciais, filosóficos e históricos, J. H. Hexter espousou a tese, conciliável com os achados de Gilbert (como demonstrou Hans Baron⁴²), segundo a qual Maquiavel teria tido acesso à tradução latina do livro VI realizada pelo estudioso grego Janus Lascaris e disponibilizada aos jovens dos Orti Oricellari em alguma de suas visitas a Florença entre 1515 e 1517⁴³. Esta teoria foi duramente criticada por J. H. Whitfield, em 1958, por portar um traço conjectural – Hexter reconhece não haver provas diretas de um encontro entre Maquiavel e Lascaris e promete analisar dois fragmentos latinos oriundos da Biblioteca Apostólica Vaticana em trabalho que não é realizado. Por outro lado, Whitfield lembrou da circulação de outras versões do livro VI: os manuscritos encontrados na biblioteca dos Médici, os do catálogo de A. M. Bandini (com um registro datado de 1417, anterior aos *Commentaria*), e a versão presente em Pietro Crinito em *De honesta disciplina*, impressa por Phillippus Giunta, em Florença, no ano de 1504⁴⁴.

Diante do que está sendo analisado, vem mais um comentário de Maicon José Fortunato na *Revista Virinotio*, nº. 18, Ano IX, out. /2014 para corroborar a essa discussão:

O Capítulo II dos Discursos é tido como central para a investigação sobre a noção de tempo histórico em Maquiavel. Além disso, aproxima o pensador aos escritos do historiador grego Políbio. Para muitos comentadores, a descrição do surgimento das formas de governo no Capítulo II, em que se apresenta primeiramente a teoria dos ciclos e em seguida a do governo misto, expõe uma reprodução quase literal do Livro VI das Histórias de Políbio. Tais temas são tomados, aparentemente, sob as mesmas perspectivas, de forma que um olhar meio desatento aprovaria Maquiavel como um mero parafraseador dos preceitos polibianos. A relação é tão evidente, como afirma Bignotto (1991, p. 175), que um leitor da Renascença facilmente identificaria em Maquiavel a descrição exposta nas Histórias de Políbio. Todavia, os mesmos comentadores que apontam tais semelhanças também destacam as divergências existentes nos dois textos, alguns expressando um rompimento radical, outros se posicionando com mais moderação. Em todos os casos, a relação é sempre colocada em questionamento⁴⁵.

⁴¹ Salgueiro, Fernanda Elias Zaccarelli. *Caderno de Ética e Filosofia Política*. Volume 40, 1º Semestre 2022, p.48

⁴² Fortunato, Maicon José. *Revista Virinotio*, revista online de Filosofia e ciências humanas nº. 18, Ano IX, out. /2014

É provável que Maquiavel tinha tido realmente contato com alguns fragmentos do livro VI de *Histórias* de Políbio, mas é também claro, para quem leu os dois, que Maquiavel vai além dos escritos de Políbio e é um intérprete do seu tempo.

A respeito de Políbios de Megalopólis⁴³, é dizer que foi um historiador grego do século II a.C. que esteve a serviço dos romanos. O seu livro de histórias é composto por mais de 40 livros. As mesmas *Histórias* apresentam os feitos romanos os quais deram nascimento ao grande território formado a partir das guerras e conquistas. O relato bem histórico do livro VI tem uma importância maior por tratar da organização política de Roma.

Observa-se que, nesse livro, Políbios estabelece uma comparação entre a constituição romana, em que descreve com aquela concebida e constituída por Licurgo, constituição de Esparta. Toda essa liturgia analítica teve como objeto analisar, explicar e entender se chegava às vitórias ou fracasso pelas categorias de regimes políticos dos governos. Apresenta uma análise de governo em duas categorias: Os bons governos e os maus governos. Trata-se dos ciclos dos governos, ou melhor, de variações de regimes. Como em Platão e em Aristóteles, Políbio constata que há formas boas de governos como há também formas más.

Eduardo André Carvalho Schiefler⁴⁴, na sua análise do Capítulo VI de *História, de Políbios*, apresenta um breve resumo das formas de governos que aqui retomamos em parte. André Carvalho faz uma releitura de Políbios a partir de Norberto Bobbio, em “*A teoria das formas de governo em Políbio no Capítulo VI*”⁴⁵.

Políbio expõe, então, a teoria das três teses, fixando a “sistemática clássica das formas de governo”:

1. existem fundamentalmente seis formas de governo.
2. essas seis formas de governo se sucedem, constituindo um ciclo.
3. na síntese das três boas formas tradicionais de governo nasce a sétima e melhor forma, o governo misto. Nesse primeiro momento, são apresentadas

⁴³ Segundo Norberto Bobbio, em “*A teoria das formas de governo*, p.65-76, Políbio é um historiador grego, diferente de Platão e Aristóteles, que são filósofos. Deportado para Roma, junto com mais 999 nobres, após a derrota da Grécia, entrou em contato com pessoas dos mais altos cargos. Descreve a constituição dos povos que narra pois alega que ela é a responsável pelo êxito, ou não, de uma nação. Aproveita para elogiar a constituição romana pois afirma que, em pouco tempo, foi capaz de expandir, e muito, seu império.

⁴⁴ SCHIEFLER, Eduardo André Carvalho. *A Teoria das Formas de Governo - Capítulo IV: Políbio*. Portal Jurídico Investidura, Florianópolis/SC, 11 abr. 2014. <https://investidura.com.br/biblioteca-juridica/resumos/teoria-politica/318914-a-teoria-das-formas-de-governo-capitulo-iv-polibio>

⁴⁵ BOBBIO, Norberto. *A teoria das formas de governo*. 10 ed. Brasília: UnB, 2001. p. 65-76

as formas consideradas boas. "A maior parte dos que nos querem dar lições sobre este ponto fala de três formas constitucionais, chamando a primeira de 'reino', a segunda de 'aristocracia' e a terceira de 'democracia'" (Bobbio. 2001, p.66).

Na sequência, faz-se uma leve comparação com o que foi proposto por Platão e por Aristóteles. E Eduardo André Carvalho Schiefler continua esclarecendo que “Políbio chama a terceira melhor forma de governo de “democracia”, diferentemente de Platão e Aristóteles que a chamam de timocracia e politia, respectivamente. Afirma, também, que um Reino bom é aquele que é aceito voluntariamente pelo povo, sem o uso da força. Que uma Aristocracia boa é aquela que apenas os melhores foram eleitos e que uma democracia decente é aquela que o ato de respeitar o próximo e os valores da sociedade está impregnado de forma cultural no povo”.

“A observação mais substancial tem a ver com o critério adotado por Políbio para distinguir as constituições boas das más. É um critério que não corresponde ao aristotélico, mas reproduz o de Platão” (Bobbio. p.67) conforma está descrito acima.

“Uma vez definidas as seis formas, Políbio as expõe em ordem cronológica, apresentando a teoria dos ciclos” (Bobbio. p.67).

(...) o ciclo polibiano se desenvolve através da alternância de constituições boas e más; contudo, a constituição boa que segue é inferior àquela que a precede; a má é pior do que a má que a precede. Em outras palavras, a linha decrescente do ciclo platônico é contínua, a do ciclo polibiano é fragmentada por uma alternância de momentos bons e maus, embora tenda para baixo (p.67).

Políbio chama a forma corrompida da democracia de oclocracia (“governo das massas”), inserindo, assim, um novo termo para designar o governo popular na sua forma corrompida. O critério que Políbio usa para caracterizar uma constituição como boa ou má é relacionar o uso da força que foi necessário para impor essa forma de governo com o critério de legal e ilegalidade de Platão, diferente de Aristóteles que seguia o raciocínio de interesse público e privado dos governantes.

As seis formas de governo de Políbio são: reino, tirania, aristocracia, oligarquia, democracia e oclocracia. A teoria do ciclo polibiano das formas de governo possui uma tendência degenerativa, como podemos ver, também, em Platão, alternando-se entre formas

boas e más de governo. O reino é sucedido pela tirania, a aristocracia pela oligarquia e a democracia pela oclocracia.

“(…) de estar implícita na própria natureza dos governos que não podem deixar de sofrer o processo de transformação” (p.68).

“Para demonstrar de modo evidente que o germe da corrupção está no interior de todas as constituições, Políbio usa a imagem da oxidação do ferro e da ação do caruncho na madeira” (p.68).

“(…) o que acontece no fim do ciclo, quando a degradação das constituições chega à fase final (que é a oclocracia)” (p.68).

“A concepção que Políbio tem da história é cíclica; segundo ele, a história é uma repetição contínua de eventos que tornam sempre sobre si mesmos - o "eterno retorno do mesmo”(p.68).

Eduardo André Carvalho Schiefler mostra a diferença de concepção da história vista por Políbio. Assim, conclui Eduardo André Carvalho Schiefler: veja em Schiefler, André Carvalho, *A teoria das formas de governo*, Livro VI de História de Políbios⁴⁶:

A concepção da história, de Políbio, é fatalista, pois parece ser algo predeterminada, natural e obrigatória. Políbio faz uma analogia da ação da ferrugem no ferro para afirmar que toda constituição possui um mal natural irrevogável. Ao chegar à fase final do ciclo polibiano, Políbio nos diz que a forma de governo retorna ao início, de certa forma, milagrosamente, ou seja, a oclocracia volta a ser um Reino. Entretanto, a teoria polibiana dos ciclos não se aplica a outras nações ou impérios, pois Políbio possuía uma visão limitada de mundo, vivendo apenas na região do mediterrâneo.

1.3 O GOVERNO MISTO E A ESTABILIDADE EM POLÍBIOS

Todo o estudo feito, convém afirmar que “a tese principal da teoria polibiana das constituições, segundo Eduardo André Carvalho Schiefler (2014), é indubitavelmente a do governo misto, considerando que todas as constituições sofrem de um vício, o da falta de estabilidade.” (p.69) logo, “Está claro, de fato, que precisamos considerar ótima a constituição que reúne as características de todas as três formas” (p.69).

“(…) para Políbios, a constituição de Esparta é excelente, porque é mista.”

A teoria dos ciclos afirma que, por serem instáveis, mesmo as melhores formas simples de governo são más. Que ser simples é ruim, pois não é um governo misto, estável. "Como

⁴⁶<https://investidura.com.br/biblioteca-juridica/resumos/teoria-politica/318914-a-teoria-das-formas-de-governo-capitulo-iv-polibio>

dessa forma cada órgão pode 'obstaculizar' os outros ou 'colaborar' com eles, sua união é benéfica em todas as circunstâncias, de modo que não é possível haver um Estado melhor constituído" (p.71).

Eduardo André Carv, Schiefler continua e alega o quanto Políbio afirma que a melhor forma de governo é o misto, pois ele pode proporcionar o equilíbrio e a estabilidade que a composição das três melhores formas de governo – reino, aristocracia e democracia, fornece. Desse modo, o povo controlaria o rei que está sendo fiscalizado pelo senado. Um controla o outro e tem, de certa forma, medo da fiscalização do outro, não havendo, assim, desvios de conduta por parte do governo.

Se para Maquiavel a ruína do governo está na natureza humana viciosa, tal não é o caso para Políbio que atribui a primeira causa do êxito ou do insucesso de um povo a ser procurada na sua própria constituição" (p.71).

No entanto, "*a teoria de Políbio é uma teoria dos mecanismos constitucionais que tornam possível uma forma de governo estável — por isso preferível a qualquer outra*" (p.71).

Assim, Eduardo A. Car. Schiefler conclui que Políbio vai achar a razão da excelência do governo misto no princípio do equilíbrio (estabilidade), que seria um mecanismo de controle recíproco dos poderes. Na Idade Moderna, isso se tornará a base das teorias constitucionalistas. O historiador grego ainda afirma que "Nem deve este no princípio ser desprezado, nem se deve permitir tanto poder a ninguém, para que depois seja impossível discutir com ele nos mesmos termos acerca de teus direitos manifestos. " Abordando as teorias das formas de governo em Aristóteles, posso afirmar que Aristóteles antecipou, de certo modo, o conceito de governo misto ao estabelecer a política como uma "admiração sentida por uma sociedade sem grandes desequilíbrios de riqueza" (p.71).

Na sequência, "Parece-me não haver dúvida de que desde o princípio Políbio tem perfeita consciência de que até mesmo o Estado Romano, não obstante sua excelência, está sujeito à "lei natural" do nascimento, crescimento e morte; que, portanto, o que constitui o título de mérito do governo misto é sua maior estabilidade, não sua perenidade" (p.72).

Para Políbio, o governo misto não é sinônimo de eterna estabilidade, mas sim de um tipo de governo que leva mais tempo que as formas simples para sofrer mutações. Afirma,

ainda, que até a constituição romana é alvo de degeneração, pois, seguindo uma “lei natural”, após o surgimento, desenvolvimento e auge de uma constituição, vem a sua decadência.

É importante compreender que a argumentação de Políbio aponta em duas direções. Em primeira instância, uma abordagem de qual seja a melhor forma de governo entre a monarquia, a aristocracia e a democracia. Considera ele, também, as degenerações pelas quais passam essas formas de governo. Em segundo momento, Políbio traz uma bela análise sobre um regime considerado misto o qual tem suas qualidades porque traz em si a estabilidade e, ao mesmo tempo, uma opção benéfica para superação das crises pelas quais passam os governos em cada uma das suas diferentes etapas.

Percorrendo o livro sexto, podemos observar e constatar uma análise de mudanças de regimes, que denominamos ciclos políticos de regimes. Essa mudança de ciclos é também conhecida como *anacyclosis*. Na sequência, Políbio faz uma exposição sobre o governo e considera que o misto é o melhor. É de constatar que Políbio descreve com detalhes sobre cada uma das formas de governo dos capítulos quinto ao nono, mostrando as características de cada qual dos regimes. Nesses mesmos capítulos, o nosso autor descreve e apresenta também a degeneração das mesmas formas de governo. Segundo Schiefler, Eduardo André Carvalho, Políbio considera que, desde os primórdios, os seres humanos adotaram a monarquia como forma de governo e buscaram viver mais em comunidades, praticando a solidariedade, a justiça e aquilo que é bom para com todos⁴⁷.

Esse governo de um só, descrito acima com bom senso de justiça, de equilíbrio e de solidariedade é aquele que pode oferecer uma estabilidade ao estado ou a comunidade por assim dizer.

É importante entendermos que uma monarquia absoluta não existe, portanto há uma monarquia que podemos chamar de relativa ou ainda de limitada pela lei. Taylor, C. C. W. (Christopher Charles Whiston)⁴⁸, tratando das formas de governo em Aristóteles e da participação dos cidadãos, escreve o seguinte em relação à monarquia:

Na medida em que a *polis* é uma instituição humana, desenvolvida por indivíduos imperfeitos para servir a sua necessidade de uma boa forma de vida comunitária, a monarquia não oferece um modelo para a *polis ideal*. A única

⁴⁷Schiefler, André Carvalho, *A teoria das formas de governo*, Livro VI de História de Políbios in <https://investidura.com.br/biblioteca-juridica/resumos/teoria-politica/318914-a-teoria-das-formas-de-governo-capitulo-iv-polibio>

⁴⁸C.C.W. Taylor é Professor Emérito do: membro do “Corpus Christi”, membro também da Oxford University.

forma de monarquia adequada para indivíduos imperfeitos (incluindo o monarca) é uma monarquia limitada pela lei (III.15-16), mas nessa forma, como Aristóteles reconhece, é a lei que tem a autoridade suprema, e a monarquia é na realidade uma forma de magistratura (1287 a 3-6).

A monarquia genuína, isto é, absoluta, de fato não é uma forma de governo de uma comunidade humana, ela é antes um tipo de domínio divino”⁴⁹.

Eis o que disse Políbio no livro *VI de Histórias*, na página 333⁵⁰:

As três fontes de autoridade política mencionadas anteriormente por mim desempenhavam distintamente o seu papel na constituição romana. O espírito de equidade e a noção de conveniência sob todos os aspectos demonstrados em todas as esferas governamentais no uso desses três elementos para estruturar a constituição e para a sua aplicação subsequente eram tão grandes que, mesmo para um cidadão romano, seria impossível dizer com certeza se o sistema em seu conjunto era aristocrático, democrático ou monárquico. E tal sentimento era tão natural. Com efeito, a quem fixar a atenção no poder dos Cônsules a constituição romana parecerá totalmente monárquica; a quem fixá-lo no senado ela mais parecerá aristocrática, e a quem fixar no poder do povo ela parecerá claramente democrática. As partes do Estado postas sob o controle de cada fonte constitucional de autoridade eram e com ligeiras modificações continuam sendo as mencionadas a seguir.

Há uma indicação clara de Políbio que o governo de um só indivíduo caracterizado pelo bom senso de justiça e de equidade, muitas vezes, declina ou degenera ao longo dos tempos, marcado pela natureza invejosa dos homens, isto entre aqueles que recebem honrarias e aqueles outros que são esquecidos e desprezados. Acontecendo isso, o monarca passa a apegar-se ao poder que lhe confere honra fora da prática da justiça e, assim, torna-se um tirano ou um despota⁵¹.

Em segundo plano, Políbio vai em busca de uma saída logo que um governante monarca bom passou a tornar-se déspota ou tirano. A solução, nesse caso, seria confiar o governo e a administração não mais a um indivíduo, mas a um grupo seletivo dos homens considerados os melhores a quem o povo pudesse conferir a responsabilidade do governo, desta forma nasce a aristocracia.

⁴⁹ C.C.W. Taylor. *Política in Aristóteles*/ Jonathan Barnes (Org.) ed. Ideias &Letras, Aparecida, Sp. Tradução de Ricardo Hermann Ploch Machado, p.314

⁵⁰ Políbio. *História* VI, cap. 11, pp. 333-334

⁵¹ Políbio. *História*, VI, cap.6-7, Edição da UnB, tradução de Mário da Gama Kury, 1985.

Eventualmente, a degradação e o desgaste das práticas e costumes vão fazer com que esses homens considerados melhores esqueçam a prática da justiça e do bem da coletividade, mas no interesse dos poucos que governavam dando origem, desse modo, à oligarquia⁵².

Como dissemos anteriormente, o problema da cidadania em Aristóteles faz parte dos elementos que contribuem para a classificação dos regimes políticos. Quer dizer, a definição de quem é cidadão e de quem não é. Assim, abordando o assunto oligarquia na sequência da queda da monarquia para tirania, C.C.W. Taylor faz esta reflexão:

Um problema similar aplica-se à oligarquia. Dada a explicação participativa da cidadania, é contraditório definir uma oligarquia como uma comunidade em que a participação no governo está restrita a certa porção do corpo cidadão, já que aqueles excluídos dessas funções estão por definição excluídos do próprio corpo cidadão. Pode-se, é claro, identificar uma oligarquia diferenciando diversos aspectos da cidadania, alguns dos quais como a obrigatoriedade do serviço militar ou de impostos, aplicam-se a todos, ao passo que outros, como a elegibilidade para diversos gêneros de cargos na magistratura, são a prerrogativa de uma minoria, seja como for definida, por exemplo, por uma qualificação de acordo com as propriedades⁵³.

A deteriorização da aristocracia daria lugar à democracia, assim também, é o declínio da oligarquia para a democracia. De fato, o regime aristocrático se transforma numa democracia, que seria um governo de todos os cidadãos substituindo por consequente o governo de poucos eleitos como melhores, que, por sua vez, se vai corrompendo-se, resultando numa anarquia ou uma bagunça total. É de notar que a corrupção da democracia não seria o fim, mas pelo contrário uma possibilidade de corrigir o momento para uma possibilidade de restabelecimento de um poder centralizado na figura de um só. Assim ressurgiria a monarquia.

“Esse é o ciclo pelo qual passam as constituições, o curso natural de suas transformações, de seu desaparecimento e de seu retorno ao ponto de partida”⁵⁴.

É também de notar que todos os regimes considerados bons aparecem justamente com as leis que conduzem à prática da justiça e de bem comum. De lado do cidadão cabe o cumprimento do dever, prerrogativa de cumprimento das leis.

⁵² Políbio, *História*, VI, cap. 8

⁵³ C.C.W. Taylor. *Política*, P.315

⁵⁴ Políbio, *História*, VI, cap. 9-10, pp.330-332

Políbio considera esse dever como a origem e fim da prática da justiça. Entre os homens cabe a reciprocidade de dar aos outros o que deles foi recebido. É essa atitude que restabelece uma reciprocidade nas relações, o que gera uma vida boa e digna dos cidadãos.

C.C.W. Taylor (*Política*, p.316) corrobora que “o caráter do Estado ideal resulta diretamente da explicação do objetivo da *Polís* já discutida. Uma vez que uma *Polís* é uma comunidade que existe não meramente pela subsistência e proteção, mas pela boa vida, o melhor gênero de comunidade é aquele que torna a boa vida acessível a seus cidadãos”.

Portanto, para *Políbio*, uma cidade ou um regime será considerado virtuoso conforme uma adequação ou uma conformidade do comportamento do governante em relação às leis estabelecidas.

Então fica estabelecido que cada novo governo será reconhecido como virtuoso, desde que o seu governante tenha respeito às leis estabelecidas e as pratica. É exatamente pela boa prática da justiça e pelo bom respeito às leis que se tem parâmetro para distinguir as constituições políticas dos regimes em todos os seus ciclos “virtuosos” como: a monarquia, a aristocracia e a democracia.

Pelo contrário, a cada variação de regime para sua forma degenerada ou viciosa é notório a constatação de acúmulo de bens ou luxo exagerado do governante ou dos governantes. É sobretudo notável a escandalosa falta de respeito às leis e aos costumes.

Grosso modo, a decadência de um regime se estabelece então pela ruptura ou falta de cumprimento das regras, leis e costumes na conduta pública pelos homens públicos. É deixando de praticar a justiça que se dá o início à corrupção do regime político.

Segundo Políbio, a mudança dos ciclos dos regimes de governos é totalmente previsível partindo do estágio onde se encontra o governo em vigor. Podemos ler nesses termos a sua observação:

Quem distinguir nitidamente esse ciclo poderá, falando do futuro de qualquer forma de governo, enganar-se em sua estimativa de duração do processo, mas se seu juízo não for afetado pela animosidade ou pelo despeito, dificilmente se equivocará quanto ao seu estágio de crescimento ou declínio e quanto à forma que resultará desse processo⁵⁵.

⁵⁵ . Políbio, *História*, VI, cap.9, 11

É de se perguntar o que inspirou Políbio para a elaboração da teoria de ciclos de governos? Foi por assim dizer, a leitura da história dos governos passados, seus crescimentos, seus sucessos como também os seus declínios. Esses fatos, certamente são comparados ao ciclo natural e biológico da vida, seja a vida das plantas, animais e vida humana. Tudo é gerado, tudo cresce, tudo amadurece e finalmente tem um declínio, mas sempre há um recomeço. Todos os reinos tiveram seus começos, seus auge e as suas quedas.

Políbio, com certeza, não foi o primeiro a pensar a circularidade dos regimes políticos na história. Temos na Grécia vários exemplos dessas teorias. Os escritos de Platão e, em especial, de Aristóteles nos apresentam esse mesmo ciclo de regimes, como já mencionamos essa situação observada por C.C.W. Taylor numa releitura da Política de Aristóteles. De fato, há muita semelhança entre a descrição feita por Políbio e aquela descrita por Aristóteles tratando dos seres ou entes naturais⁵⁶. É uma descrição semelhante à mudança dos regimes em Aristóteles como descrito na sua obra a *Política* V,1.

Fica para nós que há um paralelismo que pode se estabelecer entre a teoria Polibiana de mudanças de regimes com o ciclo natural da vida dos seres biológicos, animais, plantas, insetos e os seres humanos. O campo de observação dos fatos sociais e governamentais tanto de Políbio como dos outros pensadores, certamente tenha sido a natureza em geral.

Toda essa mudança é concebida como fruto de *Tyché*, “tyche que remete mais frequentemente ao acaso no sentido de um acontecimento no mundo humano cuja causa está oculta para a razão humana. Na acepção privilegiada por Aristóteles e, talvez, pela maior parte dos filósofos gregos, *Tyché* é uma espécie particular de Automaton, que significa o acaso em geral”⁵⁷.

Esse acaso geral seria para Políbio uma causa fundamental dos destinos dos regimes. Essa ideia de atribuir à *tyche* ou a *auotmaton* uma função tão relevante no destino dos homens, no crescimento e no progresso dos governos é uma concepção que já vem sendo discutida desde os gregos, Platão e Aristóteles, conforme mencionamos na Política de Aristóteles, que todos vislumbravam no *tyche* a causa ou uma das causas da mudança dos seres. Se para Aristóteles, em Física II,6, a noção de *tyche* torna-se casualidade, em Políbio é concebida como um elemento acidental que estaria a origem de algumas ações que vão determinar o fim das coisas

⁵⁶ Aristóteles, *Politica* I,1-2

⁵⁷ https://www.google.com/search?q=tyche+significado&rlz=1C1CHZL_pt- acessado em 21 de Março de 2022.

ou das ações. Posto isto, *tyche* torna-se algo fora do controle do homem, bem como passa a ser vista como algo de difícil conhecimento ou apreensão; vai tomando outra dimensão além do aspecto puramente natural.

Tanto é verdade que a noção de *tyche* é também percebida no âmbito de uma visão religiosa que é fundamentada na mitologia grega. Jean Pierre Vernant em “Mito e Pensamento entre os gregos” (1990) [cap. 1-3], mostra que há uma concepção mítica de que os deuses intervêm na vida humana como nas transformações do universo que circunda os homens. Essa concepção explica tanto as origens quanto o devir, o “vir a ser”, através deste elemento incompreensível ou impenetrável racionalmente pelo homem.

Todavia, a razão tenta explicar que se trata de uma ação da natureza e mesmo além da natureza que age sobre a própria natureza e sobre os seres naturais e humanos. Nessa linha de raciocínio, podemos concluir ou tentar tirar uma lição de que se trata de algo imponderável, algo que pode ocorrer e do qual o homem possui pouco ou nenhum mecanismo de controle.

Pode-se imaginar uma força acima dos deuses que determina tudo. Nesse caso, pode-se falar mesmo de “Esse divino indeterminado, em grego *tō theíon* ou *tà daimórtion*, subjacente aos deuses específicos, diversifica-se em função dos desejos ou dos temores aos quais o culto deve responder⁵⁸”. Considerando que há uma força fora do controle humano que determina ou move o cosmos e as coisas em geral, não há como o homem determinar as coisas. Diante do exposto, parece que Políbio só pode constatar a mudança circular dos regimes e recomendar aos homens observar o estágio em que se encontram para prever o próximo passo.

1.4 REGIME MISTO E A ESTABILIDADE DE GOVERNO EM POLÍBIO E EM ARISTÓTELES.

Em princípio, dessa forma, tudo vai se repetindo o tempo todo. Portanto, para conseguir uma estabilidade de regime e do governo, é preciso uma mudança na forma de regime e na constituição. Por isso, o regime constituído levaria em si um pouco de melhor dos regimes anteriores. Esse novo regime seria chamado de regime misto o qual teria uma constituição

⁵⁸ Vernant, Jean Pierre; *Mito e religião na Grécia Antiga*, Tradução de Joana Angelica d'Avila Melo ed. Martins Fontes, São Paulo, 2009, P.23

semelhante àquela elaborada por Licurgo em Esparta que viu o seu governo durar oitocentos anos.

Sem dúvida nenhuma, essa constituição do regime misto faz a circularidade temporal das constituições desaparecer e implantar um sistema linear bem temporal, excluindo toda possibilidade de ciclos de mutações.

Faz-se importante um governo misto que vai se configurando num regime político vai fazer frente indubitavelmente às mudanças de regimes.

Reiteradamente, mencionamos o exemplo da constituição espartana que durou mais de oitocentos anos como prova. Estamos diante de uma constituição que não é sujeita à força imprevisível da natureza, mas na solidez das leis e sua praticidade.

Nos seus escritos acerca da política de Aristóteles, C.C.W. Taylor mostra como o mencionado filósofo era favorável ao governo misto por ser estável e dar garantia a todas as classes sociais da cidade. Taylor faz observar que a oligarquia e a democracia são dois extremos que priorizam uma classe ou outra; continua nos seguintes termos valorizando a mescla de classes para o bem comum e a estabilidade.

O interesse comum é mais bem promovido, em sua opinião, por um regime misto, embora, em harmonia com seu princípio geral de que as questões práticas não admitem generalizações sem exceções, ele evita qualquer tentativa de especificar alguma mescla particular como a melhor em todos os casos. Em harmonia com sua posição geral, supõe que uma constituição mista terá também um determinante econômico, a saber, a predominância política daqueles de riqueza intermediária (IV,11). Por conseguinte, ele tende a descrever o melhor tipo de constituição praticamente alcançável como uma constituição intermediária (**mesê politeia**), que pode ter qualquer forma, desde que seja caracterizada por uma mescla de traços democráticos e oligárquicos e na qual predomine a classe intermediária ou média (**hoi mesoi**- literalmente as pessoas médias).⁵⁹

Em sua tese de doutorado em Filosofia sobre os “Fundamentos da República e sua corrupção nos Discursos de Maquiavel”, José Antonio Martins⁶⁰, analisando a circularidade de regimes em Políbio, faz a seguinte observação, na página 70:

“A teoria polibiana apresenta, então, de um lado, o fato da mutação inevitável dos regimes e, de outro, a possibilidade de uma forma estável e duradoura. Mas, ao apresentar essas duas possibilidades, Políbio expõe uma contradição,

⁵⁹ C.C.W. Taylor- *Politica*.op.cit. P. 322-323

⁶⁰ José Antônio Martins; os “*Fundamentos da República e sua corrupção nos Discursos de Maquiavel*”, tese de doutorado defendida Na Universidade de São Paulo (USP) em 2007, Pág.70

uma vez que, em um mesmo texto coabitam duas teses antagônicas e contraditórias, a saber, de uma parte a afirmação de que esses ciclos das formas de governo são irresistíveis, pois são naturais, uma necessidade da natureza e, de outro lado, a possibilidade de resistência a essas mutações com a atuação do legislador. Em outras palavras, há um conflito entre as forças da natureza e aquilo que pode o legislador fazer, de tal modo que ou a natureza exerce seu poder irresistível sobre os governos, impondo sua determinação, ou essa força pode ser domada pela atuação do legislador, que, nesse caso, controla ou atenua os poderes das forças naturais. Mais do que uma resposta, o regime misto se coloca como um desafio, na medida em que desloca o foco da argumentação, sem dar conta dos problemas evidenciados nos regimes simples. Não há no texto de Políbio uma clareza sobre qual desses dois aspectos é determinante: os ciclos naturais de mudança ou a atuação do legislador, haja vista que há uma coabitação dessas forças, sem que uma seja resposta definitiva para a outra. Para explicar tal contradição, embora não haja consenso entre os comentadores, coloca-se a hipótese de que o texto foi escrito em duas épocas distintas, de tal modo que em cada uma dessas etapas o historiador estava mais propenso a uma das teses”.

Maquiavel não concorda que uma república possa ter vida suficiente para passar por esses ciclos e retornar ao mesmo governo. De fato, os governos têm uma vida breve. “E esse é o ciclo segundo o qual todas as repúblicas se governam e governam, mas raras vezes retornam aos mesmos governos, porque quase nenhuma república pode ter tanta vida que consiga passar muitas vezes por tais mutações e continuar em pé⁶¹”.

Rejeitando as formas individuais boas sugeridas por *Políbio*, Maquiavel encontra na forma mista uma excelente opção para a estabilidade, sobretudo, em um bom ordenamento de leis e afirma: “Digo, portanto, que todos esses modos(Estados) são nocivos, tanto pela brevidade da vida que há nos três bons quanto pela malignidade que há nos três ruins. Assim, sempre que tiveram conhecimento desse defeito, aqueles que prudentemente ordenam leis evitaram cada um desses modos por si mesmos e escolheram algum que tivesse um pouco de todos, o julgarem mais firme e estável⁶²”.

É importante observar que Maquiavel aceita e fica com a segunda parte da teoria polibiana inerente ao regime misto, e rejeita a parte tratando da circularidade de regimes. Certamente, deve ter observado a dicotomia nas duas teorias de *Políbio* e rejeita a outra parte complicada por razões que aludimos anteriormente.

A opção pelo regime misto descarta a possibilidade de um determinado regime estar a mercê do determinismo naturalista. Mais importante é confiar a responsabilidade da

⁶¹ Maquiavel. *Discursos* I,2,17

⁶² Maquiavel. *Discursos* I,2,17

estabilidade da república ao bom ordenamento das leis, conseqüentemente, ao saber do homem, enfim ao legislador, que é chamado a elaborar boas leis e garantir a sua aplicabilidade.

De fato, o destino da vida política é confiado nas leis e no homem e não mais na natureza e no seu determinismo. É claro que se trata de rejeição do determinismo cíclico dos regimes pela natureza, mas a força da natureza como um acaso poderá retardar algumas atuações ou execuções de projetos, planos dos governos já planejados. Trata-se da fortuna que pode influenciar, porém isso é de menos quando se trata da estabilidade da república a ser cuidada pelo homem e pelas leis.

Podemos, de certo modo, observar que uma das conclusões da teoria de *Políbio* é a constatação da eternidade e impossibilidade na finitude das cidades. Para uma estabilidade de república, é impossível no movimento temporal ou breve dos regimes. Foi por isso que Maquiavel, nos Discursos I,2, rejeita a morte e dissolução de cidades através dos regimes de curta duração.

Como até agora nos mantivemos na análise dos dois primeiros capítulos dos Discursos nos quais Maquiavel trata da questão de tipos de principados e das espécies de repúblicas e, em especial a República de Roma, tratando das fundações das cidades, muitos autores começaram a datar o quanto os Discursos foram escritos. No mesmo tempo, surge a pergunta se o livro foi escrito em parte ou foi de uma só vez?

É bem sabido que os Discursos foram escritos no período entre 1513 a 1517. O Professor Bignotto, na introdução dos Discursos da editora Martins Fontes, 2007, escreve que:

Ao terminar “*O Príncipe*”, Maquiavel já se lançara em uma outra tarefa de grande fôlego. Se no afã de recuperar o seu lugar, ele acreditara poder influenciar os novos senhores de Florença e mostrar-lhes suas capacidades dedicando seu trabalho ao novo Lourenço de Medici, nos anos seguintes o público dos Discursos sobre a primeira década de Tito Livio (1513-1517) seria completamente diferente. Na casa da família Rucellai, em Florença, reunia-se um grupo de jovens e intelectuais que discutia os mais diversos assuntos: poesia, literatura, política, o passado glorioso de Roma e as gruras dos tempos sombrios do começo do século. Nesse ambiente, conhecido como *orticellari*, Maquiavel foi introduzido em 1516. Nele leu e discutiu seus Discursos e mais tarde seu Arte da guerra (1521)⁶³.

Quanto a esses dois primeiros capítulos abordados, Hans Baron pensa que *os Discursos* teriam sido escritos de uma só vez a partir de 1515 em razão de outra discussão de saber se

⁶³ Maquiavel, N. *Discursos*, introdução do Professor Bignotto, Pág. XXI-XXII

Maquiavel teria ou não conhecido o texto de Políbio nos anos de elaboração dos Discursos. De fato, alguns acreditaram ser improvável, o que sugeriria que tais textos foram postos bem depois, isso nos conduziria a uma elaboração dos Discursos provavelmente depois dos anos de 1515. Essa seria a hipótese central de Hans Baron e Hexter. Como podemos ler no Hexter, J. H. Seyssel, Machiavelli and Polybius VI: the Mystery of the Missing Translation, “Studies in the Renaissance”, 3, 1956, sobretudo, nas páginas de 75-96; Veja também em Baron, Hans. *The ‘Principe’ and the Puzzle of the Dates of the Discursos*⁶⁴ in “*Bibliothèque d’Humanisme et Renaissance*”, XVIII (1956), explorando as páginas 405-428. De fato, é importante, pois, essa discussão de datação das partes do livro ou de quem antes ou depois, todavia é muito mais importante um conjunto da mensagem que o livro traz de maneira sequencial e ordenada.

Podemos nos perguntar sobre o porquê da preocupação relativa à datação desses dois capítulos? Trata-se da costura do texto que deixa perceber uma certa separação como demonstra Baussi. De outro lado, há um pensamento de Bausi, no I Discursos di Niccolò Machiavelli, Genesi e structure, 1985, primeira parte, percorrendo as páginas 7 a 71 em que sustenta que os capítulos I e II do livro I dos Discursos podem ter sido separados do conjunto da obra sobre as repúblicas. É verdade que esses capítulos são importantes, contudo, de outro lado, Bausi quis demonstrar que eles não teriam uma ligação tão estreita com os restos do texto voltado no assunto “repúblicas”. É claro que para falar das repúblicas era necessário tratar de quantas são as categorias ou os tipos de principados. A relação do conjunto do texto dos Discursos levou a um questionamento se o livro foi escrito de uma só vez ou em tempo separado com influência de fatores diferentes.

Ao contrário desta percepção de Bausi, encontra-se aqueles que afirmam que os dois primeiros capítulos têm uma ligação forte com o resto do texto, especialmente, até o capítulo dezoito, assim argumenta Sasso Gennaro⁶⁵.

Aqui, somos convidados a entrar em uma análise profunda da estrutura dos capítulos mencionados. No proêmio, nos foram apresentados os fatos gerais, nosso autor, Florentino, desenvolve no primeiro capítulo do primeiro livro dos Discursos aquilo que determina a fundação das cidades. Em verdade, Maquiavel pretende abordar como fizeram outros pensadores que outrora no âmbito da política expuseram seus pensamentos a respeito de

⁶⁴ Hans Baron, “*O Príncipe’ e o Enigma das Datas dos Discursos*” em Biblioteca de humanismo e Renascimento, XVIII de 1956. Obs. Tradução livre minha.

⁶⁵ Sasso, Gennaro. *Machiavelli e gli antichi e altri saggi*. Tomo I, 1987 cap. I, p. 57)

nascimento ou surgimento das cidades, como podemos ler nos escritos Platão, Aristóteles, Cícero, São Thomas de Aquino, também os contratualistas como Jean Jacques Rousseau, Thomas Hobbes e John Locke, tudo indica a necessidade da segurança e da proteção, no mesmo tempo garantir a proteção daquilo que se tem. Buscando nesse sentido as causas que levaram os homens a fundar uma cidade ou a sua cidade, percebemos uma grande diferença entre o que foi defendido pelo secretário Florentino e o que lemos nos escritos políticos clássicos e, em especial, nos escritos do discípulo de Platão, Aristóteles. Diferentemente de Aristóteles que pensa que o homem é naturalmente um animal social (*Politica* I,1), Maquiavel não vê o homem a essa tendência natural, pelo contrário ele é forçado pelas condições externas que fazem o homem deslogar-se em busca de um lugar propício para fundação de uma nova cidade. É verdade que a vida em sociedade depende do interesse que um tem com o outro, ou seja, na colaboração que pode receber do outro, no apoio e na segurança que vem dos outros. Maquiavel não deixa nenhuma dúvida de que o homem não é tão social como afirma Aristóteles, mas ele é forçado a socializar-se e viver em sociedades ou cidades. E a razão da fundação de Estados ou cidades reside na segurança dos membros das comunidades constituídas. Podemos observar que temos uma perspectiva diferente daquela indicada por Aristóteles, que direcionava para um sentido de transcendência para a fundação do Estado.

A segurança⁶⁶ é a primeira razão para a fundação de estruturas como cidades projetadas sobre um território e sobre uma comunidade humana. No mundo antigo, habitantes dispersos em vilas se agrupavam em cidades para proverem-se de segurança contra eventuais atacantes. Prevenir o perigo, estabelecer defesa comum são medidas de segurança e razão fundacional de cidades ou Estados. Garantir segurança, que quer dizer, também, garantir a vida, a integridade física e os bens, constitui o primeiro e fundamental bem público. Garantir uma vida segura tornou-se o primeiro bem comum da comunidade, que houve por judicioso, estabelecer os meios necessários para provê-lo. Meios que, nas cidades originárias, podiam ser providos por um particular – chefe, geronte, rei – ou pelo esforço comum da comunidade.

“E para discorrer antes sobre o seu nascimento, direi que todas as cidades são edificadas, ou pelos homens nascidos no lugar onde são edificadas, ou por forasteiros”⁶⁷.

⁶⁶ Discursos. I, I, p.8 “Quando os habitantes dispersos em muitas e pequenas partes percebem que não poderão viver seguros, visto que cada um por si não poderia resistir ao ímpeto de que quem os assaltasse, seja pelas feições de local, seja por serem em pequeno número, e não teriam tempo de unir-se para a defesa diante da chegada do inimigo...”.

⁶⁷ Maquiavel. Discursos I,1,7-8.

Podemos afirmar com Maquiavel que os motivos que levam os homens a fundar uma cidade nascem de algo bem interno a eles que seria uma maneira de se satisfazer, buscar uma satisfação, também, por uma condição externa que se impõe e os obriga a ir em busca de um novo lar, um novo estabelecimento de cidade nova.

O secretário Florentino se propõe a um objetivo de definir qual foi a *virtù* que tinha se instalado em Roma permitindo que aquela cidade permanecesse firme e forte por longos anos.

Esse pensamento nos revela aquilo que hoje sabemos de muitos autores e os historiadores no sentido de que a força e o vigor de uma cidade tudo é forjado ou desenhado em termo de *virtù* no momento da sua fundação, ou seja, nos primeiros anos de vida daquela determinada cidade. Cada cidade carrega em si, desde a sua concepção, aquilo que poderemos chamar de qualidades, das virtudes como dos vícios que vão determinar o seu futuro ou seu devir.

O fato de os homens e de as mulheres descobrirem uma cidade e se encantarem com suas qualidades, isto é uma prova da *virtù* que foi ali instalada a partir da sua fundação ou surgimento. Para compreender, ou melhor dizendo, para descobrir as principais qualidades de cada cidade é necessária uma análise cuidadosa dos elementos primordiais de sua moldura ou dos seus pilares iniciais. Vejamos o que Maquiavel disse a esse respeito logo no início do primeiro capítulo do primeiro livro *Discursos*:

Quem ler a história da fundação da cidade de Roma e da forma como tudo foi ordenado e por quais legisladores, não se admirará que tanta *virtù* se tenha mantida por vários séculos naquela cidade e de que depois tenha surgido o império, que a qual República atingiu⁶⁸.

Tendo o autor se decidido de tratar da fundação das cidades, Maquiavel não passa logo a abordar o surgimento da cidade de Roma em primeira mão. De fato, florentino articula uma série de observações que levam ou conduzem a fundação de toda e qualquer cidade; essas observações ou constatações se apresentam de tal forma que indo por uma direção ou por outro caminho oposto ou paralelo se alcance determinadas consequências ou resultados. Maquiavel menciona várias razões que determinam a fundação de cidades. Em meio a tantos argumentos, primeiro destaca a *virtù* do príncipe fundador. Essa *virtù* como tantos outros atributos do

⁶⁸ Maquiavel. *Discursos* I,1,7

fundador ficarão marcados e reproduzidos na cidade. Também é verdade que quanto maior for a *virtù* do fundador bem maior se apresenta a *virtù* da cidade.

Nesse caso, conhecem-se a *virtù* do edificador e a fortuna do edificado, que é mais ou menos maravilhosa conforme seja mais ou menos virtuoso aquele que lhe constituiu o princípio. A *Virtù* essa que se conhece de dois modos: o primeiro é a escolha de local; o segundo, na ordenação das leis⁶⁹.

Maquiavel assegura que, além das condições naturais do lugar escolhido para a instalação da cidade, é de suma importância que haja excelentes ordenamentos políticos. Logo no início, o texto de Maquiavel nos parece orientar no sentido de que os atributos físicos do lugar que irão determinar as qualidades ou os atributos da cidade. Portanto, percorrendo o capítulo fica claro no texto que cabe à lei e aos ordenamentos políticos essa função principal. Maquiavel vai listando os príncipes e exércitos que se destacaram por leis e disciplina vivendo em terras áridas.

Entre estes conta-se o reino dos egípcios que, apesar de viverem em terra ameníssima, foi tal a força dessa necessidade ordenada pelas leis que geraram homens excelentes; e, se os seus nomes não tivessem sido apagados por tanta antiguidade, veríamos que mereciam mais louvores que Alexandre Magno e muitos outros de recente memória. E quem tivesse considerado o sultanato e a ordem de mamelucos e seu exército, antes de serem extintos pelo grão turco Selim I, ele teria visto a quantos exercícios se submetiam os soldados, e ficaria sabendo como eles temiam o ócio a que a benignidade da terra os podia levar, se a tanto não obviassem com rígidas leis⁷⁰.

De Selim I, temos a informação de que, aliás trata da sua biografia, nasceu, provavelmente, em 6 de novembro de 1494, em *Trabzon* na costa leste do Mar Negro. Foi sultão do Império de Otomano e califa do islamismo de 1520 a 1566, tendo sucedido ao seu pai, o sultão Selim I, e reinado durante quarenta e seis anos. Para os Turcos, ficou ainda conhecido por *Kanuni*, o *Dador das Leis*, devido às suas reformas na justiça e administração; para os países ocidentais, foi o *Magnífico* por causa do esplendor da sua corte⁷¹ e das suas muitas vitórias militares na Europa. Os cronistas portugueses chamaram-no de *o Grão-Turco*.

Durante seu reinado, o Império Otomano alcançou o seu apogeu com o exército do sultão a chegar às portas de Viena e Constantinopla transformada em polo artístico e cultural. Adepto do humanismo renascentista, *Solimão* era considerado pelos seus sú(b)ditos um sultão justo e íntegro (tanto que é comum chamá-lo de Salomão II, em comparação com o rei

⁶⁹ Maquiavel. *Discursos* I,1,9-10

⁷⁰ Maquiavel. *Discursos* I, 1,10-11

⁷¹ <https://pt.wikipedia.org/wiki/Corte>

hebreu, Salomão). Amante de poesia e filosofia e exímio general, o Império Otomano pôde, sob o seu governo, ter os seus domínios na Europa dobrados, tornando os turcos um dos impérios mais influentes no continente. Criou leis inovadoras, algumas escandalizando muitos europeus e árabes, conservadores, como a de promover o funcionário público por mérito, não por berço, embora tudo de acordo com o *Alcorão*. Além disso, foi durante seu governo que ocorreu a Batalha de Rodes. No final de seu governo, já distante de seu idealismo de quando jovem, rendeu-se aos desejos de sua esposa *Roxelana*, tendo inclusive assassinado seu braço direito, *Ibrahim Paşa*, e o próprio filho primogênito, Mustafá. O filho dele com *Roxelana*, *Selim II*, assumiu o trono, iniciando o declínio do Império Otomano”⁷².

Quero retornar a análise dos princípios das cidades no primeiro capítulo em que são destacadas as condições naturais do local para melhor adaptação. É exaltada a fertilidade da terra ao detrimento da esterilidade do terreno. Sendo assim, veio a importância da lei e dos ordenamentos políticos e jurídicos. De fato, o pensamento vai oscilando entre esses dois eixos importantes. Ao avançar do texto, percebe-se que as condições naturais vão cedendo espaço à lei e aos ordenamentos políticos em relação ao que tange a durabilidade como fator preponderante. Podemos afirmar que a conciliação ou o equilíbrio entre as condições naturais e as leis e ordenamentos, ou melhor, a combinação dos dois fatores cria uma estabilidade na República. Com tudo isto, podemos ter a certeza de construir uma cidade de virtù com os homens e mulheres de virtù também.

Como mencionei, Maquiavel começou tratando de cidade de maneira geral e, então, chega ao assunto real que é fundação e a estabilidade da cidade de Roma. Passando em revista os critérios acima abordados, Maquiavel chega a tratar, especificamente, de Roma e disse:

Quem, portanto, examinar a edificação de Roma, se considerar que Enéas foi seu primeiro fundador, dirá que ela está entre as cidades edificadas por forasteiros; se considerar que foi Rômulo, dirá que é das edificadas pelos homens nascidos no lugar; seja qual for o modo considerado, verá que Roma teve um princípio livre, sem depender de ninguém: verá também, como diremos adiante, a quantas necessidades as leis ditas por Rômulo, Numa e outros a obrigaram, de tal modo que a fertilidade do solo, a comodidade do mar, as numerosas vitórias e a grandeza do império não a puderam corromper por muitos séculos, mantendo-a cheia de tanta virtù, com que nenhuma outra cidade ou república jamais se ornou⁷³.

⁷² https://pt.wikipedia.org/wiki/Solim%C3%A3o,_o_Magn%C3%ADfico.

⁷³ Maquiavel. *Discursos* I,1,11-12

De fato, a excelência e a *virtù*, de Roma encontram-se no fato de ter, com justiça, conseguido conciliar ou combinar as condições naturais e as leis e ordenamentos políticos. Essas habilidades de combinar as condições naturais com os ordenamentos políticos lhe favoreceram com disciplina as conquistas de incontáveis vitórias. Dessa forma, Roma conquistou grande força e poder e, portanto, conseguiu conservar as suas instituições e viver em liberdade. Essa fase da vida da cidade foi de longa duração e de um valor excepcional que é a liberdade. Assim é Roma, assim foi Roma.

Chegamos ao ponto em que Maquiavel deixa claro o que pretende desenvolver no Primeiro Livro dos *Discursos*, ou na Primeira Parte como prefere também chamar. Assim escreve o nosso autor:

E, visto que as coisas realizadas por ela e celebradas por Tito Lívio ocorreram por deliberação pública ou privada, dentro ou fora da cidade, começarei discorrendo sobre as coisas que, ocorridas dentro da cidade e por deliberação pública, me pareçam dignas de maior atenção acrescentando tudo o que delas decorria; e com tais discursos terminará este primeiro livro, ou melhor, esta primeira parte⁷⁴.

A condução do pensamento de Maquiavel, naquele momento, sobre a participação popular, a elaboração das leis, tudo foi esclarecido em termos de identificação do princípio daquela cidade de Roma, torna-se mais necessário avançar em busca daquilo que fez a sua glória⁷⁵. Em verdade, estamos em busca daquilo que de certa maneira favoreceu a estabilidade e a liberdade com a paz em Roma. Estaremos procurando as razões que por dentro da cidade-estado favoreceram a sua expansão e fizeram de Roma uma cidade de honra e uma fortaleza. Podendo, assim, explorar essas diversas causas internas e depois haveremos de, na medida do possível, explorar as causas externas e as conquistas de Roma frente ao mundo externo.

Ao tratamos das causas internas, de fato, percebemos que cabe com honra o espaço dado aos ordenamentos políticos e não mais ao espaço geográfico com suas causas naturais. Os conflitos internos fizeram que Roma elaborasse leis e ordenamentos políticos em busca de uma convivência harmoniosa, essa harmonia estará a origem de uma estabilidade duradoura.

⁷⁴ Maquiavel. *Discursos* I,1,12

⁷⁵ Para Dan Eldar, EL DAR, D. *Glory and the boundaries of public morality in machiavelli's thought. In: History of Political Thought*. Vol. III, Num. 2, 1986, p. 423. A glória é, antes de tudo, um desejo privado. Porém, a glória, como todo e qualquer desejo, segundo ele, é uma aspiração com aquisição mediada; ou seja, ela depende de normas e diretrizes públicas. A importância da glória em O Príncipe residiria, então, no fato de que o desejo pela glória descortina o escopo público para a ação política – os limites da autoridade.

Verdadeiramente as resoluções dos conflitos, a elaboração das leis e a criação das instituições, segundo Maquiavel, revelarão a causa do poder político romano e da sua estabilidade. Encontramo-nos, assim, diante daquilo que pode ser visto e considerado neste capítulo, como sendo as leis uma força reveladora do poderio político que teve Roma e, desse modo, podemos lentamente enxergar o propósito de Maquiavel nos Discursos. De fato, Maquiavel nos conduz, progressivamente, do espaço geográfico fértil ou árido dependendo do contexto geográfico e social, para o poder de formulação dos ordenamentos políticos e jurídicos.

O capítulo I nos preparou para analisar na sequência a virtù de fundadores de cidades. Aqui, a circularidade dos regimes foi analisada onde há mudança das formas de governos.

Uma análise sobre como as cidades foram fundadas, nascendo com liberdade ou não, assim se justifica o estabelecimento dos ordenamentos políticos.

Fica para nós que as condições de surgimento das cidades nos sugerem consequentemente linhas mestras para que se possa estabelecer ou conceber ordenamentos políticos como um conjunto de leis apropriadas. Esta apresentação nos ajudará a entender depois o porquê e a importância do capítulo segundo tratando das cidades no livro dos Discursos.

Maquiavel, no início do capítulo II dos Discursos do Primeiro Livro, deixa bem explícito que tratará de cidades que nasceram livres e que chama de repúblicas, e não daquelas que foram submetidas ao poder de outrem. Assim escreve:

Quero deixar de lado os comentários sobre as cidades que nasceram submetidas a outros; falarei das que nasceram distantes de todo tipo de servidão externa, mas logo se governaram por seu próprio arbítrio, seja como repúblicas, seja como principados: cidades que tiveram não só diferentes princípios, mas diferentes leis e ordenações⁷⁶.

Como no “Príncipe”, Maquiavel inicia esse segundo capítulo com análise de quantas são as repúblicas, como o fez no príncipe querendo saber de quantas espécies eram os principados. A questão principal deste capítulo é o tema da liberdade política, expressão para significar a República. Maquiavel pretende demonstrar como as cidades adquirem a liberdade que se expressa na forma republicana de governo, através de dois aspectos importantes que são as leis e os ordenamentos políticos que se pode vislumbrar aquilo que será aquela cidade. De

⁷⁶ Maquiavel. *Discursos* I, II, 12

fato, fica bem claro que a liberdade, em um determinado Estado, deve se assentar neste complexo que são os dois pés, leis e ordenamentos. O Compêndio, “Leis e ordenamentos” prefigura uma garantia para uma atividade política segura. Maquiavel nos apresenta um exemplo bem clássico da cidade de Esparta com as leis e ordenamentos estabelecidos pelo seu legislador Licurgo que assim puderam viver por longos anos em paz com liberdade e estabilidade política.

Porque algumas receberam leis, em seu princípio ou depois de não muito tempo, de um só homem e de uma só vez – como as leis que foram ditadas por Licurgo aos espartanos – e outras as receberam ao acaso e em várias vezes segundo os acontecimentos como ocorreu com Roma⁷⁷.

A sabedoria e a agilidade de Licurgo foram determinantes para garantir uma estabilidade da cidade de Esparta por pelo menos oitocentos anos. No caso específico de Esparta, isso se revelou ser uma ação necessária, a elaboração de leis e ordenamentos. No caso de Roma, percebemos que a situação se apresenta como fruto do acaso ou de acidentes. É verdade que Roma não teve a sorte de ter um Licurgo que pudesse lhe dar boas leis e bons ordenamentos em sua fundação, mas, mesmo assim, Roma se engrandeceu através dos conflitos ou dos humores contrários, diante de tantas lutas, desafios e transformações, e instalou um regime que lhe propiciou a sua liberdade cívica, a sua estabilidade e a sua felicidade. No entanto, Florença de Maquiavel não teve a mesma sorte. O último capítulo desta pesquisa, trata do porquê que Florença nunca foi nem república nem principado; percebermos como os conflitos em vez de unir fizeram Florença decair e viver em permanente instabilidade.

Roma conheceu muitas dificuldades por não ter tido desde o começo as leis e os ordenamentos, as instituições seguras. Estamos, segundo apresentação de Maquiavel, diante de dois modelos diferentes de fundações da cidade de Esparta e da cidade de Roma. No primeiro momento, Maquiavel parece inclinado para o modelo espartano que apresenta mais vantagens de ter um legislador o qual ofereceu leis e ordenamentos. Posto isso, escreve Maquiavel para significar a felicidade de Esparta:

Assim, pode considerar-se feliz a república à qual caiba por sorte um homem tão prudente, que lhe dê leis de tal modo ordenadas que seja possível viver com segurança sob tais leis, sem precisar corrigi-las. E vê-se que Esparta as observou por mais de oitocentos anos sem as corromper ou sem nenhum tumulto perigoso, mas é em certo grau infeliz a cidade que não tendo encontrado um ordenador prudente precisou reordenar-se por si mesma⁷⁸.

⁷⁷ Maquiavel. *Discursos* I, II, 12-13

⁷⁸ Maquiavel. *Discursos* I, II, 13

Partindo do que foi analisado e observado acima, diremos que a cidade-Estado de Esparta viveu a uma longa estabilidade por ter tido boas leis e boas instituições. O texto de Maquiavel nos revela que naquela cidade não houve tumultos perigosos nem conflitos e muito menos corrupção (*Discursos I, II,13*). A cidade de Esparta viveu por oitocentos anos um tempo de tranquilidade e paz em toda a segurança. Esparta, de fato, viveu um longo tempo de estabilidade por ter tido um legislador que lhe deu leis e ordenamentos políticos (*Discursos I, II, p. 17-18*) e, conseqüentemente, boas instituições. A situação de Roma é totalmente diferente daquela vivida em Esparta. É de se constatar que Roma vivia constantemente em conflitos internos, muitos tumultos devido a mudanças constantes dos governos. Essa situação criara muita instabilidade por falta de ordenamento, por falta de um legislador que pudesse contribuir com boas leis. Florentino declara: “E, pelo contrário, é em certo grau infeliz a cidade que não tendo encontrado um ordenador prudente precisou reordenar-se por si mesma”⁷⁹.

Portanto, há cidades que não tiveram um legislador no início e, mais ainda, não conseguiram operar as reformas possíveis de leis e instalar boas instituições duradouras. É evidente que as cidades se encontrando nessa situação não prosperam na felicidade e não realizarão as reformas previstas. Conseqüentemente essas mesmas cidades viverão longe do alcance da felicidade, ou seja, muito longe de um regime próximo da perfeição e da estabilidade. Tal foi o caso de Florença.

Ao tratar de Florença, Maquiavel relata no “*Discursus florentinarum rerum post mortem iunioris laurentii medices*” que a cidade quis adotar a república, forma que se revelou de pouca durabilidade. De fato, aquela forma do governo não satisfazia as necessidades dos cidadãos, mas não podia também os punir. As falhas eram tão numerosas que não produziram nenhum resultado positivo esperado. Os perigos de golpe eram frequentes por isto que “gafonloneiro, quer dizer um alto magistrado se fosse astuto e sem escrúpulo, facilmente se tornaria um príncipe. Da mesma forma, sendo bom e fraco, poderia ser expulso perdendo assim todo o seu governo. Hoje, entendemos que uma verdadeira república na visão de Maquiavel implica na participação efetiva dos cidadãos na vida política, ou por assim dizer, na vida pública e enfim, com ardente desejo ou vontade de viver em liberdade, estabelecendo assim um equilíbrio entre os poderes.

⁷⁹ Maquiavel. *Discursos I, II,13*

Por conseguinte, o secretário florentino considera no “*Discursus florentinarum rerum*” que o motivo pelo qual esses regimes de Florença foram imperfeitos foi o fato de eles não conseguirem realizar as reformas que atendessem às necessidades do povo. As reformas agradaram algumas frações ao detrimento de outras. Esse não foi o regime desejado pelos florentinos depois da volta dos Médici em 1512. Recordando sem relatar em detalhes como a república foi abolida em Florença, Maquiavel se propõe a apresentar um novo modelo de governo que seria mais susceptível de sucesso em Florença, porém tudo se revelou infrutífero.

Retornando a nossa análise de modelos de cidades, observamos que, naquela fase, Maquiavel nos apresenta uma categorização ou uma tipificação de fundação de cidades: o primeiro grupo é de cidades que tiveram um legislador na sua fundação, tiveram bons ordenamentos e boas instituições. Essas alcançaram a felicidade e a estabilidade. No segundo momento, são as que não tiveram um legislador desde o começo, mas por força de necessidades ou por acidentes, conseguiram realizar as reformas desejadas, estabelecendo os ordenamentos e as instituições necessárias. Essas cidades do segundo grupo são chamadas a viver a estabilidade e a felicidade. Por fim, Maquiavel descreve as que, sem nenhum legislador no início e também sem poder de concretizar mudanças ou reformas, esse grupo de cidades vive na instabilidade e na infelicidade.

De toda análise, podemos concluir que em todas as três oportunidades de fundação, a cidade de Esparta viveu feliz e estável pela *virtù* de seu legislador Licurgo. Enquanto que a cidade de Roma prosperou pela capacidade de aproveitar as ocasiões propiciadas pela “fortuna” e contando com os ordenamentos políticos. Assim, Roma conseguiu realizar as reformas e estabelecer boas instituições.

Os Romanos, de fato, conseguiram conciliar a fortuna que lhes apareceu com a *virtù* para estabelecer bons ordenamentos políticos, boas leis e boas instituições, por isso Roma viveu uma estabilidade e uma felicidade. Portanto, o terceiro exemplo seria, provavelmente, a situação de Florença que não teve um legislador e nem aproveitou as ocasiões que a ela se apresentaram.

A classificação apresentada pauta a análise posterior, fazendo com que as mudanças nas formas de governo ocupem o plano central da fundação. Há naqueles primeiros momentos do texto uma valorização do modelo espartano, uma vez que a presença do legislador na fundação é um fator impositivo para a garantia de felicidade, algo que também se depreende em outros

pontos do capítulo. Contudo, o exemplo romano ganha importância gradativamente tornando-se, se não o caso mais feliz, pelo menos o mais adequado às cidades que não tiveram um legislador que as ordenasse no momento de sua fundação.

Devemos continuar a explorar a constituição de Roma, mencionar aqueles que foram os seus ordenamentos como os acontecimentos históricos e políticos que porventura possibilitaram a instalação duma verdade república romana⁸⁰.

Maquiavel faz na sequência uma análise, ou para ser mais preciso, retoma uma reflexão sobre as formas de governo e como elas se transformam, geralmente degenerando-se. É bem claro que a descrição das tipologias das formas de governo aqui abordadas e de maneira apresentadas demonstram a forma cíclica da teoria própria de Políbio. É de se perguntar, por que Maquiavel precisou recorrer a esse método se objetiva tratar da república de Roma? De fato, esse recurso à teoria das formas de governo, ou regimes políticos, se fez necessário para nos fazer compreender aquilo que favoreceu as mudanças políticas acontecidas em Roma e não se realizaram nem em Esparta muito menos em Veneza.

Novamente, podemos indagar se era necessário recorrer a essa dinâmica de circularidade de tipologia de governos a respeito de Roma. Parece que o nosso autor quis por esse meio encontrar um caminho para balizar suas análises sobre as suas respectivas mudanças políticas ocorridas em Roma.

De fato, podemos concluir que, ao reler o texto do secretário florentino, é necessário para uma cidade ter um bom legislador, mas não será o suficiente, pois todo bom legislador será obrigado ou precisará ter um ordenamento que seja mais adequado à realidade da sua cidade que não será preciso ter como referência um regime específico ou qual for como pretendeu se apoiar Solon em Atenas.

O contrário o correu a Sólon que ordenou as leis em Atenas; ele, por constituir ali somente um estado popular, o fez de tão breve vida que, antes de morrer, viu nascer a tirania de Pisístrato; embora depois de quarenta anos seus herdeiros tivessem sido expulsos e Atenas recobrasse a liberdade, o estado popular que se restabeleceu, de acordo com as ordenações de Sólon, não se manteve por mais de cem anos, ainda que para manter-se fizesse muitas constituições, por meio das quais se reprimiam a insolência dos grandes e a licença do povo[universales], coisas que não foram consideradas por Sólon;

⁸⁰ Maquiavel. *Discursos* I, 1,10-12

contudo por não as ter misturado com o poder do principado e dos optimates, Atenas viveu brevíssimo tempo em comparação com Esparta⁸¹.

O simples fato de existir um legislador ou legisladores não é o que se precisa para que uma determinada cidade se desponta e seja indicada como perfeição, isto é, um modelo mais que ideal. O recurso à teoria da história de Políbio nos parece ter servido apenas para nos explicar como as mudanças dos regimes em alguns estados que não tiveram aquele chamado de bom fundador.

A teoria de Políbio serviu também para contemplar e detalhar como os regimes degeneraram em suas tipificações. Isso aconteceu para demonstrar que a teoria do historiador Políbio serviu, ou ainda, serve para melhor explicar as mudanças e diferenças nos regimes que não tiveram um bom fundador legislador que é mais uma tipificação entre diferentes fundações de Estados. Maquiavel mostra muitos elogios ao governo de Licurgo em Esparta que estabeleceu e ordenou a república de tal modo que deu aos reis, aos optimates e ao povo suas devidas partes, criou um estado que durou oitocentos anos com supremo louvor (*Discursos*. 2007, p.17). Tratando do declínio na linha da teoria de Políbio, Maquiavel apresenta o exemplo de Sólon que o contrário ocorreu a ele que ordenou as leis em Atenas; por constituir ali somente estado popular, o fez de breve vida que, antes de morrer, viu nascer a tirania de Pisítrato (*Discursos*. 2007, p.17). A teoria chega a expor a fragilidade dos regimes tanto simples e virtuosos como dos regimes viciosos ou corrompidos. Era preciso não favorecer nenhuma parte política, seja o principado, seja o rei, nem os aristocratas (optimates) nem o povo consegue por si só instaurar a melhor forma de governo. De fato, a teoria entendida aqui como sendo do Políbio pretende mostrar a necessidade de uma ordenação política sob uma forma de governo que vem congregar as três formas simples, quer dizer, um governo que seja do regime misto. Tendo aqui como exemplo e referência a Sólon que mais do que um legislador prudente foi quem deu a verdadeira felicidade a Esparta com uma ordenação no formato de um regime misto⁸².

Podemos perceber claramente que o governo misto, nesse caso de Roma, vem se mostrar eficaz e preponderante superando o objetivo de ter ou não ter um bom legislador.

Embora Roma não tivesse um Licurgo que no princípio a ordenasse de tal modo que lhe permitisse viver livre por longo tempo, foram tantos os acontecimentos que nela surgiram, devido a desunião que havia entre a plebe e o senado, que aquilo que não fora feito por um ordenador foi feito pelo acaso.

⁸¹ Maquiavel. *Discursos* I,2, 18

⁸² Maquiavel. *Discursos* I,2,18

Porque se Roma não teve a primeira fortuna, teve a segunda; pois se suas primeiras ordenações foram insuficientes, nem por isso a desviaram de bom caminho que pudesse levar a perfeição⁸³.

A passagem nos revela que, para o secretário florentino, é extremamente importante ter bom legislador, e é melhor ainda um governo misto que se faz e se organiza através dos acontecimentos chamados até de acidentes ou do acaso. Isto se justifica pela vitalidade desse regime misto e da felicidade na qual o povo vive e se expressa. Nesse caso, esse regime misto vem adquirido o caráter de regime perfeito. Em verdade, tratando-se da fundação da cidade, Roma encontra-se no centro da reflexão de regime com uma estabilidade comprovada nesse capítulo segundo.

Portanto, percebemos uma boa contradição em relação àquilo que foi dito inicialmente relativo à felicidade da cidade ligada a ter um bom legislador. Vejamos o que vem na sequência deste pensamento: “de fato será que é verdade que a função reconhecida aos conflitos derruba as premissas postas desde o início, o que leva a crer que há consciência inteira desta mudança, e descartar sem exame a ideia que vai avançar nos pensamentos ou ideias novas na convicção de permanecer fiel a tese clássica?”⁸⁴.

Portanto, ao final do Capítulo, os acontecimentos de Roma são contrários à instabilidade que se podia pensar ser o esperado naquela circunstância. Roma conseguiu implementar bons ordenamentos em consequência dos conflitos que aconteceram entre a plebe e o senado. Por conseguinte, observamos que a felicidade de uma cidade vem do fato da cidade ter bom legislador e bom ordenamento tal foi o caso de Licurgo em Esparta. Aquela cidade viveu feliz e em paz durante oitocentos anos quando foi estabelecido os deveres de cada classe social ou grupo político. Assim,

Entre os que mais louvores merecem por semelhantes constituições está Licurgo que ordenou de tal modo as suas leis em Esparta que, dando aos reis, aos optimates e ao povo suas devidas partes, criou um estado que durou mais de oitocentos anos, com supremo louvor para si e sossego para aquela cidade⁸⁵.

É verdade que Esparta teve uma experiência muito boa com as suas boas leis e uma duração tão longa em comparação a Atenas de Sólon. Nos Discursos, Maquiavel escreve que

Entre os que mais louvores merecem por semelhantes constituições está Licurgo que ordenou de tal modo suas leis em Esparta que, dando aos reis, aos

⁸³ Maquiavel. *Discursos* I,2, P18

⁸⁴ Lefort, Claude. *Le travail de l'oeuvre Machiavel*, 1972, p.471

⁸⁵ Maquiavel. *Discursos* I,1,17

optimates e ao povo suas devidas partes, criou um Estado que durou oitocentos anos, com supremo louvor para si e sossego para aquela cidade. O contrário ocorreu a Sólon, que ordenou as leis em Atenas; ele, por constituir somente o estado popular, o fez de tão breve vida que, antes de morrer, viu nascer a tirania de Pisístrato: e, embora de quarenta anos seus herdeiros tivessem sido expulsos, e Atenas recobrasse a liberdade, o estado popular que se estabeleceu, de acordo com as ordenações de Sólon, não se manteve por mais de cem anos⁸⁶.

Portanto, podemos nos perguntar o porquê ou o motivo pelo qual Maquiavel quis conceder mais importância à cidade de Roma com seus múltiplos acidentes do que a Esparta? É claro que o governo misto é um governo sempre em construção e se adaptando aos acontecimentos. As leis que conduziram a criação dos tribunos da plebe são frutos das lutas políticas entre os plebeus e os ditos patrícios. Assim surge um regime político no governo que atende as necessidades das partes da sociedade.

Como o nosso tema principal da tese é a estabilidade de repúblicas em Maquiavel nos Discursos da primeira década de Tito Livio, ele implica no tema da fundação de cidades, da virtù dos fundadores e, enfim, dos ordenamentos ligados à liberdade. Partindo da necessidade iminente de boas leis e dos bons ordenamentos elaborados por um bom legislador, o autor passou na sequência para uma análise das formas de governos e suas transformações inerentes. Logo, conduz a reflexão destacando o quanto os conflitos sociais permitiram a Roma construir o seu melhor governo. Vale ressaltar que a longevidade de governo ou a longa durabilidade e a estabilidade do governo não está mais ligada estritamente às características geográficas ou climáticas do lugar da fundação, mas no como a vida política se desenvolveu ou se desenvolve naquela cidade⁸⁷.

É de sublinhar que a fundação das cidades tem nos capítulos primeiro e segundo dos Discursos os seus elementos básicos. Também convém notar na sequência que esse exílio vai se deslocando lentamente e tendo como novos elementos de consistência e durabilidade ou ainda a estabilidade em se conseguir resolver os conflitos políticos e sociais. A capacidade dos dirigentes ou dos governos a encontrar conduz a um estado duradouro e estável. No caso contrário, é a pura desgraça ou decadência. “Mas, permanecendo mista, constituiu-se uma república perfeita: perfeição a que se chegou devido à desunião entre plebe e senado, como nos dois próximos capítulos largamente se demonstrará”⁸⁸.

⁸⁶ Maquiavel. *Discursos* I,2,17-18

⁸⁷ LeFort, Claude. *Le travail de l'oeuvre machiavel*, 1986, p.469

⁸⁸ Maquiavel. *Discursos*, I, II, 19.

Em se tratando de Roma, nota-se que a república chegou a perfeição não como Esparta que teve Licurgo que lhe deu boas leis e um bom ordenamento. A cidade de Roma não teve um legislador que lhe desse as boas leis e bons ordenamentos na sua fundação. Portanto, Roma é citada como quem viveu feliz por ter instaurado um regime praticamente misto. Ela não teve um legislador que fosse como Licurgo, mas soube aproveitar da fortuna, da ocasião dos conflitos entre os patrícios e a plebe, o senado e os plebeus, criar os tribunos da plebe. Escreve Maquiavel: “Mas voltemos a Roma. Embora Roma não tivesse um Licurgo que no princípio a ordenasse de tal modo que lhe permitisse viver livre por longo tempo, foram tantos os acontecimentos que nela surgiram devido à desunião que havia entre a plebe e o senado, que aquilo não fora feito por um ordenador, foi feito pelo acaso. Porque, se Roma não teve a primeira fortuna, teve a segunda; pois se suas primeiras ordenações foram insuficientes, nem por isso a desviaram de bom caminho que a pudesse levar à perfeição”⁸⁹.

A explicação da felicidade de Roma neste capítulo, fruto das lições retiradas dos conflitos sociais, nos introduz direito nos próximos capítulos do livro de Maquiavel que tratarão dos conflitos e da guarda da liberdade.

⁸⁹ MAQUIAVEL. *DISCURSOS*, I, II, p.7

CAPITULO II:

VIRTÙ E FORTUNA NOS *DISCURSOS* DE MAQUIAVEL

O Estudo sobre a Virtù e a Fortuna em Maquiavel é um convite a explorar profundamente o agir político e moral dos governantes e buscar a conhecer a época em que viveu Maquiavel (maio de 1469-21 de junho 1527 em Florença), como as circunstâncias que o levaram a escrever seus livros. Desses livros, apontaremos os mais conhecidos como “O Príncipe” e também “Os Discursos sobre a Primeira década do Tito Livio”, “*Discursos*”.

Maquiavel foi um homem do Renascimento no sentido pleno do tempo do Renascimento cultural e político. Essa é uma época de uma Itália renascentista em crise, pois em meados do século XV a Europa entrou numa nova fase histórica – a fase de Renascimento que deu início à Idade Moderna⁹⁰. Naquela época, percebeu-se uma atenuação forte do espírito religioso que caracterizava a Idade Média. Era uma época de forte influência do poder da moral cristã nas decisões políticas dos governantes. A escolha dos governantes dependia também dos seus alinhamentos e fidelidade à fé cristã católica. Deus e a fé formavam o centro das reflexões filosóficas, políticas e culturais, consequentemente, a atenuação do espírito religioso se fez em verdade, mas não mecanicamente, houve uma acentuação do humanismo e o reaparecimento de valores profanos pelo resgate de valores da cultura greco-romana. Assim, o homem foi colocado no centro da nova cultura, no lugar de Deus, centro da cultura medieval; e o poder civil foi afirmado, contrariamente, ao poder do sacerdotalismo medieval e da Igreja. No âmbito da política e da administração pública, houve uma tendência à centralização do poder real na forma de uma afirmação do Estado centralizado, como o Francês. Naquela época, surgiram as grandes monarquias europeias, menos a Italiana por diversos motivos, dentre outros a dificuldade de unificação política e territorial.

A Itália daquela época vivia turbulências políticas, das quais a tirania e os despotismos foram a moeda corrente. A Itália não tinha um governo centralizado ou centralizador, ou melhor, unificador, mas um conjunto de principados autônomos, de repúblicas, tiranias e um reino, o de Nápoles. Muitos desses príncipes não tinham tradição, nem pertenciam a uma linhagem sucessória, porém chegavam ao poder e governavam. Sendo assim, a maioria dos

⁹⁰ AMARAL, D. F. *História das Ideias Políticas*, Coimbra, Almedina, 1998, p.193.

príncipes tinha o seu poder contestado por ser ilegítimo e, como Maquiavel nos fez estudar em “*O Príncipe*”, a situação gerava contestações e instabilidades.

Naquele contexto, as mentes mais hábeis e astuciosas foram as que se sobressaíram. A atuação mais rápida e precisa dos atores políticos e governantes contra seus adversários virou regra do jogo, mesmo se fosse preciso esmagar os inimigos e adversários. Maquiavel nasceu naquela época tumultuada em que as coisas eram imprevisíveis. A instrumentalização da força militar era o meio mais adequado para a ascensão ao poder, que gerava dificuldades de manutenção do poder e para uma ação política. *Vejamos na sequência algumas indicações sobre Virtù e fortuna no livro dos Discursos.*

É verdade que o tema relativo à Virtù e Fortuna nos Discursos nos remete à capacidade de governar ou de tomada de decisões e conduzir o processo de boa governança. Deste ponto de vista, percebemos que, no Segundo Livro dos *Discursos*, o Secretário Florentino abordou o tema do crescimento e da expansão dos Estados mostrando como muitos estados foram conquistados e anexados. Maquiavel, nos *Discursos*, especialmente no Segundo Livro, apresenta um aprofundado entendimento da natureza humana, tendo como destaque os homens de *virtù* os quais conseguiram deixar seus nomes na história de Roma. Os primeiros capítulos, I a IV, do Segundo Livro dos *Discursos* tratam da *virtù* como valor fundamental para um bom governante e da fortuna que, por vezes, pode favorecer alguns governantes na ampliação dos seus territórios. O secretário florentino dedicou-se mais uma vez ao estudo das instituições que regem as cidades.

Ao tema das instituições, Maquiavel ressaltou as funções de cada segmento da sociedade. São considerados grandes aqueles que estavam no poder, tinham propriedades e títulos de nobreza. Bignotto adverte, em “Introdução” sobre *Discursos sobre a Primeira Década de Tito Livio (2007)*, que não se deve confundir os grandes e o povo romano como hoje o faz a descrição sociológica das divisões das cidades, pois os Grandes eram aqueles que disputavam o poder e queriam ocupá-lo de qualquer maneira e o povo, mesmo sendo a maioria da população, ao menos em princípio, não desejava governar, mas também não queria ser oprimido pelos governantes.

Nos capítulos VI a XVI, do Livro Segundo, há uma advertência sobre a prudência, que se deve ter antes de atacar uma cidade. Nota-se como os tipos de alianças se faziam passando do comportamento dos comandantes de tropas aos governantes. Os próximos capítulos nos

aproximam da visão maquiaveliana de ordenamento de exército. Avalia-se qual modelo de exército terá mais êxito: os mercenários ou as milícias nacionais? Maquiavel fará sempre a opção por um exército nacional. Mais uma vez, trata-se da questão da virtù, capacidade de decidir e tomar decisões.

2.1 VIRTÙ E A FORTUNA NO PRÍNCIPE

O tema da virtù como capacidade de liderar, conduzir, orquestrar, de planejar e executar é central como tema e proposta de reflexão *no Príncipe*. Maquiavel para tratar de homem de virtù menciona a figura de Moisés no capítulo sexto de O Príncipe. Moisés é citado como uma das maiores lideranças e uma das mais importantes personalidades, juntamente, com Ciro, Rômulo e Teseu. Moisés precisou de um exército ou de mão armada para impor o seu domínio sobre os seus adversários.

Moisés, Ciro, Teseu e Rômulo não haveriam conseguido a longa observância das suas constituições se estivessem desarmados como em nossos tempos em que ocorreu ao frade Jerônimo Savonarola, o qual viu as suas leis desmoronando quando a multidão começou a nelas não mais acreditar e ele carecia de meios, quer para manter obedientes os que antes acreditavam, quer para inspirar a fé nos outros⁹¹.

Esses homens, de fato, conquistaram vitórias e se tornaram príncipes por suas próprias virtudes, e não pela fortuna. Esta, só lhes deu ocasião para apresentar suas virtudes. Nesse caso, estamos frente a uma situação da fundação de um principado novo. Decerto, a virtù do príncipe é mais importante, considerando que a fundação é a ação mais difícil e complexa do governante. A tarefa mais difícil e a mais perigosa que sugerem dúvida restam a de se transformar em líder e introduzir novas leis no principado. Maquiavel mais uma vez exalta a virtù de Moisés, Ciro, Teseu e Rômulo e semelhantes. Todavia não desmerece Moisés que ele qualifica de puro executor das ordens de Deus, mas disse que é admirável por ter o dom de falar com Deus. Todavia, todos aproveitaram a oportunidade (a fortuna) que lhe apareceu ou lhes foi oferecida.

Dos que por virtude [Virtù], e não por fortuna, se converteram em Príncipes, os mais notáveis são Moisés, Ciro, Rômulo, Teseu e semelhantes. Embora não devamos alongar sobre Moisés, já que ele foi um mero executor de que Deus lhe ordenou, devemos, contudo, admirá-lo por aquele dom que o tornava digno de falar com o Senhor. Atentando, porém, em Ciro e nos demais conquistadores ou fundadores de reinos, achar-los-emos todos extraordinários, e os feitos que praticaram e as leis que criaram não se

⁹¹ Maquiavel. *O Príncipe*, Editora, Jardim dos livros, tradução e revisão Ana Paula Pessoa, São Paulo, 2007, cap.VI, pág.68.

representam diferentes das de Moisés, inspirado por tão grande mestre. Do mesmo modo, nas suas ações e na sua vida, nada indica que tivessem recebido da fortuna outra coisa a não ser a oportunidade da qual se aproveitaram pela forma que mais conveniente lhes pareceu⁹².

Sobre esses casos, Maquiavel explica que a virtù precisa de ocasião ou de situação para que o líder coloque em prática aquilo que dentro de si está latente se assim podemos dizer.

Era necessário a Moisés encontrar seu povo no Egito, escravizado e oprimido pelos egípcios, a fim de se libertar da escravidão dispondo-se a segui-lo. Convinha que Rômulo não encontrasse refúgio em Alba, e fosse exposto, ao nascer, para que se tornasse rei de Roma e fundador de uma pátria. Era necessário que Ciro encontrasse os persas descontentes no império dos Medos e que os Medos estivessem muito efeminados e amolecidos por uma longa paz. Teseu não poderia revelar suas virtudes se não tivesse encontrado os atenienses dispersos. Tais oportunidades, portanto, tornaram felizes esses homens, e foram as suas virtudes que lhes deram o reconhecimento daquelas oportunidades⁹³.

É certo que mais adiante abordaremos o tema sobre o exército e sua importância na conquista como na conservação do poder, consequentemente, na manutenção da paz. Maquiavel observa que esses líderes não teriam conseguido fazer cumprir seus decretos se estivessem desarmados. O Exército, também chamado de “mão armada”, revela a sua importância na conquista do território e, sobretudo, na sua própria conservação.

Outra referência é o frade florentino, frei Girólamo Savonarola, o profeta desarmado que fracassou por falta de apoio de um exército: Savonarola, frei dominicano, nascido em Ferrara, em 1451⁹⁴, foi superior do Convento de São Marcos, em Florença, e tornou-se homem de grande notoriedade. Denunciou os vícios e as injustiças da sociedade, condenou a depravação da Igreja e profetizou castigos, flagelos e infelicidades que se abateriam, caso o povo não retomassem o caminho dos valores evangélicos. Na predicação da quaresma de 1492, atraiu numerosos ouvintes. Desde então, teve adeptos em todas as camadas da sociedade: nobres, ricos, burgueses, intelectuais e artistas. Na queda do regime dos Médicis, em 1494, Savonarola e seus correligionários chegaram ao poder com o apoio ou a neutralidade dos outros grupos políticos.

Savonarola influenciará e se tornará o inspirador da política de 1494 a 1498. O papado ressentiu-se das ameaças e das denúncias feitas com veemência pelo frade frente à Cúria romana (ele a comparou a um bordel). Com medo do frade que podia convocar o Concílio para depô-

⁹² Maquiavel. *O Príncipe*, cap. Vi

⁹³ Maquiavel, *idem*, p.30.

⁹⁴ Roberto Ridolfi, *Savonarola*, p. 11-49.

lo e fazer reformas com a ajuda da França que estava ao seu lado, o Papa se juntou à oposição. Durante as eleições para a Senhoria, de 1497, as duas facções provocaram um tumulto que acabou com o regime de Savonarola. Ele foi acusado de heresia, de ser cismático e desprezar a Igreja; foi pendurado e queimado na Praça da Senhoria, no dia 23 de maio de 1498⁹⁵.

Para Maquiavel, faltou-lhe um exército que lhe desse cobertura e proteção. O florentino deixou bem claro que o exército foi indispensável nas vitórias dos ilustres príncipes. Quanto a Moisés, a verdade é que Maquiavel apenas se preocupou com os aspectos puramente humanos de seu governo, reconhecendo, pois, que se tratava de uma situação bem especial.

Em se tratando da fundação, Maquiavel sustenta que o líder deve ser um homem de *virtù*. Recorrendo ao capítulo VI de “O príncipe”, Maquiavel apresenta os grandes exemplos através de figura dos príncipes cuja principal característica em suas conquistas foi a sua *virtù*. Trata-se de Moisés, Ciro e Rômulo. Nesses casos, prevaleceu a *virtù* sem contar com o apoio da fortuna. Então um príncipe virtuoso saberá fundar uma república consistente e criar novas leis aceitáveis pelo povo.

2.2 VIRTÙ E FORTUNA, QUESTÃO DE DETERMINAÇÃO E INDETERMINAÇÃO DA POLÍTICA.

É possível sustentar a tese de que Maquiavel trata o problema da relação entre *virtù* e *fortuna* e da determinação e indeterminação em dois planos diferentes em suas obras. No primeiro plano, a *virtù*, cuja oposição principal é contra a corrupção, a degradação e a ausência de sentido e não contra a *fortuna*, se apresenta no campo do bom e adequado ordenamento institucional e social. Este é também o plano da determinação política.

No segundo plano, a *virtù* se apresenta no campo das ações humanas e se define como um conjunto de capacidades capazes, por um lado, de estabelecer uma orientação de sentido em relação aos interesses e finalidades e, por outro, de definir atitudes fundamentais, como a coragem de agir, para resistir às conjunturas adversas ou realizar as potências que estão inscritas nas diversas conjunturas. Nesse segundo plano, as capacidades são exigidas para vencer a força, seja da determinação das estruturas sociais e da natureza, seja para vencer ou

⁹⁵ Weibel E., *Machiavel*, Biographie Politique, p. 38-39.

determinar, ao menos em parte, o caráter indeterminado das ações humanas em geral e da ação política em particular. É neste âmbito que Maquiavel discute a relação entre *virtù* e *fortuna*.

Dentro de um olhar, e em vista da análise maquiaveliana do primeiro plano aqui elencado, faz-se necessário mencionar a promoção da manutenção da *virtù* republicana e uma proposta de combate à corrupção que se inscreve na existência e no desenvolvimento de condições dirigidas a três níveis diferentes, a saber: as condições de existência da república; as qualidades e capacidades dos governantes; e as qualidades e as capacidades do povo. Há de se notar que o aspecto das condições de existência da república diz respeito à organização do Estado. É tanto uma verdade que a firmeza do enraizamento bem como a perdurabilidade da *virtù* republicana devem ser inscritos no contexto relativo às exigências referentes à fundação da cidade, à natureza das leis e das instituições e à religião. Tudo isto é relativo a uma determinada tipologia do modo de vida econômico e social daquela república. Na leitura do capítulo LV dos *Discursos*, o secretário Florentino traz em destaque duas características desta tipologia: o caráter econômico agrário e a igualdade social entre os habitantes. Maquiavel no referido capítulo destaca a pureza dos costumes e a obediência dos alemães às suas leis republicanas daquele tempo contrário aos franceses, aos italianos e aos espanhóis. Maquiavel justifica essa atitude pelo simples fato das pessoas que viviam na terra Germânica tirarem o seu por viver da terra e não do comércio. No contexto de Alemanha, Maquiavel escreve:

Vê-se muito bem que, na Alemanha, ainda são grandes essa bondade e essa religião em seus povos, graças ao que muitas repúblicas vivem livres e observam as leis de tal modo que ninguém de fora nem de dentro ousa ocupá-las. E, para provar que nelas reina boa parte daquela antiga bondade, quero dar um exemplo semelhante ao que dei acima, do senado e da plebe romana. Naquelas repúblicas, quando é preciso gastar alguma quantidade de dinheiro público, os magistrados ou conselhos que têm autoridade para tanto impõem a todos os habitantes da cidade um por cento ou dois do rendimento de cada um. E tomada tal deliberação, segundo o costume [l'ordine] da cidade, cada um se apresenta diante dos coletores de tal imposto e, fazendo juramento de pagar a soma conveniente, joga numa caixa a tanto destinada aquilo que, segundo sua consciência, lhe parece dever pagar: desse pagamento ninguém é testemunha, a não ser quem paga. Donde se pode concluir que há bondade e religião naqueles homens (*Discursos I*, 55, p.159-160).

O fato de viver no campo e também viver da agricultura rural daqueles povos e daquelas determinadas repúblicas parece ter sido um elemento importantíssimo para a manutenção dos costumes. O comércio sempre foi um meio de contato e de influência de um povo para com outro, portanto, em repúblicas alemães daquele tempo, o comércio com vizinhos e outros povos

era quase inexistente, logo não havia muita chance ou oportunidade de macular e arruinar os costumes já tradicionais dos povos. Escreve Maquiavel:

E isto provém de duas coisas: primeiramente o fato de não terem grandes relações com os vizinhos, porque nem estes foram à casa daqueles, nem aqueles à casa alheia, se contentaram em passar com os bens, em viver dos alimentos e em vestir as lãs que lhes são dados por sua terra; por isso foi eliminada a razão para quaisquer relações e, assim, o motivo de corrupção, pois não puderam pegar os costumes franceses, espanhóis ou italianos, nações estas que, em conjunto, são a corrupção do mundo (*Discursos I*, 55, p.160-161).

Para Maquiavel, o comércio era como um elemento facilitador da corrupção dos bons costumes e das tradições dos povos e das repúblicas. Outro fator importante mencionado por Maquiavel no viver político não corrupto das repúblicas alemães era o fato de que naquelas repúblicas nunca se permitiu que as pessoas ou um determinado grupo social vivessem de maneira de senhores e gentis-homens. É fato que, na Alemanha, o modo de vida dos aristocratas era tratado como sendo a causa da corrupção e da desigualdade entre os povos. Para o bem viver, era importante manter as condições sociais e econômicas de igualdade que constituíam a base para a observância das leis, manutenção da antiga bondade e preservação de um viver político não corrupto.

Maquiavel apresenta o comércio como sendo um dos facilitadores principais da corrupção das repúblicas. Sem dúvida, ele recorreu a uma velha concepção e, portanto, também medieval relativa às consequências negativas da atividade comercial sobre os costumes virtuosos dos povos.

Dessa forma, o comércio será aceito e considerado, ou ainda visto e incorporado dentro dos conceitos de uma atividade não corruptora em si das virtudes cívicas e das repúblicas, isto só vai ocorrer no processo de anglicanização da república, como mostra Pocock em “*O Momento Maquiaveliano*”.

Na sequência, podemos afirmar com Maquiavel que a virtude republicana tem mais capacidade sobreviver e perdurar nas repúblicas simples e agrárias. Sendo assim, essas repúblicas, de maneira geral, não têm o comércio com outros povos ou se o tiver, o tem em escala menor.

Convém, em segundo momento, ressaltar e insistir sobre a importância da virtù para uma vida sem a corrupção. Levar os cidadãos a viverem de modo igualitário e com equidade é

uma excelente oportunidade ou um exercício de manutenção da *virtù* republicana entre os mesmos cidadãos.

Nesse nível de reflexão, percebemos que Maquiavel encontra no povo em geral a expressão do portador natural ou potencial da *virtù*. E de outro lado, os aristocratas, os gentis-homens, uma expressão clara da corrupção da pátria, portadores potenciais da corrupção.

O povo do campo é visto como potencialmente virtuoso pelas suas condições e posições de existência econômica e social. A classe de aristocratas é vista potencialmente como mais corrupta. É necessário realizar determinadas escolhas e práticas que sejam observadas e constatadas em determinada classe social, como no âmbito do agir político. Conforme Maquiavel, a aristocracia é aquela camada da sociedade que vive no ócio. Parece-nos, também, que o ataque ao ócio da aristocracia e dos povos que estabeleceram domicílios em repúblicas ou monarquias mal fundadas, nosso autor manifesta claramente uma rejeição maior a este modo de vida. Não de duvidar que, de certa forma, ele está antecipando eventualmente uma noção ou ideia da ética do trabalho e vai relacioná-la ao conceito ou concepção de república bem fundada e ordenada.

Logo, a estabilidade da república e o bom ordenamento público da mesma república exigem a valorização substancial e completo do trabalho. É claro que a ociosidade não ajuda e nem colabora para que o fator da igualdade e da equidade mencionado possa conduzir ao equilíbrio no bom ordenamento republicano. O ócio, de fato, não contribui ao combate à corrupção, pelo contrário, enfraquece o Estado, os homens e as instituições e, mais ainda, abre o caminho bem escancarado à corrupção interna enquanto fragiliza a república externamente. Numa sociedade corrompida pela aristocracia que vive no ócio, aquela república só pode afirmar-se mediante o uso da força e até mesmo da revolução. “A razão é que, onde a matéria está tão corrompida, não bastam leis para contê-la, e é preciso ordenar junto com elas maior força, que é a mão régia, que com poder absoluto e excessivo, ponha cobro à excessiva ambição e corrupção dos poderosos” (*Discursos I*, 55 p. 161).

O uso da força é legitimado em duas ocasiões com o objetivo de manter uma república bem ordenada, ou seja, quando de todos os lados aparecem inúmeras desordens civis na república e quando predomina uma classe aristocrática que vive no ócio, sendo ela ambiciosa e automaticamente corrupta.

O restabelecimento da ordem e de equilíbrio social, de acordo com Maquiavel, seria possível com a monarquia ou com um governo bem forte por natureza. Não será possível a fundação nem a instituição de uma república onde predomina um número maior de aristocratas. A solução para implantar uma república bem ordenada, nesse caso, requer um extermínio dos aristocratas.

É de se constatar que Maquiavel tem uma grande simpatia por uma república mais agrária e mais militar que uma aristocracia dos ociosos, por isso prefere Roma republicana a Veneza de sua época. A corrupção sempre foi um mal a extirpar para criar condições propícias para um desenvolvimento sustentável e uma estabilidade duradoura. É preciso criar condições para estimular um governo dos homens virtuosos e amantes da sabedoria, sábios por si mesmos.

Posto isso, Maquiavel propõe dois caminhos importantes a seguir: O primeiro é manter os homens em condições de vida modesta como a vida do campo, conseqüentemente, evitar para que haja uma formação de grandes fortunas, “para que a riqueza sem virtude não possa corromper”; Segundo é criar condições de tal maneira que sejam orientadas as instituições do Estado para a eventualidade da guerra, por isso o exército deveria se manter sempre em prática de guerra estimulando a coragem e a bravura dos cidadãos, como era o caso em Roma.

Por conseguinte, podemos perceber que, em se tratando do comércio como porta de entrada da corrupção, Maquiavel sinaliza uma ocasião de apontar para uma abertura de janela à possibilidade de uma articulação que seja bem harmoniosa e estável entre a república e o comércio. Essa articulação possível que, como mostra Pocock (1975), viria a ser enfrentada teoricamente por escoceses no processo anglicanização da república, se explicita no capítulo LV dos *Discursos*, em que Maquiavel mostra que a república de Veneza não era dominada propriamente por uma aristocracia tradicional, mas pelos gentis-homens. Desse modo, fica resguardada a preferência de Maquiavel à oposição fundamental que existe entre a república e aristocracia, esta, no sentido bem tradicional do termo. Podemos estabelecer rapidamente uma pequena diferença entre a *virtù* específica das monarquias e a *virtù* específica do povo. Essa eventual diferença é muito simples e ela se articula acima de tudo pelo fato do povo ter capacidades potenciais diferentes dos príncipes, quando isso diz respeito ao trato de ações relacionadas com a coisa pública.

O povo está mais apto à promoção do bem público. Os governantes republicanos, em consequência, devem expressar os desejos e interesses de promover-se. Considerando do

ponto de vista das qualidades de comando, é preciso que quem estiver no comando tenha as qualidades próprias iguais às qualidades que Maquiavel exige ao príncipe novo. No entanto, na república, existem duas especificações de *virtù*: a *virtù* do povo e a *virtù* dos governantes as quais são vistas se articulando face a face em relação as suas ações.

Skinner (1996) explica que a *virtù*, na república, em termos mais gerais, é entendida como a cultura do orgulho cívico e do patriotismo assumida por todo o povo. É essa convicção e certeza que deveria expressar-se na capacidade de cada cidadão de identificar o bem da cidade e de consagrar a ele suas energias, visando garantir a liberdade e a grandeza da cidade. A *virtù* não é diminuída ou recolhida a um ensino das virtudes morais tradicionais, fazem oposição aos vícios ou paixões puramente negativas. A *virtù* era entendida por Maquiavel como aquela prática que procura colocar as prioridades da República e o bem público acima dos interesses privados. A corrupção é exatamente o inverso, a fase negativa da *virtù*: a corrupção representa a prevalência dos interesses privados sobre o bem público.

Esse conceito de *virtù* é algo diferente daquele apresentado em *O Príncipe, de Maquiavel* em que esse conceito aparece como o conjunto das qualidades necessárias para “uma liderança bem-sucedida” (Skinner, 1996:196). Portanto, na república, a *virtù* é uma exigência que se apresenta não só para o líder, mas também para o povo e para o Estado. Estar a servir o Estado, para que seja conservada a sua liberdade e estender a sua grandeza, é, para Maquiavel, o mais distintivo e alto ato de garantia da *virtù*, em outras palavras, a estratégia da *virtù*, para Maquiavel e outros humanistas tardios, implicava na capacidade de controlar os interesses e as ambições pessoais pela dedicação ao bem público. Nos *Discursos*, o referido filósofo vai identificando a existência de *virtù* nos momentos de ascensão e grandeza política do Império e da República. Por justo, os momentos de decadência representam também a perda da *virtù*. Na decadência, a República encontra-se com sua própria verdade, logo a *virtù* em qualquer circunstância, conclui Skinner, é a chave para o êxito político.

2.3 A VIRTÚ POLÍTICA E SUAS MANIFESTAÇÕES.

As repúblicas bem fundadas e não corruptas não conseguem, contudo, escapar à dimensão corrosiva das ações humanas no tempo. É fundamental perceber como os homens de maneira geral estão implicados na possibilidade iminente de corrupção. De fato, é imperceptível

ou inconcebível traçar um limite de corruptibilidade e de incorruptibilidade, levando em conta que tudo é perecível e limitado no tempo.

De outro lado, é possível afirmar também que os homens, pela sua *virtù*, são capazes de criar novos processos de governança e estabelecer novas instituições para se auto administrar ou autogovernar. É claro que podemos afirmar que o tempo permite o ressurgimento da *virtù*, por isso o tempo, neste caso, torna-se politicamente produtivo de *virtù*. Então o homem se torna com tempo, produtor de cultura, de técnica e tecnologia; ele é produtor de saber ou da filosofia. O conhecimento com o tempo torna-se muito cumulativo e rico de ser compartilhado, mas na medida em que o tempo mantém uma determinação bem fundamentada, inalterada e inalcançável pelo agir humano, ele se torna implacável e se apresenta com o último juiz do homem e das suas ações.

Então, a *virtù* política pode ser definida como um conjunto de qualidades e capacidades relativas à ação política. Sendo assim, a *virtù* política, do ponto de vista republicano, é a função e também condição de variáveis dependentes uma da outra: a eficácia da ação é a ação orientada para a realização do bem público que é a finalidade da ação política.

No contexto de uma república que se pretende ser estável, a eficácia da ação será a finalidade da ação do governante e nenhum momento a ação e eficácia nunca podem ser separadas ou ser dissociadas. O que se quer dizer é que a finalidade da ação é critério da eficácia, portanto a eficácia precisa ter a sua legitimidade nos resultados da própria ação. O problema é que, em política, as finalidades são múltiplas e plurais. Do ponto de vista analítico, no entanto, algumas condições de eficácia da ação servem para qualquer ação política, independente da finalidade em questão. É verdade que existe um nível de variáveis e condições que servem apenas para ações políticas determinadas. Sendo essas ações voltadas para fins determinados, os sentidos diversos que o jogo da simulação e dissimulação podem articular, como já foi visto, é título de exemplificação.

Algumas qualidades, capacidades, também condições e virtudes ligadas à eficácia da ação política, em verdade, são comportamentos entre os quais podemos nomear ou citar como a ousadia, a prudência, a autoridade, a habilidade de comando ou liderança, hoje dito – líder-chefe – e, também, a decisão, a deliberação, a firmeza, o equilíbrio, a parcimônia, a gratidão, a humildade e a coragem. Não basta que os agentes possuam ou adotem essas qualidades e capacidades, mas é necessário colocá-las em prática. São muitas as qualidades, mas o mais

importante é saber usá-las e colocá-las na prática da vida cotidiana da ação política. A ousadia ou a prudência, por exemplo, como mostra Maquiavel, levaram a muitos desastres.

É também verídico o fato de que essas qualidades e capacidades elencadas são constitutivas da virtude política e que se definem também como um saber e um saber fazer. Portanto, estão sempre numa relação de oposição e, ao mesmo tempo, de composição com o pensamento de Maquiavel relativo ao conceito da fortuna, à ocasião ou à sorte. Podemos considerar ser benéficas a relação entre a *virtù* e a fortuna apesar de muitas interpretações que veem uma oposição fundamental entre *virtù* e *fortuna*, se partirem do pressuposto de que as duas terminologias se opõem e se compõem no âmbito do agir político. A relação que faz a composição e oposição entre *virtù* e *fortuna* é um dos fatores que define o campo da política como um campo de determinação e indeterminação. O bom governo é aquele apreciado pela eficácia da sua gerência que se define pela sua *virtù*. A *virtù* aqui entendida é como ser a capacidade maior de determinação do governante na execução das políticas do seu governo a favor do povo através das metas preestabelecidas.

2.4. FORTUNA COMO FATOR DE APOIO A VIRTÙ

É importante salientar que a fortuna ou a sorte, em muitas ocasiões, se apresenta como um fator que pode otimizar, mas não necessariamente a prática ou o exercício da capacidade de determinação do governante. Desta forma, todo governante tem sucesso, agregando a suas qualidades e o seu valor, aqui da sua *virtù*, e enfim contar com o socorro da *fortuna*.

Todavia, fica sempre uma recomendação da velha e sempre jovem, a sabedoria do mundo político, de que o líder governante não deve contar sempre com os benefícios permanentes da *fortuna*. Em termos matrimoniais, a *fortuna* não é uma esposa fiel, mas uma amante infiel que a cada mudança de circunstâncias também troca rapidamente de parceiros. Por conseguinte, a conduta da *fortuna* está carregada daquilo que vai revestir um aspecto do indeterminado das ações dos governantes ou dos homens em geral. Essa situação é, muitas vezes, caracterizada como algo fora do controle humano, como também chamado falta de sorte. No capítulo sexto de *O Príncipe*, Maquiavel mostra os que alcançaram sucessos ou vitória confiando no valor próprio ou *virtù* e não esperar o favorecimento da *fortuna* – Moisés, Ciro, Rômulo e Teseu – os heróis preferidos de Maquiavel os quais alcançaram vitórias e a glória pelas suas virtudes (*virtù*) ou suas qualidades do que pelo concurso da sorte ou *fortuna*.

“Dos que por virtude [virtù], e não por fortuna, se converteram em príncipe, os mais notáveis são Moisés, Ciro, Rômulo, Teseu e semelhantes” (Maquiavel. *Príncipe*, cap. VI).

Maquiavel expressa uma grande admiração a respeito desses heróis pelo fato de que esses grandes conquistadores demonstraram grande capacidade de determinação pela excelência de suas qualidades e que foram, ao mesmo tempo, ajudados pela sorte que lhes ofereceu a oportunidade naquele contexto de mostrarem seu valor, tendo como exemplo Moisés que encontrou o seu povo escravizado; Rômulo o qual não encontrou refúgio em Alba e foi abandonado ao nascer; Ciro que cresceu entre persas descontentes com a submissão a medos efeminados; e Teseu deparou-se com atenienses desorganizados.

Por inacreditável que possa parecer, a sorte ou a fortuna ajudou César Borgia a ter ascensão ao Príncipe pelas graças e bênçãos do Pai, o Papa Alexandre VI. Favorecido pela fortuna, César Borgia, ascendendo ao poder, não contou mais com a fortuna, contudo agiu com capacidade e valor e, no fim, foram as circunstâncias casuais que determinaram seu insucesso ou sua queda brutal. No caso de Ciro, Moisés, Teseu e Rômulo e do primeiro momento das ações de César Borja, a *fortuna* se compôs com a *virtù*. Na última fase das ações de César Borgia, a *fortuna* se opôs à *virtù*, E disse:

De outro lado César Borgia, aquém o povo chama de duque Valentino, conquistou o principado com a sorte do pai, e perdeu-o quando ela lhe faltou, não obstante ter empregado todos os meios imagináveis e feito tudo quanto um homem prudente e virtuoso devia fazer para se firmar nos estados que as armas e a boa estrela de outrem lhe haviam concedido (Maquiavel. *O Príncipe*, Cap. VII).

No capítulo VII de “O Príncipe”, Maquiavel mostra que Borgia havia tomado todas as providências para manter o poder conquistado, porém uma situação infeliz, a doença grave que conduziu a morte de seu pai, Alexandre VI. Essa infortuna fez com que a Igreja elegeisse um novo Papa para que Julio não pudesse compactuar as terras da Igreja nas mãos de César Borgia, no entanto este não teve influência suficiente para conseguir eleger um papa aliado seu e por isso não conseguiu evitar a eleição de um papa que viesse a prejudicá-lo.

Estamos diante de uma circunstância imprevista. O reinado de César é abreviado pela doença e morte repentina do pai Alexandre VI. É um cenário onde as coisas para César Borgia eram relativamente estáveis, sob controle e previsíveis. De repente, surge uma doença do Papa que introduz uma situação de imprevisibilidade e do acaso. Essa situação se torna perturbadora para César Borgia. Diante de tanta imprevisibilidade, a fortuna ou o acaso pode ser um fator de

desespero para governantes prudentes, mas derrotados pela imprevisibilidade e para a perturbação. Isto vai caracterizar a má sorte ou má fortuna.

Diante das incertezas, é preciso aumentar o grau da determinação. O caminho ou a estratégia para esse aumento da determinação ao longo do tempo, os homens recorrem a elaboração de leis e de algumas instituições que possam garantir estabilidade. Essas leis e essas instituições têm a missão de regular e moldar as condutas e a vida de seres humanos e variam tanto ao longo do tempo quanto em relação aos diferentes lugares, civilizações, povos e culturas. Desta forma, as organizações, as leis e as instituições visam, além de reduzir a imprevisibilidade, construir possibilidades de eficácia das ações planejadas pelos governantes e demais agentes sociais e políticos.

Devemos compreender que há uma relação entre a capacidade de determinação da ação que deve incidir sobre o determinismo das estruturas e sobre a indeterminação nelas implicada e a indeterminação inerente às ações. Fato é que o exercício máximo da capacidade de determinação nunca é a eliminação de um âmbito de indeterminação e de determinismo das estruturas sociais e da natureza, mas incluindo aí a própria natureza humana.

2.5. DA NATUREZA DA FORTUNA

São inúmeras circunstâncias e passagens dos escritos de Maquiavel em que o secretário florentino trata da fortuna logo no início do capítulo XXIX do segundo livro de *Discursos*. Maquiavel disse a respeito da fortuna que “Se pensarmos bem em como ocorrem as coisas humanas, veremos que muitas vezes surgem coisas e acontecimentos aos quais os céus não querem de modo algum que se proveja. E, se isto ocorria em Roma, onde havia tanta *virtù*, tanta religião e tanta ordem não é de surpreender que ocorra com muita frequência em cidades ou províncias que careçam de tais coisas” (Maquiavel. *Discursos* II, 29, p.288). No agir humano, ocorrem ou acontecem fatos e histórias que realmente a fortuna não desejaria que acontecesse, dizendo que os “céus” não querem de algum que se proveja (Maquiavel fala da *fortuna* pela expressão Céus).

Declara o filósofo referenciado que a fortuna marcava sua presença mesmo em Roma onde reinava a religião, a grandeza da alma e a sabedoria. Nas regiões onde há pouca vigência das qualidades e das capacidades relativas à virtude política, as determinações do acaso vão ser maiores.

Na vida humana, em geral, a *fortuna* se inscreve num âmbito interno às próprias ações e num âmbito externo, relativo às forças sociais e naturais. Do ponto de vista das ações de cada indivíduo, o acaso se inscreve nas mesmas situações internas, e, externamente, a fortuna se define a partir de uma determinação das forças da natureza. Resumidamente, o acaso é constituído por determinações que acontecem aos indivíduos sem que esses as controlem por ações ou vontades. De outra maneira, diremos que a *fortuna* se apresenta sem o controle humano, mas como um jogo aleatório e casual inerente às ações, dependendo da realidade, se apresenta naquela ocasião.

Temos de considerar que a *fortuna* intervém, de modo geral, em dois sentidos opostos nos acontecimentos humanos, podendo favorecê-los ou prejudicá-los. Aqueles que alcançam a glória e constroem a grandeza de seus Estados são, normalmente, favorecidos pela *fortuna*. *Todavia cada qual deve* mostrar seu valor, exercitar suas qualidades e capacidades, precisam ser homens de *virtù*. Para Maquiavel, o líder que é capaz de triunfar e alcançar a glória precisa ser um homem de gênio, capaz de perceber rapidamente as oportunidades que lhes são oferecidas. As circunstâncias simplesmente aparecem nas conjunturas políticas, frutos de complexas relações interativas no decurso dos acontecimentos humanos e das histórias específicas e singulares. Intervir nas circunstâncias, conferindo-lhe um sentido e direção, é a exigência que se estabelece para os líderes que pretendem triunfar.

Também há um aprendizado na constatação dos acontecimentos políticos que nenhum homem é capaz de alcançar a glória e construir a grandeza do Estado por pura sorte. A sorte, de fato, oferece oportunidades; o homem virtuoso precisare conhecê-las e aproveitá-las, porém a capacidade humana, neste ponto, é de tirar proveito das oportunidades. Logo, a sorte parece impor-se como o fator essencial da história e o espaço de intervenção dos homens se reduz em ser uma função do destino, sendo coadjuvante da *fortuna*. Parece ser essa a interpretação que nosso autor nos deixa transparecer no capítulo XXIX do livro segundo dos *Discursos*.

2.6. A VIRTÙ E A PRUDÊNCIA OUSADA

O tema da prudência e da ousadia é estreitamente ligado ao tema da virtù. Um líder de virtù é normalmente prudente e tem ousadia para tomar algumas decisões, às vezes, impopulares, mas de interesse da maioria. As decisões que são tomadas com prudência ousada

dependem das conjunturas, qual conjuntura é tecida pela fortuna. Na verdade, ela é tecida pelas ações humanas, pois a *fortuna* deve ser compreendida também como um aspecto das mesmas.

É de perceber que as ações humanas constroem conjunturas afortunadas como constroem também conjunturas ruinosas. Então há uma relação que se estabelece entre conjunturas afortunadas e a presença de *virtù* política, entre conjunturas ruinosas e imprevidência, incapacidade e corrupção. Estas conexões ficam explícitas no final do capítulo XXX do livro segundo dos *Discursos* que, por enquanto, não vamos entrar em detalhes. É de considerar, no mesmo capítulo, a afirmativa de que a fortuna revela toda a sua potência onde os homens têm pouca *virtù*. É fato que, nessas circunstâncias, as repúblicas e os Estados em geral perdem as condições inerentes ao bom governo, pois estão propensos à corrupção, a ordem não será estável e as instituições não serão perduráveis. Encontramos, por certo, os governantes fracos, covardes ou corruptos e a potência da *fortuna* será sempre maior, gerando um ambiente de instabilidade, mudanças contínuas e de enfraquecimento das liberdades.

Por outro lado, a sermos otimistas, havemos de reconhecer que a ação da *fortuna*, no entanto, pode ser limitada pela ação de homens de *virtù*, principalmente, se forem amantes dos valores (*Virtù*) e das instituições da antiguidade. Serão esses homens capazes de renovar e refundar as instituições corrompidas e fracas e serão capazes de orientar e pôr limites ao poder da *fortuna*. Neste aspecto, os homens de *virtù* não se limitarão a ter a mera função de secundar a *fortuna*. Portanto, agindo com sabedoria e força, esses homens podem confrontar a *fortuna* relativizando suas determinações. O bom governo requer homens corajosos e virtuosos. Maquiavel enfatiza, de modo geral, em seus textos, que nada mantém mais a estima e glorifica os governantes que a realização de grandes empreendimentos e que a conduta orientada para dar altos exemplos. O governo que queira confrontar a *fortuna*, dominá-la e transformá-la em aliada, precisa ser um governo ativo. Nas conjunturas não excepcionais, definidas pela normalidade das circunstâncias, tal governo deve revelar-se amante das virtudes e promotor da honra daqueles que revelam excelências de qualidades nas mais diversas atividades.

Tratando da prudência ousada, podemos retornar a O Príncipe no capítulo XXV no qual se compara a *fortuna* a um rio impetuoso, a aposta fundamental de Maquiavel é na capacidade estratégica do homem de *virtù*, que de sua capacidade e do seu poder criativo, imaginário e racional, ao mesmo tempo, tira estratégias de governança. A fortuna domina muito mais onde a *virtù* não ocupa o espaço. “Fato semelhante sucede com a Fortuna, a qual demonstra todo o

seu poderio quando não encontra ânimo [*virtù*] preparado para resistir-lhe e, portanto, volta a sua fúria para os pontos onde não foram feitos diques para contê-la”.

(Maquiavel. *Príncipe*. Cap. 25). Este poder deve ser capaz de promover uma aliança essencial, de natureza ambivalente, para que os homens possam se governar e para que o governo possa governar bem o Estado e os governados. Esta aliança ambivalente se expressa na exigência de uma conduta que expresse uma *prudência ousada*. *Prudência*, pois só esta conduta é capaz de perscrutar as tendências do futuro e os seus desafios e imaginar soluções bem *ousadas*, porque só esta conduta é capaz de antecipar-se ao advento dos acontecimentos procurando dirigi-los e governá-los. Só esta atitude é capaz de construir diques para conter a fúria dos rios impetuosos.

Para concluir esse tema de *virtu e fortuna*, é importante observar que a *virtù* fundamental, a qual deve se expressar na *prudência ousada*, exige dos homens e, particularmente, dos governantes uma atitude defensiva. Por defensivo queremos dizer, a defesa das posições conquistadas em face das injunções de ações extrínsecas e de agir para ampliar as conquistas de novas posições. A construção de canais e diques corresponde a uma atitude de defesa para minimizar a ação ruínosa da *fortuna*. Trata-se, de fato, de uma atitude minimizadora, pois, aparentemente, ninguém está salvo das injunções do acaso e da sorte.

De outro lado, é preciso sair em primeiro lugar ou em frente, já que a *fortuna* tem uma natureza feminina, sendo preciso conquistá-la e dominá-la e enfim torná-la aliada e companheira nos empreendimentos humanos e na ampliação das posições conquistadas. Todas as vezes que se age com ousadia e ferocidade para conquistar objetivos e fins, é preciso contar com o favor da *fortuna*. Trata-se de um momento de aliança entre *virtù* e *fortuna*, imprescindível, tanto ao êxito quanto à conquista da glória.

Desse modo, o problema da *fortuna* ou do acaso está sempre implicado com as forças da natureza e o acaso como a fortuna também está ligado às estruturas sociais e com o agir humano. A atitude defensiva diantedestas forças é fundamental, mas não suficiente. Os acasos a que os agentes estão sujeitos podem, de fato, se apresentarem como decorrência da natureza aleatória ou de combinações aleatórias de acontecimentos. Numa segunda esfera, podem ser consequência, tanto da conduta inativa quanto defensiva dos agentes. E numa terceira esfera, podem ser consequência da ação de forças extrínsecas, naturais e humanas.

Mas o que seria a *prudência ousada* senão a combinação entre a conduta defensiva e proativa que se move dentro de um espectro variável que pode exigir o equilíbrio entre o par antinômico ou o desequilíbrio em favor de um dos pólos. O que vai determinar a escolha da modulação a ser empregada são as circunstâncias em sua relação com os objetivos e fins que o agente se propõe a alcançar. Esta relação determina os meios e as condutas necessárias ao bom termo do empreendimento.

Capítulo III

Os Conflitos e os ordenamentos republicanos:

A criação dos tribunos da plebe.

Trata-se de um tema crucial para chegarmos à estabilidade da república, em especial, a república de Roma. A liberdade e a paz em Roma foram frutos de solução aos conflitos que opuseram os nobres a plebe. Bignotto, citando Quentin Skinner⁹⁶ escreve que “A desunião da plebe e do senado romano tornou aquela república livre e potente” e continua expondo que “a simples evocação do caráter positivo dos conflitos internos de uma cidade era uma provocação para uma cidade que se acostumara a considerar os conflitos como a causa de sua desgraça⁹⁷”.

Os capítulos III ao VIII dos discursos tratam dos temas ligados à desunião (uma desunião entre o senado e a plebe) e aos conflitos. No Capítulo III, Maquiavel retoma a ideia de que “*quem estabelece uma república e ordena suas leis precisa pressupor que todos os homens são maus [rei] e que usarão a malignidade de seu ânimo sempre que para tanto tiverem a ocasião*”⁹⁸. Maquiavel aponta a maldade⁹⁹ como um dos problemas em que está a origem dos conflitos. Em busca de uma resposta à origem dos conflitos políticos, destaca-se essa malignidade humana.

O fator maldade humana é muito importante para a compreensão dos conflitos, portanto não é, segundo Maquiavel, o principal aspecto a ser tomado em conta. De fato, a maldade não pode ser desconsiderada senão ela engendra com tempo uma opressão dos grandes sobre os pequenos, dos mais fortes sobre os mais frágeis. Os legisladores muitas vezes não pensam nessa possibilidade e, por consequência, não estabelecem leis que possam proteger ou amparar os pequenos. Essa falta de cuidado em estabelecer leis, aliás, essa fragilidade do legislador gera conflitos políticos. Sobre os conflitos entre nobres e a plebe, esses surgiram logo depois que os Tarquínios foram depostos e mortos. É obvio que o medo da força do rei fazia com que os nobres, enquanto os Tarquínios reinavam, tinham receio de maltratar a plebe porque teriam de recorrer ao rei. Como descreve Maquiavel, na morte dos Tarquínios, os nobres perderam medo

⁹⁶ O professor Newton faz referência ao livro de Skinner “*The foundations of modern political thought, publicado em Cambridge University press, 1980, página 182.*

⁹⁷ Bignotto, Newton. *Maquiavel Republicano*, pág.84

⁹⁸ Maquiavel. *Discursos I, III*, 20

⁹⁹ Por maldade, podemos entender a incompreensão política, a vingança, o despreço da coisa comum, a oposição gratuita, sem necessidade, despreço dos pequenos, corporativismo destrutivo, a soberba dos grandes.

e começaram a cuspir sobre a plebe o veneno que haviam guardado no peito, ofendendo-a de todos os modos que podiam¹⁰⁰.

Maquiavel quer significar que a prosperidade da república depende das boas leis e dos bons ordenamentos. O exemplo de Roma com a morte de Tarquínio é muito eloquente. De fato, as leis e os ordenamentos, são uma barreira às ambições e aos impulsos humanos desmedidos. Ao final do Capítulo III, ele apresenta como foi necessária a formação dos tribunos da plebe, por volta dos anos 494, para a segurança da plebe e impedir a insolência dos nobres. A classe dos tribunos da plebe tornou-se um belo instrumento de intermediação entre os nobres, chamados de patrícios, e a plebe, os pobres. As leis de fato são necessárias para o bem viver civil e social. A classe ou instituição dos tribunos serviu de freio ou de barreira, como dissemos acima, para as ambições e ganância dos nobres e do senado. Enaltecendo as necessidades das leis e dos ordenamentos, Maquiavel deixa o seu pensamento mais explícito quando disse nos *Discursos*:

E, quando uma coisa funciona bem por si mesma sem leis, não há necessidade de lei, mas quando falta o bom costume, a lei logo se faz necessária. Assim, faltando os *Tarquínios*, que com medo refreavam a nobreza, foi preciso pensar numa nova ordenação que produzisse o mesmo efeito produzido pelos *Tarquínios* em vida. Por isso, depois de muitas confusões, tumultos e perigos de perturbações surgidos entre a plebe e a nobreza, chegou-se a criação dos tribunos, para a segurança da plebe; e [os romanos] ordenaram tanta preeminência e reputação que a partir de então puderam ser sempre intermediários entre a plebe e o senado, obviando à insolência dos nobres¹⁰¹.

Uma leitura bem atenta dos capítulos III e IV dos *Discursos*, no primeiro livro, mostra que os conflitos sociais entre a plebe e o senado tornaram Roma poderosa pela liberdade cívica reconquistada, após a crise do reinado dos Tarquínios, e a criação de novas leis em vista da construção política da república. Os conflitos políticos estiveram sempre presentes, o que causou a liberdade que vem dos embates políticos na forma de tumultos, levantes, rebeliões, greves. Tais movimentos geraram criação de leis, dos ordenamentos que contribuíram para a manutenção da liberdade republicana. Contrário à visão medieval que considerava os conflitos políticos como inimigos da paz, pois, no princípio a obtenção da paz se encontrava o valor supremo da vida política. Maquiavel, ao contrário, mostra nos *Discursos* que dos conflitos surgem as boas leis, das boas leis surge a boa educação, como mantenedoras da liberdade cívica. Assim, os conflitos políticos foram responsáveis pela grandeza de Roma. Porém, não se podem

¹⁰⁰ Maquiavel. *DISCURSOS* I, III, 20.

¹⁰¹ Maquiavel. *DISCURSOS*, I, III.

confundir os conflitos internos como marca da desunião entre Senado e Plebe, com o rompimento do jogo político equilibrado entre as ordenações na forma de guerras civis. As guerras podem nunca ser salutares.

Há uma ligação estreita entre os capítulos III e IV conforme tínhamos indicado inicialmente. O mesmo capítulo IV nos fornece matéria de ligação com os próximos capítulos tratando da liberdade com o surgimento de novas instituições. De fato, a instituição dos tribunos da plebe serviu para estabelecer um equilíbrio e harmonizar a vida entre as partes em conflitos, ou seja, o senado e a plebe. O tema da liberdade surge para indicar que ela é fruto e consequência do respeito das leis e dos ordenamentos da república. A liberdade que outrora era patrimônio ou garantia de um grupo, agora é de todas as classes. Em verdade, os conflitos se mostraram ser um caminho de construção da liberdade política numa cidade, como foi o caso com os conflitos e a liberdade em Roma.

O tema dos conflitos em Maquiavel é bem extenso na sua análise. Ao abordar sobre a estabilidade da república, o supracitado filósofo retorna aos exemplos de repúblicas bem-sucedidas; de um lado, encontram-se as repúblicas de Esparta e de Veneza e, de outro, a república de Roma.

A república espartana teve uma grande estabilidade graças ao seu ordenamento rígido, suas leis, a proibição das imigrações e sem ambição de anexação de novos territórios. Enquanto isto, Veneza se absteve de onerar o seu povo, também não deu a população baixar o poder de decisão que permaneceu sob o controle dos nobres e das famílias mais antigas da sociedade.

A República Romana fez exatamente o contrário das repúblicas acima mencionadas. Tendo sempre uma visão expansionista, Roma alistou a plebe no exército como admitiu a presença dos estrangeiros na cidade. De fato, não foi pela bondade dos governantes, mas por pura necessidade. Roma foi mais próspera, mesmo sem ter vivido os oitocentos anos de Esparta. As instituições romanas nascidas dos conflitos, em especial os tribunos da plebe, deram estabilidade à república. Roma conseguiu conciliar os desejos dos nobres como os dos populares.

se considerarmos o objetivo dos nobres e dos plebeus (ignobili), veremos naqueles o grande desejo de dominar e nestes somente o desejo de não ser dominados e, por conseguinte, maior vontade de viver livres, visto que podem ter menos esperança de usurpar a liberdade do que os grandes; de tal modo que, sendo os populares encarregados da guarda de uma liberdade, é razoável que

tenham mais zelo e não podendo eles mesmos apoderarem-se dela, não permitirão que outros se apoderem¹⁰².

Com isso, Roma soube viver em paz e administrar bem os conflitos. Cabe ainda abordar as figuras dos fundadores, as suas qualidades ou virtù e a fortuna que, em certas ocasiões, ajudaram na política de estabilidade da república.

Como podemos observar, uma das conceituadas ideias da estabilidade é estreitamente ligada a um conjunto das leis fornecidas pelo legislador em que cada parte da sociedade é contemplada, portanto esse legislador passa a ser elogiado pela sua competência, bravura e o seu equilíbrio. O mesmo aconteceu com Licurgo que deu a Esparta boas constituições, porque,

Entre os que mais louvores merecem por semelhantes constituições, está Licurgo, que ordenou de tal modo suas leis em Esparta que, dando aos reis, aos *optimates* e ao povo suas devidas partes, criou um estado que durou mais de oitocentos anos, com supremo louvor para si e sossego para aquela cidade¹⁰³.

A atitude contrária de favorecer uma classe social resulta em ruína e desgaste da república, tal foi o caso de Atenas de Sólon, e assim escreve o nosso autor:

O contrário ocorreu a Sólon, que ordenou as leis em Atenas; ele, por constituir ali somente um estado popular, o fez tão breve vida que, antes de morrer, viu nascer a tirania Pisítrato e, embora depois de quarenta anos seus herdeiros tivessem sido expulsos e Atenas recobrasse a liberdade, o estado popular que se restabeleceu, de acordo com as ordenações de Sólon, não se manteve por mais de cem anos, ainda mais que para manter-se fizesse muitas constituições, por meio das quais se reprimiam a insolência dos grandes e a licença do povo [universale], coisas que não foram consideradas por Sólon; contudo, por não as terem misturado com o poder do principado e dos *optimates*, Atenas viveu brevíssimo tempo em comparação com Esparta¹⁰⁴.

Retornando nossa reflexão sobre Roma, é de notar que aquela cidade teve um bom governo e foi uma boa república, mesmo que não tivesse um Licurgo com teve Esparta. Mas essa república com leis se estabeleceu depois de muitos conflitos entre o senado e a plebe.

Embora Roma não tivesse um Licurgo que no princípio a ordenasse de tal modo que lhe permitisse viver livre por longo tempo, foram tantos os acontecimentos que nela surgiram, devido a desunião que havia entre a plebe e o senado, que aquilo que não fora feito por um ordenador foi feito pelo acaso. Porque, se Roma não teve a primeira fortuna, teve a segunda, pois se suas

¹⁰² Maquiavel. *Discursos I*, V, p.24

¹⁰³ Maquiavel. *Discursos I*, II, 17

¹⁰⁴ Maquiavel. *Discursos I*, II, 18.

primeiras ordenações foram insuficientes, nem por isto a desviaram do bom caminho que a pudesse levar a perfeição¹⁰⁵.

É de se considerar que Roma teve uma instituição, ou um poder régio onde dois cônsules ficaram no lugar de reis juntamente com o senado. Esta forma ainda representava a forma antiga composta de principado e de *optimates*. O povo, nessa altura, não estava representado. O povo se levantou diante da arrogância e a insolência do senado e dos cônsules. Assim nasceram os “tribunos da plebe”. Com esta nova estrutura, a república romana conquista a estabilidade sem tirar os direitos e vantagens de ninguém. Maquiavel, a respeito de Roma, proferiu:

E foi-lhe tão favorável a fortuna que, embora se passasse do governo dos reis e dos *optimates* ao povo, por aquelas mesmas fases e pelas mesmas razões acima narradas, nunca se privou de autoridade o governo régio para dá-la aos *optimates*; e não se diminuiu de todo a autoridade dos *optimates*, para dá-la ao povo; mas permanecendo mista, constituiu-se uma república perfeita: perfeição a que chegou devido à desunião entre plebe e senado¹⁰⁶.

No capítulo IV do primeiro livro dos discursos, Maquiavel introduz uma novidade contrário àquilo que é entendido como pensamento de Políbio¹⁰⁷, ao declarar que a liberdade e a força da república de Roma nasceram da desunião entre a plebe e o senado. O secretário florentino introduz uma verdadeira novidade no esquema tradicional, veiculando a idéia dos conflitos internos como condição de estabilidade da república e, conseqüentemente, das instituições. As mudanças que aconteceram naquela república contaram também com a boa fortuna e com a virtù militar. É importante observar a junção da fortuna, da virtù militar e da boa ordem que levaram a uma estabilidade de Roma.

Mais importante é o papel dos tumultos ou conflitos entre a plebe e os nobres que foram a causa primeira da liberdade em Roma.

Direi que quem condena os tumultos entre os nobres e a plebe parece censurar as coisas que foram a causa primeira da liberdade de Roma e considerar mais as assuadas e a grita que tais tumultos do que os bons efeitos que eles geravam; e não consideram que em toda a república há dois humores diferentes, o do povo e o dos grandes, e que todas as leis que se fazem em favor da liberdade nascem da desunião deles, como facilmente se pode ver que ocorreu em Roma¹⁰⁸.

¹⁰⁵ Maquiavel. *Discursos* I, II, 18

¹⁰⁶ Maquiavel. *Discursos* I, II, 19.

¹⁰⁷ A posição de Políbios já analisada na circularidade de repúblicas, entende que os conflitos levam à ruína e geram um governo mais fraco.

¹⁰⁸ Maquiavel. *Discursos* I, IV, 21-22

Maquiavel conclui que Roma tornou-se uma república ordenada onde se acumula tanta virtù. Para ilustrar, destaca a boa educação, as boas leis e todos vieram de tumultos e nunca houve exílio ou violência, como disse na sequência:

E não se pode ter razão para chamar de não ordenada uma república dessas, onde há tantos exemplos de virtù, porque os bons exemplos nascem da boa educação; boa educação das boas leis; e as boas leis, dos tumultos que muitos condenam sem ponderar, porque quem examinar bem o resultado deles não descobrirá que eles deram origem a exílio ou violência em desfavor do bem comum, mas sim a leis e ordenações benéficas a liberdade pública¹⁰⁹.

Pode-se considerar que nessa perspectiva as leis são relegadas em segundo plano, uma vez que nasceram dos conflitos. De fato, o povo não age contra os grandes por prazer de reagir, portanto ele o faz senão pelo desejo de não ser oprimido e como meio de defesa. O mesmo não pode ser dito dos grandes que buscam constantemente aumentar o seu domínio esmagando o povo. Os tumultos foram uma grande razão para a criação dos tribunos da plebe. Desse modo, o povo é declaradamente um guardião mais confiável da liberdade;

E se os tumultos foram razão para a criação dos tribunos, merecem sumos louvores, porque, além de concederem a parte que cabia ao povo na administração, tais tribunos foram constituídos para guardar a liberdade romana, como se mostrará no capítulo seguinte¹¹⁰.

Para encerrar o capítulo IV desse primeiro livro dos *Discursos*, vale mencionar que os mesmos tumultos merecem sumos louvores por ter concedido ao povo a parte que lhe cabia na administração e, assim, os tribunos de plebe foram constituídos para a guarda da liberdade romana. Essa é uma novidade e um avanço muito significativo na formação das instituições. A constatação de Maquiavel, aqui, é a de que não basta a existência de leis, pois para que possa haver liberdade é preciso que essas leis nasçam a partir dos conflitos. Com efeito, onde não houve uma lei, ela poderá surgir dos acontecimentos mesmos tumultuosos.

Em sua linha de pensamento, indica que as leis oferecem alguns mecanismos de acomodação dos conflitos e constituem meios para institucionalizar os conflitos numa sociedade.

Considerando toda reflexão que opus os interesses do povo e diante daqueles da aristocracia, Maquiavel sustentou que as boas leis nascem dos tumultos entre esses dois interesses em conflito, portanto procura destacar a preponderância das instituições políticas

¹⁰⁹ Maquiavel. *Ibidem*

¹¹⁰ Maquiavel. *Discursos* I, IV, p.23

como instrumentos estabilizadores ou como fatores de equilíbrio da vida política. Em outras palavras, significa que as leis são instrumentos que permitem a manutenção de uma determinada ordem. O ponto importante aqui é que as leis constituem um meio que permite o emprego da força quando isto for necessário. Conviemos de lembrar agora pouco que essa força será utilizada de modo mais racional quando a república dispuser de leis capazes de amenizar e controlar os conflitos ou tensões sociais. O emplemento da força é sempre um recurso suplementar, mas as leis devem reduzi-lo ao mínimo possível. Portanto recorrer a uma força estrangeira, como foi o caso em Florença, comprova a ineficiência do mecanismo institucional do Estado.

O conjunto de instituições descritas por Maquiavel nesses capítulos, destacam-se a acusação pública (capítulos VII e VIII) e as leis que protegem a liberdade cumprem algumas funções.

De todas as funções, uma delas consiste em organizar como também criar um espaço para o direcionamento racional dos interesses das partes em conflitos. Esse processo termina com dois resultados favoráveis politicamente: a estabilidade da república e a manutenção da liberdade do povo ou dos cidadãos. Toda consideração feita, estabelece-se um regime que fará com que os conflitos em jogo na sociedade possam ser resolvidos pela máquina estatal. Todo o conflito passa a ser acomodado pela arte da legislação.

O autor Jean Touchard, no seu livro “História das Ideias Políticas; Da Grécia ao fim da Idade Média, no volume numero1, página 91, ao abordar as formas de governo de Platão e Aristóteles chega a Políbio de quem não poupou elogios, conforme o texto abaixo:

Efetivamente, Políbio tem em vista um regime concreto: o de Roma. A sua constituição satisfaz, segundo pensa, os imperativos que enumerou, visto que os poderes dos conselhos recordam uma realeza, os do senado, uma aristocracia, os do povo, uma democracia, e todos estes poderes se controlam e se equilibram. Os cônsules, soberanos quando se trata de guerras, dependem do senado na questão dos reabastecimentos das tropas e na própria nomeação, e do povo, quanto aos tratados. O senado depende do povo, cujo parecer deve ser submetido os grandes processos e que, pela voz dos seus Tribunais, pode anular os decretos promulgados por aquela assembleia¹¹¹.

As instituições romanas ajudaram Roma a se estabilizar e estabelecer um equilíbrio que muitas outras cidades não tiveram naquele tempo e na mesma época. Skinner Quentin, (1990 p. 25), tratando das cidades-Repúblicas e o Império, no livro “*As fundações do Pensamento*

¹¹¹ Touchard, Jean. *Histórias das Ideias Políticas. Da Grécia ao fim da Idade Média*. Volume1, pág.91

político Moderno”, escreve o que segue para demonstrar a mudança ocorrida na Itália e o papel fundamental dos cônsules que rendeu uma contribuição, uma boa participação, a independência e a liberdade.

Já em meados do século XII, o historiador germânico, Oto de Freising, reconhecia o surgimento de uma forma nova e notável de organização social e política no Norte da Itália. Observava, entre outros aspectos, que a sociedade italiana claramente perdera seu caráter feudal. Dizia Oto que “[...]praticamente todo o país está dividido entre as cidades” e que “mal se pode encontrar um nobre ou rico-homem em todo o território adjacente a uma cidade que não reconheça a autoridade desta” (p. 127). Outra novidade que ele assinalava, e que o impressionou como sendo até mais subversiva, estava no fato de que as cidades haviam desenvolvido uma forma de vida política inteiramente em conflito com a convicção, que então prevalecia, de que a monarquia hereditária seria a única forma correta de governo. Tinham-se tomado as cidades italianas, “tão desejosas de liberdade”, que se converteram em repúblicas independentes; cada uma delas era governada “pela vontade de cônsules mais que de príncipes”, a quem “trocavam [do cargo] quase que anualmente”, a fim de garantir que fosse controlado seu “apetite de poder” e preservada a liberdade popular (p. 127). A primeira cidade italiana a adotar uma forma consular de governo como a descrita foi, tanto quanto se sabe, Pisa, no ano de 1085 (Waley, 1969, p. 57). Dali esse sistema rapidamente se difundiu pela Lombardia assim como pela Toscana, aparecendo regimes análogos em Milão já em 1097, em Arezzo no ano seguinte, e em Luca, Bolonha e Siena por volta de 1125 (Waley, 1969, p. 60). Na segunda metade do século, ocorreu uma importante modificação: o poder dos cônsules foi suplantado por uma forma mais estável de governo eletivo à volta de um funcionário conhecido como *podestà*, assim chamado¹¹².

Muito interessante foi esta mudança que introduziu uma participação popular depois dos conflitos que houve entre nobres e plebeus. Todavia, percebemos o quanto a luta, os conflitos e as acusações vão ajudar a introduzir a paz e, sobretudo, a liberdade de agir do povo dentro do contexto das instituições legais. Skinner nos mostra que as coisas foram acontecendo de uma cidade para outra, quer dizer, que umas cidades se sentiram estimuladas pelas primeiras que fizeram uma experiência de independência. É sempre bom lembrar que o cargo dos tribunos da plebe era um cargo que foi introduzido na hierarquia da República Romana. Sabemos que a criação dos tribunos da plebe veio na sequência das cansativas lutas de classe entre patrícios (nobres) e os plebeus (povão). Com efeito, o cargo de tribuno da plebe nasce juntamente com a República Romana. O tribuno da plebe não era considerado um representante dentro do governo aristocrático da classe menos favorecida, quer dizer, da classe do povo.

Os tribunos eram escolhidos entre os plebeus e tinham uma atuação como líderes de sua classe social. Eles tinham o encargo de levar as reivindicações e as propostas dos plebeus aos

¹¹² Quentin, Skinner. *As Fundações do Pensamento Político Moderno*. 1990, pág.25

níveis de estrutura superior da organização política governamental romana. A mudança aconteceu na estrutura do governo a favor dos plebeus pela extraordinária atuação dos tribunos. Tal atuação estabeleceu a igualdade de direitos entre patrícios e plebeus como direito à liberdade. A análise dos capítulos VII e VIII aponta sobre os instrumentos políticos internos para acusação e defesa pública de cidadão. No capítulo sétimo, Maquiavel lembra que “a guarda da liberdade em uma cidade não se pode conferir autoridade mais útil e necessária a de acusar perante o povo ou qualquer magistrado ou conselho os cidadãos que porventura pecassem de algum modo contra o estado livre” (*Discursos* I, VII, p.33). É preciso que haja alguns mecanismos de acusação institucional. Se não for assim, os poderosos vivem de maneira impune.

O exemplo de Piero Soderini que não prosperou em acusação, porque Florença não possuía instrumento ou instância própria para receber acusações contra os grandes. “Poder-se-ia ainda alegar, em defesa da citada conclusão, o que aconteceu também em Florença, com Piero Soderini, coisa que afinal, se deu por não haver naquela república modo nenhum de acusações contra a ambição dos cidadãos poderosos¹¹³.

Nesses capítulos, se apresenta o problema de inveja e da calúnia. Marcada pela importância de punir severamente os caluniadores, os exemplos apresentados são de conflitos internos. Daí a necessidade de solução, sabendo que a natureza humana é complexa e complicada. As falsas acusações também merecem punição, mas desde que aprovadas pelo corpo político. Resumindo, Maquiavel encaminha os conflitos políticos naturais para as instituições, após explicitadas, a fim de serem administradas politicamente. O secretário florentino reforça a ideia de que a autêntica política deverá ser guiada pela liberdade e pela igualdade entre cidadãos. Para uma análise da liberdade nos *Discursos*, Bignotto, em *Maquiavel Republicano*, escreve:

[...]de um lado, temos todas as cidades livres, que, em consequência da liberdade primeira, puderam se expandir e encontrar o caminho da potência: de outro lado, as cidades como Florença, não nasceram livres e são obrigadas a pagar um alto preço ao longo de sua história. A liberdade é, portanto, a chave para a compreensão das vitórias de uma cidade, mas também a causa da fraqueza daquelas que não a possuem¹¹⁴, ou seja, as paixões desenfreadas e o desejo de vingança, alerta o nosso autor, jamais podem escapar (ou se manifestar) por um canal autorizado (por um meio legal), pois isso abalaria os fundamentos da república. Daí a importância de canais institucionais, como a acusação pública: é útil e necessário, insiste o autor, que as leis da república forneçam ao povo um meio legítimo de manifestar o ódio que um cidadão possa lhe inspirar. Quando esses instrumentos não existem, a plebe recorre a

¹¹³ *Discursos* I, VII, p.35.

¹¹⁴ BIGNOTTO, N., *Maquiavel Republicano*, São Paulo, Loyola, 1992, p.79.

meios extraordinários que causam ainda mais danos. Por essa razão, ele enfatiza que, numa república bem ordenada, é preciso dispor de leis e instituições adequadas e suficientes para que os cidadãos, uma vez molestados, tenham canais adequados para poder acusar e denunciar o(s) responsável(is).

Depois de expor detalhadamente o papel das instituições e da institucionalidade numa república bem ordenada, bem como quais deveriam ser as suas características básicas, o próximo grande passo de florentino é abordar a relação, na fundação ou reforma de uma unidade política estatal, entre a soma de autoridade necessária para a criação da república e suas instituições, e a liberdade que tais instituições devem preservar. Há, aqui, nos capítulos IX e X do Livro I, um contraste entre o instituidor de uma república ou de um reino e a insistência em que as instituições sejam construídas de forma que a sua guarda se torne, com o passar do tempo, independente da figura de um indivíduo excepcional. Isso significa que somente um poder unívoco pode instituir uma formação estatal, mesmo que ela venha a ser um estado livre ou república. A vida estatal é pensada, aqui, a partir de um começo rigoroso o qual é constituído por uma vontade única para o bem de todo o povo, isto é, pela vontade de um indivíduo e não por uma vontade íntegra consensual ou uma “vontade geral”. Em Maquiavel, a figura do fundador e a do legislador se fundem no momento da fundação do estado ou da república.

Uma abordagem dos capítulos IX e X dos *Discursos* nos conduz ao que foi chamado de refundação do Estado, por dentro, com novos ordenamentos diferentes das ordenações antigas. Maquiavel se expressa no capítulo nono do primeiro livro dos *Discursos*: “E deve-se ter como regra geral que nunca, ou raramente, ocorre que, alguma república ou reino seja, em seu princípio, bem-ordenado ou reformado inteiramente com ordenações diferentes das antigas, se não é ordenado por uma só pessoa; aliás, é necessário que um homem só dite o modo, e que de sua mente dependa qualquer dessas ordenações”¹¹⁵.

Em outras passagens, após constatar o desarranjo das ordenações, reforça que será preciso voltar aos princípios que nortearam a criação dele. Mostra, também, que são dignos de elogios e de louvores os “cabeças” e os ordenadores de religiões. Em seguida, trata dos fundadores de repúblicas e de reinos, que mostraram *virtù* na condução da “Res publica”, isto é coisa pública. São também merecedores de louvores e elogios os comandantes de exércitos que ampliaram o seu próprio território ou domíni – Os capitães – sem conotação militarista atual.

¹¹⁵ Maquiavel. *Discursos* I, IX, P.41

Logo, o ordenador da república deve ser virtuoso e prudente e não deve deixar a outro como herança a autoridade que tomou ou conquistou, mas poderia relegar o poder a um grupo ou aos cuidados de muitos, a muitos couber manter as ordenações e o poder¹¹⁶.

¹¹⁶ Maquiavel. *Discursos I*, IX, P.42

Capítulo IV

A religião, sua importância e a estabilidade da República

A religião é um tema muito complexo e importante na administração da república. Ela é explorada ou abordada nos capítulos XI a XV dos Discursos no primeiro livro. A religião, como afirma o próprio Maquiavel, é um instrumento ao qual recorre todo ordenador de leis; isso prova que a religião vem anterior a todo ordenamento civil. No capítulo XI dos Discursos, o supradito filósofo escreve:

E, de fato, nunca houve ordenador de leis extraordinárias, em povo nenhum, que não recorresse a Deus, porque de outra maneira elas não seriam aceitas, pois há muitas boas coisas que os homens prudentes conhecem, mas que não têm em si razões evidentes para poderem convencer os outros¹¹⁷.

A religião, no contexto de uma república, é o cimento ou elemento de coesão nacional a qual conduz a obediência civil. Por isto Maquiavel aporta uma importância bem grande para estabilidade da república. O tema da religião no estado foi sempre bem explorado, seja na Idade Média como na Época Moderna. Ela traz esse aspecto de obediência civil às leis da pátria por ser vontade de Deus ou dos deuses; é o primeiro ordenamento público antes de qualquer outro ordenamento civil.

A religião é anterior à própria república. O tema da religião é abordado por Maquiavel no livro “*O Príncipe*”. A república de Roma passou da religião antiga ao cristianismo. São duas experiências distintas.

De fato, a religião no contexto de república, é um valioso instrumento de coesão, de instrução para a cidadania, de vivência de bons costumes. Prega a honestidade e impede a corrupção dos costumes, e a corrupção de maneira geral no seu sentido mais amplo. É um tema importante sobre o qual voltarei na sequência do desenvolvimento do trabalho.

No capítulo XI que trata da religião dos romanos, Maquiavel destaca a figura de Numa Pompílio, sucessor de Rômulo, que acordou uma grande importância à obediência religiosa que conduz à obediência civil. Enaltecendo Numa Pompílio, Maquiavel logo escreve:

Embora Roma tivesse Rômulo como primeiro ordenador e lhe coubesse reconhecer nele, como se filha fosse, o nascimento e a educação que teve, os céus, julgando que as ordenações de Rômulo não bastavam a tanto império,

¹¹⁷ Maquiavel. *Discursos* I,11, p.50

inspiraram no peito do Senado romano a eleição de Numa Pompílio como sucessor de Rômulo, para que as coisas que Rômulo deixara sem fazer fossem ordenadas por Numa; este, encontrando um povo indômito e desejando conduzi-lo à obediência civil (respeito das leis) com as artes da paz, voltou-se para a religião, como coisa de todo necessária para se manter uma cidade [Civita]; e constituiu de tal modo que por vários séculos nunca houve tanto temor a Deus quanto naquela república, o que facilitou qualquer empreendimento a que o senado ou aqueles grandes homens romanos quisessem entregar-se¹¹⁸.

Na continuidade, Maquiavel faz lembrar que em todas as histórias a religião serviu tanto para comandar os exércitos como infundir o ânimo na plebe, manter os homens bons e fazer com que os reis se envergonhem¹¹⁹. Dando prosseguimento ao pensamento, Maquiavel mostra que a religião, em todas as circunstâncias, serviu de recurso para os legisladores de todos os povos elaborarem leis extraordinárias, sem esse recurso, as leis não seriam aceitas pelo povo.

Finalizando esse capítulo, Maquiavel constata que a religião introduzida por Numa foi uma das principais razões da alegria da cidade de Roma¹²⁰.

No Capítulo XII, Maquiavel elogia e defende as cerimônias e cultos religiosos, aponta uma falha da Igreja Romana, a Igreja Católica, Igreja oficial do Império Romano. O Florentino profere o seguinte:

Os príncipes ou repúblicas que queiram se manter incorrupto devem, acima de tudo, manter incorruptas as cerimônias de sua religião e venerá-las sempre, porque não pode haver maior indício da ruína de um estado do que o desprezo pelo culto divino. Isto é fácil de entender, desde que se conheça em que se fundamenta a religião em que se nasceu, porque o fundamento da vida de toda a religião assenta em alguma ordenação principal. A vida da religião pagã fundamentava-se nas respostas dos oráculos e na seita dos advinhos e dos arúspices; todas as outras cerimônias, sacrifícios e ritos decorriam disso, pois todos acreditavam que o mesmo Deus que podia predizer um bom ou um mau futuro podia também concedê-lo¹²¹.

Para Maquiavel, esses cultos deveriam ter sido mantidos. Nesse mesmo capítulo, aborda a religião cristã, a qual acusa de ter destruído a religiosidade antiga e ter criado a instabilidade nas repúblicas cristãs. “E, como muitos são de opinião que o bem-estar das cidades da Itália provém da Igreja romana, quero expor as razões que me ocorrem para contrariar tal opinião, alegarei duas fortíssimas razões às quais, parece-me, ninguém se oporá” (Discursos I, XI, p.54).

¹¹⁸ Maquiavel. *Discursos*. I, XI, P.48-49

¹¹⁹ Maquiavel. *Op.cit.* P.49

¹²⁰ Maquiavel. *Op.cit.* P.51

¹²¹ Maquiavel. *Discursos* I, XII. P.53

Maquiavel discorda da ideia de que a igreja romana teria trazido bem-estar às cidades e apresenta duas razões que as chama de fortíssimas. A primeira razão refere-se aos maus exemplos da corte romana que fez a Itália perder toda devoção e toda a religião, acarretando infinitos inconvenientes e infinitas desordens (*Discursos I, XI, p.54*). A segunda razão da ruína da Itália, segundo Maquiavel, é bem maior, porque a Igreja romana causa a divisão da terra, Itália (*Discursos I, XI, p.54*). Essas são as duas razões do declínio da Itália, em que, na primeira, Maquiavel faz críticas aos abusos e maus exemplos da corte romana, entendida como o clero que, diversas vezes, foi associado aos nobres. Esses maus exemplos fizeram com que a Itália perdesse toda devoção e toda religião, o que acarretou infinitos inconvenientes e infinitas desordens (*Discursos, p.54*). A Igreja romana falhou em estabelecer uma república estável com um príncipe único; “e a razão de a Itália não estar nas mesmas condições e não ter também uma só república ou um só príncipe para governá-la é somente a Igreja, porque tendo ela aqui estabelecido sede e governo temporal não teve força nem virtù suficiente para ocupar a tirania da Itália e tornar-se seu príncipe” (*Discursos I, XI, p. 55*).

Dos capítulos XIII a XV, Maquiavel apresenta, de maneira detalhada, como os romanos utilizavam a religião para a ordenação da cidade, como interpretavam os auspícios segundo as suas necessidades e o ânimo dos soldados a partir dos juramentos aos deuses. Para aprofundar este assunto, ele dedica os capítulos seguintes ao tratamento da religião e suas funções políticas, abordando também os perigos que ela pode acarretar para o Estado. Tal discussão tem uma função estratégica na sua argumentação: permite-lhe abordar a questão da construção da sociabilidade numa unidade política estatal, bem como o papel das leis nesta edificação.

Para que serve a religião? Maquiavel relendo Tito Livio, apresenta vários exemplos em que a religião foi usada para impor a vontade dos nobres. Citando Tito Livio (V,13-4), Maquiavel apresenta a situação em que os nobres, insatisfeitos com a constituição dos tribunos com o poder consular e sendo todos plebeus exceto um, e tendo ocorrido naquele ano peste, fome e certos prodígios, usaram aquela ocasião da eleição para significar que os deuses estavam irritados por verem que Roma teria usado mal a majestade do seu reino. E por remédio, os tribunos seriam todos nobres, e assim se fez¹²².

Outro exemplo da imposição da vontade de governante usando-se da religião é tratado por Tito Livio (V,15-6) e relatado por Maquiavel quando se referiu à expugnação da cidade de

¹²² Maquiavel. *Discursos I*, 13, p. 57

Veios. Os capitães dos exércitos romanos se valeram da religião para manter os seus homens dispostos às empresas. No caso de Veios, os capitães inventaram a história de que os deuses Apolo e outros vaticínios diziam que iriam vazar o lago Albano para a expugnação da cidade dos veios¹²³.

No capítulo XIII dos Discursos, a religião tem uma missão de estabelecer vínculos ou laços sociais fortes¹²⁴ pelas lições dos deuses. As normas da religião, constata o autor, obrigam com maior força do que as próprias leis positivas. A religião, portanto, gera normas de comportamento e, com isso, formas de fidelidade que funcionam mesmo quando há a possibilidade de violação da lei, ou seja, o nível último e mais básico da norma é a religião e não a lei do Estado. E a religião, segundo o autor, constitui um conjunto de crenças que o legislador sábio pode criar ou adotar em sua legislação como fez Numa, sucessor de Rômulo, o introdutor da religião entre os romanos. A religião se tornou um instrumento forte da estabilidade das instituições e pôs fim à instabilidade da república. Numa teve o mérito de fazer da religião o mais poderoso agente de manutenção da sociedade. ensina o florentino esclarecendo que:

Numa encontrando um povo indômito e desejando conduzi-lo à obediência civil (quer dizer ao respeito das leis) com as artes da paz, voltou-se para a religião, como coisa de todo necessária para se manter uma cidade (civiltà), e a constituiu de tal modo que vários séculos nunca houve tanto temor a Deus quanto naquela república, o que facilitou qualquer empreendimento a que o senado ou aqueles grandes homens romanos quisessem entregar-se. E quem examinar as infinitas ações do povo de Roma em conjunto e de muitos dos romanos, por si verá que aqueles cidadãos temiam muito violar o juramento que as leis, portanto, estimavam mais o poder de Deus que o dos homens...¹²⁵.

Tendo os romanos se convencido de que o poder dos deuses era maior do que o dos humanos, isto os fazia respeitarem os seus juramentos até mais do que as leis, explica o nosso autor. E o respeito aos juramentos pode, às vezes, superar em eficácia o amor à pátria e a força das leis, emenda ele. O governante sábio recorre aos deuses, como fizeram Licurgo, Sólon e tantos outros, pois negligenciar o culto divino pode ser a causa da ruína dos povos. A religião, portanto, conforme mostra Maquiavel, é parte da boa ordenação institucional de um Estado. Ao sustentar que o princípio da religião que rege a sociedade deve ser respeitado, florentino acrescenta uma questão importante: a idéia de que é parte da ação política prudente manter e

¹²³ Ibidem.

¹²⁴ O recurso a Apolo e alguns outros vaticínios que fizeram os soldados suportassem o fastio do assédio, dominados que estavam pela esperança de expugnar a cidade e prosseguiram contentes. Discursos I, XIII, p. 57.

¹²⁵ Maquiavel. Discursos I, 11, p. 49

valorizar a crença religiosa, porque ela fortalece a fidelidade ao Estado e a união entre os cidadãos.

Sua objeção ao cristianismo consiste no fato de que a Igreja, tendo como base uma potência estatal, seja uma fonte de divisão e de discórdia na Itália, é lá que ela permanece como um fator de desagregação política. Sua crítica é, portanto, localizada à Itália; ele não chega a produzir uma crítica ao cristianismo em geral como fator de risco para o Estado. É por isso, inclusive, que Maquiavel aconselha adiante que, quando se trata de reformar a antiga constituição de um país livre, nunca se deve abolir a liberdade de nenhum de seus cidadãos e por liberdade dos seus cidadãos entende-se também a liberdade de cultos ou a liberdade de manter as crenças religiosas do povo¹²⁶. Respeitando a ideia da continuidade e, de certa maneira, uma identidade deve ser respeitada para que a violência da mudança seja menos percebida pelos cidadãos.

No assunto relativo à religião, Maquiavel vai polemizar com a religião cristã simplesmente para reapresentar os modos e ordens da religião antiga serem imitados. Léo Strauss (2015, p. 140) escreve, para traduzir o que dissemos, que “Polemizar com a Igreja Romana (Católica Apostólica Romana) na seção dos Discursos dedicada à religião dos antigos romanos significa questionar os modos e ordens da religião estabelecida com vista aos modos e ordens da religião antiga redescobertos por Maquiavel, ou apresentar os modos e ordens da religião antiga para os homens modernos os imitarem”. Portanto requerer a fim de restaurar as ordens antigas, é preciso se apoiar em uma autoridade divina. E como nos lembra Strauss, os modos e ordens religiosos repousam sobre as crenças¹²⁷. Exaltando a religião antiga e o quanto ela trouxe a felicidade e as boas ordenações, a fortuna e a grandeza de Roma, Maquiavel escreve: “Considerando tudo, portanto, concluo que a religião introduzida por Numa foi uma das principais razões da felicidade daquela cidade, pois ensejou boas ordenações; as boas ordenações trazem boa fortuna; e da boa fortuna nasceram os bons êxitos das empresas. E assim como a boa observância do culto divino é razão da grandeza das repúblicas, também o seu desprezo é razão de sua ruína”¹²⁸.

A religião é importante no contexto político para manutenção da estabilidade do estado ou da república. O professor Bignotto Newton, no “Maquiavel Republicano” (1991, p.197),

¹²⁶ Maquiavel. *Discursos* I, 28, p.91

¹²⁷ Léo Straus recorre às citações de *Discursos* I,11 como também o Príncipe no capítulo VI.

¹²⁸ Maquiavel. *Discursos* I,11 p.50 Veja também em Pierre, Mukabi Misik Senga Pierre. Nicolau Maquiavel: Filósofo e político confrontado, edit. Multiplicidade, Vitória, Es, 2005 p. 43.

reforça a ideia ao escrever que “O elogio a Numa, no capítulo XI do primeiro livro dos *Discursos* (*Discursos* I,11), é justificado não só porque ele tinha sentimentos bons e piedosos, mas, sobretudo, porque foi capaz de conservar no tempo os bons efeitos da fundação através da instituição de cerimônias religiosas”.

A religião por si só não faz milagre para a estabilidade do estado, é preciso que o povo ou os habitantes daquela cidade se convençam da sua capacidade de vencer os obstáculos, acreditando no apoio da força transcendental na sua ação já vencedora. Mais uma vez o Professor Bignotto reforça esse pensamento quando disse: “A religião é importante porque transfere a uma ordem transcendental o papel de guardião das leis originais que pertencera ao fundador, quando ainda estava vivo. Tal passagem, no entanto, só é possível se a representação religiosa é acompanhada, na cidade, por uma grande capacidade de ação dos seus cidadãos”¹²⁹

Comentando a passagem em que Maquiavel nos *Discursos* faz crítica à Igreja romana, o professor Anor Sgangerla escreve – na página 49 da sua dissertação de mestrado que trata de “*Maquiavel, a religião como instrumento de política*”, dissertação defendida em 2003 – o seguinte:

Ao afirmar nos *Discursos* “(...) que a moralidade cristã tornou os homens fracos, entregando o mundo à audácia dos celerados”(Discursos I, p.201), Maquiavel está expressando que a prática dos ensinamentos cristãos tem sido esmagar o espírito cívico dos homens e obrigá-los a suportar humilhações sem reclamar, fazendo com que seus destruidores não encontrem resistência. Dessa forma, reforça a tese de que a moralidade cristã é incompatível com as causas políticas, e a Itália lhe serve de exemplo, porque seus cidadãos passivamente aceitavam as humilhações e a dominação estrangeira. Não se trata de condenar a moralidade cristã e seus valores, pois o que os homens consideram ser bom, realmente possui essa essência. A preocupação está em compreender que, com a prática política destas virtudes, não será possível construir uma sociedade nos moldes da sociedade romana¹³⁰.

Maquiavel faz uma dura crítica à Igreja Romana ou à Igreja Católica por não ter conseguido reunir a Itália em uma república unificada e estável. A Igreja estabelecida em Roma tinha tudo para conservar os costumes, os cultos e as devoções fervorosas; deveria ter conservado o que acontecia na religião dos romanos que eram: as respostas dos oráculos, os advinhos, as seitas de arúspices. Deveria ter mantido o fervor das cerimônias, os sacrifícios e ritos. Tudo isso fazia o povo acreditar que o mesmo Deus podia predizer um bom ou um mau

¹²⁹ Bignotto. Newton. *Maquiavel Republicano*, p.198

¹³⁰ Cf. Anor Sgangerla, *Dissertação de mestrado em filosofia sobre “Maquiavel, a religião como instrumento de política”* defendida na Puc/SP em 2003, P.49

futuro, por isso cresceram tantos templos na antiguidade ao oráculo de Delos, do templo de júpiter-Amon e de outros célebres oráculos¹³¹.

Em seguida, Maquiavel continua a crítica à Igreja de Roma de ter perdido a oportunidade de unificar a Itália e a república. Maquiavel apresenta duas fortes razões, como declara em seguida:

[...] a primeira razão é que, pelos maus exemplos daquela corte, a Itália perdeu toda a devoção e toda religião, o que acarreta infinitos inconvenientes e infinitas desordens, porque, assim como se pressupõe, todo bem onde há religião, pressupõe-se o contrário onde ela falta. Portanto, nós italianos, temos para com a Igreja e os padres essa primeira dívida, que é a de nos termos tornado sem religião e maus, mas temos ainda outra dívida, e maior, que é a segunda razão da nossa ruína: é que a Igreja manteve e mantém esta terra dividida. E, realmente, terra alguma jamais foi unida ou feliz, a não ser quando inteiramente submetida a uma só república ou a um só príncipe, como ocorreu com a França e com a Espanha. E a razão de a Itália não estar nas mesmas condições e não ter também uma só república ou um só príncipe para governá-la é somente a Igreja¹³².

4.1. A RELIGIÃO COMO ATO CÍVICO E DA PROSPERIDADE DO POVO

O secretário florentino fez duras críticas à conduta da Igreja cristã Católica que, em certo momento, chama de “nossa Igreja”. Todavia, é importante reconhecer, na mesma religião, um instrumento da boa administração do Estado. A religião se revela ser um elemento ou instrumento da unificação dos interesses da sociedade civil e um grandioso elemento para educação e cultura do povo. Todas as vezes que florentino fez algumas análises do caráter político das religiões pagã e cristã, ressaltou as suas virtudes. A religião, disse Denis Collin¹³³, por sua função de relevância cívica, precisa “convercer os cidadãos sobre o caráter sagrado da lei; justificar a adoção de bons regulamentos e, enfim, garantir a continuidade da república além dos indivíduos que a governam em um momento ou outro”. Maquiavel bem conhecia a influência da religião na vida da população e da república. A religião tem o caráter de educar o povo para virtude. De Grazia, Sebastian (1993) comenta: “a virtude, portanto, pode ser ensinada; os homens podem ser moralmente educados. Apesar de resvalar para o pecado, podem se erguer e ficar de pé. O verdadeiro cristianismo ou qualquer outra religião que cultue Deus, pode educá-los para o bem.

¹³¹ Maquiavel. *Discursos* I,12

¹³² Maquiavel. *Discursos* I,12, pp.54-55

¹³³ Collin, Denis. *Comreender Maquiavel*, p.168

Essas possibilidades lançam uma luz mais clara sobre a natureza humana pintada por Niccóló¹³⁴.

Na continuidade do mesmo pensamento, Quentin SKINNER faz creditar a grandeza dos romanos no fato de eles terem, deve-se (...) compreenderam perfeitamente como poderiam utilizar-se da religião para promover o bem-estar de uma república (...) ao contrário dos governantes da Itália moderna que não conseguiram entender a importância dessa questão, o que produziu consequências desastrosas¹³⁵ Como mencionamos sobre o caráter político da religião, podemos mais uma vez demonstrar, a partir dos *Discursos*, que religião pagã permitia a formação de cidadãos corajosos, cheios de vigor e empenhados pela defesa dos interesses da nação. Todos buscavam as glórias deste mundo e as perseguiam e se dedicavam para alcançá-las. Nos *Discursos*, Maquiavel mostra que as “religiões antigas (...) só atribuíam honras divinas aos mortais tocados pela glória mundana, como os capitães famosos, ou chefes de Estado, (...)”¹³⁶ e dessa prática colhia-se resultados extraordinários.

Quanto às cerimônias religiosas, essas foram sempre um momento marcante de ritos gestuais ou rituais cheios de vivacidade e de animação. Eram cerimônias de execução de animais ou sacrifícios de animais aos deuses com o sangue derramado. Eram muitas cerimônias que envolviam juramentos e promessas. É verdade que o juramento sempre se apresentou como sendo de uma importância bem maior de tal modo a se concretizar um fator e um elemento de sentimento individual religioso para a prática da religião como instrumento da vivência política.

“A religião pagã e a vida da república antiga fundamentavam-se nas respostas dos oráculos e na seita dos advinhos e dos arúspices¹³⁷; todas as outras cerimônias, sacrifícios e ritos decorriam disso...”¹³⁸

De Grazia considera dois efeitos entre os muitos outros dessa religião pagã: os efeitos de purificar e de instalar a selvageria e que o caráter de sacrifício das oferendas, sacrifício cheio de sangue e fervor com a morte de animais, e a grandeza dos espetáculos das cerimônias eram marcadas de extrema magnificência, podendo ser utilizadas tanto para a guerra como para a paz: (...) a cerimônia pode criar o temor no peito dos homens e despertar selvageria em seus

¹³⁴ De Grazia, Sebastian. *Maquiavel no Inferno*. P112

¹³⁵ SKINNER, Quentin. *Maquiavel*. p. 97

¹³⁶ *Discursos*, I,12

¹³⁷ Muito comum naquela religião como no mundo antigo, ter advinhadores (arúspices) ou ainda profetas, advinhos ou feiticeiros. Eles estabelecem uma ligação entre os deuses ou Deus e os homens.

¹³⁸ *Discursos* I,12, p.53

corações. Os ritos de Numa mantinham os romanos disciplinados de acordo com a vida civil interna, e canalizavam a ferocidade para o exterior, em iniciativas militares¹³⁹.

4.2. A ESTABILIDADE DA REPÚBLICA E O ASPECTO RITUAL.

As manifestações cerimoniais da religião têm como princípio de auxiliar ou colaborar com o príncipe a fim de persuadir o povo para o bom cumprimento das leis, das regras e dos costumes e tradições do estado, considerando que se trata de uma exigência puramente divina e não humana. Nesse sentido, a república defendida por Maquiavel define muito bem nos Discursos o seu esforço para fazer entender ao governante que há uma diferença relativa a estabelecer entre a religião como instrumento eficaz e para as tomadas de decisões, fundamento da estabilidade de um estado o qual depende da virtù do príncipe e, de outro lado, a religião com seu aspecto cerimonial que também depende dessa mesma virtù para uma prática coerente.

Não há dúvida nenhuma que, para Maquiavel, a religião e suas cerimônias tenham para com a república estatuido e colaborado assim com a organização de uma sociedade com governo estável. É assim que os Discursos tratam a religião do povo, quer dizer as consequências políticas da religiosidade popular na ação governamental republicana.

A estabilidade do estado é também alcançada quando todos trabalham contra a corrupção. Todavia, podemos afirmar que há um paralelismo a estabelecer entre uma república estável e os cultos e cerimônias que edificam a mesma república. Podemos concluir que a manutenção de uma sociedade sem corrupção implicará necessariamente a manter incorruptas as cerimônias religiosas.

É também verdade que o aspecto cerimonial da religião também está ligado intimamente à capacidade do governante manter a estabilidade do estado, numa reordenação social e enfim no processo anticorrupção dos atores políticos sociais. Assim, escreve maquiavel nos Discursos:

Os príncipes ou as repúblicas que queiram manter-se incorruptos devem, acima de tudo, manter incorruptas as cerimônias de sua religião e venerá-las sempre, porque não pode haver maior indício da ruína de um estado do que o

¹³⁹ DE Grazia, Sebastian. *Maquiavel no inferno*, p.342

desprezo pelo culto divino. Isso é fácil de entender, desde que se conheça em que se fundamenta a religião em que se nasceu;¹⁴⁰

A realização das cerimônias religiosas transmite e favorece a credibilidade e dá segurança ao povo, pouco se importando com o que significam os gestos e os símbolos, pelo contrário apegando-se aos resultados.

A religião com suas cerimônias oferece uma visibilidade que, no contexto da perspectiva das paixões e dos sentimentos, tornam-se elemento impulsionador dos afetos. Assim, evidencia-se o seu caráter moral e criando distanciamento daquela questão puramente dogmática e puramente normativa da religião.

Há de um lado a religião dos pagãos com suas cerimônias que são práticas com características de ferocidade e violência que se traduzem em comportamento social dos indivíduos e, de outro lado, o cristianismo que por sua vez fez substituir a ideia de acesso ao poder e de manter-se nele com honras e glórias pelo afastamento das paixões e honra a Deus. Todavia, continuamos ressaltando a importância da religião com seu aspecto moral e estabilizador pelas suas manifestações cerimoniais.

O secretário florentino vai muito além, ao estabelecer um grau de destaque à religião em oposição aos que destroem religiões, quando diz: “São, ao contrário, infames e detestáveis os homens que destroem religiões, dissipam reinos e repúblicas, inimigos da virtù, das letras e de qualquer outra arte que confira utilidade e honra à espécie humana, tais são os ímpios, os violentos, os ignorantes, os incapazes, os ociosos, os covardes”.¹⁴¹

4.3. O ESPLENDOR E A VIVACIDADE DAS CERIMÔNIAS RELIGIOSAS ANTIGAS

As cerimônias religiosas romanas e antigas sempre foram cercadas das características de esplendor, de vivacidade, de sacrifícios e de fortes emoções incitativas aos cultos e aos deuses. São sempre sacrifícios motivacionais e, em caso de guerras, sempre o espírito animador e de contar com auxílio dos deuses. Elas são instrumentos que impulsionam a virtù do guerreiro em tempo de guerra, de conquista ou de manutenção da liberdade da república.

¹⁴⁰ *Discursos I, 12, p. 52*

¹⁴¹ *Discursos I, 10, p. 44*

Em conflito com os romanos e para tentar vencê-los e recuperara liberdade, os povos samnitas fazem um forte apelo à religião e as cerimônias sacrificiais para tentar vencer os romanos. Podemos observar no texto a seguir os aspectos das cerimônias religiosas marcados pela vivacidade, pelo fervor e os juramentos.

Feito o sacrifício solene, todos os comandantes do exército tiveram de jurar, entre as vítimas mortas e os altares acesos, que jamais abandonariam a batalha; a seguir os soldados foram chamados um a um e entre aqueles altares, no meio de vários centuriões, com as espadas em punho, primeiro eram obrigados a jurar que não repetiriam nada do que vissem ou ouvissem e, depois, com palavras de impreciação e versos cheios de pavor, precisavam prometer aos deuses que obedeceriam com presteza a tudo que os imperadores lhes ordenassem, e que jamais fugiriam da batalha, matando quem quer que vissem fugir: e, se tais coisas não fossem observadas, o castigo recairia sobre a sua família e sua estirpe. E alguns deles mostrando-se amedrontados e não querendo jurar, foram logo mortos por seus centuriões e, de tal modo, que todos os outros que vieram depois, apavorados com a ferocidade do espetáculo, juraram¹⁴².

Maquiavel mostra como os romanos e os antigos exploravam todas as oportunidades possíveis para o encorajamento das tropas ou das milícias, impulsionando-os pelas cerimônias religiosas de caráter político. Assim, as cerimônias político-religiosas por ocasião da formação das milícias tornaram-se bastante habituais.

Na mesma época se fazia muito apelo aos augúrios como aos auspícios como importante instrumento da religião pagã para incentivar a coragem e a virtú do soldado, para uma campanha militar que fosse vitoriosa.

Muito relevante é a bela reflexão de Anor Sganzerla, na sua dissertação de mestrado em Filosofia, ao abordar o assunto sobre a religião pagã e o incentivo dado as armas e a justiça, cita o documento “La justiça y la organización del Estado”, documento escrito por Maquiavel, provavelmente, entre 1519 e 1520, Anor relata que

“Maquiavel escreve que um regime político, para se manter, necessita de dois pilares: a justiça e as armas, pois sem justiça não poderá haver paz. Para mostrar a necessidade da justiça, o Florentino conta que os homens dos primeiros tempos eram tão bons que os deuses desciam dos céus para vir com eles na terra. Mais tarde, ao começar a faltar as virtudes e aparecer os vícios, os deuses retornaram aos céus e o último a deixar a terra foi a Justiça. Uma vez que a Justiça retornou aos céus, jamais voltou a viver entre os homens, a não ser particularmente em alguma cidade. É dela a responsabilidade pela prosperidade dos povos gregos e romanos e, de todas as virtudes existentes, ela é a que mais agrada a Deus. Portanto, o engrandecimento da república romana e do Estado pagão é resultado da perfeita articulação entre os interesses da

¹⁴² *Discursos* I,15, P.62-63

religião com os interesses do Estado, ou seja, se o Estado se tornou forte com cidadãos encorajados para defendê-lo, é porque a religião possuía essas qualidades e conseguiu educar os homens para tal fim¹⁴³”.

Contrário à religião pagã e tratando da religião cristã, Maquiavel considera e conclui que a Igreja Romana, por ter estabelecido a sua sede em Roma e tendo também o governo temporal, foi incapaz e sem virtù de dominar e tirar o poder das tiranias que tinham se estabelecido na Itália. E continua, que a Igreja poderia ter solicitado também a ajuda externa para esse ofício. Para finalizar essa sessão, quero mencionar a profecia de Frei Girolamo (Hieronymous) Savonarola que também apontou os vícios da Igreja. O escritor Ernest weibel fala de Savonarola nos seguintes termos:

Sem descrever a vida e a obra do célebre dominicano lembremo-nos que ele nasceu em Ferrara, em 1451. Em 1482, instalou-se no convento de São Marcos, em Florença, do qual se tornou prior. Adquiriu pouco a pouco a notoriedade de um homem de grande fé. Suas pregações foram acompanhadas por multidões de pessoas. Assim, exerceu uma ascendência considerável sobre o povo florentino. Portador de esperanças e vivendo os tormentos do seu Século, o Frei Jerônimo vai estigmatizar os vícios e as injustiças da sociedade. Ele condena energicamente a depravação da Igreja, e profetiza as desgraças e a infelicidade que cairão sobre ela se não retomar o caminho certo¹⁴⁴.

O ímpeto profético de Girolamo Savonarola se inscreve num quadro de um vasto movimento de renovação, que condenava a depravação na Igreja, exigindo uma regeneração profunda da vida eclesiástica. O frei Girolamo Savonarola estava em Florença logo depois a derrubada da monarquia dos Medici, em Florença, em 1494. O frei Savonarola nas suas pregações havia anunciado por inspiração divina a vinda do novo Cristo. A população o proclamou profeta, em verdade, reconhecido como "profeta desarmado". Savonarola é o profeta que disse aos florentinos que falava diretamente com Deus. Também é verdade que o povo queria ver a tomada de poder e a mudança acontecer. O professor Bignotto, em Maquiavel republicano (1991, p.198), ao se referir a Savonarola, disse que “ele (Savonarola) era capaz de persuadir os florentinos de que tinha relações privilegiadas com Deus, mas ele não pode transformar isso nas bases de um poder durável”. E o professor continua: “seu exemplo permite-nos concluir que a religião só é uma força ativa na vida de uma cidade quando seus habitantes ainda não se corromperam, quando as instituições são ainda suficientemente saudáveis para preservar a energia do primeiro momento”.

¹⁴³ Sganzerla, Anor. *Religião como instrumento da Política*; Dissertação de Mestrado em Filosofia Puc/sp 2003, pp. 120-121

¹⁴⁴ Weibel, E. *Machiavel, Biographie Politique*. Ed. Universitaires de Fribourg, Suisse, 1998, pp. 32-33. (cf. também, Roberto Ridolfi, em Savonarole, 1957).

Léo Strauss fala de Savonarola como um novo Numa Pompílio. Numa simulou falar com uma Ninfa e teve muito sucesso. Strauss escreve que Maquiavel ensina explicitamente que os Estados que desejarem preservar-se incorruptos devem conservar a religião estabelecida. Isso não o impede, todavia, de tratar o episódio do cristão Savonarola falando com Deus como um paralelo exato do diálogo com uma ninfa simulado pelo pagão Numa Pompílio. O sucesso de Savonarola em Florença prova que a realização de Numa, o fundador da religião dos antigos romanos, pode ser repetida no tempo presente¹⁴⁵.

Nos *Discursos*, Maquiavel nos faz uma revelação de que a religião de Numa foi a causa da felicidade de Roma. De outro lado, Paul Valadier enxerga, no caso de cristianismo ou da Igreja romana, que já não nos parece um paradoxo a reflexão de Maquiavel de que “no contexto cristão, em particular, um Estado seguramente se enfraquece se procurar apoio na religião” por dois motivos: Primeiro ponto: O cristianismo é profundamente não-político ou apolítico. Desse ponto de vista, a teologia do Frei Girolamo Savonarola era puramente espiritual, mas foi designada de maneira errada, de hiperpolítica, é uma ilustração marcante; No segundo ponto, observamos de outro lado, as virtudes morais que o cristianismo inculca conduzem a obedecer mais a um governo dito espiritual e não temporal”¹⁴⁶.

4.4. MAQUIAVEL E A RELIGIÃO CATÓLICA APOSTÓLICA ROMANA

Muito pode ser revelador da relação de Maquiavel com a Igreja Católica romana. Enquanto apresentou a importância da religião romana no Capítulo XI e, sobretudo, no XII dos *Discursos*, Maquiavel, neste último, se concentrou muito mais sobre a Igreja romana¹⁴⁷ ou simplesmente a Igreja Cristã. Do Capítulo XI, o secretário florentino descreve a felicidade e o bem-estar das repúblicas provindos de manutenção dos cultos e dos oráculos e advinhos. O respeito à religião gerou boas ordenações que levaram o povo a viver feliz. Por conseguinte, se expressa o nosso autor:

Considerando tudo, portanto, concluo que a religião introduzida por Numa foi uma das principais razões da felicidade daquela cidade, pois ensinou boas ordenações; as boas ordenações trazem boa fortuna; e da boa fortuna nasceram os bons êxitos das empresas. E, assim como a observância do culto

¹⁴⁵ Strauss, Léo. *Reflexões sobre Maquiavel*, p.141.

¹⁴⁶ Valadier, Paul. *Machiavel et la Fragilité du Politique*. p. 45.

¹⁴⁷ Quer dizer a Igreja Católica Apostólica Romana contra a qual ele vai acusar de todos os males políticos da Itália.

divino é a razão da grandeza das repúblicas, também o seu desprezo é razão de sua ruína¹⁴⁸.

No capítulo XII, Maquiavel volta a tratar da importância de se ter uma religião e como a Itália falhou, graças a Igreja romana, que é a igreja cristã. Lembra, o secretário o quanto “a vida da religião pagã fundamentava-se nas respostas dos oráculos e na seita dos advinhos e dos arúpices: todas as outras cerimônias, sacrifícios e ritos decorriam disto, pois todos acreditavam em que o mesmo Deus que podia predizer um bom ou um mau futuro, podia também concedê-lo”¹⁴⁹

Os costumes e tradições da religião antiga não foram mantidos na república cristã. A crítica de Maquiavel é de que, se essas práticas antigas tivessem sido mantidas, as repúblicas cristãs seriam mais unidas e ainda viveriam mais estáveis. Pelo contrário, essa perda de prática da religião antiga levou a ruína da república cristã. Com o ar de tristeza, o autor se expressa nos seguintes termos:

E se tal religião fosse mantida nos primórdios da república cristã, em conformidade com o que foi ordenado por seu legislador, os estados e as repúblicas cristãs seriam mais unidos, bem mais felizes do que são. Outra conjectura não se pode inferir de sua decadência, haja vista que os povos mais próximos da Igreja romana, capital da nossa religião, são os que têm menos religião. E quem considerasse os seus fundamentos e visse a grande diferença que há entre os costumes presentes e aqueles, consideraria estar próxima, sem dúvida, a ruína, ou o flagelo¹⁵⁰.

Através desse argumento, nosso autor pretende mostrar o quanto a Igreja Cristã deixou de fazer da religião um instrumento que pudesse fortalecer o estado, ou ainda mais promover a unificação da república italiana. De fato, não se trata aqui de sentimento anti-catolicismo ou anti-cristão, mas da falta que a religião nova carrega em si de ser um cimento político da estabilidade das instituições do Estado como outrora a religião antiga em fundamentos das repúblicas já abordados nesse trabalho. Considerando o que foi mencionado, a Igreja Romana deveria ter se constituído como novo exemplo dos tempos modernos da religião que tem como objetivo político a coesão da sociedade e seu desenvolvimento. Foi assim em todos os casos quando, nos capítulos sobre a religião, o Estado antigo foi mencionado, como foi também o caso em Esparta como em Veneza.

¹⁴⁸ Maquiavel. *Discursos* I, XI,51

¹⁴⁹ Maquiavel. *Discursos* I, XII,53

¹⁵⁰ Maquiavel. *Discursos* I, XII,54

É claro o papel que a religião teve no passado um uso político de reino e de governo. Era de fato o que se esperava da religião cristã. Como observamos, não cabe aqui qualificar o texto de Maquiavel de ter uma postura anticristã. A preocupação dele em verdade não é com o cristianismo ou o catolicismo romano enquanto forma adequada ou não de expressão religiosa aceita. O questionamento sobre o problema religioso da Igreja se estrutura no modo de como a sua aplicação política não produziu os mesmos resultados cívicos que a religião dos romanos com oráculos e advinhos produzira.

Nessas discussões, Maquiavel não está preocupado com os problemas históricos dos conflitos sobre o poder temporal e o poder religioso. Essas controvérsias não interessam ao nosso autor, pelo contrário, a religião como instrumento de governo ou de reino (*instrumentum regni*) por assim dizer. Queremos reafirmar que essa crítica à Igreja Romana releva o fato da religião não ser capaz de realizar a unificação dos estados italianos a instar daquilo que se realizou na França, na Espanha e na Alemanha. Essa atitude de Maquiavel não faz dele ser anticristianismo ou, menos ainda, anticlericalismo.

Como diria Denis Collin, a oposição de Maquiavel ao cristianismo como organização política é sistemática. Ele se revolta e mostra sua indignação e a sua posição contra o clero que não fez da religião um instrumento de paz e de unidade da Itália. De fato, pretende mostrar não que o cristianismo seja em si mau, mas a corte pontifícia por sua corrupção destruiu todo respeito religioso e privou os italianos de religião. Assim, querendo ilustrar o fato de que “os homens poucas vezes são de todo bons ou de todo maus”, ele toma o exemplo de Giovampagolo, senhor de Perugia, que deixa Julio II¹⁵¹(O Papa) entrar desarmado em sua cidade e se deixa aprisionar sem resistir. Maquiavel relata a falta de coragem e de ousadia de Giovampagolo e, ao mesmo tempo, a sua covardia de não ter aproveitado a ocasião de matar o Papa e confirmar a sua fama de cruel. Maquiavel descreve esse fato de 1505 nos seguintes termos nos Discursos:

Os homens prudentes que acompanhavam o Papa notaram a temeridade deste e a covardia de Giovampagolo; e não podiam entender por que este, com sua perpétua fama, não matara o inimigo, enriquecendo-se com pressa, visto que com o Papa estavam todos os cardeais, com todas as suas riquezas. Não era de crer que se tivesse absterido por bondade ou tivesse sido retido pela consciência, porque no peito de um homem facinoroso, que tinha a irmã por amante, que matara os primos e os sobrinhos para reinar, não podia pousar nenhum respeito piedoso, mas concluiu-se que os homens não sabem ser maus com honra nem

¹⁵¹ Julio II, nascido Giulino Della Rovere, em Savona em 5 de dezembro de 1443 e foi feito Papa em 1 de novembro de 1503 e faleceu em 21 de fevereiro de 1513, era sobrinho do Papa Sisto V.

bons com perfeição e que, quando uma maldade tem em si grandeza ou é parcialmente generosa, eles não sabem praticá-la. Assim, Giovampagolo que não se importava em ser incestuoso e notório parricida, apresentando-se a ocasião, não soube, ou melhor, não ousou um ato cuja coragem teria despertado a admiração de todos, que teria deixado de si memória eterna, pois ele teria sido o primeiro a mostrar aos prelados a pouca consideração que merece quem vive e reina como eles, e teria feito algo cuja grandeza superaria qualquer infâmia, qualquer perigo que tal ato pudesse decorrer¹⁵².

Comentando esse episódio, Collin Denis (2019, p.170) disse que Giovampagolo perdeu a oportunidade de se tornar famoso e desmistificar o Papa e a Igreja que entrou numa tremenda corrupção. Assim, declarou:

Giovampagolo não soube cometer essa má ação com “alguma grandeza ou magnanimidade” que teria contribuído para desmistificar o poder eclesiástico, uma das principais fontes da corrupção do povo italiano. Claro, neste caso específico, observaremos que se trata não do Papa em geral, e sim de Julio II, que Maquiavel considera como um dos principais responsáveis pelos infortúnios italianos. Mas as circunstâncias não explicam senão a violência muito particular do argumento, não seu conteúdo. A oposição à Igreja Católica, isto é, a uma organização de vida religiosa fundada no poder do Papa, é absolutamente constante e se apoia nas lições de história; o Papado foi o principal fator que explica a Itália de não ter se tornando uma nação a exemplo da Espanha, da França ou da Inglaterra¹⁵³.

Para Sebastian de Grazia, é fácil ter a compreensão de um Maquiavel anticristão, cuja ideia não se apoia nem na vida dele nem nos seus escritos. Convém lembrar que anticristianismo é distinto de anticlericalismo, este se manifestando em vários dos seus escritos. Veja em De Grazia, Sebastian. *Maquiavel no inferno*, 1993.

Em termos comparativos dos resultados entre a instauração da religião entre os romanos e de outro lado a instauração da “república cristã”, Maquiavel observa que o *vivere libero* da primeira instauração se converteu totalmente em ruína durante o tempo da Igreja Romana. A religião romana levou o povo à obediência civil, e como foi um instrumento e uma garantia de união entre os romanos.

Uma boa religião, como diria Collin (2019, p. 168) é julgada por seus efeitos políticos, e, por consequente, o legislador pode recorrer a todas as encenações que julgar necessárias para que o povo aceite novas leis. “E, de fato, nunca houve ordenador de leis extraordinárias em povo nenhum que não recoresse a Deus, porque de outra maneira elas não seriam aceitas, pois há muitas boas coisas que os homens prudentes conhecem, mas que não têm em si razões

¹⁵² Maquiavel. *Discursos I*, 27,90

¹⁵³ Collin, Denis. *Op.cit.* P.170

evidentes para poderem convencer os outros. Por isto os homens sábios, que querem desembaraçar dessa dificuldade, recorrem a Deus, como fizeram Licurgo, Sólon e muitos outros que tinham as mesmas finalidades”¹⁵⁴.

Portanto, a Igreja produziu discórdias e impediu a unidade na Itália. A “república cristã”, que foi engendrada posteriormente à religião cristã e passou a se constituir como herdeira cultural e política da romanidade, é, conseqüentemente, posta como a responsável pela decadência da Itália e de Roma em geral. “E quem considerasse seus fundamentos e visse a grande diferença que há entre os costumes presentes e aqueles, consideraria estar próxima, sem dúvida, ou a ruína ou o flagelo”.¹⁵⁵

Mais uma vez queremos lembrar que a crítica à Igreja, neste caso, se dá por seu aspecto político, pela desordem política que provocou e não por problemas de ordem de piedade religiosa. A questão não está ligada à falta de escrúpulos dos padres ou à venda de indulgências. No limite, se a religião romana provocou unidade no povo por meio da civilidade que despertou nos corações, a Igreja, com sua falta de empenho para instalar um verdadeiro sentimento cívico, provocou desunião, enfraqueceu os Estados e transformou a península itálica num território vulnerável, tornando-se inútil como *verdadeiro instrumento de reino*.

É de se observar que dos capítulos dedicados à religião apenas o capítulo XII trata da Igreja Romana, ou seja, da Igreja cristã. Ali emerge uma posição anticlerical que aparentemente era uma concepção também presente em outros membros da Chancelaria e da vida intelectual florentina. Acharmos interessante trazer aqui uma parte da pesquisa de Spanzerla, Anor que cita Cutinelli Rendina nesses termos:

Como mostra Cutinelli-Rendina, desde Salutati, passando por Bruni, Bracciolini, Valla e Bernardo Rucellai, a crítica à ação política e usos da Igreja romana era um dado comum, o que revela uma antiga tradição laicizante das análises políticas que fez escola e marcou a atuação de Florença perante o Estado Papal. Essa atitude intelectual antecede a tradição da Chancelaria, pois uma de suas origens mais radicais está em um autor alheio a esse ambiente, embora tenha exercido grande influência: Marsílio de Pádua e o seu *Defensor Pacis*. Ora, num olhar mais detido, a posição de Maquiavel nesta valorização da religião romana por oposição à Igreja Cristã está mais calcada no fato de a primeira estar subordinada mais à vida política do que a uma existência autônoma em relação a esse mesmo mundo político, como se verifica na segunda. Com efeito, a religião romana retratada põe-se como uma esfera subordinada à vida republicana, que atende a esses interesses de modo

¹⁵⁴ Maquiavel. *Discursos*, P.50

¹⁵⁵ Maquiavel. *Discursos*, I, 12, p. 54.

satisfatório, ao contrário da Igreja cristã, que parece fazer justamente ao contrário: subordina os interesses políticos em nome da religião¹⁵⁶.

Na continuidade, Sganzerla traz Cutinelli mostrando o quanto para Maquiavel a sociedade antiga era símbolo de unidade política, cívica e moral. E disse: “Segundo Cutinelli-Rèndina, “Através da idealização da história da Roma arcaica, Maquiavel teoriza uma comunidade política que garante amplo espaço a tudo isto que diz respeito à religião e ao culto, subordinando-lhe, porém, à administração, ao controle firme e total pela hierarquia política”

(Cutinelli-Rèndina, *Chiesa e Religione in Machiavelli*, 1998 [p. 203].)

Ficou muito claro que a Igreja cristã não favorecia o controle ou essa subordinação aos interesses da república, mas ao contrário se apresentava como sendo um poder concorrente a si mesmo e criando diversão.

Diante dos fatos mencionados, pode-se observar como as cerimônias e os cultos faziam parte da constituição das repúblicas, e como essas repúblicas se desenvolveram politicamente por meio dos conflitos e dos ordenamentos que foram sendo criados de fato, como podemos ler nos capítulos IX e X os quais tratam do reordenamento ou da reforma política. No interior desse movimento, a exposição sobre a religião está inserida no momento decadente, prenunciando a corrupção final, abordada nos capítulos posteriores. Aceitando-se esse raciocínio, cumpre entender em que medida essa reflexão sobre a religião se insere como um momento de decadência política e se articula com a temática da corrupção.

Esta abordagem nos conduziu a uma conclusão de que a religião dos romanos, por exemplo, não era vista por Maquiavel como unicamente um fenômeno religioso representado de maneira imaginária ou falsa da realidade, mas ela era um belo instrumento importante que transfere à ordem transcendental o papel dos guardiões das leis originais conforme vimos anteriormente. Pois enfim, quanto ao cristianismo e, especialmente se tratando da religião de Savonarola, este clérigo conseguiu convencer os florentinos da sua comunicação com Deus. É também verdade que o fato não deu base a um poder durável, porque os habitantes eram corrompidos. O cristianismo não é uma religião que comunica aos homens o poder temporal ou a certeza de manutenção do regime estabelecido através dos ritos. Assim, tiramos grande lição da situação.

¹⁵⁶ Sganzerla, Anor. *Maquiavel, a religião como instrumento da política*. Dissertação de Mestrado em Filosofia, PUCSP sob orientação do Professor Dr. Antonio José Romera Valverde, novembro de 2003.

CONSIDERAÇÕES GERAIS SOBRE A PRIMEIRA PARTE DESTA PESQUISA

Chegamos até aqui com o apoio de textos de alguns estudiosos de Maquiavel apresentando as ideias expressivas do autor em questão no propósito de elucidar como se dá a estruturação de repúblicas. Foi feita uma análise sobre os temas específicos a começar pela fundação de cidades que considera os fatores de localidades e clima. Em seguida, algumas considerações, sobretudo, a *virtù* do fundador que é legislador ao mesmo tempo. A *virtù* é entendida e definida como faculdade de compreender exatamente toda e qualquer situação, e nela fazer intervir, para modificá-la. Dessa maneira, a *virtù* é a capacidade intelectual de penetrar as situações em sua realidade fundamental, quanto a vontade de transformá-las segundo as próprias finalidades.¹⁵⁷ Nesse sentido, foi preciso uma abordagem sobre as repúblicas de Esparta, de Veneza e, finalmente, a república de Roma, naquilo que apresentaram para servir de elementos no entendimento da estabilidade de república, seja em Esparta, Veneza ou Roma. Partimos desta análise da fundação da república e adentramos o assunto relativo aos ordenamentos políticos. Mais importante ainda se revelou a importância dos conflitos internos ou dos humores entre classes finissem a gerar as instituições e a estabilidades, a paz e a harmonia. Então, o caminho foi passando pela *virtù* do fundador, da escolha do local, passando pelas leis e ordenamentos da república para uma estabilidade. A religião sendo um elemento de suma importância como cimento que faz a coesão. Uma análise da religião dos romanos com suas cerimônias e cultos como também a conservação dos cultos como modos e ordens para a manutenção da estabilidade das instituições. O cristianismo ou, às vezes, chamada da Igreja Romana foi apresentada por Maquiavel como aquela que permaneceu sem poder de congregar os povos, em vista de um poder civil estável, porém a Igreja é vista como instrumento de desagregação. Obviamente, que os propósitos da Igreja pagã não são os mesmos da Igreja Católica Romana. O propósito do Frei dominicano Girolamo Savonarola teve um impacto bem grande na vida dos habitantes de Florença que sonhava com um novo Numa Pompílio no cristianismo, para formar uma república em Florença. De outro lado, frei Girolamo sonhava com uma nova Jerusalém em Florença. Grande pregador, Savonarola sonhava com uma república em Florença, mas era preciso eliminar os vícios e a corrupção e os maus costumes da

¹⁵⁷ Maquiavel. *O Príncipe*. Ed. Jardim dos livros, São Paulo, 2007, pp. 23-24

sociedade e, sobretudo, da própria Igreja que se vendeu e se corrompeu pela ganância e pelo poder.

Esse foi um tema muito enriquecedor, também é verdade que ele não se esgota completamente. É um tema que volta a ser tratado no capítulo sobre a corrupção na segunda parte desta tese. A religião se articulou em torno da temática maior das repúblicas e de suas fundações e sua estabilidade administrativa política. Ela insere-se na ótica do ordenador e se apresenta como um *instrumentum* para a instauração dos costumes políticos no povo. Foi **Paul Larivaille**, em sua obra “*La pensée politique de Machiavel*”, *Les “Discours sur la Première Décade de Tite-Live*. Nancy: PUN, 1982, quem atribuiu aos primeiros dezoito capítulos do livro I dos *Discursos* o título do “*Pequeno tratado das repúblicas*” em que apresentam a origem das cidades e como elas se constituem como repúblicas, para na sequência mostrar as causas do seu desenvolvimento político por meio dos conflitos e dos ordenamentos que foram sendo criados, de tal modo, que vemos nos capítulos IX e X, a abordagem do reordenamento ou da reforma política. Eles descrevem o movimento que dará mais adiante início à corrupção política. Nesse movimento mais profundo chegamos a uma exposição sobre a religião que, conseqüentemente, está inserida no momento da decadência que caracteriza o prenúncio da corrupção final que é abordada nos capítulos posteriores. Nesse momento se abre uma perspectiva clara de que, enquanto nos encaminhamos para o término desta reflexão sobre um assunto tão impotante que é a religião, chegamos também ao delicado momento de decadência política, e que abre as portas a articulação sobre o tema da corrupção.

Segunda parte:
A CORRUPÇÃO E LIBERDADE EM DISCURSOS

Introdução

Nesta segunda parte do trabalho, trataremos dos temas ligados à corrupção da república e da liberdade *nos Discursos* com algumas injunções em O Príncipe. Esse tema é explorado muito mais nos capítulos XVI ao XVIII do primeiro livro dos Discursos.

Será feito uma abordagem de algumas linhas mestras daquilo que Maquiavel analisa como corrupção numa república tanto para o povo como, em especial, nas instituições. O tema anterior a esse foi o da religião. De fato, com ele, Maquiavel nos fez mostrar a importância dos ordenamentos na república.

Desde o início desta abordagem, nos deparamos com a rotação ou a circularidade dos regimes políticos, em especial, assim nos apresentou Maquiavel no capítulo I. Cada rotação é sinal de enfraquecimento das instituições.

Cada vez que analisamos os principados ou repúblicas em sua circularidade, detectamos também a perda da liberdade, a base da estabilidade da república.

A corrupção na república se coloca como um freio ao exercício pleno da liberdade. Ela não pode ser analisada sem, todavia, estabelecer uma relação forte com o comprometimento do povo. Uma vez o povo corrompido, a república está realmente corrompida ao extremo. A corrupção destrói o tecido da sociedade e das instituições republicanas. No contexto, temos a corrupção dos costumes, a corrupção dos líderes e a corrupção do povo. Para remediar a situação, é preciso um remédio amargo. Maquiavel sugere em alguma situação a figura do ditador com um tempo determinado para recolocar a república no justo caminho.

Desse modo, o tema da corrupção da sociedade vem tirar a liberdade e a harmonia de vivência tranquila. A corrupção se apresenta de várias maneiras enquanto destrói o tecido social e político da república. É claro que não há uma solução pronta para esses acontecimentos ligados à corrupção, entretanto é preciso um remédio amargo para um grande mal.

Capítulo Primeiro:

Uma sintética análise da corrupção nos Discursos de Maquiavel.

Depois de termos explorados o tema da religião nos Discursos no contexto da estabilidade do Estado, gostaríamos de continuar a nossa pesquisa sobre o impacto da corrupção em estruturas das instituições do Estado e no povo em geral.

No primeiro livro dos Discursos, esse tema é abordado nos capítulos XVI ao XVIII. Nesse caso, estamos empenhados a analisar algumas linhas mestras que Maquiavel aborda como corrupção numa república. Desde o início desta abordagem, nos deparamos com a rotação ou a circularidade dos regimes políticos e, em especial, como nos apresentou Maquiavel no capítulo II: cada rotação é sinal de enfraquecimento das instituições.

Ao analisarmos os principados ou repúblicas em suas circularidades, detectamos também a perda da liberdade que é a base da estabilidade de toda a república. A corrupção na república se apresenta como um freio ao exercício pleno da liberdade e ela não pode ser analisada sem levar em conta o comprometimento do povo. Uma vez o povo corrompido, a república está realmente corrompida. A corrupção destrói o tecido da sociedade e das instituições republicanas. No contexto, temos a corrupção dos costumes, a corrupção dos líderes e a corrupção do povo. Para remediar a situação é preciso um remédio amargo, por isso, Maquiavel sugere em alguma situação a figura do ditador com um tempo determinado para recolocar a república no justo caminho.

Por conseguinte, o tema da corrupção da sociedade é expressão do abalo e da destruição da liberdade e da harmonia, da vivência tranquila do povo. É também verdade que a corrupção se manifesta de várias maneiras enquanto destrói o tecido social e político da república. Portanto, não há uma solução pré-estabelecida para resolver esses acontecimentos ligados à corrupção. Cada situação merece uma atenção especial e uma resposta particular. Temos uma certeza de que é preciso um remédio amargo para um grande mal.

Tendo finalizado a abordagem sobre a religião, como dissemos, conseguimos também em grandes linhas fechar a análise sobre os ordenamentos políticos que são os fundamentos da estabilidade da república.

Nos próximos capítulos, a nossa pesquisa se volta para o fenômeno danoso que é a corrupção, expressão da ruína e destruição dos governos ditos republicanos.

Então, em que consistiria a nossa pesquisa neste ponto em que chegamos? É preciso dizer que, até aqui, nos debruçamos numa análise dos elementos primordiais para a fundação das cidades, nos seus ordenamentos que favoreceram a estabilidade e a influência preponderante da religião na observância dos ordenamentos como, também, fonte inspiradora dos mesmos ordenamentos. Posteriormente, queremos, de maneira mais enfática, apontar nos escritos de Maquiavel e comentadores aquilo que tem permitido que as instituições do Estado viessem eclodir em fenômeno da corrupção em suas estruturas básicas. O tema da corrupção vem logo depois dos capítulos os quais tratam da religião, nesse primeiro livro dos Discursos; é uma sequência. Podemos, em certo momento, afirmar que a reflexão da religião em Maquiavel foi um ponto de entrada para a análise da corrupção. Assim, tudo leva a considerar, como escreveu o Professor Bignotto ao analisar o tema religião e corrupção, “*Os capítulos dedicados à análise da questão da religião preparam os temas dominantes daqueles que constituirão o núcleo da doutrina maquiaveliana da corrupção*”¹⁵⁸. A corrupção se instala com mais facilidade onde a religião não exerce mais um papel de conservação da virtù¹⁵⁹ da cidade como dos cidadãos. Não podemos perder de vista o contexto dentro do qual Maquiavel trata do tema da religião que é explorada no âmbito da fundação da cidade e, em especial, da cidade de Roma.

Maquiavel não poupou elogios ao Numa Pompílio, sucessor de Rômulo, esse último, reconhecido como primeiro fundador da cidade. Portanto, Numa Pompílio é apresentado como aquele que fez o que Rômulo deixou de fazer. Também é ele, através da religião e dos ordenamentos, que levou Roma à obediência civil e as artes da paz. No capítulo XI do Primeiro livro dos Discursos, Maquiavel escreve:

Embora Roma tivesse Rômulo como primeiro ordenador e lhe coubesse reconhecer nele, como se filha fosse, o nascimento e a educação que teve, os céus, julgando que as ordenações de Rômulo não bastavam a tanto império, inspiraram no peito do Senado romano a eleição de Numa Pompílio como sucessor de Rômulo, para que as coisas que Rômulo deixara sem fazer fossem ordenadas por Numa; este, encontrando um povo indômito e desejando conduzi-lo à obediência civil com as artes da paz, voltou-se para a religião, como coisa de todo necessária para se manter uma cidade[civiltà]; e a constituiu de tal modo que por vários séculos nunca houve tanto temor a Deus

¹⁵⁸ Bignotto, Newton. *Maquiavel Republicano*, 1991, Ed. Loyola, São Paulo, p.197

¹⁵⁹ Bignotto, Newton. *Ibidem*

quanto naquela república, o que facilitou qualquer empreendimento a que o Senado ou aqueles grandes homens romanos quisessem entregar-se¹⁶⁰.

É preciso considerar o fato de que a corrupção da cidade e das instituições, obriga a república a mudar de regime. É a causa do movimento da circularidade dos regimes políticos. A mudança de regime torna-se uma alternativa ao caos político e social. Como explicamos mais acima, acontece que todas as cidades em seus governos passam de fases, indo dos seus surgimentos passando por uma organização das leis, que são ordenamentos, visando o seu *vivere libero*, e por fim culminar para a decadência política. Todavia esse processo chega a gerar a ruína da cidade podendo possibilitar um ressurgimento de regime cujo príncipe é o governante ou um regime essencialmente republicano. Mais importante é observar a circularidade dos regimes que se desenha claramente em toda circunstância.

Essa análise da corrupção das cidades, nos capítulos XVI a XVIII do Primeiro livro dos Discursos de Maquiavel, vem logo depois que terminamos a análise dos capítulos tratando da fundação das cidades, dos ordenamentos e da religião.

No capítulo XVI do primeiro livro dos Discursos, Maquiavel trata da conquista e da perda da liberdade. A liberdade é, para o florentino, uma expressão chave da república. O secretário florentino aborda uma realidade de um povo vivendo sob o jugo autoritário de um príncipe que, por alguma razão, conquista uma autonomia e a liberdade. Nunca viveu livre, não saberá conservar essa mesma liberdade. Enfim, cairá sob o domínio ou a exploração do primeiro ditador que aparecerá. Assim escreve o secretário florentino:

A grande dificuldade que um povo acostumado a viver sob a autoridade de um príncipe enfrenta para conservar a liberdade que por algum acidente venha a conquistar – como a conquistou Roma depois da deposição dos Tarquínios – é demonstrada por infinitos exemplos que podem ser lidos nas memórias das antigas histórias. E tal dificuldade tem razão de ser, porque esse povo não é diferente de um animal bruto que, embora de natureza feroz e silvestre, tenha sido criado no cativeiro e na servidão e que, depois, ao ser solto em campo aberto, por não estar acostumado a alimentar-se e por não conhecer os lugares onde possa refugiar-se, torna-se presa do primeiro que queira aprisioná-lo de novo¹⁶¹.

A liberdade, segundo Maquiavel, se adquire nas repúblicas através dos casos de conflitos os quais possibilitam bons ordenamentos e um *vivere libero*. Portanto, em se tratando de liberdade adquirida de modo accidental ou não costumeiro, o povo que sempre foi oprimido não

¹⁶⁰ Maquiavel. *Discursos* I, 11. p.48-49

¹⁶¹ Maquiavel. *Discursos*, I, XVI, p.64

saberá conservar essa liberdade ou o que fazer com ela. O povo se assemelha, como disse florentino, a “*um animal bruto, ainda que de natureza feroz e selvagem, tenha sido criado no cárcere e na servidão* e que depois, ao ser solto em campo aberto, por não estar acostumado a alimentar-se e por não conhecer os lugares onde possa refugiar-se, torna-se presa do primeiro que queira aprisioná-lo de novo”¹⁶².

Ao tratar a corrupção da cidade, Maquiavel desenvolve o tema da liberdade exatamente quando há uma transição de regime do principado para a república ou o contrário, da república ao principado. Essa corrupção é vista como sendo uma corrupção de uma parcela da sociedade, porque se fosse de toda a cidade, ela não poderia se erguer para um *vivere libero*. Então, “um povo inteiramente corrompido não pode, nem por breve tempo, viver livre, como abaixo se discorrerá: por isso, o que aqui dizemos refere-se aos povos entre os quais a corrupção não seja muito propogada, sendo ainda a maior parte boa que a podre”.¹⁶³

Esta abordagem da noção da liberdade no capítulo XVI traz um esclarecimento no que tange a um *vivere libero* numa república e um *viver honrado* num principado. Lembra nosso autor que logo que um estado torna-se livre angaria partidários inimigos e não partidários amigos¹⁶⁴.

São chamados de partidários inimigos aqueles que são realmente opostos à liberdade do povo. Trata-se de quem recebiam honrarias do príncipe, de quem se prevaleciam do estado tirânico e agora se vê cevando-se das riquezas do príncipe. Todos esses bajuladores de príncipes se encontram sem aqueles proveitos e vantagens históricos. São eles inimigos da república os quais tentaram de todas as maneiras a voltar ao regime anterior. Se pergunta Florentino, qual seria o remédio mais poderoso, mais eficaz, mais válido e mais necessário para resolver esse conflito? E recorrendo ao exemplo da história disse que o remédio mais necessário seria de matar os filhos de Bruto, quer dizer os filhos de Lúcio Júnior Bruto que foi fundador da república romana. Quando os filhos dele conspiraram a favor do rei Tarquínio, eles foram mortos pelo pai. Assim, escreve o secretário florentino:

Foi tão necessária quanto útil a severidade de Bruto para manter em Roma a liberdade que ele acabava de conquistar, o que é exemplo raro em todas as memórias das coisas: ver o pai tomar assento nos tribunais e não só condenar os filhos à morte, mas também presenciar a sua morte. Quem ler as histórias antigas sempre saberá que, depois de uma mudança de estado, seja de

¹⁶² Maquiavel. *Discursos*. Ibidem

¹⁶³ Maquiavel. *Discursos*. I, XVI, p.65

¹⁶⁴ Maquiavel. *Ibidem*

república para tirania, seja de tirania para república, é necessária uma execução memorável contra os inimigos das condições presentes. E quem criar uma tirania e não matar Bruto, ou quem criar um estado livre(república) e não matar os filhos de Brutos, mantém-se por pouco tempo¹⁶⁵.

Ao tratar do tema da fundação da cidade e, sobretudo, da cidade de Roma, percebemos na leitura de Maquiavel que ele deixa claro que a passagem do estado monárquico para república exigiu a criação dos novos ordenamentos a fim de garantir os direitos dos cidadãos e a defesa da liberdade. Foi assim necessário a criação dos cônsules e de dos tribunos do povo. A liberdade é uma expressão símbolo da república e da descentralização de poderes. Nessa contraposição, a manarquia, ou em outros termos, chamado tirania é uma manifestação de poder concentrado em uma só pessoa, o rei, o príncipe com o apoio dos seus pares. De outro lado, a república é expressão do povo oprimido e explorado que chega ao poder elevando um dos seus.

Em *O Príncipe*, essa contraposição fica mais clara quando Maquiavel trata do principado civil no capítulo IX . Trata-se do principado conquistado não pelas armas, expressão de violência ou pelo crime, mas pela ajuda dos seus compatriotas, sejam eles os aristocratas ou pelo povo. Assim escreveu florentino,

É que em qualquer cidade se encontram estas duas forças contrárias, uma das quais provém de não desejar o povo ser dominado nem oprimido pelos grandes, e outra de quererem os grandes dominar e oprimir o povo. Destas tendências opostas surge nas cidades, ou o principado ou a liberdade (república) ou a anarquia. O principado origina-se da vontade do povo ou da dos grandes, conforme a oportunidade se apresente a uma ou a outra dessas duas categorias de indivíduos: os grandes, certos de não poderem resistir ao povo, começam a dar força ¹⁶⁶.

Fica bem claro para nós que a liberdade proposta na citação acima, conduz a uma concepção de governo que, de fato, é entendida como sendo igual a liberdade vivida na república. Mas antes, ainda em *O Príncipe de Maquiavel no capítulo V*, a associação entre república e liberdade foi estabelecida num contexto muito parecido ao início deste capítulo XVI de Discursos:

Mas, quando as cidades ou as províncias estão habituadas a viver sob um príncipe e extingue-se essa dinastia – estando de um lado habituados a obedecer, de outro não tendo o velho príncipe – não entram em acordo em si para ter outro príncipe, nem sabem viver livremente, de modo que demoram mais para pegar em armas e com mais facilidade um príncipe pode conquistá-los e estar seguro com eles. Mas nas repúblicas há mais vida, maior ódio, mais desejo de vingança; nem deixam, nem podem deixar-se esmaecer a memória

¹⁶⁵ Maquiavel. *Discursos* III, 3, p.313.

¹⁶⁶ Maquiavel. *O Príncipe*. IX.

da antiga liberdade, de modo que o caminho mais seguro é destruí-las ou habitá-las pessoalmente¹⁶⁷.

Como podemos observar atentamente, ao lermos e relermos o capítulo V de O Príncipe, constatamos que o seu começo é parecido ou semelhante ao texto do capítulo XVI dos Discursos quando trata deste tema relativo à liberdade. Portanto a liberdade nas duas situações se apresenta ou é descrita como sendo uma estrutura de cunho político ou uma organização de magnitude política chamada *república* diferentemente do que seria um principado. Assim, podemos conclamar que definitivamente a liberdade e a república são expressões ou manifestações deste bonito regime que é a república. São essas expressões adequadas no contexto da república e não no principado que é um regime de estilo monárquico. Esses termos não somente são equivalentes como sempre se apresentam em oposição ao principado ou ao regime monárquico.

O tema da liberdade é muito importante e muito complexo nesse caso do nosso estudo e da nossa tese. A liberdade é tão complexa ainda quando tratada concomitantemente em relação ao tema relativo à corrupção que é, de fato, bem claro uma expressão de falta de liberdade na república. Como na sequência tem um capítulo específico sobre o tema liberdade, retomaremos em parte o que aqui estamos abordando. A expressão liberdade, de fato, nos aproxima de um entendimento para uma *vivência livre ou um vivere libero*. Não há nenhuma dúvida que a liberdade é melhor compreendida no contexto de uma sociedade civil articulada, entendida como *vivere civile*. A liberdade de um povo é compreendida, sobretudo, a partir da sua ação política ou da sua militância política, por assim dizer. Um povo bem articulado politicamente é um povo que expressa a sua liberdade. Essa realidade é manifestada muito comumente em forma de regime conhecido como República.

Também é verdade que essa liberdade pode ser encontrada como expressão em alguns principados de cunho hereditário ou, ainda, nos principados manifestamente eclesiásticos como descrito por Patrícia Fontoura Aronovich em sua dissertação de mestrado em filosofia de 1998¹⁶⁸.

A corrupção é claramente entendida como um impedimento à liberdade que se torna como uma barreira ou melhor como um impecílio à verdadeira ação política.

¹⁶⁷ Maquiavel. *O Príncipe*. Cap. V

¹⁶⁸ ARANOVICH, Patrícia Fontoura. *Poder e legitimidade em Maquiavel: como fazer um príncipe novo parecer antigo*. 1998. Dissertação (Mestrado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1998

A corrupção é uma forma contrária a vivência civilizada dos cidadãos, porque destrói todo o tecido do agir político na pólis ou cidade. Deste ponto de vista, o estudo sobre a corrupção nos lembra que ela não é somente uma trava ao bom funcionamento de regime político determinado, mas um entrave à vida política e social de modo geral. A proliferação da corrupção no meio da cidade conduz a um freio para concretização dos objetivos de uma boa cidadania, um *vivere civile*. O capítulo XVI, novamente, retoma o problema da circularidade dos regimes, fruto da degeneração dos mesmos regimes pela corrupção. Descrevendo essa situação do regime livre para uma degeneração, Maquiavel escreve que “O mesmo ocorre a um povo que, acostumado a viver submetido ao governo de outros, por não saber defender-se nem atacar nas lides públicas, por não conhecer os príncipes nem ser por eles conhecido, logo se submete de novo ao jugo que, na maioria das vezes, é mais pesado do que o anterior que pouco antes ele se arrancara do pescoço e fica no meio a tais dificuldades, desde que a matéria não esteja corrompida”.¹⁶⁹ Podemos observar que a corrupção é tratada no contexto de um principado e não realmente da república. É realmente a corrupção de poucos, dos aristocratas e não do povo em geral, por isso disse: “Verdade é que considero infelizes os príncipes que, para assegurarem o seu estado, precisam valer-se de meios extraordinários, vistos terem por inimigo os poucos consegue a segurança com facilidade e sem muitos escândalos”¹⁷⁰. Assim vai dizer que trata-se, nesse caso, de principado e não da república, e disse: “E ainda que as coisas sobre as quais disorro agora não estejam em conformidade com o que se encontra acima, visto que falo aqui de um principado e ali de uma república, para não precisar retornar a este assunto quero dizer algumas palavras”¹⁷¹.

É de constatar que o problema desta dificuldade da corrupção em república vai se movendo para os casos de corrupção mencionados e sugeridos no capítulo X, assim são os exemplos de corrupção em república para as corrupções nos principados. Logo, o seu governo levou em conta todas as forças políticas existentes e as leva em consideração durante a sua elaboração do seu ordenamento político. Aqui estabelecemos um pequeno paralelismo esclarecedor entre os *Discursos* e *O Príncipe* para melhor compreender e estabelecer, por assim dizer, os limites possíveis dentro dos quais o processo racional se estabelece e dá fluidez, sem, todavia, deixar de lado a reflexão sobre a república e atacar a corrupção nos principados. De fato, o nosso autor pretende mostrar o quanto todos os regimes ou todas as formas de governo

¹⁶⁹ Maquiavel. *Discursos* I, XVI, p.65

¹⁷⁰ Maquiavel. *Discursos* I, XVI, p.66

¹⁷¹ Maquiavel. *Discursos* I, XVI, p.66-67

são suscetíveis a uma decadência política, que implica um efeito dinâmico de luta política de facções. No final da nossa tese, abordando a situação florentina, perceberemos que há uma distinção bem grande entre o principado e a república, e essas distinções são muitas *no Discurso sobre as coisas de Florença depois da morte de Lorenzo de Médici Júnior, discurso de 1519*. Todas essas corrupções, todas essas degenerações dos regimes levam à instabilidade da República ou do Principado. O tema da corrupção nos faz entender melhor a falta de estabilidade dos regimes.

A ideia de Maquiavel, no capítulo XVI dos *Discursos*, nos conduz a entender e compreender como a corrupção atinge o tecido “povo”. É verdade de que, até então, o povo foi visto e analisado no contexto da sua participação para a conquista do poder. É também verdade que a aquisição da liberdade pelo povo, como vimos, é visto como um fato extraordinário e espetacular, às vezes, considerada como um fato até accidental. Depois, levar em consideração as relações entre os grupos políticos, a relação dos humores face ao poder e, por fim, o povo colocado diante do problema da conservação do *vivere libero*. É de sublinhar que a maior dificuldade, como sugerido por Cadoni e Sasso, é aquela que faz com que o conflito político entre os humores, sujeito analisado nos capítulos III e IV dos *Discursos*, venha tomar uma amplitude maior e bem forte quando o desejo da aristocracia, dos *ottimati*, se volta para a tomada do poder. Trata-se de um grupo menor, “*que em todas as repúblicas, sejam elas ordenadas como forem, aos escalões de comando nunca chegam quarenta ou a cinquenta cidadãos*¹⁷²”. Esse grupo, sendo ele menor, pode ter seus desejos atendidos e em grande parte ficar satisfeito e, conseqüentemente, gerar a retomada da estabilidade política e governamental. Todavia, se esse grupo voltar ao ataque, a solução é tomar medidas mais radicais para o bem, quer dizer a estabilidade da república.

Enquanto o povo não for corrompido, a república sempre terá as suas possibilidades de restabelecimento da estabilidade política. Percebemos que em Roma sempre se reordenou e se reorganizou em cada momento de corrupção que ali houvera. Roma e o seu povo sempre souberam realizar restauro nos seus ordenamentos e suas leis, sem, todavia, ter adquirido plenamente os valores cívicos. Esse povo foi comparado a um *animal bruto e de natureza feroz e silvestre*. De fato, disse o nosso autor, o povo romano não estava totalmente corrompido quando recuperou a liberdade, isto depois da morte dos filhos de Brutos e a extinção dos

¹⁷² Maquiavel. *Discursos* I, XVI, p.67-68

Tarquínios.¹⁷³ Ele soube conservar a sua liberdade e as ordenações; a corrupção é pior quando atingia todo o povo. A corrupção de uma parte do povo, apesar dela ter uma relevância, como foi o caso dos aristocratas, ainda pode ser contornada. E continua o nosso autor: “O povo romano, pois como ainda não estava corrompido quando recuperou a liberdade, depois de mortos os filhos de Brutos e extintos os Tarquínios, pôde conservá-la com todos aqueles modos e ordenações sobre os quais de outra vez discorreremos. Mas, quando o povo está corrompido, nem em Roma nem alhures se encontram remédios válidos para mantê-la, como mostraremos no capítulo seguinte”¹⁷⁴.

Diante desta análise de constatar como a corrupção se manifesta em várias situações e como ela pode ser contornada, partiremos então para a análise da corrupção sucintamente quando alcança a totalidade do povo e enfim os ordenamentos políticos do Estado. Afinal, o que resta da estabilidade do Estado?

¹⁷³ Maquiavel. *Discursos* I, XVI, p.68

¹⁷⁴ Maquiavel. *Discursos*, ibidem

1.1 A CORRUPÇÃO DO POVO

“Pode-se, antes de tudo, dizer que a corrupção encontra um terreno favorável na degradação dos costumes e tradições da cidade¹⁷⁵”.

Paul Valadier. *Machiavel et la Fragilité du Politique*, 1996.

Terminado a análise do capítulo XVI do Primeiro livro dos Discursos, Maquiavel abre as portas ao capítulo XVII para tratar da corrupção do povo. Por povo, entende-se “Todos aqueles que não faziam parte da aristocracia. Portanto, isto não significa que todos os outros moradores de uma determinada cidade formassem o povo.

Então quem é o povo afinal? O povo não pode ser considerado somente como sendo um dos atores do jogo político. Essa foi uma visão quando foi abordado o tema relativo à busca e à conservação da república ou seu *vivere libero*. O povo, aqui, vai adquirir uma função diferenciada e primordial na cidade. É considerado um substrato daquela cidade. Uma vez esse substrato corrompido em todos os seus valores, costumes e tradições cívicos, gera, de fato, a dissolução do corpo político. O povo, aqui, reveste um caráter político que deve doravante ser levado em conta e, sobretudo, o desejo maior de não ser dominado ou escravizado por ninguém. Se uma vez a corrupção atingir todo o povo, a situação se torna mais preocupante, porque se trata de uma das colunas fundamentais da estrutura do edifício político da cidade.

A corrupção é comparada a uma doença bem contagiosa que vai atingindo um membro e se estendendo para todos os outros membros, isto quando não houver um tratamento adequado e eficaz. O Estado é apresentado como sendo um corpo em funcionamento natural. A corrupção reveste um caráter de uma doença grave que, uma vez enraizada no corpo, necessita de todos os meios e esforços para eliminá-la completamente da mesma forma como acontece com algumas doenças quando chegam a um estágio bem avançado, não resta nenhuma opção para a sua cura¹⁷⁶.

¹⁷⁵ On peut dire d’abord que la corruption trouve un terrain favorable dans la dégradation des mœurs de la cité. A tradução acima é livre, minha.

¹⁷⁶ Em Zanzi e Schmitt, Maquiavel se utiliza de um vocabulário médico largamente influenciado pela da tradição naturalista aristotélica. Sobre o vocabulário médico de Maquiavel cf. Zanzi, Luigi. *Il metodo del Machiavelli*, 1981; sobre as relações entre a tradição aristotélica e os estudos médicos, cf. Schmitt, Charles. *Aristote et la Renaissance*, 1992; Schmitt, Charles. *Filosofia e scienza nel Rinascimento*, 2001.

No início do capítulo XVII dos Discursos, Maquiavel ao tratar da corrupção nos reis, expressa o temor do que seria Roma e disse:

[...] porque, considerando o grau de corrupção a que haviam chegado àqueles reis, a prosseguirem daquele modo por mais duas ou três sucessões, e se a corrupção que neles havia tivesse começado a espalhar-se pelos membros, uma vez que estes tivessem corrompidos, teria sido impossível reformá-la. Mas perdida a cabeça quando o busto ainda estava íntegro, os membros puderam facilmente voltar a viver livres e ordenados¹⁷⁷.

A citação acima descreve claramente que a corrupção atingiu a cabeça e não o busto, muito menos o resto dos membros. Esse processo elencado por Maquiavel nesse caso, não trata de República, mas certamente de principado. É um regime cuja administração está sob o olhar de um rei ou de um príncipe. Considerando que o rei ou o príncipe é a liderança principal do governo, ele é a figura mais determinante para o exercício do poder. Portanto, nesse caso, a sua substituição revela ser muito complicada. Em se tratando de república, a mudança de membros seria muito natural e menos traumática que no principado. Portanto, ao tentar descobrir o estágio de corrupção de uma cidade, antes de fixar os olhares no governo, deve-se atentar para o povo, para a matéria do corpo político.

Quando uma cidade estiver em processo de corrupção, logo que ela só atingiu somente a cabeça, quer dizer somente o governante, a saída apontada por Maquiavel é exatamente suprimir ou retirar o príncipe e passar o governo da cidade de outro, que, com sua virtù, consiga reordenar a cidade. A mudança na cabeça do governo é importante. Se a mudança não acontecer e porventura o príncipe se recuperar e reerguer a cidade, tirando ela da ruína, resta sem dúvida que a duração desse novo governo reformado terá o tempo da vida desse restaurador. Com certeza, a cidade há de recair novamente em decadência logo após a morte do mesmo príncipe. Maquiavel se apoia em muitos exemplos antigos e também do seu tempo para cimentar as suas afirmações. Maquiavel lembra os exemplos antigos que foram as cidades de Siracusa sob o domínio de Dion e de Timoleonte, e a Roma, tanto na república quanto no tempo imperial, como a Grécia de Epaminondas. Os exemplos modernos são: Milão, dos Visconti, e Napoli, tudo isso em *Discursos*, I, XVII.

Esses exemplos mostram como diversas cidades, por tempos diferentes, conseguiram recuperar as liberdades civis, mas na sequência as perderam logo após a morte dos líderes reformadores. Cabe aqui a menção do que abordamos ao tratarmos da religião neste trabalho.

¹⁷⁷ Maquiavel. Discursos I, XVII, p.69

Confiar todo o poder nas mãos de um governante não é garantia nenhuma da estabilidade ou longa duração daquele regime. Na mesma linha, a troca de governantes é expressão de adiar o fim, portanto, essa é uma solução de curto prazo e muito efêmera. Esta situação nos conduz a afirmar que o problema da corrupção não está concentrado somente nos governantes a quem se atribui a responsabilidade primeira da governança e do combate à corrupção. Eliminar os governantes não traz soluções aos desafios políticos ou dificuldades políticas de governança. É de recordar que o fundamento de todo Estado é o povo, por isso Maquiavel, agindo como mencionamos acima, vai versar a sua atenção para o povo, deixando de lado os governantes. A corrupção do povo para Maquiavel é muito explícita quando aborda e analisa o caso de Bruto, um governante não corrupto diante de um povo inteiramente imerso na corrupção (Situação que consta no capítulo XVI dos *Discorsi*). Quando a cabeça do governo está incorrupta e o restante do corpo político, que é o povo, estiver corrompido, não há nenhuma medida de força ou militar que possa servir de remédio.

Vale a pena ressaltar que a melhor maneira de solucionar o problema da corrupção do governante, quando se percebe o quanto os seus atos são contrários o *vivere libero*, surge na cidade novamente os conflitos políticos que são “o motor” de todas as mudanças políticas. Essas lutas como esses conflitos têm como objetivo final a restauração da liberdade. E quem recupera a liberdade, neste caso, é o povo diante de governante corrupto, por isso estamos diante do regime que é uma república. Para Maquiavel, pela condução da ação política aqui detalhada, o problema verdadeiro ou real não está no líder ou a cabeça de governo, mas na capacidade do povo de se mobilizar e lutar pela instauração de ordenamentos e leis que garantam a liberdade. Portanto, enquanto existirem no meio da sociedade os conflitos políticos que têm como objetivo ou finalidade a instauração de bons ordenamentos e boas leis, a estabilidade do regime estará bem assegurada. Assim, Claude Lefort mostra como Maquiavel, ao alicerçar o poder nos conflitos políticos dos humores ou das facções, eleva a outro nível ou em outras bases a reflexão sobre o poder¹⁷⁸. A novidade da reflexão de Maquiavel, nessa situação, é que o centro e o motor da vida política é o conflito político e não mais o governo. Assim, o conflito sendo o elemento principal, o povo é o ator principal da luta ou do conflito. Nessa lógica de uma hermenêutica do pensamento de Maquiavel em que a corrupção do povo é bem menos moral e muito mais política, mesmo quando considerada em sua moralidade, quando Maquiavel fala da mudança nas leis, como a do adultério¹⁷⁹ ou ainda a questão relativa

¹⁷⁸ Lefort, Claude. *Le travail d'œuvre*: Machiavel, 1972. [IV, 2-4], pág.346-399

¹⁷⁹ Maquiavel. *Discursos* I, XVIII

à religião, é claro que esta questão assim relacionada a um ordenamento político. Sendo assim uma visão com caráter de um *instrumento do reino*, portanto não em sua dimensão transcendental ou ética. Pensando bem, a corrupção de todas as qualidades chamada cívica do povo deverá ser analisada no âmbito do universo puramente político. A corrupção da matéria, quer dizer do povo, é colocada nas circunstâncias de perda das qualidades cívicas. Ao terminar o capítulo XVII, Maquiavel relata que uma das causas da corrupção da matéria, aliás o povo seria a desigualdade, e de continuar nos seguintes termos: “Porque tal corrupção e pouca aptidão à vida livre provém de uma desigualdade existente na cidade, e quem quiser dar-lhe igualdade precisará lançar mão de meios extremos (*grandissimi straordinari*), que poucos sabem ou querem fazer”¹⁸⁰.

Esta análise da desigualdade como causa da corrupção do povo desperta a atenção do leitor de Maquiavel sobre outra ordem de dificuldades não abordadas até então. Considerando os conflitos políticos que surgem na cidade, sobretudo, entre os dois principais humores, a principal causa se situava na vontade dos grandes de dominar os pequenos, o povo, e , ao mesmo tempo, o povo tentando defender os seus direitos ou a sua liberdade. A questão da desigualdade social passa a revestir mais aspectos econômicos e ou políticos. Em verdade, levando em conta as observações apresentadas sobre o que seria a desigualdade, não fica claro esse assunto e até mesmo a igualdade política para Maquiavel. Podemos dizer que a introdução da afirmação sobre a desigualdade ao final do capítulo XVII conduz a outro raciocínio ou associação que determina de um lado, a desigualdade e corrupção e, de outro, a igualdade e a república.

Quando pensamos na corrupção, constata-se no mesmo tempo o quanto se perde o equilíbrio e a proporção presente na república de ser livre. Torna-se óbvio o crescimento de uma desigualdade de dimensões incalculáveis ou o desrespeito maior aos direitos políticos. Essa com certeza aponta para uma das causas da queda dos valores cívicos de um povo.

Maquiavel já havia denunciado antes o quão é reduzido o número de membros da aristocracia que desejam o poder. Caso se leve em conta o total de habitantes de uma cidade, a quantidade de cargos políticos existentes e o grupo social ao qual pertencem esses detentores dos cargos públicos, concluir-se-á como os aristocratas têm mais acesso aos postos de comando da cidade. O povo, quando tem algum acesso aos principais cargos públicos, sempre ocupa uma parcela reduzida desses, situação que se revela numa desproporção política, pois os grupos

¹⁸⁰ Maquiavel. *Discursos I*, XVII, p.71-72

políticos não estão representados de modo equânime nos cargos políticos da cidade, fazendo com que a vontade de poucos prevaleça sobre o desejo da maioria. Condição que poderia se agravar mais ainda, como era o caso de Florença e de Veneza¹⁸¹, onde alguns conselhos eram compostos exclusivamente de aristocratas. Então, esses poucos homens que exercem o poder de fato são os poderosos aos quais Maquiavel se refere durante todo o texto, visto que “em todas as repúblicas, de qualquer modo ordenadas, ao posto de comandar não juntam nunca mais de quarenta ou cinquenta cidadãos”¹⁸².

Maquiavel mostrou que esses cidadãos, quando livres para decidir os rumos da cidade sem a pressão do povo, tomam decisões nas quais eles são os grandes beneficiários. São tais decisões que, em geral, ampliam seu poder, seja ele primeiro político, restringindo o acesso à decisão dos demais membros do Estado, seja ele em segundo lugar, econômico, beneficiando-se dos negócios do Estado. Como consequência, podemos afirmar com nosso autor que, quando a aristocracia se apossa do poder, a tendência é a ampliação da desigualdade política, o que pode implicar também numa concentração de poder econômico.

A propósito da desigualdade do poder econômico, não há, nesses capítulos abordados do texto de Maquiavel, qualquer trecho em que a igualdade econômica seja um dado histórico ou um objetivo a ser alcançado para a felicidade da cidade. Parece que Maquiavel trabalha com o fato concreto de que há uma desigualdade econômica, mas isso não deve ser um problema e nem interferir nas decisões políticas. Em vista da desigualdade política, o problema não tem a sua raiz na desigualdade econômica e esta não está acima do problema maior que é a desigualdade política.

Retornando ao problema da desigualdade política, sua inserção nasce como decorrência da análise sobre os humores políticos, mais especificamente em função da ambição dos poucos poderosos. A constatação dessa desproporção de poder político instaura, portanto, a necessidade de reequilibrar o poder em função dos grupos, tentar conter o excesso de ambição dos grandes, este sim é um dos principais motivos que levam à corrupção. Logo que entendermos que tal extrapolação dos desejos políticos se configura como uma causa da corrupção da cidade, consequentemente, se pode afirmar que a corrupção dos ordenamentos

¹⁸¹ Como foi bem observado, nestas duas cidades, a aristocracia detinha os principais cargos, como era o caso do Conselho dos Oito da Justiça, instância última de deliberação jurídica em Florença.

¹⁸² Maquiavel. *Discursos*, I, XVI, p. 67

políticos nasce, dentre outros motivos, da corrupção da matéria, mais particularmente da ambição dos poderosos que se apossaram do poder político na cidade.

A corrupção do povo nos conduz, então, a uma reflexão sobre seu verdadeiro papel no interior do Estado. Muitos já disseram e não é difícil constatar nos textos a aversão de Maquiavel à aristocracia como força predominante no mundo político, talvez suscitada pela sua condição particular em Florença, que tinha nos aristocratas seus maiores adversários. Independentemente dessa condição histórica, quando ele pensa em qual dos grupos o governante deve se apoiar ou qual dos humores é mais conforme à defesa da liberdade, sempre o povo figura como o anteparo por excelência de resistência à opressão. Uma resposta para essa predileção pelo povo estaria menos nos gostos ou antipatias maquiavelianos e mais na própria lógica de como a dinâmica política se apresenta.

Não resta ao pensador, diante do fato concreto da existência desses humores, senão colocar sempre a plebe como a responsável pela conservação do *vivere libero*. Mais do que pensar num certo “populismo”, com tons revanchistas da parte de Maquiavel, cabe observar a própria arquitetônica do raciocínio e notar que ao povo é atribuído um papel de maior importância política, pois seus desejos são mais adequados aos fins da cidade. Portanto, se a importância do povo aumenta na análise da corrupção da matéria, no capítulo XVII, isso se deve à força que a constatação dos humores exerce sobre o raciocínio.

Concluída a análise da corrupção sobre o povo, ainda persiste uma outra possibilidade de corrupção na cidade, a saber: a corrupção dos ordenamentos políticos, outro pilar do edifício republicano.

1.2 A CORRUPÇÃO NOS ORDENAMENTOS POLÍTICOS

É preciso analisar com muito cuidado quando se aborda o assunto relativo a cidade que vive a corrupção. Talvez a pergunta fundamental seja de saber como reorganizar tal cidade de tal maneira que venha a recuperar o bom funcionamento das instituições. Portanto no livro primeiro dos Discursos na página 75 do capítulo 18, Maquiavel não aponta para uma solução milagrosa mas orienta para um estudo de cada situação em particular. Também nos Discursos

no mesmo livro primeiro e nas páginas 10 a 14 do capítulo dezesseis, Maquiavel aponto como primeiro nível da corrupção quando essa atinge os governantes sem ainda alcançar o povo.

O segundo nível do alcance da corrupção é quando a dita corrupção atinge a aristocracia, composta por poucos. Neste caso, a deliberação do governante em favor do desejo do povo de não ser oprimido, restringindo e freando os desejos desses grandes, garantiria a volta à normalidade. Do contrário, quando o governante se associa ao desejo dos aristocratas, encaminha-se para o desenvolvimento de um processo de corrupção ainda mais ampliado. Esse estágio seria mais grave do que o primeiro já que atingiria duas parcelas poderosas, apesar de pouco numerosa, e tonaria mais difícil o retorno ao bom governo. Por fim, quando a corrupção se propaga para todo o corpo político e atinge o povo, pouco se pode fazer. Mesmo que surja um governante disposto a reformar os costumes políticos, a corrupção do povo é um grande mal que torna quase impossível o retorno à normalidade política.

Ao apresentar todos esses níveis de corrupção que atingem a cidade, Maquiavel destaca os perigos envolvidos e revela sempre um tom cético ou desalentador para o retorno à condição sã da vida política. Todavia, mesmo quando diz que é praticamente impossível aquele retorno, ele não o faz de modo peremptório, deixando uma pequena possibilidade para a volta à civilidade do povo. Ainda que seja mínima, sempre há uma possibilidade de reforma política, de retomada da civilidade. Mesmo quando se pensa no extremo da cidade corrompidíssima, ainda assim não se pode declarar que é o fim, a morte, resta uma alternativa, embora ela não possa ter sua eficácia garantida neste momento. Essa gradação de corrupção poderia obrigá-lo a analisar cada uma das possibilidades de corrupção, suas consequências e remédios possíveis, entretanto Maquiavel se omite dessa análise e parte para o caso extremo de corrupção, quando toda a cidade está corrompida (a cidade “corrompidíssima”). Esse salto pode ser explicado, entre outras coisas, em função de análise de um caso extremo, conhecendo suas consequências e possíveis soluções, esse se constituiria no horizonte para a corrupção republicana, isto é, ao enfocar o caso extremo de corrupção, Maquiavel já delimitaria o quadro em que se desenvolve a corrupção, uma vez que as situações intermediárias não ultrapassariam esse limite, completando a análise.

Introduzindo o capítulo dezoito do primeiro livro dos Discursos, há uma observação muito importante de Maquiavel que nos adverte que seria quase impossível estabelecer as regras gerais para todos os casos. Na página 72 do capítulo 18 Maquiavel traz essa abordagem que venho de mencionar. É bom salientar que a corrupção da cidade não disse respeito somente aos

governantes, os aristocratas e o povo. A corrupção da cidade se comprova também quando as leis e os ordenamentos ou as instituições deixam de cumprir as funções e aquilo pelo qual foi pensado ou estabelecido. O assunto se revela ser muito complexo quando se acrescenta esse segundo elemento na corrupção como um outro degrau. Portanto quando abordar o assunto a respeito da corrupção, é preciso incluir e analisar com prudência a corrupção das leis e dos ordenamentos. Enfim, resta a saber se haveria uma solução caso a corrupção atinja o povo, elemento básico ou principal da composição da cidade ou da república. É nesse momento que Maquiavel entra com profundidade numa análise assídua da corrupção das instituições nesse mesmo capítulo 18 que há pouco mencionamos.

Nos casos dos ordenamentos políticos, sabemos que foram no contexto de Esparta frutos de bom legislador, que foi Licurgo, e no caso romano, resultado dos conflitos entre os nobres e a plebe que gerou a criação de Trínunos da plebe.

É evidente que uma vez o povo corrompido, as instituições são automaticamente corrompidas por causa da interdependência existente entre o povo e as instituições ou ordenamentos assim chamados. Assim não há mais nem leis que possam assegurar qualquer coisa.

Na medida em que a uma corrupção se torna generalizada, podemos considerar que não há ordenamentos nem leis que possam barar esse trajeto da corrupção através do corpo político. Assim, Maquiavel vai considerar as situações de corrupção relativa aos ordenamentos quando o povo não estiver totalmente corrompido.

Nesse processo além de ter boas leis, revela-se uma necessidade que as instituições possam permitir o funcionamento dos direitos adquiridos. Portanto, esses ordenamentos não deveriam sofrer sucessivas mudanças todo vento.

É necessário que as leis sejam atualizadas, que sofrem algumas emendas conforme a realidade do mesmo do povo e da vida política. Portanto não se pode dizer a mesma coisa das instituições que por sua vez deveriam ser perenes.

A conservação exigida diz respeito à manutenção dessas características, à execução fiel desses encargos definidos no seu momento de fundação. Conservar a vitalidade e a força para fazer cumprir as incumbências dadas ao final do processo de luta política que as instaura. Do contrário, ao se pensar em ordenamentos que variassem, essas mudanças seriam um sinal de

fraqueza e submissão aos interesses dominantes. As modificações se fariam no sentido de uma adaptação ou amandamentos às novas condições políticas que se imporiam, ou seja, se realizaria uma mudança em vista dos interesses dominantes e não em função da finalidade da cidade, em defesa da liberdade de todos.

Caso levasse em conta que o raciocínio de Maquiavel considera uma cidade corrompida, é também óbvio considerar que ela chegou a este estado, porque antes não a estava. Considera-se então que os ordenamentos eram equilibrados, fortes e garantiam a liberdade de todos. A mudança que pode se operar é uma adaptação às condições corrompidas em que a cidade se apresenta. Isto é uma transformação segundo determinados critérios e alguns interesses desviados, fracassados politicamente. Já em uma cidade não corrompida, se ela está nessa condição é porque os ordenamentos políticos funcionam corretamente. Também é verdade que as mudanças nas instituições se realizam quando o povo está corrompido. Isto só amplia a decadência da estrutura política do estado

O que se pode depreender é que as boas leis sem boas instituições não são suficientes para frear a corrupção na cidade, todavia, na situação contrária, onde há boas instituições, as leis, mesmo que não sejam boas, ainda assim permitem possibilidades de correção. Então, é evidente como o raciocínio maquiaveliano deposita mais nos ordenamentos políticos que nas leis o papel principal na garantia das liberdades civis contra a corrupção. Do contrário, as leis não teriam como se efetivar, pois não haveria nem bons costumes dos quais pudessem nascer novas leis, nem a garantia de que elas seriam cumpridas.

Os ordenamentos políticos são compostos de homens que, uma vez elevados aos cargos designados elaboram as leis a serem cumpridas e, portanto, leis que defendem a liberdade das instituições como do povo. O ponto comum desses ordenamentos se constitua no fato de todos terem uma função deliberativa.

Maquiavel qualifica esses cargos como sendo um determinado tipo honraria. Os cargos públicos eram vistos e entendidos na Roma antiga como honrarias. É bom lembrar que tomar parte nessas funções deveria ser uma honra, um destaque, uma distinção para aquele que a exerce. Portanto, sabemos pelo que está exposto no *Príncipe* que o exercício da função pública exige uma certa *virtù*, sob pena de se ficar a mercê da fortuna. Nos *Discursos*, Maquiavel também lança mão da noção de *virtù* para lembrar que o detentor do cargo deve se pautar pelo interesse do Estado e não pelo seu próprio interesse:

O povo romano só concedia o consulado e os outros cargos superiores da cidade a quem os pleiteava. [...] Tornou-se este costume perniciosíssimo na cidade corrupta, porque as magistraturas não eram pleiteadas pelos que tinham mais virtù, e sim pelos que tinham mais poder; e os impotentes¹⁸³, ainda que virtuosos, se abstinham de pleiteá-las, por medo¹⁸⁴.

O texto é claro em mostrar que, quando da instalação dos ordenamentos, eram os homens de virtù que reivindicavam os postos, que se apresentavam para representar e decidir pelo povo. É evidente que não está bem explícito se estes homens eram em sua totalidade membros da plebe ou se havia alguns aristocratas que, ao exercerem essas funções, não decidiam em conformidade com os interesses de seu grupo, mas associados aos interesses do povo. Seja como for, o fato é que aristocratas ou plebeus, homens públicos, agiam conforme os interesses da cidade, com vistas à liberdade republicana. O sinal de corrupção se manifesta no momento em que as decisões não são mais pautadas por esses fins, mas pelo interesse privado. Neste momento, a virtù não mais rege as ações, configurando-se uma manifestação de corrupção política.

O aspecto notório dessa passagem é a mobilização do termo virtù e sua associação com o processo de corrupção. O uso do termo não é inédito até esse momento do texto, já que nos capítulos anteriores ele ocorrera por 27 vezes, e, além dessa passagem neste capítulo, Maquiavel o utilizará mais uma outra vez. Em todos esses empregos da terminologia, a virtù sempre se apresenta como uma qualificação do governante ou uma antiga excelência que se perdeu ou que precisa ser conservada. Entretanto, apesar desse largo emprego, não há qualquer explicação do que caracteriza essa virtù do homem público, assunto que será dominante em *O Príncipe*. Ao detentor da honraria de pertencer a um cargo público só se sabe que ele deve estar atento aos interesses do povo e não deliberar apenas em conformidade com os desejos dos poderosos, ainda que isso seja inevitável algumas vezes. Logo, mesmo não detalhando o que seria essa virtù do homem público, a não ser este aspecto de adequação aos interesses do povo e ao bem da cidade, conclui-se que sem ela desencadeia-se um processo de corrupção.

Esse pouco destaque à virtù, pois apenas a cita e não a desenvolve, pode nos indicar que ela, embora necessária, não é o aspecto mais importante na vida política das repúblicas. Virtù do homem público apresentada em linhas gerais como a capacidade em não ceder aos humores dos poderosos, em estar atento ao jogo de forças entre os dois grandes grupos políticos que

¹⁸³ Essa terminologia está presente em outros textos políticos como no *Príncipe*.

¹⁸⁴ Maquiavel usa nessas linhas os termos *potenza* e *impotenti*, que se traduziriam em fortes e fracos consequentemente, veja em *Discursos*, I, XVIII

compõem a cidade. Dado esse que explicaria por que tal noção, dominante noutra obra e fundamental para o pensamento político maquiaveliano, não figurar como elemento de destaque e de primeira importância. A resposta está na natureza dos textos. Em *O Príncipe*, em geral, a figura do governante centraliza toda a reflexão e exige uma análise detalhada das qualidades desse para bem conservar o governo. Nos *Discursos*, não é o governante que está em destaque, mas a vida política numa república, vista de maneira mais abrangente. Por isso, Maquiavel não se concentra apenas num ator ou num aspecto e sim no processo político como um todo. Nesse sentido, ao tratar do detentor de cargo público ou do fundador de cidade – circunstância da maioria das outras ocorrências do termo *virtù* –, Maquiavel não está preocupado com esse sujeito em particular, mas, de forma mais ampla, com o funcionamento da república. Ora, se o objetivo maior é a vida política na república, a *virtù* será adequada a essa idéia principal. Dessa forma, pela própria arquitetura do texto compreende-se essa pouca atenção à noção de *virtù*, que se sabe, tão cara ao pensamento político maquiaveliano. Retornando ao texto, perdido tal critério de escolha em função da *virtù* e vigorando o poder (principalmente o poder econômico) nas escolhas, decorre que o critério principal passa a ser a capacidade dos postulantes de dispensar favores e benesses, tendo como resultado que apenas os ricos e os poderosos alcançassem os cargos da magistratura. Sendo ela uma das instituições mais importantes do Estado e seus integrantes os principais propositores de leis, essas não visavam mais ao bem coletivo, mas aos interesses particulares, restringindo ou impedindo a observância das leis que garantiam o direito de todos. Sob tais circunstâncias, a decadência política é inevitável e a corrupção apenas uma questão de tempo. A corrupção das leis em Roma é consequência direta da corrupção da instituição da magistratura, de tal modo que, mesmo que fossem propostas leis que visassem o bem comum, elas não vigorariam numa cidade dominada por ordenamentos políticos corrompidos. Agregue-se a isso que quando a matéria, no caso o povo, está de tal modo deformada, é necessário que se instalem novos ordenamentos políticos:

Portanto, para que Roma se mantivesse naquele Estado de corrupção, era necessário que, assim como ao longo de sua vida criara novas leis, também tivesse criado novos ordenamentos, porque para um sujeito mau, os ordenamentos e os modos de vida ordenados são diferentes dos que se ordenam para um sujeito bom; e a forma não pode ser semelhante em uma matéria de todo contrária¹⁸⁵.

Maquiavel avança um pouco mais, pois não basta apenas conservar as ordens existentes e criarem-se novas leis nos momentos de corrupção. Algumas vezes, é necessário também

¹⁸⁵ Maquiavel. *Discursos*, I, XVIII, pp.74-75

fundar novos ordenamentos políticos para fazerem valer as novas leis. Em conformidade com o exposto, a eficácia das leis, que regem os hábitos e costumes do povo, é dependente dos ordenamentos políticos, que não devem ser apenas imutáveis, mas devem ser estabelecidos para o fundamento da cidade.

Mais do que enfatizar sua característica própria de imutabilidade, de permanência, os ordenamentos políticos existem como o ponto fixo de referência do Estado. Devem ser eles também os pilares firmes sobre os quais o edifício político se estabelece, do que redundará sua característica maior de conservação, de resistência às mudanças diante das vicissitudes, dos acidentes.

Entretanto, é a frase que fecha o raciocínio que merece um olhar um pouco mais atento quando diz que a forma não pode convir a uma matéria em tudo contrária. Esta é a segunda vez, neste capítulo, que o autor se utiliza de um conceito clássico do aristotelismo, a “*adaequatio in re*”¹⁸⁶. Sua expressão, mais do que uma manifestação de uma noção típica da tradição aristotélica, revela um jargão corrente de seu tempo. Valendo-se dos usos dessa tradição aristotélica, com efeito, é necessária uma adequação da forma à matéria, sob o risco de não se formar um composto, uma substância ou uma *ousia*, no caso a cidade. Em se considerando uma matéria deformada em suas qualidades, é preciso que se instale uma forma que reordene essa matéria e recupere suas qualidades. Logo, se quisermos eliminar a corrupção, devemos olhar tanto para a matéria quanto para a forma, ou seja, devemos ter em conta a condição em que se encontram os hábitos e costumes cívicos do povo, a eficácia dos ordenamentos e a pertinência das leis. Não se pode priorizar apenas um ou outro aspecto, mas o modo como se estabelece a conjunção povo/ordenamentos políticos, para a identificação dos problemas, da corrupção e para a sua solução. Portanto, não é possível afirmar que a corrupção da matéria é mais danosa que a corrupção da forma, ou vice-versa, pois ambas se equiparam e devem ser consideradas com igual atenção no processo de corrupção política de uma cidade. Para além de destacar um ou outro elemento, a pertinência da adequação, ou seja, o modo como esses dois elementos se combinam, precede qualquer outra conclusão, o que não poderia ser diferente, pois nenhuma dessas duas partes pode existir de modo autônomo e isolado; ambas coexistem simultaneamente na cidade sã e sofrem alguma consequência, pelo menos, na cidade corrompida quando não são afetados totalmente na cidade muito mais corrompidas.

¹⁸⁶ A primeira ocorrência foi no início do capítulo, quando da necessidade de verificar os graus de corrupção conforme o caso ou a matéria. (l. 3)

1.3 A CONSERVAÇÃO DO ESTADO LIVRE EM CIDADES CORROMPIDAS

Uma vez analisada a corrupção do povo e dos ordenamentos políticos, chegamos ao problema de pensar a situação extrema, quando a corrupção atinge totalmente a cidade. Quando essa corrupção se torna ampla, as consequências, pela circularidade política exposta no capítulo II, são a mudança de regime ou a dissolução do Estado. Seja como for, qualquer uma das consequências é contrária à vida política republicana, ao *vivere libero*. Na verdade, chegamos ao grande problema enunciado pelo título do capítulo: “*De que modo nas cidades corrompidas se podem conservar um Estado livre, sendo-o; ou não o sendo, ordená-lo*”¹⁸⁷. A questão se põe ao tentar pensar uma solução para aqueles casos nos quais a corrupção não está apenas localizada numa parte do corpo político ou permanece restrita à matéria ou à forma, mas quando se encontra disseminada por toda a cidade. Uma resposta já nos é possível constatar, pois não se pode conservar o *vivere libero* em condições de extrema corrupção, em que o povo já não mantém a civilidade, em que as leis são inadequadas e os ordenamentos não conseguem mais frear as ambições desmedidas.

As condições de possibilidades para a retomada da liberdade republicana já não figuram mais no horizonte. Diante, então, dessa condição extrema, a possibilidade de retorno, de uma retomada à normalidade republicana é uma impossibilidade dentro da lógica de ação política da república, pois, com uma matéria corrompida, as leis são inadequadas e os ordenamentos políticos ineficazes e, conforme o grau de corrupção, corrompidos em suas deliberações, Maquiavel é categórico: *De tudo o que dissemos acima, provém a dificuldade, ou a impossibilidade de nas cidades corrompidas, para conservá-las como repúblicas ou para criá-las de novo*¹⁸⁸.

Neste contexto pode-se até perguntar se ainda há ou não liberdade, ou melhor, se o *vivere libero*, característico da república, ainda persiste ou se alguma força autoritária teria tomado as rédeas das decisões políticas. Pelo exposto, uma das características da corrupção, talvez a preponderante, está no poder que a aristocracia assume e passa a deliberar conforme os seus desejos.

Pensando em uma cidade em que a aristocracia se apossa do poder e toma as decisões conforme os seus interesses, mas não somente isso, impedindo que o povo possa lutar pelos

¹⁸⁷ Maquiavel. *Discursos*, I, XVIII, p. 75

¹⁸⁸ Maquiavel. *Discursos*, I, XVIII, p.75

seus direitos, esse quadro é uma descrição de caso de corrupção republicana típico. Nessa situação, extingue-se a liberdade, extingue-se a luta política e um só grupo passa a ditar o caminho. No entanto, a corrupção também pode se dar no povo, circunstância também evocada por Maquiavel, simbolizada, entre outros aspectos, pela perda dos valores cívicos, da civilidade e, também, neste caso, não há mais espaço para a luta política, para o *vivere libero*.

Logo, seja em que condição se manifesta a corrupção, ela figura sempre como uma oposição à liberdade, ou como diz Sasso, “*a recíproca repugnância entre liberdade e corrupção*”¹⁸⁹. Essa imagem ilustra os termos da dificuldade, pois a vida política republicana é avessa à corrupção, é o pólo contrário à condição política corrompida de uma cidade. De fato, se há uma manifestação de corrupção política, isso implica proporcionalmente na anulação da liberdade ou, conforme a corrupção se amplia em seu grau, por uma proporção inversa, diminui o grau de liberdade da cidade; o que não quer dizer que a corrupção seja o antônimo de liberdade, porque conforme o nível de corrupção tem-se uma gradação inversa de liberdade. Quando o grau de corrupção da cidade é baixo, é possível que exista ainda o *vivere libero*, porém, em qualquer condição que haja um aumento de um, automaticamente, ocorre o decréscimo do outro, já que a coexistência de ambos com mesma intensidade é impossível. Repugnância que não diz respeito apenas à liberdade, mas pode estender-se à civilidade, quando se considera a corrupção da matéria, ou como dirá Maquiavel no capítulo LV, refletindo acerca da corrupção presente quando os *gentis-homens* dominam o poder: “Do que nasce que naquelas províncias não surja nunca alguma república nem algum *vivere político*, porque tal geração de homens são em tudo inimigos de toda civilidade”¹⁹⁰. A corrupção se opõe, pois, à república, todavia mais ainda, à civilidade e até mesmo ao *vivere político*, de modo geral. Essa afirmação amplia o problema, uma vez que a corrupção não é somente contrária à liberdade, mas contrária à vida política, um adversário à normalidade política.

Opondo-se à consideração que banaliza o papel que pode chegar a desempenhar a corrupção no corpo político, Maquiavel confere cores fortes e afirmações contundentes para descrever a importância das suas consequências para a vida política da cidade. A manifestação da corrupção não deve ser tratada como mais um evento possível em uma cidade, mas no grande problema, no grande perigo para o corpo político como um todo. Ela não é mais uma dificuldade presente no cotidiano político das repúblicas, mas se torna o problema, a questão a ser tratada.

¹⁸⁹ Sasso, Gennaro. *Principato civile e tirannide in Machivalli e gli antichi e altri saggi*, tomo II, 1987 [p. 407].

¹⁹⁰ Maquiavel. *Discursos*, I, LV, 21.

Todavia, quando esse problema não é passível de solução pelos próprios mecanismos políticos da república, então deve-se buscar meios mais fortes e eficazes para freá-la. Entre as soluções está a instalação de um *poder quase régio* ou do *poder régio*.

A cidade diante de um caso de extrema corrupção, deve mudar o seu regime, tendo, a princípio, duas possibilidades: o *Estado régio* (*um reinado, monarquia*) e o *Estado popular*. Maquiavel reiteradamente identifica na ambição desmedida da aristocracia a principal causa da corrupção. A corrupção do povo, quanto nasce, é um aspecto secundário, sendo muito mais fruto da falta de freios à insolência dos grandes do que à perda de sua civilidade. Essa parcela política da cidade estaria habilitada pelas suas qualidades, para, em tese, assumir o comando da cidade nas condições de corrupção extrema, desde que não tivesse perdido também todos os seus valores cívicos. Contudo, o problema não é assumir o controle da cidade em função da sua capacidade ou por não estar tão corrompida, a questão que se põe é se esse governo popular seria capaz de colocar um fim à corrupção endêmica e reordenar a cidade.

Em função da grande insolência, que em geral assola a cidade corrompidíssima, a solução dada por Maquiavel não é nem sua conversão num governo popular e nem num monárquico, mas em algo intermediário: no poder quase régio. Diz ele: “Mas, em se precisando criar ou conservar uma [república], seria necessário, antes, reduzi-la do Estado régio ao Estado popular, para que os homens insolentes, que não pudessem ser corrigidos pelas leis, fossem de algum modo freados pela autoridade quase régia”¹⁹¹.

A solução pelo governo *quase régio* é, na verdade, a justificação de um ordenamento republicano de Roma: a ditadura. Na república romana, a figura de um ditador, que concentrava poderes extraordinários durante um período limitado de tempo, era uma solução prevista para casos especiais, como guerras e revoltas civis. O ditador romano era um magistrado especial, escolhido pelo senado com função específica para realizar alguma missão extraordinária. Com a instalação do ditador pelo senado romano, cessariam, automaticamente, os poderes dos cônsules e dos outros magistrados que passavam a se subordinar ao ditador¹⁹². Este ditador romano difere em muito da imagem dos ditadores contemporâneos, pois sua instalação e sua ação eram reguladas e submetidas à fiscalização e ao controle do senado romano.

¹⁹¹ Maquiavel. *Discursos*, I, XVIII, pp. 75-76

¹⁹² Veja em Cizek, Eugen. *Mentalités et institutions politiques romaines*, 1990 [cap. 8, p. 223-226]; Homo, Leon, *Les institutions politiques romaines. De la cité à l'état*, 1927 [p. 213-227]. Nicolet, Claude. *Les idées politiques à Rome sous la république*, 1964.

Quando Maquiavel pensa em um governo *de caráter de principado*, dotado de poderes extraordinários, ele tem em vista tanto a instalação da ditadura quanto de um principado nos moldes romanos. No capítulo XXXIV diz:

Alguns escritores condenaram os romanos que encontraram um modo de instituir a ditadura, como algo que, com o tempo, deu ensejo à tirania em Roma. [...] E vê-se que o ditador, enquanto foi designado segundo os ordenamentos públicos, e não por autoridade própria, sempre fez bem à cidade. Pois o que prejudica as repúblicas é fazer magistrados e dar autoridade por vias extraordinárias, e não a autoridade que se dá por vias ordinárias: e vê-se que em Roma, durante tanto tempo, nunca ditador algum fez nada que não fosse o bem à república¹⁹³.

O problema que pode advir a esses governos com poderes extraordinários está no modo como nascem. Caso sua autoridade tenha sido delegada por via ordinária, isto é, dentro das regras políticas da república, sem uma exacerbação de força por meio da violência, então não há nenhum problema maior e os efeitos serão bons. A preocupação de Maquiavel reside, fundamentalmente, no modo como ocorre a instalação desse governo, no caso por um meio não violento, respeitando a dinâmica política republicana. Por se originar em tal quadro, o ditador detinha um poder, porém limitado, o que era uma garantia de, ao final de seu mandato, retorno à normalidade republicana. De modo que, somando-se o breve tempo de sua ditadura, a autoridade limitada que ele tinha e o fato de o povo romano não ser corrompido, era impossível que ele saísse de seus limites e prejudicasse a cidade; e pela experiência se vê que sempre foi proveitoso¹⁹⁴.

Uma primeira solução para a república corrompida é a utilização de um mecanismo republicano, o ditador, que concentra o poder, para que possa dar conta de um problema extraordinário, que pelas vias ordinárias republicanas não poderiam ser sanadas. Como sugere Bausi, além desse ditador ao estilo romano, Maquiavel também tinha em mente, como exemplo desse poder quase régio, os *gonfalonieri* florentinos, que foram governos com poderes centralizados, mas em repúblicas¹⁹⁵. Esta solução é sugerida em outras passagens¹⁹⁶, sinalizando um momento intermediário que, uma vez fracassado, não deixaria escolha senão a instalação de um regime principesco de fato. A vantagem dessa solução intermediária é que ela garante uma exigência fundamental para a república corrompida, já que instala um governo de

¹⁹³ Maquiavel. *Discursos*, I, XXXIV, p.106

¹⁹⁴ Maquiavel. *Discursos*, I, XXXIV, p. 107

¹⁹⁵ Há várias possibilidades de observar entre as funções e encargos dos ditadores romanos e as atribuições iniciais dos gonfalonieres como foi no caso de Solderini, em 1494. A reforma política realizada em 1502 que fez instituir o gonfaloniere a vida, ou seja, permanente.

¹⁹⁶ Maquiavel. *Discursos*. I, 2; I, 34; *Discursos* III, 28

força sob a égide do modelo republicano. Sem abolir totalmente os valores cívicos do republicanismo, o ditador ou o *gonfaloniere*, por seu caráter extraordinário e temporário, visto que tinha mandatos definidos que poderiam ou não ser renovados, seria um governo forte em regimes republicanos enfraquecidos pela corrupção com vistas exclusivamente à reordenação da cidade, o que por si só é um risco, haja vista que não se tem a certeza de que eles serão bem-sucedidos.

De qualquer modo, a condição extraordinária da corrupção – pois ela é no limite ruptura da vida política ordinária – exige uma solução também extraordinária que ultrapasse alguns aspectos da normalidade republicana, a fim de que se restaure a ordem. Os ditadores ou os *gonfalonieri* são medidas extraordinárias para circunstâncias políticas extraordinárias. Como diz:

Quanto a inovar tais ordenamentos de uma só vez, quando todos reconhecem que não são boas, digo que essa inutilidade, quando facilmente reconhecível, é difícil corrigi-la, porque, para tanto, não basta usar medidas ordinárias, visto que os modos ordinários são ruins; mas é necessário recorrer ao extraordinário, como a violência e as armas, tornando-se, antes de mais nada, príncipe em tal cidade, para poder dispô-la a seu modo¹⁹⁷.

Ou ainda, como diz ao final do capítulo XVII: Porque tal corrupção e pouca aptidão à vida livre provém de uma desigualdade existente na cidade, e quem quiser dar-lhe igualdade precisará lançar mão de meios extraordinários [*grandissimi straordinari*], o que poucos sabem ou desejam fazer¹⁹⁸;

Portanto, mesmo tendo à disposição esse meio extraordinário de reforma, legítimo e previsto dentro do regime republicano, tal solução, apesar de possível, não parece ser a mais adequada para a cidade corrompidíssima. Como defende Sasso, ao fim e ao cabo, a melhor resposta é a mudança de regime e a instalação de um principado civil.

Uma análise da relação que existe entre a república corrompida e o principado civil, apresenta alguns objetivos a mostrar que o principado civil não é um governo de tipo tirânico. Mas, ele, o principado civil, possui uma normalidade política que não se encontra nos outros governos de tipo autoritários. De fato, o objetivo é de destacar a origem desse principado civil sendo uma república corrompida. Podemos afirmar que a criação de um principado civil é

¹⁹⁷ Maquiavel. *Discursos*, I, XVIII, p.75

¹⁹⁸ Maquiavel. *Discursos*, I, XVII, p.71

a solução mais indicada por Nicolau Maquiavel para uma república que alcance a seu ponto culminante de corrupção¹⁹⁹.

Essa proposta de república encontra sua base na república de Roma. É de conhecimento de muitos estudiosos que os governos tanto de Pompeu como de Augusto são representados como sendo de forma de principados. O *principado* romano defendido por Maquiavel tem nada a ver com a monarquia. As instituições desse governo são de forma republicana. Assim podemos observar tranquilamente o que disse Lepore quando escreve na Obra Republica de Cícero: “a presença de uma tendência monárquica, pois o singular princeps ciceroniano não designa somente um homem; quando ilustra o seu ideal busca a atividade do homem de estado, e este não se comportaria diferentemente de quando fala do orator e o seu princeps seria o equivalente do politikós dos filósofos gregos”²⁰⁰.

Um príncipe é a pessoa no centro de governo da república, nesse ponto ele é visto como a cabeça de principado no centro da república. A esse propósito a intenção de organizar a cidade como nos lembra Cizek quando declara que: “O Principado republicano foi criado pela necessidade de renovar as estruturas de governo republicanas²⁰¹”. O regime que tem um Príncipe como governante é a melhor solução encontrada por Maquiavel para solucionar a corrupção de uma cidade.

É perceptível na leitura de Sasso Gennaro no capítulo sétimo intitulado “Principato civile e tirannide”, que o autor começa com o principado civil para chegar uma república corrompida que examinamos nos Discursos e em especial nos capítulos 16 a 18 do primeiro livro. Nesses capítulos, encontramos o princípio de uma busca de solução ao desafio de um principado civil como governo equilibrado e estável. Mas Sasso também desenvolve, em alguns momentos de sua análise, esse itinerário que vai dos *Discursos* ao *Príncipe*, revelando que essa hipótese interpretativa também é possível. Assim diz esse autor:

Também no nono do Príncipe, a premissa do raciocínio e da análise teórica, é fornecida por uma forma republicana que, em vista do ‘excessivo’ conflito dos ‘humores’, o prevalecer dos ‘grandes’ e, paralelamente, o desencadear-se

¹⁹⁹ Esta idéia já se encontrava sugerida por Chabod, no seu ensaio de 1925 acerca da gênese do Príncipe. [I- La genesi del Principe, p. 31-39]

²⁰⁰ Lepore, Ettore. *Il Principe ciceroniano e gli ideali politici della tarda repubblica*, 1954 [p. 12].

²⁰¹ Veja em Cizek, Eugen. *Mentalités et institutions politiques romaines*, 1990 [cap. 9, p. 270];

das paixões populares estão, depois de tê-las restituídas numa ‘igual’ desigualdade, sempre ‘aprofundando’ mais na corrupção²⁰².

Segundo Sasso Gennaro, O secretário florentino começa sua reflexão sobre o principado civil partindo de repúblicas já corrompidas dos capítulos citados acima. Ali repousa a resposta para a solução da corrupção e da reorganização efetiva da cidade em principado civil ordenado.

Também se encontra ali a solução para o resgate dos valores éticos, morais e as boas leis enfim revalorização das instituições ou ordenamentos por assim dizer. Seja numa relação de gênese, seja numa relação de consequência, as imbricações entre essas obras necessitam de maiores considerações, a fim de que se chegue aos limites reais dessa relação. Tanto na perspectiva de causa quanto na perspectiva de consequência, o importante é entender, primeiramente, os termos da relação entre república corrompida e principado civil.

É de suma importancia apontar em que situações a cidade se deixou corromper ao extremo. As condições para que um individuo determinado se torna príncipe no contexto de um principado civil, essas condições encontram-se elencadas numa cidade republicana dos discursos. Os humores contrários entre os grandes e a plebe com todas as respectivas visões distintas fazem com que não possa se prender estritamente aos grandes mas que saiba controlar os ânimos e desejos, deixar-se guiar pela visão de formação de um principado puramente civil.

Antes de tudo, convém destacar o tipo de principado que se tem em vista. Abordamos alguns momentos sobre o principado civil como o modelo monárquico proposto como solução, mas não seria essa a única opção, pois, por outro lado, nada impediria o estabelecimento de uma tirania ou de algum tipo de governo despótico e autoritário. Os regimes centralizadores como o governo da Turquia, que eram um governo centralizado, mas não necessariamente de tirano, esses governos aparentemente não configuram como melhores exemplos mais indicados para as condições republicanas²⁰³. O problema parece ser esses principados, que podem ser identificados como absolutos, negam ou anulam os conflitos políticos ocasionados pelos humores presentes na cidade.

Ao concentrarem todo o fundamento da ação política no governante, impedem o “natural” funcionamento da vida política e, por consequência, impedem que os grupos ou os

²⁰² Sasso, Gennaro. Machivalli e gli antichi e altri saggi, tomo II, 1987. No cap. VII - do “*Principato civile e tirannide*”, p. 397.

²⁰³ Sobre o modelo de principado centralizado no Príncipe vejamos nos: cap. III, 12; IV, 6-12; XIX, 63-66. Nessas passagens Maquiavel assinala que a grande fragilidade do Império Turco estava naquilo que muitos consideravam sua grande força: a excessiva centralização do poder.

humores manifestem seus desejos pelo meio natural de luta política dentro do corpo político. O principado civil, apesar de ser um governo de tipo monárquico é conforme apresentado em *O Príncipe*, aquele que mais assegura o *vivere libero*, que respeita e garante os conflitos, pois os assume como inerente à vida política no principado. Esse será o ponto central: ao contrário do principado de tipo absoluto, o principado civil conserva os aspectos básicos da vida política numa república, não anula por completo o *vivere libero*, a civilidade, o jogo político e os conflitos que lhe são inerentes, antes os reconhece e os assume como dados essenciais do principado. O maior problema em se considerar a transição de uma república corrompida para um principado de tipo absoluto é a possibilidade de subtração completa das características presentes na primeira, não mais reconhecidas e existentes nesse tipo de regime. Dessa forma, o principado de tipo absoluto, apesar de ser uma solução possível, não pode ser compreendido como a mais adequada para uma cidade que necessita ou conservar-se como república ou criá-la de novo.

Maquiavel trata no capítulo décimo dos Discursos em referencia aos imperadores que se sucederam a César e que com esforço procuraram reorganizar o reino e fizeram de tal maneira que as instituições voltassem a funcionarem com o seu objetivo e finalidade administrativa. Esses, portanto foram bem-sucedidos que aqueles que procuraram, por meio de poder revestir-se glória e honra para si. E de concluir:

E o príncipe que realmente buscar a glória mundana deverá desejar ter nas mãos uma cidade corrompida, não para destruí-la de todo, como César, mas para reordená-la, como Rômulo. E realmente, os céus não podem dar aos homens maior ocasião de glória, nem os homens podem desejar glória maior. E, se, para bem ordenar uma cidade, houvesse necessidade de depor o principado, mereceria alguma desculpa quem não a ordenasse para não cair de tal posição, mas, em sendo possível manter o principado e ordená-lo, não merece desculpa algum quem não o faça²⁰⁴.

No início do livro *O Príncipe*, Maquiavel trata dos tipos de principados. No primeiro capítulo, ele disse que os homens são governados no sistema de república ou de principados.

Os principados ou são totalmente novos ou como membros acrescidos ao estado hereditário do Príncipe²⁰⁵. No livro *O Príncipe*, Maquiavel aborda nos primeiros capítulos a ideia do que é um principado? Isto pode encontrar na leitura dos capítulos I, II, III, IV, V, VI, VII até XI^o. Na segunda parte do livro, Maquiavel se dedica ao próprio príncipe. O principado

²⁰⁴ Maquiavel. *Discursos*, I, X.

²⁰⁵ Maquiavel. *Príncipe*. Cap. I

civil entre tanto é o que mais preocupa e interessa ao nosso autor. Mas esse principado civil é analisado ao lado do principado hereditário ou mixto absolutista.

Relendo o *Príncipe* e em especial o capítulo quarto, Maquiavel mostra quais seriam as atitudes a serem tomadas por um Príncipe que aquire um novo principado. Num Principado novo, O príncipe deve ser o único chefe, tal foi o reino da Turquia. E disse: “a monarquia turca é regida por um único chefe, dividindo o reino em sandjaques, para ai manda diversos administradores e muda-os a sua vontade”²⁰⁶ Alexandre Magno se tornou dono da Ásia em poucos anos e que morrendo ele logo depois de ter ocupado, em vez de se revoltarem essas regiões, conforme parecia razoável, fossem mantidas pelos sucessores do macedônio sem outras dificuldades, senão as surgidas entre eles por motivos das suas ambições²⁰⁷.

Ao contrário do governo turco, Maquiavel apresenta o reino da França que se comportou de maneira oposta por causa da cultura e da organização daquela sociedade que não favoreceu um governo rígido. E assim escreveu: “Na França, porém, ao lado do soberano há uma grande quantidade de senhores de antiga linhagem reconhecidos por seus súditos e por estes amados, cujos privilégios não pode o rei destruir sem perigo para si próprio”²⁰⁸.

Como dissemos agora pouco, o excesso de poder nas mãos de governante turco ou imperador, demonstra a centralidade das decisões nas mãos de um só indivíduo. Por consequente os outros servidores de governo são apenas cumpridores de decisões já tomadas pelo chefe supremo. Há um conflito existente entre os níveis de governo, mas o fato não é declarado. O contrário se nota no reino francês, em que a nobreza possui poder político, de fato, obrigando o rei a sempre negociar com os diversos atores políticos para fazer as suas deliberações²⁰⁹.

O que há nesse tipo de principado é mais que uma distribuição do poder, é o reconhecimento por parte do príncipe de que existem outros atores que detêm também poder político e que, por isso, ele deve levar esse dado em consideração para conseguir governar e conservar-se no poder. No limite, esse é o modelo de principado que preside à argumentação dessa primeira parte da obra, modelo em que se reconhece a existência de vários atores

²⁰⁶ Maquiavel. *Príncipe*, cap. IV.

²⁰⁷ Maquiavel. *Ibidem*

²⁰⁸ Maquiavel. *Ibidem*

²⁰⁹ Maquiavel. *Príncipe*, IV.

políticos, que se unem em grupos ou humores, e agem com vistas à defesa de seus interesses. Tais características convergem para o principado civil²¹⁰.

O primeiro aspecto a ser destacado do principado civil é a origem do seu príncipe. Não descende ele de alguma dinastia, é, antes, um sujeito privado, um cidadão que se alça ao poder²¹¹. Por isso, um tal governo não pode ser classificado na categoria tradicional das monarquias, pois seu governante não é oriundo da família reinante, fato que Maquiavel tratou com certa ironia, no capítulo II, de *O Príncipe*, ao dizer que, para os herdeiros de tronos, não há grande dificuldade em relação a esses príncipes novos, pois, “basta não preterir os ordenamentos de seus antecessores e posteriormente contemporizar com as circunstâncias acidentais; de modo que, se tal príncipe tiver uma indústria ordinária, sempre conservará o seu Estado, a não ser que uma força extraordinária e excessiva o prive dele”²¹². Ou seja, basta se comportar de modo costumeiro, sem mudanças bruscas, de modo ordinário que o poder se conservará naturalmente. A falta de exigência de qualquer habilidade em especial, pode indicar, por outro lado, o caráter medíocre ou diminuto desse tipo de governante em relação às exigências que serão cobradas desse outro governante que ascende ao poder por sua *virtù* e não pela descendência nobre.

No principado civil, outro aspecto fundamental é o modo como esse cidadão ascende ao poder: *não por meio de crimes ou outra violência intolerável, mas com o favor dos outros cidadãos*²¹³. Dois elementos relevantes a serem destacados: Primeiro é o não uso da violência nem cometimento de crimes e, segundo lugar, haver consenso. É de suma importância salientar de que o novo príncipe ascende ao poder sem prática da violência, fato esse que revela o caráter pacífico do processo de fundação política, no que se pode deduzir que essa fundação se deu por um movimento inserido numa certa lógica legal, sem sobressaltos, como golpes ou revoluções. Com essa instalação pacífica de governo, tudo leva a confirmação de que esse novo governante ascendeu ao trono com o auxílio e o favor dos outros cidadãos, o que significa o mesmo que dizer que foi alçado ao poder pelo consenso geral. O processo foi concretizado conforme a lei e com a aprovação dos cidadãos, quer dizer com o consenso.

²¹⁰ São os mesmos os principados eclesiásticos, analisados no capítulo XI, apesar de figurarem inicialmente como um modelo de principado diferente dos demais, no decorrer da exposição eles podem ser incluídos nessa categoria de principado civil, uma vez que neles também há os mesmos dados de luta política dos principados civis.

²¹¹ Maquiavel. *Príncipe*, IX

²¹² Maquiavel. *Príncipe*, II

²¹³ Maquiavel. *Príncipe*, IX

Um governo de principado civil requer uma convergência de idéias e opiniões de vários segmentos da sociedade. Com efeito, somente por um consenso entre os vários grupos é possível que se instale um novo governo com um príncipe como cabeça e isto sem pensar em usar a brutalidade ou qualquer tipo de violência política. Ao realizar a proeza de uma instalação de novo governo sem baderna, mas na quietude, demonstra a maturidade política e que a república ou a cidade aproveitou as experiências anteriores para acertar os novos rumos. Nesse caso, conserve-se os elementos primordiais e essenciais da vida em sociedade que são em resumo, a legalidade política, a civilidade, como e sobretudo o respeito, ainda que mínimo, poder-se-ia conjecturar aos ordenamentos políticos, aos valores cívicos.

Estamos conduzidos a afirmar que o modelo de regime logo apresentado configura-se ser próximo dos reinos da França ou de uma república. A ascensão ao poder não depende de ser o homem de virtù ou ter fortuna mas se chega ao principado tanto com o favor do povo ou com o favor dos grandes²¹⁴”.

Soma-se a tudo isto, aquilo que se afirma no capítulo nono do Príncipe como transcrevemos na sequência. São regimes cívicos e bem longes de poder tirânico. Maquiavel na sequência diz:

Porque em toda cidade se encontram estes dois humores diversos: e nasce, disto, que o povo deseja não ser nem comandado nem oprimido pelos grandes e os grandes desejam comandar e oprimir o povo; e destes dois apetites diversos nasce na cidade um destes três efeitos: ou o principado, ou a liberdade ou a licença. O principado origina-se do povo ou dos grandes, segundo que uma ou outra destas partes tenha a ocasião, porque, vendo os grandes que não podem resistir ao povo, começam a aumentar a reputação e o prestígio de um dos seus e fazem-no príncipe para poderem sob sua proteção, desafogar o seu apetite; o povo, também, vendo que não pode resistir aos grandes, aumenta a reputação e o prestígio de um dos seus e o faz príncipe, para serem defendidos com sua autoridade²¹⁵.

Constata-se que a origem do principado civil é muito semelhante a uma república defendida por nosso autor. A descrição nos leva a indagar se o regime político anterior não era uma monarquia? Isto porque a passagem quase pacífica e por consenso, apesar das tensões de classes pressionam o poder instituído. É de fato algo que sempre está nos remetendo aos dezoito primeiros capítulos dos Discursos.

²¹⁴ Maquiavel. *Príncipe*, IX.

²¹⁵ Maquiavel. *Príncipe*, IX.

Por isso, se pretendemos pensar numa gênese do principado civil, devemos concordar que a hipótese mais provável é a da cidade republicana que atinge um certo grau de corrupção e não consegue, por si só, retomar o seu ordenamento político inicial. O desenrolar do capítulo comprova ainda mais essa constatação inicial, porque Maquiavel mostra como o príncipe novo, que chega ao poder nessas condições, deve se comportar diante do jogo de interesses e de poder que permanece após a sua instalação no comando do principado. Pelo controle dos humores e dos desejos, deve-se tomar todo o cuidado para não ficar refém dos interesses dos grandes, todavia manter um certo equilíbrio entre os dois grupos principais (grandes e povo) e, quando isso não for possível, apoiar-se totalmente no povo, ainda que isso implique em certos constrangimentos as suas decisões políticas.

Sendo assim, a descrição que emerge no capítulo IX de *O Príncipe* sobre o principado civil o coloca muito próximo do ordenamento da cidade republicana e permite pensar que a transição de um regime a outro não é uma inferência inadequada. Ao contrário, entre os modelos de Estados que figuram no horizonte do possível nas descrições maquiavelianas, o principado civil é o mais adequado às necessidades de um governo forte exigidas ao final do capítulo dezoito do livro I dos *Discursos*. Por conservar os elementos fundamentais da república e, também, por manter a presença do essencial da vida política, com seus humores e os conflitos entre eles, esse regime vem totalmente ao encontro das exigências que a cidade muito corrompida solicita para o seu reordenamento jurídico. Percebemos com clareza, quando tratamos da corrupção nos capítulos 16, 17 e 18 do livro I dos *Discursos*, como também no capítulo 9 de *O Príncipe*, e, muito melhor, no capítulo 55 do mesmo livro I dos *Discursos*, entre as principais causas da corrupção está a ambição dos grandes em tomar o poder. Em todos esses capítulos, bem como em inúmeras outras partes, o desejo dos aristocratas em assumir o comando do poder para si ou instalar um governante que lhe seja favorável está sempre presente.

Este fato reforça o que dissemos: mais do que pensar numa corrupção endêmica e generalizada pela cidade, ao considerar-se a corrupção da matéria, encontrar-se-á mais um desejo de usurpação dos grandes e menos uma desobediência às leis por parte do povo em geral. Quando, pois, numa república dominada pelos grandes não se encontram mais meios de impedir esse avanço da aristocracia sobre o poder, não há outro remédio senão instalar um governo monárquico sob a forma do principado civil:

Razão por que nessas províncias não surgiu nenhuma república nem nenhum tipo de vida política; porque tais tipos de homens são totalmente inimigos da civilidade. E não seria possível introduzir uma república em províncias assim constituídas, mas, para reordená-las, caso a alguém coubesse tal arbítrio, não haveria outro caminho senão constituir um reino. A razão é que, onde a matéria está tão corrompida, não bastam leis para contê-la, e é preciso ordenar junto com elas maior força, que é a mão régia, que com poder absoluto e excessivo, ponha freio à excessiva ambição e corrupção dos poderosos²¹⁶.

Nessa passagem, como em outras, se renovam as mesmas exigências elencadas para a instalação de um principado civil em substituição à república corrompida. Há muito poder nas mãos da aristocracia, as instituições e as leis são inoperantes e é preciso um governo forte que se instale sem violência a existência de uma parcela, ainda que mínima, de civilidade. É bom significar a todos que ter um governo forte, que possua poder para impedir ou frear a ambição dos grandes, não significa em absolutamente nada que o mesmo governo possa se instalar pela violência ou pelo crime.

Uma outra resposta pela instalação do governo real ou de príncipe numa condição corrompida aparece ao final do livro I dos *Discursos*, no capítulo 55. Todavia, apesar de aparentemente parecerem díspares daquilo que é formulado nos capítulos de XVI a XVIII, o ponto central da solução se mantém.

Assim observado, vale apontar que o ponto culminante em direção ao qual se estabelece o argumento do capítulo 55 entra divergência face aos outros capítulos, por estar mais ligado ao mundo verdadeiro e real, enfim particularmente sintonizado com os conflitos, misérias e dramas de Florença. Tudo visto num olhar de uma possível restauração do governo que seja republicano depois que Cardeal Giulio de Médici ter sido elevado ao pontificado em Roma. É claro que encontra-se aqui uma mesma posição observada no capítulo I do livro III da *História de Florença*²¹⁷ e como no *Discursus florentinarum rerum*, esse último texto fazendo parte de um capítulo especial deste trabalho. Diante dessas da história que geraram mudanças de governo, Maquiavel não traz as respostas tão firmes como nos capítulos finais dos dois capítulos do livro primeiro dos *Discursos* a respeito da república. O texto do capítulo 55 do primeiro livro dos *Discursos*, passando pelos exemplos acumulados, infiltrado dos sentimentos de “angústias e incertezas”, como diz Sasso, de uma Florença agitada pela possível transição de regime, não reproduz a mesma disposição argumentativa dos capítulos XVI, XVII e XVIII, visto que, neles, a reflexão se desenvolve num plano hipotético de uma

²¹⁶ Maquiavel. *Discursos*, I, 55.

²¹⁷ Maquiavel, *História de Florença*. Trad. e notas de Nelson Canabarro, 1994.

república que se corrompe. Mesmo que se queira, pelos exemplos romanos citados, sustentar que Maquiavel está raciocinando com o exemplo histórico concreto de Roma, tal argumento não se comprovaria, porque não há tantos exemplos da República Romana caminhando para a corrupção e a apresentação de todos esses exemplos têm como pano de fundo comprovar alguma idéia ou conceito da exposição, portanto eles não são os objetivos maiores da reflexão do florentino.

É fato que toda a argumentação, ainda que baseada em referências históricas, se desenvolve dentro do plano teórico de análise de uma república. Enfim, a república corrompida apresentada no capítulo de XVI a XVIII perfaz um modelo teórico de governo que pode ser aplicado a qualquer governo e não está ligado única e exclusivamente a Florença do começo do século XVI.. Portanto, apesar desse dado divergente nos seus delineamentos gerais, nos seus conceitos mais fundamentais, a solução do capítulo LV por um governo de força concorda com a exposição sobre a corrupção dos capítulos de XVI a XVIII, bem como está em consonância com aquilo que aparece como pressuposto no capítulo IX de *O Príncipe*. Finalmente, ressalta-se a coerência da reflexão política maquiaveliana, possível de ser percebida tanto quando tomamos seus diferentes textos como quando levamos em conta apenas um deles. A percepção da coerência permite compreender quais são os pontos fundamentais da sua reflexão política e as suas convicções teóricas mais caras. Unidade que supera as possíveis objeções advindas de problemas relacionados à cronologia das obras e que passa a ser o dado mais relevante para a afirmação de que, independentemente, qual obra tenha sido escrita antes ou depois, a reflexão maquiaveliana acerca da corrupção republicana e de sua resolução sob a forma do principado civil era um dado meditado e maduro já nos primeiros escritos.

1.4 CONSIDERAÇÕES FINAIS SOBRE A CORRUPÇÃO NECESSÁRIA E A SOLUÇÃO QUE SEJA POSSÍVEL

Ao analisar as dificuldades sugeridas pela necessidade de compreensão da transição dos regimes políticos, importa considerar que Maquiavel não está pensando em contextos históricos específicos, não está analisando exemplos históricos localizados, como a Roma republicana, a república veneziana ou o governo de Florença, sua reflexão ultrapassa esse condicionante histórico para analisar os problemas que envolvem a corrupção republicana e as transições de regime de um modo geral.

A leitura da obra Gilbert Felix²¹⁸, indicava desde o começo um dos dados que sugeririam que esses primeiros dezoito capítulos do livro I dos *Discursos* formavam um conjunto de pensamento separado no qual pela análise não configura um texto que seja ligado ao de Tito Lívio. O texto maquiaveliano muitas vezes parte de circunstâncias históricas ofertadas por Tito Lívio, entretanto não segue e não comenta sequencialmente a *História de Roma*, como fará após o conjunto dos dezoito primeiros capítulos. O que se tem da parte de Maquiavel é um afastamento do texto de Tito Lívio e, portanto, desenvolvendo uma reflexão autônoma sobre os fundamentos políticos das repúblicas, o que é corroborado pelo uso dos exemplos históricos de regimes políticos que se distanciam no tempo e no espaço.

Vale ressaltar com efeito que o regime de Esparta instituído por Licurgo, a república romana, a monarquia romana, a república veneziana e a república florentina, aqui apresentados como os principais modelos de regimes, não podem ter como índice de unidade e referência a mesma temporalidade ou territorialidade. Seus condicionantes históricos que não são nada desprezíveis, são pouco considerados por Maquiavel na análise dos fundamentos dos regimes. A título de comparação, é interessante verificar a divergência de análises sobre a corrupção presente na *História de Florença* e no *Discursus rerum florentinarum*, nos quais as considerações sobre a corrupção estão vinculadas aos problemas históricos da cidade de Florença. Nessas duas obras, a exposição maquiaveliana sobre a corrupção das repúblicas é dependente e está intimamente relacionada aos fatos históricos ocorridos em Florença, colocando-se mais como instrumento de explicação, do que como referência para uma teoria geral sobre a corrupção republicana²¹⁹.

²¹⁸ Felix Gilbert, *Machiavelli e il suo tempo*, 1977. [P. 223-245]

²¹⁹ Maquiavel. *História de Florença*, livro I – proêmio, Livro III cap. 1, livro V cap. 1; *Discursus Florentinarum Rerum post mortem Iunioris Laurentii Medices*.

A reflexão política maquiaveliana dialoga e se confronta, não com as idéias locais e restritas da aristocracia florentina do século XVI, mas com os problemas suscitados pela tradição do pensamento político²²⁰. Ao partir para o empreendimento, Maquiavel traz à baila as dificuldades que os pensadores políticos e filósofos se depararam ao pensar sobre a vida política nas cidades. É nesse patamar de discussão que a reflexão sobre a mudança dos regimes políticos deve ser encarada.

Feita essa delimitação da esfera no qual opera a análise maquiaveliana e voltando-se para a transição dos regimes políticos, o problema de compreensão desse movimento permanece. Essa dificuldade se agrava tendo em vista as considerações finais do capítulo II do livro I dos *Discursos*. Depois de retomar o mesmo itinerário teórico de Políbio no que tange ao modo como se transformam os regimes políticos na cidade, quase parafraseando-o, Maquiavel o finaliza de modo aporético, sem determinar ao certo o devir de uma república, quando diz: E esse é o ciclo no qual girando todas as repúblicas são governadas e governam, mas raramente retornam aos mesmos governos, porque quase nenhuma república pode ter tanta vitalidade que consiga passar muitas vezes por tais mutações e continuar em pé²²¹.

Como vimos, a dificuldade estava no fato de, depois de seguir tão próximo o texto polibiano, Maquiavel ter percebido as limitações deste e, ao final, ter se distanciado das suas conclusões. Ao ver a inadequação existente entre a defesa inicial da teoria da *anacyclosis* e da opção final pelo governo misto como o melhor regime, resultando num descompasso entre uma e outra, Maquiavel anuncia o problema existente – “manter-se em pé” por muito tempo – e aponta para uma resposta diferente. Conforme sugere Sasso, o problema da exposição polibiana estaria em “submeter a constituição mista à lei da *anacyclosis*, fazendo dessa um dos momentos do ciclo, é de todo impossível: seria como pretender que a exceção fosse governada pela lógica da regra”²²². Maquiavel fará opção por um regime misto para solucionar um movimento cíclico de regimes que vem de Platão até Políbio. Todavia é bom lembrar que Políbio aponta para

²²⁰ Essa pretensão maquiaveliana pode ser comprovada por um hábito, a princípio excêntrico, mas carregado de simbolismo, presente na sua Carta a Vettori, de 10 dezembro de 1513. Na famosa passagem em que ele relata que toda noite, depois de uma jornada típica de homem do campo, diz que entra “no seu escritório: e na porta dispo as minhas roupas cotidianas, sujas de barro e de lama, e visto as roupas de corte ou de cerimônia, e, vestido decentemente, penetro na antiga convivência dos grandes homens do passado; por eles acolhido com bondade, nutro-me daquele alimento que é o único que me é apropriado e para o qual nasci. Não me envergonho de falar com eles, e lhes pergunto da razão de suas ações e eles humanamente me respondem [...]”. Como se vê por esse exemplo, que figura como uma imagem da relação do humanismo italiano com o passado, as preocupações políticas de Maquiavel ultrapassam o plano conjectural de seu tempo e se colocam na esfera do debate teórico político. Cf. Nicolau Maquiavel, *O Príncipe e Escritos Políticos*. Trad. Lívio Xavier, 1973 [p. 117-120].

²²¹ Maquiavel. *Discursos*, I, II

²²² Sasso, Gennaro. *La teoria dell'anacyclosis in Scritti su Machiavelli*, 1967 [p. 200].

um governo misto no seu esquema, mas esse é diferente daquele defendido por Maquiavel. O governo misto de Maquiavel terá outra origem e outra formação.

A análise do capítulo II, apesar das dificuldades, nos aponta para uma visão que ultrapassa o naturalismo e o determinismo em busca de uma solução consistente e duradoura.

Não é fácil encontrar e indicar uma solução para uma república em situação de corrupção avançada. É verdade o modelo da teoria cíclica de Políbio não trouxe uma resposta satisfatória. Assim, Maquiavel vai sair do ciclo de naturalismo e do determinismo para buscar outras alternativas.

Num primeiro momento, tomando-se apenas o capítulo II, essa certeza de mudança, essa circularidade é, por assim dizer, mitigada e restrita. A transição de um regime a outro, que se apresentava de modo necessário já em Políbio, revela-se, no limite, contraditória. Em face disso, no capítulo II, Maquiavel justamente relativiza esse ritmo de transformação, não somente a circularidade, mas a certeza da mudança, já estava sob suspeita após esse capítulo, pois o regime misto, característica da república em formação, instaurava no interior da reflexão sobre a transição dos regimes uma nova dinâmica das forças políticas que questionavam a lógica polibiana sugerida. Acontece na sequência que Maquiavel não se posiciona diante de uma contradição que se instalou devido ao determinismo de movimento cíclico de regimes defendido por Políbio e o fato de instaurar um regime de governo misto.

Por isto, a reflexão do capítulo II vai se fundamentar nos conflitos políticos que representam a realidade humana e verdadeiramente política da vida da sociedade como da república. Isto porque na visão de Maquiavel as mudanças cíclicas descritas por Políbio não convêm a uma república se deseja ser estável. Por isto o problema de conflitos e de suas eventuais soluções nos fundamentos da república, nos revelou aquilo que é mais importante no caminho da estabilidade da república.

Naquele momento do texto, não era possível traçar definitivamente qual seria o movimento de mudança dos regimes, já que a natureza da transição era diferente daquela descrita por Políbio, a dinâmica política da cidade não estava mais regulada somente pelo naturalismo determinista da *anacyclosis*. Uma outra resposta que não fosse a ausência de uma resposta definitiva não seria possível. Maquiavel precisava mostrar como as repúblicas se fundam sobre outras bases, sobre uma outra lógica de funcionamento do que a ofertada pela antiguidade.

Os conflitos políticos, os ordenamentos políticos, as leis, a religião, a civilidade do povo, a corrupção, tudo isso deveria ter um inicial naturalista herdado da tradição do pensamento político antigo e medieval²²³. Quando olhamos os capítulos na sua totalidade, a dificuldade, a ausência de uma resposta definitiva e a sugestão do regime misto como a melhor forma de governo do final do capítulo II é a única atitude teórica possível até aquele momento.

Depois de uma leitura bem atenta e criteriosa do capítulo 18, alcançamos uma luz que nos faz entender conseguimos entender o comportamento de Maquiavel. Uma das tônicas de todos esses capítulos é a variação de possibilidades no que diz respeito ao futuro. Quando nasce a necessidade de apontar para o futuro algo, Maquiavel não é muito preciso, abre para várias possibilidades de respostas, para várias soluções. Enfim chegando no final do capítulo 18, percebemos que ele é problemático e inquietante.

De tudo o que dissemos acima, provém a dificuldade ou a impossibilidade, de nas cidades corrompidas manter ou criar uma república. Mas, em se precisando criar ou manter uma, seria necessário, antes, reduzi-la ao Estado régio do que ao Estado popular. O tom de dúvida e incerteza é evidente: dificuldade, impossibilidade, seria, para querer fazer, ou... ou. A terminologia e a construção dessas frases finais revelam quanto de sugestivo e pouco incisivo é a resposta de Maquiavel para a cidade totalmente corrompida. Não há determinação, não há regra certa e necessária, não há oferecimento da resposta decisiva. Todavia, não é o contrário disso, não estamos também no campo de total aporia, da não solução. Maquiavel oferece alternativas, possibilidades para a superação da corrupção republicana. O caráter possibilista²²⁴ do discurso maquiaveliano, presente ao longo de todos os capítulos quando se deveria dar uma solução, se mantém no final. Uma primeira possibilidade de resposta é saber ao certo se a república tem ou não condições de manter-se, de se conservar minimamente funcionando institucionalmente em um quadro de corrupção generalizada.

Maquiavel oferece alternativas, escolhas, opções para que os homens decidam qual o caminho a seguir. Logo, falar em determinação política no pensamento político maquiaveliano

²²³ É possível através de uma análise de muitas passagens tanto dos Discursos quanto do Príncipe enxergar com uma nitidez o alinhamento de certos autores antigos aos quais Maquiavel está fazendo referência. A hipótese muito provável é que ele conhecia muito bem a maioria dos autores clássicos do pensamento grego e latino, sejam eles filósofos e pensadores como Platão, Aristóteles, Cícero e Agostinho, quanto os historiadores.

²²⁴ Apesar de não ser um termo corrente ou dicionarizado, esse neologismo nos auxilia na explicação para tipificar aquilo que entendemos ser a resposta maquiaveliana para a corrupção política.

é uma impropriedade. Não há a determinação única da solução, não há um determinismo naturalista igual ao que foi identificado em Políbio²²⁵.

A reflexão maquiaveliana dirige-se para a sua conclusão oferecendo opções de mudanças, alternativas de solução para a corrupção da cidade. Diante da certeza da corrupção republicana, não há uma determinação para o regime régio ou o regime popular, mas a escolha entre quatro possibilidades: tentar conservar o pouco que resta de liberdade num ambiente de corrupção; refundar a república; passar do regime republicano para o governo régio; instaurar um governo cujo poder esteja no povo. Enfim, não há solução única e inexorável, mas a apresentação de alternativas para que a cidade decida os seus rumos.

Sendo assim, aqui termina a esfera necessária da força da natureza: a corrupção é o dado certo do movimento natural do corpo político. A partir desse ponto é que se abre a esfera humana do processo. Defronte à corrupção, cabe aos homens escolher qual o melhor remédio, construir sua alternativa. A natureza não rege todo o processo, os homens podem exercer seu poder sobre a metade dos destinos, como nos lembra a obra *O Príncipe*²²⁶.

Retomando às questões que motivaram essa análise, pode-se concluir que, diante das dificuldades em pensar a transição dos regimes políticos e o caráter e a força da corrupção sobre os destinos da república corrompida, Maquiavel se afasta de uma resposta de tipo naturalista, em termos de determinação, para colocar as coisas no campo das possibilidades que recaem sobre o regime misto. Acontece que a república quando vem a perder seus costumes, políticos, perder as suas instituições que faziam a beleza da estrutura política, ela perde também a essência da sua realidade civilizatória. Assim a proposta do regime misto não se assenta mais por causa da usurpação de poder por um segmento da estrutura. Passa-se para um modelo praticamente tirânico.

De fato, o príncipe novo, que chega ao poder pelo apoio dos demais cidadãos, não detém todo o poder de decidir os rumos da cidade. Suas decisões são mediadas pelas tensões que o povo e os grandes exercem sobre ele, não dando espaço para arroubos autoritários e tirânicos,

²²⁵ Sasso, Gennaro. *Studi su Machiavelli*, 1967. [Cap. 4: La teoria dell'anacyclosis]

²²⁶ *Príncipe*, cap. 25. Sobre a relação de Maquiavel com o humanismo, cf. Garin, Eugenio. *Ciência e vida civil no renascimento Italiano*, 1996; Garin, Eugenio. *Umanisti, artisti, scienziati*, 1989. [Parte 4, cap. 1 e 2]; Garin, Eugenio. *L'Umanesimo italiano*, 1993; Garin, Eugenio. *Medioevo e Rinascimento*, 2005; Garin, Eugenio. *L'uomo del Rinascimento*, 1988; Cassirer. E. *Indivíduo e Cosmos na Filosofia do renascimento*, 2004.

sem que isso não redunde em consequências para o seu governo²²⁷. Conforme dito, nesse principado civil maquiaveliano, a presença da dinâmica de forças políticas em confronto é um aspecto essencial, sem o qual não se compreendem as ações do governo do príncipe.

Por tais critérios, a definição do regime misto proposto nos *Discursos*, que difere do modelo licurguiano, também pode ser pensada para o principado civil. Mesmo que falte um senado ou algo de semelhante que expresse o interesse dos nobres, mesmo que não exista um tribuno da plebe ou outro ordenamento que defenda os interesses do povo, isso não anula a obrigação do príncipe estar atento, respeitar e atender os desejos desses dois humores políticos em sua decisão. No final do capítulo 18 do primeiro livro dos *Discursos*, Maquiavel propõe uma transição de regimes. De fato, esta passagem de uma república corrompida a um governo civil ou um principado civil resultará na manutenção da estrutura, mas introduzindo algumas mudanças. Por isto a ideia de realizar essa mudança de maneira mais pacífica do que usar da violência ou brutalidade.

²²⁷ Sasso mostra que o povo e os magistrados agem sempre como freios dentro do principado civil, impedindo que este se torne num governo de caráter absolutista. Cf. Sasso, Gennaro. *Machiavelli e gli altri antichi*, tomo II, 1987 Cap. VII, p. 375s.

Capítulo II.

A LIBERDADE NOS DISCURSOS DE MAQUIAVEL

A verdadeira liberdade não consiste na possibilidade abstrata de fazer, mas no poder concreto. Livre não é aquele que tem o direito abstrato sem o poder de exercê-lo, mas aquele que além do direito tem também o poder de exercício.

(Norberto Bobbio. Política e cultura, 2014, p.366)

2.1 A LIBERDADE E O HUMANISMO RENASCENTISTA ITALIANO

Para melhor entender a ideia da liberdade nos Discursos é preciso compreender a época em que Maquiavel viveu e escreveu as suas obras. Isto dito, vale relembrar que Maquiavel é um florentino nascido e que viveu os problemas dos conflitos nos principados e, ao mesmo tempo, busca a vivência republicana. Nos séculos XI e XII houve um ressurgimento de valores cívicos nas cidades italianas. E esse fato, leva as cidades a aspirar as suas independências e liberdade. O renascimento trouxe um humanismo muito forte e bem acentuado na valorização da cultura e do culto da pessoa humana.

Durante o período do Renascimento cultural, artístico e literário, ocorreu, na Itália, sobretudo, no século XIV, o Humanismo que alcançou uma grande importância entre os pensadores chamados de renascentistas. A característica principal desse movimento é, acima de tudo, um movimento intelectual e cultural com seus interesses voltados para as obras de filosofia, obras literárias e científicas, retornando à antiguidade grega e romana. Temos de nos perguntar o porquê do interesse desse período pela antiguidade, seja, a antiguidade grega ou romana? Teria sido uma questão de nostalgia ou puramente vontade de regresso simplesmente ao passado?

O Renascimento manifestou um grande interesse pela antiguidade clássica. Os renascentistas fizeram uma busca ao passado grego e romano para enfim criar uma visão nova do homem à luz das artes, da cultura e da visão filosófica daquele passado. Esse novo empreendimento revelou-se ser necessário para uma adaptação ao novo momento. Então, a

revalorização da ciência, da arte e da filosofia clássica tornou-se um imperativo intelectual ao novo contexto histórico.

Esse processo de retorno ao conhecimento clássico não foi uma exclusividade do renascimento, mas um caminho já percorrido pelos medievais da filosofia escolástica. Entre os pensadores cristãos que beberam a fonte da antiguidade, podemos mencionar dois especificamente: Aurélio Agostinho²²⁸ de Hipona, Cidade de Hipona hoje na Algeria no norte do continente africano, país banhado pelo mar mediterraneo.

Em seu pensamento, ele foi muito influenciado pelos pensadores antigos como Platão, Aristóteles e, é claro, por Sócrates. É bom salientar a influência muito grande da mãe, Mônica de Hipona, conhecida como santa Mônica. O pai era chamado de Patricius Aurelius. Agostinho teve um filho na sua juventude chamado Adeodato. Aurelio Agostinho é um dos principais e mais importantes pensadores, filósofo e teólogo dos primeiros séculos do cristianismo. Excelente filósofo cujas obras tiveram uma influência na formação do pensamento ocidental, enfim as mesmas obras continuam impactando muito no pensar filosófico moderno e contemporâneo. O pensamento cristão de Agostinho tem tido uma importância no cristianismo da responsabilidade dos próprios atos.

O segundo representante dessa corrente filosófica, sem nenhuma dúvida, foi São Tomás de Aquino²²⁹ (1225-1274). Com a influência do pensamento de Aristóteles, explorou as cinco provas da existência de Deus. A sua obra principal é “A Suma teologia”.

Tomás de Aquino foi filósofo e teólogo da Igreja Católica. Fez uma bela adaptação do pensamento do filósofo grego Aristóteles à sua filosofia e a teologia. As ideias de Aristóteles foram muito bem exploradas e adaptadas para melhor explicar os conceitos da teologia através de conceitos e princípios lógicos.

106. Agostinho nasceu em Tagaste no dia 13 de novembro de 354 D.C. Aurelio Agostinho é conhecido universalmente como Santo Agostinho. Agostinho morreu em Hipona, Argélia em 28 de agosto de 430 D.C. Santo Agostinho é considerado um dos mais influentes teólogos e filósofos nos primeiros séculos do cristianismo. É de reconhecer o quanto as obras de Santo Agostinho influenciaram na expansão e desenvolvimento do pensamento cristão católico e em especial da filosofia dita ocidental. Santo Agostinho foi bispo de Hipona, uma cidade na província romana da África.

107. Tomás de Aquino nasceu em Roccasecca, no condado de Aquino do Reino da Sicília atualmente na região do Lácio, na Itália, por volta de 1225. De acordo com alguns autores, o seu pensamento se voltou mais para os conhecimentos em Teologia e a Epistemologia.

2.2 OS HUMANISTAS, A RELAÇÃO COM DEUS E AS CIÊNCIAS.

O humanismo foi um movimento intelectual renascentista de origem italiana do século XV. Esse movimento teve como princípios básicos a valorização do ser humano, isto é, colocar o homem no centro de toda a reflexão e não mais Deus como tinha sido na Idade Média. Pela valorização do homem, também se releva a valorização das emoções humanas em manifestações artísticas, seja em pinturas, nas estatuas e outras manifestações culturais. O período do humanismo foi a época de transição entre Idade Média e o Renascimento propriamente dito. Em suma, o Humanismo se encarregou de favorecer o racionalismo e, acima de tudo, o método científico. É uma fase de superação do teocentrismo²³⁰ para ceder o lugar ao antropocentrismo (o homem está no centro de todo o pensamento e de todo interesse). Mais uma vez, queremos reforçar essa ideia de que o humanismo é uma terminologia bem conhecida no meio dos estudiosos da época da Renascença europeia, ao qual termo humanismo é empregado para destacar especificamente os valores humanos e educacionais que dominaram os pensamentos dos intelectuais deste período da história ocidental situado entre os séculos XIV e XVI.

De fato, o Humanismo é a expressão viva e significativa da valorização do ser humano, a elevação do homem com o seu pensamento e sua cultura sobrepondo-se a tudo. Em outras palavras, o Humanismo pretende ressaltar as virtudes ou as qualidades humanas como a generosidade, a compaixão e mais ainda preocupação em valorizar os atributos e realizações humanas. No artigo sobre a natureza humana e o reino deste mundo²³¹, O professor Antonio J.R. Valverde comenta sobre o tema da vida ativa face a vida contemplativa introduzido por Maquiavel:

O Florentino introduzira o tema da *vita activa* em face da *vita contemplativa*, esta última, assimilada e, sim, realizada durante todo o período medieval. O ideal e a prática da *vita activa*, em consequência de sua expansão e de

²³⁰O Teocentrismo é a doutrina desenvolvida pelos filósofos e intelectuais ligados à Igreja, qual doutrina considera Deus como sendo o centro de todo o Universo e responsável pela criação de tudo o que há nele. É uma filosofia que foi amplamente defendida na Idade Média e baseada nos preceitos da Bíblia. Por isto, os teocentristas consideravam “a Vontade de Deus” sempre superior a qualquer vontade ou racionalidade humana. Doravante, todo tipo de pensamento contrário ao considerado sagrado era pecaminoso, tal como o prazer humano ou mundano. O teocentrismo medieval tem a Bíblia cristã e Deus como as únicas verdades principais de todo o universo. Etimologicamente, o teocentrismo é formado a partir do grego theos, que significa “Deus”, e kentron, que quer dizer “centro”. Em oposição ao teocentrismo, surgiu a doutrina antropocêntrica, conceito que ressalta a importância e valor do ser humano no mundo, como um ser dotado de inteligência e capacidade de mudar o meio ao seu redor.

²³¹ Publicado in SGANZERLA, A.; VALVERDE, A. J. R., FALABRETTI, E. (Orgs.), *Natureza humana em movimento: ensaios de antropologia filosófica*, São Paulo, Paulus, 2012, pp. 51-61.

resposta às necessidades dos novos modos material e espiritual de viver, colocara o homem no centro do palco da cultura nascente. *Que homem?* O homem em processo de reinvenção pelos humanistas cívicos desde o passado romano, em princípio. Mais adiante, sob um processo de *mimesis*, a construção desse novo homem repisará as pegadas dos pensadores luminares da Antiguidade, ao retrair, por exemplo, o caminho criado por Aristóteles. Assim, o Humanismo Cívico buscou o novo homem, o novo povo, o novo herói, porém olhando para trás. Neste sentido, Leonardo Bruni traduziu a **Ethica Nicomachea**, do Estagirita, entre 1414 e 1418.

Verifica-se, portanto, no campo das ciências, o Humanismo se apresentou como um marco referencial do afastamento do cientista dos dogmas cristãos. Todavia, esse foi uma época do crescimento e esplendor das áreas do conhecimento como a matemática, a física, a engenharia, astronomia e a medicina. Considerando o que foi dito acima, vale ressaltar o quanto os intelectuais e filósofos humanistas, por sua postura libertadora, foram chamados erroneamente de antirreligiosos.

É, portanto, verdade que nunca foi a intenção dos humanistas de romper com a Igreja ou com Deus. Os pensadores humanistas, de fato, queriam manter uma relação com Deus, com a religião e com o mundo natural. Assim, a investigação humana seria privilegiada pela racionalização dos seus pensamentos nos campos dos fenômenos naturais, sociais, culturais, artísticos e míticos. O professor Bignotto, Newton vê em Petrarca, um forte representante florentino a recorrer à antiguidade para valorizar as ciências humanas, escrevendo o seguinte: “Petrarca”²³² foi provavelmente um dos primeiros florentinos a ter pensado na antiguidade clássica como uma fonte da qual seria possível fazer emergir uma nova visão especulativa medieval, que via na vida aqui na terra somente um momento do processo escatológico. Petrarca considerava o diálogo humano, concebido como uma troca entre iguais, como a realização plena da natureza humana como explicou Bignotto em *Maquiavel Republicano*²³³.

No campo da educação, muitas reformas foram concretizadas nas universidades europeias e foram criados e valorizados os estudos no campo, hoje, de ciências ditas humanas,

²³² Petrarca foi um escritor humanista e poeta florentino e italiano do século XIV. Ele é um autor que teve grande importância no campo cultural, pois é considerado, por muitos estudiosos, como o criador do Humanismo. Em sua obra, podemos destacar os poemas redigidos em italiano. Petrarca é também considerado um importante representante do Classicismo europeu. Ele nasceu em 20 de julho de 1304 em Arezzo e morreu em 19 de julho de 1374 na cidade de Arquà. - É considerado o fundador do Humanismo.

²³³ Bignotto, N. *Maquiavel Republicano*, p.10

chamadas de humanidades. Os estudos da filosofia, da poesia e da história ajudaram nos métodos críticos para leitura e interpretação dos textos. Um fato importante do século XV foi a criação da imprensa, ou prensa, por Johann Gutemberg. Foi uma revolução da produção de livros e, certamente, dispensou muitos copistas, evitando erros pelo cansaço e tudo isto significou a difusão do conhecimento. O Humanismo tornou-se a base do pensamento teórico e filosófico do renascimento. O Humanismo teórico e filosófico fez brotar o movimento renascentista, o qual influenciou o Renascimento artístico, cultural e científico daquele tempo. Consequentemente, ganhando tempo e mais exemplares impressos, a imprensa, com certeza, permitiu um contato maior do leitor com os livros e com as ideias dos autores humanistas.

2.3. O HUMANISMO CÍVICO E A LIBERDADE NAS CIDADES-ESTADOS.

A questão de humanismo cívico é estreitamente ligada à época da modernidade em que a classe dirigente europeia, em especial, a sociedade florentina, foi firmando seu domínio sobre a cidade, sobre os meios econômicos e se colocando à distância do poder religioso. Evidentemente, os humanistas possuíam e elaboravam um discurso estruturado, racional e filosófico para defender as suas ideias. Bignotto traz uma percepção pertinente de Claude Lefort sobre a época renascentista, da qual percepção ele concorda e escreve da seguinte forma: “Lefort vê nascer naquele momento, que ele localiza entre os anos 1378 (Ano da Revolta dos Ciompi) e 1434 (tomada do poder pela família Medici), “uma concepção racionalista e universalista da política”, que estará no centro da modernidade política. Discurso e forma de dominação se entrelaçam, segundo ele, de uma forma impossível de ser encontrada na Idade Média com sua prevalência de uma “representação teológica do mundo”²³⁴. Acontece que as cidades que, geralmente, eram cidades-Estados, mas todas sob o controle ou o manto do Império Cristão Romano ou Germânico vão adquirindo uma autodeterminação, ou digamos, certa independência ou emancipação política. As cidades-repúblicas conservavam certa autonomia material, mas lhes faltavam de fato uma autonomia jurídica, ou uma autonomia de direito.

Por esse fato, elas se mantinham sob o domínio do Sacro Império Romano-Germânico. O império, portanto, pretendia recuperar o controle total de domínio das cidades, porém no meio das cidades crescia de maneira constante o sentimento de amor a liberdade e de autonomia.

²³⁴https://www.researchgate.net/publication/326205501_Claude_Lefort_e_o_Humanismo_Civico_os_cursos_da_Ecole_des_Hautes_Etudes_en_Sciences_Sociales, acessado em 27 de agosto de 2022.

Era preciso defender a liberdade em duas frentes ou dois sentidos: a liberdade como autonomia e a liberdade como independência, como explica Skinner:

Depreende-se numerosas proclamações oficiais, que seus propagandistas geralmente tinham em mente duas ideias bastante claras e distintas quando defendiam sua liberdade” contra o Império: uma era a ideia do direito a não sofrerem qualquer controle externo de sua vida política, ou seja, a afirmação de sua soberania; outra era a ideia do direito, conseqüentemente, do primeiro, a se governarem conforme entendessem melhor, ou seja, a defesa de suas constituições republicanas (SKINNER, 1996, p. 28-29).

Contudo, era necessária a constituição de uma linguagem política adaptada à modernidade, a fim de que essa modernidade se tornasse o lugar de expansão e da compreensão que a sociedade da época tinha para a sua atividade política. Sem dúvida alguma, estamos diante de uma abordagem das ideologias no âmbito do surgimento do humanismo italiano. Há uma complexa relação em que se entrelaçam os estudos de cunho historiográfico, a pesquisa e análise dos textos e enfim a apresentação das transformações ocorridas nos meios sociais e políticos, situações pelas quais passaram a Europa e a Florença no decorrer do período do Renascimento para o tempo moderno.

Podemos nos perguntar: o que é afinal o “humanismo cívico? O Professor Helton Adverse explica que, além de ser uma “renovação na grade curricular herdada do período anterior”, o termo humanismo cívico reporta-se à “ênfase na utilidade prática do conhecimento que irá permitir ao humanismo ultrapassar as fronteiras do âmbito acadêmico e se tornar a ‘corrente intelectual’ adotada por parte significativa dos homens políticos” (ADVERSE, 2010, p 28). Para melhor entender a historiografia do renascimento e do renascimento italiano em especial, recorreremos ao historiador Hans Baron em seu livro publicado em 1955, o livro *The crisis of the early Italian renaissance: civic humanism and republican liberty in an age of classicism and tyranny*. A obra de Hans Baron tem uma nova versão, datada de 1966, publicada pela Princeton. É uma versão revisada, portanto algumas referências nossas, nesse texto, terão como a base a edição de 1966. Trata-se de uma nova versão dos três volumes do *The Crisis*, revisada e no formato de volume único, que foi publicada pela Princeton Press, em 1966, e é a esta edição que iremos nos referir ao longo deste nosso texto sobre o Humanismo em nossa pesquisa.

Constatamos que o Renascimento Italiano, nesta fase, passa a ser compreendido como um espaço de discussão e de construção de ideias políticas que, realmente, se distanciavam da época medieval e contribuíam para a elaboração e sistematização da linguagem política que seria a base do pensamento republicano moderno.

Deveras, no contexto do pensamento brasileiro para aquela época, a historiografia brasileira denominou-o de “matriz italiana”. Para isso, em 2019, foi publicado por Heloísa M. Starling e Lilia M. Schwarcz (organizador) o *Dicionário da República* (2019). Logo na introdução, as autoras expressaram o que podemos compreender como sendo a matriz, um conceito de fundamental importância para a historiografia brasileira, qual historiografia se deve muito às pesquisas e contribuições do professor e filósofo mineiro Newton Bignotto (2013). Então, podemos ler o que se entende como matriz:

As Matrizes são lugares de modelagem, de ideais que permitem a identificação de marcos de formação de um processo de continuidade temática dentro de uma tradição, ao mesmo tempo que agregam a ela novas perspectivas de interpretação e formas de aplicação. Desse modo acabam relendo-a de maneira ativa e inusitada, uma vez que as matrizes se adaptam e vertebram os acontecimentos diante de outros contextos políticos e institucionais. Elas discriminam, ainda, o momento em que intervenções políticas de diferentes tipos, ocorridas no contexto intelectual e no debate público de uma determinada época, foram capazes de provocar renovações nos temas e no vocabulário da ‘tradição’²³⁵.

Fica mais evidente que a tese apresentada no *The Crisis* (1955) é muito revolucionária por aquilo que consideramos ser um debate historiográfico. Portanto, não demorou muito para que se levantassem muitos questionamentos e muitas críticas às ideias defendidas pelo historiador e pensador alemão Hans Baron.

2.4 UMA BREVE PERSPECTIVA DA VISÃO DE CONTINUIDADE EM QUENTIN SKINNER

Com o nosso olhar voltado para o pensamento Skinner, Quentin em “As fundações do pensamento político moderno”, percebemos que faz uma análise bem minuciosa dos fatos acontecidos da época denominada Renascença, buscando suas fundamentações teóricas. O Renascimento, antes de ser considerado um momento de ruptura entre o período medieval e o tempo moderno, é, sobretudo, em se tratando do renascimento italiano, um momento

²³⁵ SCHWARCZ, Lilia M.; STARLING, Heloisa M. (org.). Introdução. In: *Dicionário da República*. São Paulo: Companhia das Letras, 2019. pp. 11-18.; veja também BIGNOTTO, Newton. (Org.). *Matrizes do republicanismo moderno*. Belo Horizonte: Editoria UFMG, 2013.

simbolizado pelo desenvolvimento efetivo de algumas das teses que tiveram origem já nos séculos anteriores. Essa é o principal tema de seu livro bem requisitado.

Para ser exato, Quentin Skinner sinaliza em seu livro que é preciso retornar alguns séculos bem antes, por volta dos séculos XII, para entender o que depois viria escrever os humanistas como Leonardo Bruni e outros em situações de mudanças ocorridas no renascimento. Nesse período anterior, podemos destacar duas novidades políticas no contexto italiano. Na Itália e, especialmente, em Florença, as duas grandes novidades políticas desse período foram o desaparecimento do feudalismo, com o surgimento das cidades em primeiro lugar, e, em segundo lugar, vem a aurora das repúblicas ditas mistas em contraponto ao regime político da monarquia hereditária. O historiador Otto de Freising²³⁶ retoma as palavras de Skinner comentando que essas cidades “italianas” tinham se transformando “tão desejosas de liberdade” que passaram a ser cidades vivendo em liberdade, adquirindo uma autonomia política, isto é, espécies de repúblicas independentes. Elas impuseram um tipo de regime misto dividido entre a própria comunidade (o povo) e um cônsul, que “trocavam quase que anualmente”, obstinadas em assegurar o controle do “apetite de poder” de homens que não poderiam mais ser considerados príncipes (OTTO DE FREISING, 1953, p. 127. Apud. SKINNER, 1999, p. 25).

Voltando à tese da continuidade da Idade Média em Renascimento, podemos analisar brevemente algumas ponderações dos autores desta linha do pensamento. Em primeiro lugar, podemos mencionar o escritor e pensador Paul Oskar Kristeller que é considerado como um dos primeiros autores a rejeitar as ideias defendidas por Baron, as quais defendiam o Humanismo do século XV como sendo um movimento que teria fundado uma nova visão sobre a política e a história profundamente desligada do passado antigo, visão ligada à tomada de consciência cívica e republicana.

Em sua obra “Studies in Renaissance Thought and Letters, vol. I-IV, Rome: Edizioni di Storia e Letteratura, 1956-1996”, sobretudo, nas páginas 95 a 128, Kristeller defende a proposta a qual especifica que os humanistas do Quattrocento eram verdadeiros retores profissionais, herdeiros e sucessores dos retores medievais que, de verdade, valorizavam a *ars dictaminis* (arte de escrever cartas e escrever muitas vezes) e a *ars arengandi* (a arte de arranjar), e que haviam

113. Otto de Freising (latim : Otto Frisingensis ; c. 1114 – 22 de setembro de 1158) foi um clérigo alemão da ordem cisterciense e narrou pelo menos dois textos que trazem informações valiosas sobre a história política de seu próprio tempo. Foi Otto I Bispo de Freising a partir de 1138. Otto participou da Segunda Cruzada ; ele sobreviveu à viagem e chegou a Jerusalém , e depois retornou à Baviera no final da década de 1140, vivendo por mais uma década na Europa. Cfr. https://en.wikipedia.org/wiki/Otto_of_Freising

recuperado um currículo chamado de *studia humanitatis* cuja proposta principal era o ensino das disciplinas de gramática, filosofia moral, história, retórica e poesia. Nesse percurso, o autor afirma que a contribuição dos homens, como Coluccio Salutati²³⁷ (1331-1406) e do seu sucessor na chancelaria florentina, Leonardo Bruni, foi a de inserir sobre a tradição retórica medieval um novo estilo a partir dos estudos dos textos da antiguidade clássica (KRISTELLER, 1995, p. 106). Todavia, ao analisar as tradições platônicas e aristotélicas renascentistas, aponta, de modo geral, que não houve nenhuma mudança significativa nas interpretações filosóficas dos textos clássicos (KRISTELLER, 1995, p. 103).

Kristeller constata que há uma tendência em alguns pensadores de criar oposição exagerada entre humanistas e escolásticos que, realmente, tem que ser refutável em dois aspectos fundamentais: Em primeiro lugar, porque teria persistido a interpretação escolástica em relação aos autores gregos no renascimento, e, em segundo lugar, porque as obras ditas dos humanistas “[...] nada tem a ver com a filosofia entendida também no sentido mais genérico da palavra” (KRISTELLER, 1995, p. 103-104). Podemos dizer com o nosso autor agora que: “efetivamente, o movimento humanístico não surgiu no campo dos estudos filosóficos ou científicos, mas no dos estudos gramaticais e retóricos” em que Kristeller pensa que os humanistas italianos não foram, de fato, filósofos profissionais e que não tenham sido nem bons nem maus, veja em (KRISTELLER, 1996, p. 104).

Verdadeiramente, é nesse aspecto que pode ser configurada a base argumentativa ou o ponto central para a defesa da tese da continuidade entre antiguidade e o renascimento, aquilo que caracteriza a dita oposição entre retórica e filosofia, conseqüentemente, entre política e ciência, como dito. Visto a argumentação apresentada e considerando tudo que foi articulado, vale a pena afirmar, sem dúvidas, que, para Kristeller e alguns de seus seguidores, a retórica e o pensamento político-filosófico não foram articulados pelos humanistas ou, possivelmente, não haveria uma possibilidade real de fazê-lo.

²³⁷ Coluccio Salutati, chanceler florentino do século XIV e proeminente humanista. Coluccio Salutati foi humanista, filósofo, homem de letras e chanceler da República de Florença. Ele foi grande amigo de Petrarca e Giovanni Boccaccio. Coluccio foi um dos mais importantes líderes políticos e culturais do renascimento florentino, foi, por excelência, defensor de um claro republicanismo que se voltou para a questão da liberdade da república e da vida ativa dos indivíduos dela participantes. Todavia, esse republicanismo apresentou fortes traços de influência agostiniana, principalmente, em vista da disposição das leis no arranjo político.

Na mesma linha do pensamento de Kristeller, se apresenta o pensador, historiador e escritor Jerrold Seigel²³⁸, que mantém o argumento de que o Humanismo foi um movimento estritamente retórico, sem, portanto, carregar algum sentido ou caráter político. Podemos rever isso em Seigel, na página 23 de ‘Civic humanism’ or Ciceronian rhetoric? The culture of Petrarch and Bruni. **Past & Present**, v. 34. n. 1, p. 3-48, 1966.

Seigel, J. tentou por várias vezes refutar, mas sem ter êxito no que disse a respeito da data estipulada por Hans Baron às obras “*Dialogi ad Petrum Paulum Histurum*” (Diálogo para Pier Paolo Vergerio) e *Laudatio Florentinae Urbis* (Elogio da cidade de Florença), com o propósito de afirmar que os textos do pensador Leonardo Bruni, em nenhuma circunstância não foram afetados pela crise política florentina vigente no início do século XV. É verídico, que Baron quis demonstrar que a crise política, a qual se viu na região da Toscana, Itália, ocorrida em meados do século XIV e que se estendeu até a morte de Giangaleazzo Visconti (1351-1402) – duque de Milão – serviu como alicerce ou fatos preliminares que permitiram o desenvolvimento de ideias políticas as quais criaram uma ruptura grandiosa com o pensamento político medieval. A Florença tinha a obrigação, aliás, o desafio de vencer a guerra e conter o expansionismo milanês. Cabia, com certeza, aos humanistas florentinos, que também eram funcionários da República, a responsabilidade de organizar a defesa da liberdade republicana e das independências ou autonomias das cidades-estados em constante oposição à tirania vigente da época.

Dito tudo isso, há de se pensar que a obra, como a *Laudatio*, refletiria tanto as mudanças políticas e intelectuais de sua época quanto estaria fortemente ligada aos anseios políticos do pensamento republicano do século XV, fato que levou Baron a dedicar boa parte do seu *The Crisis* a um trabalho filológico o qual investiga a datação da *Laudatio* que ele situa entre os anos de 1403-04. Portanto, esse é um período que indica a época em que as tropas milanesas perderam a guerra, consequentemente, a Florença trilhava o caminho da sua liderança como “patrona” da liberdade em toda região.

Seigel, por sua vez, discorda dos argumentos apresentados em relação à datação e justifica a sua posição ao considerar que a *Laudatio* teria sido escrita por volta dos anos de 1400, já que, em sua interpretação, a obra de Leonardo Bruni se volta aos acontecimentos relativos à guerra

²³⁸ Jerrold Seigel é um eminente pensador e historiador norte-americano. Ele é Professor Emérito da Universidade de Nova York. Entre seus livros, mencionamos “*Modernity and Bourgeois Life: Society, Politics and Culture in England, France, and Germany since 1750* (2012)”, que é uma das importantes contribuições do autor na perspectiva da história europeia. Esse livro lhe fez ganhar o Prêmio Laura Shannon de 2014 como “o melhor livro em estudos europeus que transcende o foco em qualquer país, estado ou pessoas para estimular novas formas de pensar sobre a Europa contemporânea como um todo.

que opus a Florença a Milão, os quais teriam ocorrido entre os anos de 1397 e 1400, portanto não da última fase que teria culminado em 1402 (veja então SEIGEL, 1996, p. 20). Há um fato curioso e, ao mesmo tempo, estranho, dado observado e constatado por Seigel pela não menção, da parte de Leonardo Bruni, em seu texto sobre a morte de Giangaleazzo²³⁹, ocorrida em 1402. Como resposta a indagação, Seigel vai atribuir essa omissão da morte de Giangaleazzo à estratégia da retórica adotada por Bruno que era inclinado atribuir as vitórias da guerra muito mais às ações de Florença do que à força da fortuna (Idem, p. 21-22). O que significa então tudo isso? O que o historiador Seigel pretende demonstrar, portanto, é que as escolhas de Bruni dizem respeito às estratégias retóricas e não às intenções políticas republicanas, contrário ao que afirmara Hans Baron. A esse respeito, recomendamos a leitura de Hanskins, 1995, nas páginas 319 e seguintes.

Considerando essa nova interpretação, a análise das ideias de Bruni leva ao entendimento de que as suas ideias não são revestidas de caráter cívico e republicano como assinalara Hans Baron. Assim, os textos por ele escritos são considerados como sendo produtos de uma cultura centrada na retórica e na eloquência propriamente de humanismo da época (SEIGEL, 1966, p. 11).

Toda a consideração feita, podemos concluir que as obras como a “Oração fúnebre a Iohannis Strozzi” (*Oratio in funere a Iohannis Strozzi*, de 1427) como O “Elogio da cidade de Florença” são puramente retóricas e sem nenhum valor que possa ser chamado de político ou mesmo histórico. Esta falta de valor político e histórico é devido ao fato dos textos terem faltando com a verdade em diversas situações e por irem além dos fatos. Na sequência, é bom observar que Seigel apenas se posicionou considerando aquilo que os próprios autores

²³⁹Gian Galeazzo Visconti é nascido em 16 de outubro de 1351 e faleceu em 3 de setembro de 1402. Foi o primeiro duque de Milão (1395) e governou a cidade medieval pouco antes do alvorecer do Renascimento. Ele também governou Lombard em conjunto com seu irmão Bernabò. Foi o patrono fundador da Certosa di Pavia, completando o Castelo Visconti em Pavia iniciado por seu pai e promovendo o trabalho no Duomo de Milão. Capturou um grande território do norte da Itália e do vale do Pó, ameaçou a guerra com a França em relação à transferência de Gênova para o controle francês, bem como problemas com sua amada filha Valentina. Quando ele morreu de febre no castelo de Melegnano, seus filhos brigaram entre si e fragmentaram os territórios que ele havia governado.

Gian Galeazzo era filho de Galeazzo II Visconti e Bianca de Savoy. Seu pai possuía a signoria da cidade de Pavia. Em 1385, Gian Galeazzo ganhou o controle de Milão ao derrubar seu tio Bernabò por meios traiçoeiros, fingindo uma conversão religiosa e o emboscou durante uma procissão religiosa em Milão. Ele prendeu o seu tio que logo morreu, supostamente, envenenado por ordem dele. O papel de Galeazzo como estadista também assumiu outras formas. Logo após tomar Milão, ele tomou Verona, Vicenza e Pádua, estabelecendo-se como Signore de cada uma, e controlou quase todo o vale do Pó, incluindo Piacenza, onde, em 1393, ele deu o poder feudal à família Confalonieri nas terras que eles já possuíam nos vales ao redor de Piacenza. Ele perdeu Pádua, em 1390, quando voltou para Francesco Novello da Carrara. Ele recebeu o título de Duque de Milão de Venceslau, Rei dos Romanos em 1395 (https://en.wikipedia.org/wiki/Gian_Galeazzo_Visconti) visitado em 14 de outubro de 2022.

humanistas manifestaram em seus discursos mais egoístas e particulares. Todavia, podemos nos perguntar sobre o que pretendia Leonardo Bruni transmitir quando relacionava a fundação de Florença aos romanos ditos republicanos? Parece-nos que Bruni pretendia nessa ligação vislumbrar o espírito republicano romano em Florença como uma certa transmissão hereditária. Em verdade, Bruni tem um estilo próprio para assim se promover diante das personalidades mais conceituadas de Florença com o objetivo de ocupar algum cargo político na cidade.

2.5 JOHN POCOCK, A TESE DA RUPTURA MITIGADA E A LIBERDADE

Em verdade, a ideia da ruptura mitigado parte do fato de considerar que houve uma ruptura com o passado medieval, mas uma ruptura que conservou muitos elementos no contexto artístico, por exemplo, e outros. Gostaríamos de ser mais sintético ao abordar esse ponto, em especial, por ser uma espécie de ponte que liga as duas épocas.

É bom significar desde o início que a terminologia “humanismo”, que viemos analisando, é uma expressão muito explorada pelos estudiosos renascentistas europeus. O conceito refere-se muito mais aos valores humanos e educacionais, em que o homem passa a ser o centro da reflexão e de tudo, e não mais Deus como outrora na Idade Média. O Humanismo foi muito explorado pelos intelectuais, escritores e historiadores dos séculos XIV a XVI. Quanto ao surgimento da terminologia de humanismo, essa é uma expressão, segundo Hankins, 2007, nascida no século XIX pelos historiadores do renascimento.

Se a expressão “humanismo” é bem recente, quer dizer do século XIX, não é o caso da terminologia de “studia humanitatis”, que ela remonta aos séculos do próprio renascimento, tendo como referência o conhecimento ligado aos estudos da antiguidade greco-romana. Quanto ao conceito de “humanismo cívico”, temos que concordar com a ideia do Professor Helton Adverse, ao dizer que além de uma “renovação na grade curricular herdada”, fazia também, do ponto de vista do humanismo em geral, referência à “ênfase na utilidade prática do conhecimento que irá permitir ao humanismo ultrapassar as fronteiras do âmbito acadêmico e se tornar a ‘corrente intelectual’ adotada por parte significativa dos homens políticos” (ADVERSE, 2010, p 28). O humanismo cívico é mais um dos termos historiográficos que de fato vieram a ser criados muitos séculos depois dos acontecimentos que a própria época disse respeito e trata.

Como nos lembra o professor Bruno Santos Alexandre²⁴⁰, em seu artigo na revista *Sisifo*, em que trata de John Pocock e a tese da ruptura mitigada, a locução “humanismo cívico” é cunhada pelo historiador alemão Hans Baron em seu influente livro *The crisis of the early Italian Renaissance*, de 1955. No âmbito da historiografia do humanismo florentino, a interpretação de Baron ficou marcada pela tese da ruptura com a qual ele assinala a separação entre um humanismo fundamentalmente político – certo humanismo a partir de meados do século XV, o chamado *quattrocento* italiano – e o humanismo dos séculos precedentes – o qual seria fundamentalmente literário e contemplativo²⁴¹.

Assim, continua o professor Bruno Alexandre, de acordo com Baron, o contexto histórico do acirramento militar de Florença com Milão explicaria o surgimento de um humanismo tensionado ao estudo das condições políticas da vida pós-medieval. Tal variante “cívica” do humanismo italiano encontraria, desta feita, seu berço de nascimento na ocasião em que os intelectuais florentinos passam a refletir e escrever sobre a vida e a cidade diretamente influenciados pela investida imperial dos Visconti de Milão. A partir do calor gerado pelos conflitos experimentados pela cidade de Florença, em um primeiro momento, contra Giangaleazzo Visconti (em embates que decorrem entre 1390-1402) e, em um segundo momento, contra Filippo Maria Visconti (em embates que se arrastam em um período mais longo, entre 1420-1454). Em seu clássico estudo, Baron chega a estabelecer uma verdadeira relação de causa e efeito entre a luta pela manutenção da independência de Florença frente às forças externas da época e o aparecimento de um novo movimento cultural que abrangeria tudo o que diz respeito ao humano e secular²⁴².

É bom lembrar que a visão acima não é a única avaliação que trata desse período, em particular, da grande tradição humanista italiana.

Na sequência, Bruno Santos traz uma visão sintética do Professor Newton Bignotto ao explicar que a tese oposta – capitaneada inicialmente por Kristeller, mas que encontrou defensores tão diversos quanto Skinner, Viti, Trinkaus, Rice, Blythe, Hankins e outros – insiste sobre o fato de que é possível recorrer a uma série de textos anteriores ao período que estamos estudando, para mostrar que já trabalhavam com as mesmas questões encontradas nos principais humanistas. Em sua versão mais radical – Seigel – os defensores dessa tese chegam a afirmar

117. Bruno Santos Alexandre, Professor Doutor pela Universidade de São Paulo. É professor de Ensino fundamental 1 na rede municipal, Prefeitura de Itupeva, São Paulo, Sp.

²⁴¹ Revista *Sisifo*. Nº 13 janeiro/junho 2021, p.91, ISSN 2359 3121. www.revistasisifo.com

²⁴² *Idem*, p.91

que nem mesmo a denominação proposta por Baron é verdadeira, uma vez que o humanismo foi no máximo retórico. (vejam em BIGNOTTO, 2001, p.27-28).

É óbvio que alguém tiraria proveito de toda essa discussão, para elaborar a sua linha de pensamento republicano como foi, em especial, o caso de John Pocock que escrevera um dos seus livros mais conhecido e explorado – “*The Machiavellian Moment: Florentine political thought and the Atlantic Republican tradition*” – publicado em 1975.

Esse livro trouxe uma luz muito importante sobre o chamado republicanismo Florentino na época renascentista, pois ajudou o leitor no entendimento das implicações do pensamento republicano renascentista, que culminou em elaboração das constituições dos países como os Estados Unidos da América e da Inglaterra nos séculos posteriores.

Pocock é considerado aquele que mais encarrou o confronto ou o debate com mais vigor contra Hans Baron sobre o humanismo. A luta de Pocock vai ao encontro das posições de Seigel quando esclarece e determina que a origem do pensamento humanista se encontra no confronto entre filosofia e a retórica, considerando que a filosofia tinha os valores mais contemplativos, enquanto a retórica tinha valores cívicos e ativos; fato que levou Petrarca a convencer seus admiradores a reconhecerem esse confronto como uma dialética entre os valores opostos, porém sem preferência ou prioridade de uns para com os outros. É isso que se tornou característica do pensamento humanista de se mover de lá para cá entre as posições cívica e contemplativa, de modo que essa movimentação era inerente à herança humanista e não precisava ser diretamente relacionada à história de eventos externos (...) optar por valores cívicos não significava comprometer-se completamente com o republicanismo, da mesma forma que optar por valores contemplativos não significava expressar total desilusão com a república.²⁴³

À vista de todos esses argumentos, Pocock acaba por conceder, como queria Seigel, que “a ênfase de Baron em uma explanação por cronologia pode estar, portanto, equivocada”²⁴⁴.

Mesmo tendo esse alinhamento com o pensamento de Seigel no confronto com Hans Baron como mencionamos acima, Pocock toma na sequência uma posição, não na linha de continuidade histórica, mas indo para uma ruptura inteligente. Esta posição de Pocock, chamada de ruptura mitigada, é bem explorada pelo professor Newton Bignotto em seu livro “Origens do republicanismo moderno nas páginas 13 a 31, edição de 2001.

²⁴³ POCOCK, 2003, p. 59.

²⁴⁴ POCOCK, 2003, p. 59.

É de se notar que o pensamento de Seigel tenha razão quando considera uma vinculação entre o contexto sócio-histórico e o filosófico, o que caracteriza uma dialética da retórica humanista para a contemplação e a ação. Portanto, não se podia considerar que tivesse algo puramente cívico, aliás um humanismo cívico.

Prosseguindo, explica o Professor Bruno Santos Alexandre²⁴⁵ que, para a tese pocockiana de um *momento maquiaveliano* na constituição dos diferentes republicanismos da tradição moderna, é importante localizar, em meio ao caráter certamente multifacetado do pensamento humanista do *quattrocento*, a forma republicana de governo especificamente como um solo distintivo, completamente insubordinado à atividade contemplativa. Segundo Bignotto, “se os *dictatores* inovavam no tocante aos temas que abordavam, mantinham-se fiéis em sua referência ao cristianismo, quando a questão era pensar a ancoragem última das leis” (BIGNOTTO, 2001, p. 52).

De fato, a tese de Pocock não é de continuidade nem de ruptura radical; é uma tese intermediária, como ele mesmo demonstra, essa tese apresenta um humanismo cívico que se desvenda como sendo de significar que “universalidade e particularidade se encontram no mesmo homem” (POCOCK, 2003, p. 68).

Conforme nos lembra Pocock, os chamados humanistas, anterior ao quatrocentos, “acreditavam na tradição como a única resposta apropriada ao desafio dos acontecimentos contingentes, eles não aplicarão os poderes coletivos da decisão positiva” (POCOCK, 2003, p. 49). Assim, o farão mais tarde os humanistas cívicos acreditando na tradição. São considerados os primeiros humanistas os pensadores Francesco Petrarca e Coluccio Salutati, de pensamento de origem escolástica, eles chegam e “tomam uma hierarquia universal como sendo a matriz de todos os valores” e, conseqüentemente, esses humanistas propriamente cívicos, não estão dispostos em “associarem-se uns aos outros em um corpo independente e soberano de tomadores de decisão” (POCOCK, 2003, p. 50).

Então, quem será chamado de humanistas cívicos nesse contexto? Poderemos pensar logo em Francesco Petrarca e também em Coluccio Salutati, duas grandes referências do Humanismo. É também verdade que eles se voltam para uma ação política, todavia, se expressam com os ideais de uma vida mais contemplativa. Segundo o professor Bruno, na revista *Sísifo*, nº 13 de 2021, p. 96, “Tanto é assim que se pode observar em seus escritos uma ostensiva tentativa

²⁴⁵ Alexandre, Bruno Santos. *Revista Sísifo*, nº13, Janeiro/Junho 2021, p.94

de equalizar e justificar os valores pagãos com os valores cristãos. Por isso, humanistas cívicos deverão ser considerados os autores, a partir do *quattrocento*, como Leonardo Bruni (1370-1444), Matteo Palmieri (1406-1475) e Leon Battista Alberti (1404-1472), porém serão também os autores do *cinquecento*: Nicolau Maquiavel (1469-1527), Francesco Guicciardini (1483-1540) e Donato Giannotti (1492-1573)”. Muitos desses questionamentos e críticas eram direcionados ao conceito de humanismo cívico, qual conceito tinha sido discutido por Baron desde os anos de 1920. Baron percebia, a partir dos textos políticos do humanista e chanceler Leonardo Bruni (1370-1444)²⁴⁶, um movimento de ruptura entre o pensamento político medieval e aquele gestado no *Quattrocento Italiano*.

Mesmo lançando mão de um amplo conhecimento da cultura clássica, bem como de conceitos e formulações teóricas a respeito da política e da República, seus textos tiveram grande sucesso dentro e fora da península itálica, pois marcavam o processo de racionalização e secularização da política em inícios da modernidade. Algumas informações sobre a vida e obra de Leonardo Bruni podem ser encontradas em CILIBERTO, M. (org). ENCICLOPEDIA ITALIANA. Ottava apêndice. Il contributo italiano ala storia del pensiero. Filosofia, Roma, 2012, vejam as páginas de 85 a 94 em que, especificamente em Hankins, James aborda o assunto sobre *COLUCCIO SALUTATI E LEONARDO BRUNI*.

Os críticos ao pensamento de Baron e dos seus tributários defendiam uma continuidade entre a Idade Média e o Renascimento, no que se refere às retóricas medievais e humanistas, conforme o argumento que se expande a partir de Paul Oskar Kristeller²⁴⁷ (1956), ou em definição de liberdade republicana que, como defende Q. Skinner (1978), já teria surgido no contexto político vivenciado pelas cidades-estados italianas no século XIII. O mesmo Skinner, em *LIBERDADE ANTES DO LIBERALISMO* de 1999, p. 52.), manifesta a sua preferência pela definição de liberdade como a neoromana no lugar de republicana. Explica que, no pensamento

²⁴⁶ Leonardo Bruni foi humanista e chanceler de Florença, tradutor de muitas obras importantes em linha do pensamento político – como por exemplo a “Política” de Aristóteles. Leonardo Bruni é autor incotestavel de muitas outras obras – e escreveu outras tantas que, como vem sendo demonstrado pela literatura especializada, foram fundamentais para o pensamento político e cultural do Renascimento.

²⁴⁷ Paul Oskar Kristeller, filósofo nascido em Berlim aos 22 de maio de 1905 – e faleceu em Nova Iorque, 7 de junho de 1999. Foi filósofo e estudioso do Renascimento. Seu último trabalho foi como professor emérito de Filosofia na Universidade Colúmbia, em Nova Iorque. Em 1928, obteve seu doutorado na Universidade de Heidelberg. E o seu pós-doutorado foi concluído nas universidades de Berlim e Freiburg. Em Freiburg, Kristeller Conheceu e estudou sob a supervisão do filósofo Martin Heidegger, pai da fenomenologia moderna. Fugindo dos nazistas em 1939, Paul Oskar Kristeller se muda para morar nos Estados Unidos da América. Nos Estados Unidos atuou como professor nas Universidades de Yale e de Columbia. Especializou-se nos estudos em área do renascimento. Alguns pensadores foram objetos de importantes trabalhos dos seus escritos, tais, Marsilio Ficino, Pietro Pomponazzi e Giambattista Vico. Não podemos esquecer um dos mais importantes trabalhos dele, *Iter Italicum*, um amplo estudo descrevendo incontáveis manuscritos ainda não catalogados.

político de certos autores, há uma possibilidade de ter um Estado que seja livre, os cidadãos vivendo em liberdade, que seja um Estado governado por um monarca; é claro que se trata de monarca que não seja ditador.

Quando tratamos de humanismo cívico, estamos sendo levado a revisitar as cidades estados e as suas relações com o Papado e com o Império Romano e germânico. Analisar as condições de liberdade nesses estados e cidades é de suma importância. Essas cidades-repúblicas já tiveram uma longa experiência de certa independência através de seus autogovernos, em formato de os *podestà*, os quais eram cidadãos de outras cidades que se elegiam e governavam por seis meses, fato que garantia a rotatividade do governo. É notório que, mesmo que essas cidades-repúblicas tendo uma autonomia material não possuíam autonomia jurídica, elas permaneciam sob o domínio do Sacro Império Romano-Germânico. É indubitável que o império sempre vinha insistindo em querer ter o total controle de todas as cidades. O receio da dominação completa delas fazia surgir e crescer a expressão e o sentimento da liberdade. A defesa da liberdade se manifestou em duas frentes concomitantes: a liberdade como autonomia e a liberdade como independência. Na passagem a seguir, Skinner explica melhor sobre a liberdade de se autogovernar:

Depreende-se numerosas proclamações oficiais que seus propagandistas, geralmente, tinham em mente duas ideias bastante claras e distintas quando defendiam sua liberdade” contra o Império: uma era a ideia do direito a não sofrerem qualquer controle externo de sua vida política, ou seja, a afirmação de sua soberania; outra era a ideia do direito, conseqüentemente do primeiro, a se governarem conforme entendessem melhor, ou seja, a defesa de suas constituições republicanas (SKINNER, 1996, 28-29).

Trata-se da reivindicação da liberdade jurídica e política, de modo que houvesse um intenso esforço de legitimar o ordenamento jurídico das cidades. A defesa da capacidade das cidades-repúblicas seguirem o próprio ordenamento acontecia muito pela argumentação de que o *merum Imperium*, isto é, a capacidade de legislar também cabia às cidades, uma vez que esse direito do imperador era concedido pelo consenso do povo, sendo este o titular do direito que por conveniência transfere ao imperador. Um grande defensor desta tese é Bartolo de Saxoferrato²⁴⁸, autor que defendia que a lei deveria se acomodar aos fatos. E por ter a validade,

²⁴⁸Bartolo de Saxoferrato foi jurisconsulto italiano (Nascido na aldeia de Venatura, próxima a Saxoferrato em 1314; Falecido em Perugia aos 13 de julho de 1357) foi um jurisconsulto medieval, um dos mais notáveis comentadores do Direito Romano. Discípulo de Raniero Arsendi da Forlì e Cino da Pistoia, é considerado o maior expoente dentre os comentadores, sendo um dos juristas mais importantes da Europa Continental, durante o Século XIV. Tanto reconhecimento alcançaram os seus métodos e doutrinas que depois de sua morte se divulgou o adágio: «nemo bonus jurista nisi bartolista»- "ninguém é bom jurista se não for bartolista".) https://pt.wikipedia.org/wiki/B%C3%A1rtoleu_de_Saxoferrato

a lei deveria ter a aprovação explícita da comunidade local ou do povo, por assim dizer, tudo era considerado e levado em conta, as cidades-repúblicas seriam príncipe de si mesmas, o que releva a sua autogovernância.

Até aqui, a reflexão sobre a “liberdade e humanismo” nos conduziu ao entendimento de que a sociedade do Renascimento, sobretudo, a sociedade posterior a 1400, colocou em primeiro lugar a vida ativa como expressão da realização humana e, em consequência, a ação e o compromisso político pareciam representar a única forma verdadeiramente humana de se viver (BARON, 1993, p. 410). Esse novo olhar e jeito de pensar trouxeram uma nova perspectiva histórica. *Analizamos* as perspectivas de continuidade e de ruptura do ponto de vista do humanismo no renascimento. São duas linhas específicas que nos fazem entender e compreender o quanto, no ambiente tão social como político, uma ruptura estava acontecendo em relação ao período anterior, quer dizer da época medieval. Uma das figuras mais importantes e tendo um papel predominante nesta história é sem dúvida Leonardo Bruni. Os seus escritos nos conduziram a uma nova forma de se organizar e de contar ou narrar as histórias. Tudo é contado a partir das realizações humanas e não mais em mitos e lendas que outrora dominavam a época medieval. É recordar que, na Idade Média, o homem é apenas um instrumento que realiza a vontade de Deus; o poder divino se manifesta na ação humana. Quando Leonardo Bruni propôs uma resistência a expansão territorial de Milão, fez da Florença e da cidadania florentina adquirirem uma grande importância a ponto de se ampliarem as comparações históricas com Roma e Atenas. Assim, os historiadores florentinos passaram a considerar a sua cidade “como a protagonista da independência entre as cidades-Estado italianas sobreviventes, bem como considerar a liberdade da República romana como alternativa política” (BARON, 1993, p. 412). Por conseguinte, entramos numa de história que se faz muito comparativa e ao mesmo tempo secular. Com esta nova história temos um gesto de novo fazer e pensar política, maneira bem peculiar que vem com Nicolau Maquiavel Guicciardini. Toda a consideração feita, podemos apontar que houve surgimento de uma nova linguagem política paralela com a maneira de reler e interpretar os filósofos antigos. A mudança se fez em perspectiva não somente teórico, mas também ler os autores na perspectiva histórica. Os autores humanistas se voltaram para os significados dos termos usados pelos antigos e, ao mesmo tempo, redescobrir o contexto histórico. Esse percurso histórico do pensamento político é muito importante, porque está ligado a uma defesa consistente da liberdade, a qual é parceira da vida ativa secular. Em se tratando de Florença, como já mencionamos ao tratar da morte de Giangaleazzo, essa morte brutal, com certeza, fez Florença redescobrir a sua força e ser

vencedora em batalha e em sua retórica. O Humanismo renascentista se reinventa e se fortalece, há um fortalecimento da liberdade política e social.

2.6. LIBERDADE EM MAQUIAVEL E AS FUNDAÇÕES DAS REPÚBLICAS

Quando uma cidade é fundada, organiza-se ou configura-se um estatuto particular para dar um destino apropriado àquela cidade. É preciso uma constituição que não deixa plainar dúvidas ou incertezas desde o início de implantação daquela cidade. Tratando da criação da cidade de Roma, no IX capítulo dos Discursos, Rômulo é destacado por ser fundador, apesar de seu fraticídio face ao irmão Remo, simplesmente pela capacidade de elaborar e estabelecer uma constituição sólida para república de Roma.

[...]direi que muitos porventura considerarão mau o exemplo de um fundador de estado, como foi Rômulo, que primeiro matou um irmão seu e depois consentiu na morte de TitoTácio Sabino, escolhido por ele mesmo como companheiro no reino; julgarão, com isto, que, com base no exemplo [con l'autorità] de seu príncipe, os seus cidadãos poderiam, por ambição e desejo de comando, ofender aqueles que se opuserem à sua autoridade. Opinião esta que seria verdadeira, caso não se considerasse a finalidade que o levou a homicídio. E deve-se ter como regra geral que nunca, ou raramente, ocorre que, alguma república ou reino seja, em seu princípio bem-ordenado ou reformado inteiramente com ordenações diferentes das antigas, se não é ordenado por uma só pessoa; alías, é necessário que um homem só dite o modo, e que de sua mente depende qualquer dessas ordenações. Por isto, um ordenador prudente, que tenha a intenção de querer favorecer não a si mesmo, mas o bem comum, não sua própria descendência, mas a pátria comum deverá enpenhar-se em exercer a autoridade sozinho, e nenhum sábio engenho repreenderá ninguém por alguma ação extraordinária que tenha cometido por ordenar um reino ou construir uma república. Cumpre que, se o efeito o escuse e quando o efeito for bom, como o de Rômulo, sempre o escusará, porque se deve repreender quem é violento para estragar, e não quem o é para consertar (Discursos I, 9, p.41).

Maquiavel é herdeiro da tradição do humanismo cívico que analisamos sucintamente anteriormente. O secretário florentino é também crítico da mesma tradição. Quando tratamos de humanismo cívico, adentramos o conceito da liberdade para as cidades-repúblicas. Então, a esse propósito, temos de buscar entender o que é liberdade para o florentino. Logo, concordamos com o professor Bignotto quando afirma que “para se compreender o sentido da liberdade, é preciso entender o sentido da república” (BIGNOTTO, 1991, 75). A liberdade, para Maquiavel, é só compreensível dentro do regime republicano, fora dele, não se compreende por causa das imposições de forças dominantes sobre os pequenos. Queremos ressaltar o

quanto foi importante a influência do humanismo cívico no pensamento para a liberdade. A esse respeito Bignotto escreve:

“É possível afirmar que o humanismo cívico forjou as bases de uma concepção de política baseada na importância da ação humana na construção das cidades, que deixaram de ser o espaço de espera pelo fim dos tempos. Ao ressaltar o caráter ativo da relação dos homens com o seu meio, os humanistas apontaram para um lugar de uma política cujo centro se deslocou da eternidade das formas transcendentais para a imanência das cidades”. (BIGNOTTO, 2012, p. 124).

Para a análise da liberdade em república, revela-se necessário tratar da organização do corpo político, quer dizer tratar das relações de classes. Nesse sentido, a república é composta pelo povo e pelos grandes da sociedade, cuja relação era, normalmente, tensa ou conflituosa. Mesmo assim, o secretário florentino surpreende ao considerar positiva a relação conflituosa desse corpo político. Voltando a um olhar analítico a história das instituições romanas, Maquiavel nos conduz a uma bela conclusão de que a liberdade republicana nasce da desunião do povo ou dos conflitos. É verdade que uma das grandes contribuições do secretário florentino no conceito da liberdade está no fato de ter pensado a teoria dos conflitos como elemento fundamental para a manutenção da liberdade republicana e, conseqüentemente, da paz.

O nosso autor se destaca com esse seu pensamento que vai contra o fluxo de todos que considera a liberdade atrelada a harmonia e o consenso de todos. John Pocock, em sua obra *The Machiavellian moment* (1975), considera muito bom o acerto de Maquiavel em que a desunião e o conflito entre povo e grandes foram a causa da liberdade romana e que a interpretação maquiaveliana seria “chocante e inacreditável para as mentes que identificavam a união com a estabilidade e virtude, conflito com inovação e decadência. Maquiavel escreve, nos Discursos, a respeito dos conflitos e da liberdade que o mais importante é o papel dos tumultos ou conflitos entre a plebe e os nobres que foram a causa primeira da liberdade em Roma. E, assim, declara Maquiavel: “Direi que quem condena os tumultos entre os nobres e a plebe parece censurar as coisas que foram a causa primeira da liberdade de Roma e considerar mais as assuadas e a gritar que tais tumultos do que os bons efeitos que eles geravam; e não consideram que em toda a república há dois humores diferentes, o do povo e o dos grandes, e que todas as leis que se faz em favor da liberdade nascem da desunião deles, como facilmente se pode ver que ocorreu em Roma”²⁴⁹.

²⁴⁹ Maquiavel. *Discursos* I, IV, p.22

Maquiavel mantém o seu pensamento em defesa da liberdade a partir dos conflitos e conclui que Roma tornou-se uma república ordenada onde se acumulou tanta virtù. E mais uma vez para ilustrar, destaca a boa educação, as boas leis que vieram de tumultos e nunca houve exílio ou violência. E escreve: “E não se pode ter razão para chamar de não ordenada uma república dessas, onde há tantos exemplos de virtù, porque os bons exemplos nascem da boa educação; a boa educação das boas leis; e as boas leis, dos tumultos que muitos condenam sem ponderar, porque quem examinar bem o resultado deles não descobrirá que eles deram origem a exílio ou violência em desfavor do bem comum, mas sim a leis e ordenações benéficas a liberdade pública”²⁵⁰.

A leitura do capítulo IV de Discursos nos conduz a evocação do caráter positivo dos conflitos internos de uma cidade. Contrário à tradição que considerava a força de Roma vindo da fortuna e da sua disciplina, Maquiavel afirma que uma boa disciplina só pode ser conquistada depois da elaboração de boas leis. E as boas leis são elaboradas a partir das dissensões a fim de construir uma bela cidade livre. Podemos afirmar que, levando em conta o que foi dito acima, Maquiavel está para a tradição do *Quattrocento* como Aristóteles estava para Platão. Há, portanto, um certo distanciamento e contrariedade. Vejamos como Rossi traduz em poucas palavras essa situação: “Antes fizemos referência que o objeto da política, para Platão, se enquadra em uma teoria da ordem que inclui, ou pelo menos, considera como uma ‘patologia’, o conflito social; para Aristóteles, o conflito é constitutivo das relações humanas e, portanto, da política, vale dizer que esta é a razão pela qual sua preocupação primária não é a temática da *ordem*, mas a problemática da *governabilidade* em que o conflito aparece *a priori*, e que não se deve anular, mas assumir ou, em todo caso, administrar”²⁵¹.

Considerando a comparação entre Aristóteles e Platão, como Maquiavel está para a tradição de *Quattrocento*, somos convidados a concordar com Ernest Cassier, um político realista, quando declara que Maquiavel não só tinha que abandonar definitivamente toda a base do sistema político medieval, como também não poderia seguir o caminho usual da disputa escolástica. Com efeito, neste caso, nosso autor está inclusive para além do próprio Aristóteles no que tange a renúncia de uma cosmologia de tipo ideal; não se trata nem mesmo de

²⁵⁰ Maquiavel. Ibidem

²⁵¹ ROSSI, Miguel & AMADEO, Javier – “Platão e Aristóteles: duas visões sugestivas sobre a política”. In: VITA, Álvaro & BORON, Atilio (orgs.) – *Teoria e Filosofia Política: a recuperação dos clássicos no debate Latino-americano*. São Paulo: Edusp, Buenos Aires: Clacso, 2004, p. 73.)

argumentar sobre máximas políticas, mas tão somente de refletir a partir de sua própria experiência política²⁵².

Para Maquiavel, a liberdade, vista e percebida, tomada em sua dimensão histórica efetiva, será considerada como o produto de forças em luta, e os conflitos tornam-se produtores das melhores instituições pelo único e exclusivo fato de que só se pode pensar em liberdade a partir da consideração dos conflitos internos de uma cidade.²⁵³

Pode-se afirmar, então, que Maquiavel não era um “filósofo” nem no sentido clássico e nem no sentido medieval do termo, posto que não possuía um sistema especulativo, “...e nem mesmo um sistema de Política”. (Cassier, op. Cit. p.153).

A liberdade, de verdade, encontra o seu verdadeiro sentido e significado na ação política resultante dos tumultos. Há nesse povo o desejo de sobreviver e não ser dominado. Uma vez, a liberdade conquistada, o povo se eleva em guardião da mesma. Contudo, o povo quer eleger os seus representantes e assumir alguns postos de magistraturas. Nessa altura, o povo não está preocupado a equiparar as suas funções com às dos grandes, mas evitar de ser dominado e encontrar um espaço da sua expressão. Tudo o que o povo deseja é não perder a liberdade, por isto declara Maquiavel no Discursos, quando trata de onde se deposita com mais segurança a guarda da liberdade: no povo ou nos grandes[] , o seguinte:

E sem dúvida, se considerarmos o objetivo dos nobres e o dos plebeus [*ignobili*], veremos naqueles grandes o desejo de dominar e nestes somente o desejo de não ser dominados e, por conseguinte, maior vontade de viver livres, visto que podem ter menos esperança de usurpar a liberdade do que os grandes; de tal modo que, sendo os populares encarregados da guarda de uma liberdade, é razoável que tenham mais zelo e que, não podendo eles mesmos apoderar-se dela, não permitirão que os outros se apoderem²⁵⁴.

Diremos como o professor Adverse que “O povo, como fiel guardião da liberdade, utiliza de mecanismos institucionais para preservá-la. Assim, a República é um bem que deve ser preservado, bem este que está aliado à concepção de liberdade. Esta era a afirmação de um modo de vida a qual valorizava as leis e as instituições. Nesse sentido, ser guardião da liberdade implicava, portanto, o direito de exercer o poder, seja por via representativa, seja por via direta. O reconhecimento (ou concessão) desse direito satisfaz, no âmbito institucional, o desejo de participação na vida pública” (ADVERSE, 2007, 41).

²⁵² CASSIRER, Ernest – *O Mito do Estado*, pp. 153/154.

²⁵³ CASSIRER, Ernest – *O Mito do Estado*, p.153

²⁵⁴ MAQUIAVEL, *Discursos I*, 5, p.24.

Conforme defende Hannah Arendt, a liberdade política é ação, pois a razão da política é a liberdade e essa liberdade é vivida basicamente na ação. E a liberdade é difícil tocar em um problema político particular sem implicitamente ou explicitamente, tocar em um problema de liberdade humana” (ARENDR, 2013, 191-192).

Para Maquiavel, a ação é a virtù do cidadão. Todos os cidadãos são chamados a possuir a virtù que é uma capacidade de todo ator político para que possa agir com eficiência. Diante da fortuna, a virtù é que fende a capacidade do homem de sobressair. A liberdade é expressão de agir político responsável para o bem público. Disse adverse: “O homem seria livre enquanto ele age, de maneira que a liberdade seria exercida em seu sentido político na participação das coisas relacionadas à *res pública*. As leis e instituições são fruto do conflito do povo com os grandes, é fruto da liberdade e a gera. É ação, posto que é produto do fazer. Os canais institucionais são meios de desafogar os humores entre os grandes e o povo e contemporizar suas diferenças” (ADVERSE, 2007, 44).

Por fim, diremos que a liberdade política é direito de todo cidadão de participação em um ambiente de isonomia e de isegoria em locais onde os cidadãos lutam por sua cidade, pela política. Agem no ambiente público para preservar o “*vivere civile*”, a sua liberdade e a conquista dos bens para melhor viver com respeito e equidade. Voltando puramente a questão da liberdade na fundação das repúblicas, vamos retomar alguns aspectos abordados no ponto das fundações.

No capítulo I dos Discursos, o secretário florentino apresentou o assunto referente à fundação das repúblicas. Maquiavel aborda a fundação de Roma, de Atenas e de Veneza, três cidades importantes. Também, nos faz perceber que todas essas cidades nasceram em condição de liberdade sem nenhuma submissão a qualquer poder externo que seja.

Prosseguindo, Maquiavel fará a classificação dos diversos tipos de fundação livre: uma cidade pode ser fundada ou pelos habitantes do país ou por estrangeiros; por homens livres ou dependentes de outros Estados (incluindo-se aqui as colônias fundadas para receber o excedente populacional ou para manter o território conquistado). “E para discorrer antes sobre o seu nascimento, direi que todas as cidades são edificadas, ou pelos homens nascidos no lugar onde são edificadas, ou por forasteiros”.²⁵⁵ Também pode ser fundada com a intenção de assegurar a glória de um príncipe ou de tornar-se “nova pátria” de um povo que,

²⁵⁵ Maquiavel. *Discursos* I,1, p.7-8.

espontaneamente ou sob a direção de um príncipe, decida ali fixar-se; pode encontrar-se em uma localização aprazível ou não. É importante notar que a classificação de Maquiavel das modalidades de fundação das cidades não é um esquema de padrão histórico único. Mesmo sendo importante uma fundação livre das cidades ou de repúblicas, para Maquiavel, a liberdade será o ponto fundamental para a compreensão dos sucessos e vitórias de uma cidade. Roma é mais uma vez citada como exemplo a ser celebrado por Tito Livio por ter produzido a liberdade republicana. Tratando de Roma disse: “E, visto que as coisas realizadas por ela e celebradas por Tito Lívio ocorreram por deliberação pública ou privada, dentro ou fora da cidade, começarei discorrendo sobre as coisas que, ocorridas dentro da cidade e por deliberação pública, me pareçam dignas de maior atenção acrescentando tudo o que delas decorria; e com tais discursos terminará este primeiro livro, ou melhor, esta primeira parte”²⁵⁶.

Contrário a Roma que nascera livre, Maquiavel evoca a situação de Florença que não surgiu com a liberdade de Roma. Aquilo dificultou a expansão da cidade Florença. A cidade de Florença se constituiu em um caso exemplar para melhor avaliar que o simples fato de ter uma existência concreta de leis não é garantia da vitória do bem comum sobre os interesses individuais. De fato, Florença não soube tirar proveito político dos “tumultos” e das “sedições” que lá aconteciam, mas permaneceu prisioneira dos interesses de grupos particulares, por isso não conseguia firmar uma república nem principado.

É certo que de um lado temos as cidades livres que, como consequência de sua liberdade fundante, podem se expandir e pavimentar seu caminho em direção a plenitude de sua potência; de outro lado, no entanto, tem-se as cidades que não nasceram livres e que, assim como Florença, pagaram alto tributo a ausência de liberdade. Desta maneira, a liberdade se torna um elemento chave para melhor compreensão da força ou da fraqueza de uma cidade, tornando-se um conceito fundamental para toda teorização sobre o problema da grandeza ou da decadência das comunidades políticas.

A propósito, Maquiavel, em *Istorie Fiorentine*, lamentou a sorte de Florença que, no início dos *Trecento*, com a exclusão da nobreza das funções governamentais e de progressiva decadência, aliada ao decréscimo da *virtù* do povo, tornar-se-á cada vez mais “humilde e abjeta” de tal modo que o interesse da comunidade se perde em proveito dos interesses de grupos

²⁵⁶ Maquiavel. *Discursos* I,1 p.12

particulares de cidadãos²⁵⁷. No caso do *tumulto dos Ciompi*, por exemplo, era gonfaloneiro de justiça à época Luis Guicciardini, deposto pelos cardadores de lã. Em realidade, os cardadores foram insuflados pelos *Oito de Guerra* que queriam retirar Guicciardini do poder.

A revolta se instaurou entre junho e agosto do ano de 1378. Os revoltosos, compostos tanto por uma parcela da plebe como por aristocratas descontentes com a política, incendiaram diversas casas de integrantes do partido Guelfo, inclusive, seu líder, Lapo de Castiglionchio, teve de fugir de Florença. Os Ciompis tinham o apoio dos Oito (magistratura composta por membros da aristocracia, banqueiros e mercadores) e, mesmo não sendo inicialmente a força dirigente do movimento, foram, sem dúvida, a parte mais radical, já que graças a eles o movimento não se limitou a atacar somente os Guelfos, mas também alguns outros integrantes da aristocracia, bem como Igrejas e monastérios com a finalidade de saque.

Enfim, conseguiram alcançar o seu objetivo, mas o poder permaneceu nas mãos dos cardadores de lã (donde o termo “ciompi”, tamancos usados pelos cardadores). Florença sofreria diversos tumultos civis, até alcançar a paz, em 1393, com a elaboração de uma nova constituição e devidamente aprovada e legitimada pela assembleia geral. É claro que, desta forma, a liberdade civil ficou a deriva como um navio a deriva no mar, por causa dos tumultos e da briga pelos interesses particulares em vista sempre de poder.

2.7 A LIBERDADE E A PRÁTICA DA RELIGIÃO COMO INSTRUMENTO DE ORGANIZAÇÃO E MANUTENÇÃO DO ESTADO OU DA REPÚBLICA

Sobre a religião, já nos desbruçamos longamente nos capítulos anteriores, mas é bom frisar novamente como a religião livremente praticada conduz à cidadania e à civilidade. Uma religião bem aceita passa a fazer parte da vida cotidiana dos homens e mulheres daquela república. De volta ao pensamento do autor, para analisar esse aspecto religioso. Ao longo dos capítulos XI a XV do primeiro livro dos Discursos, Maquiavel encaminha a questão da religião como elemento de conservação, fortalecimento das instituições e tradições do Estado, confrontando a obra do legislador com a ação do tempo. O florentino insistirá no papel da religião como força para a manutenção da unidade que fará a grandeza dos estados. A religião da Roma Antiga tinha essa missão de preservar as virtudes e os valores paradigmáticos do

²⁵⁷ MAQUIAVEL. *História de Florença. Tradução e notas de Nelson Canabarro. São Paulo: Musa Editora, 1998, p. 144.*

Estado, salvaguardando tais modelos na sociedade e impulsionando o bem comum. Desta maneira, evitava a particularização ou a personalização da virtude, mesmo podendo vir a óbito um príncipe virtuoso que, mesmo assim, a cidade manteria sua sólida fundação. “É nesse sentido que se deve compreender o elogio de Maquiavel a Numa e a sua religião, fundamento das instituições romanas. Considerando tudo, concluo que a religião introduzida por Numa foi uma das principais razões da felicidade daquela cidade, pois ensejou boas ordenações; as boas ordenações trazem boa fortuna; e da boa fortuna nasceram os bons êxitos das empresas. E assim como a observância do culto divino é a razão da grandeza das repúblicas, também o seu desprezo é razão de sua ruína, pois onde falta o temor a Deus, é preciso que o reino se arruíne ou que seja mantido pelo temor a um príncipe que supra a falta da religião” (Discursos I, 11, p. 51).

É através da religião, que o fundador da religião romana quis conservar os bons efeitos da fundação romana. Numa instituiu várias cerimônias religiosas para conservação e manutenção do estado, portanto era importante que o estado não se deixasse corromper. A propósito desse fator, “a religião”, Maquiavel chegou a afirmar que Numa foi ainda mais importante do que de Rômulo, conforme o texto abaixo:

embora, Roma tivesse Rômulo como primeiro ordenador e lhe coubesse reconhecer nele como, se filha fosse, o nascimento e a educação que teve, os céus, julgando que as ordenações de Rômulo não bastavam a tanto império, inspiraram no peito do Senado romano a eleição de Numa Pompílio como sucessor de Rômulo, para que as coisas que Rômulo deixara sem fazer fossem ordenadas por Numa; este, encontrando um povo indômito e desejando conduzi-lo à obediência civil com as artes da paz, voltou-se para a religião como coisa necessária para se manter uma cidade [civiltà]; e a constituiu de tal modo que vários séculos nunca houve tanto temor a Deus quanto naquela república, o que facilitou qualquer empreendimento a que o senado ou aqueles grandes homens romanos quisessem entregar-se. E quem examinar as infinitas ações do povo de Roma em conjunto e de muitos dos romanos por si verá que aqueles cidadãos temiam muito mais violar o juramento que as leis, porquanto estimavam mais o poder de Deus que o dos homens[...] (Discursos I, 11, p. 49).

Sendo assim, de Rômulo a Numa, fica claro que a fundação e a organização de uma cidade só encontraram a sua sustentação com a introdução da religião e das cerimônias. Assim, ainda que se possa dizer que Rômulo fosse um homem de extrema *virtù*, foi a fundação da religião, levada a termo por Numa, que permitiu a preservação e a elaboração dos valores contidos nos atos de fundação. Observa-se a passagem ao domínio da conservação e da representação, sem o qual toda e qualquer fundação é corroída pelos descaminhos humanos. Depois elogiar a religião de Numa, Maquiavel faz duras críticas à religião e à Igreja do seu

tempo, a Igreja Católica, acusando-a de ser responsável pela decadência dos costumes e, sobretudo, pela incapacidade de ação dos homens políticos. É verdade que a força de uma sociedade deve ser medida por sua real capacidade de resistir aos ataques do tempo e, nesta tarefa, as instituições religiosas, bem como a sua manutenção serão essenciais:

Se a religião tivesse sido mantida na república cristã segundo os princípios do seu fundador, as repúblicas que a professam seriam mais unidas e mais felizes do que o são hoje. E a prova maior da sua decadência é ver que os povos mais próximos da Igreja romana, essa capital da nossa religião, são menos religiosos. E aquele que considerasse os seus fundamentos e visse o quanto o seu uso presente é diferente daquele de outrora, julgaria o quanto estamos sem dúvida próximos da ruína e do castigo. (Discursos I, 12, p.54).

A liberdade em deixar-se conduzir pela religião fez os romanos saberem se servir da religião, para organizar o governo da república, enquanto que para a Igreja Católica faltou a coragem e até mesmo uma força suficiente para promover a união do país. Deste modo, Maquiavel pretende explicitar o conteúdo cívico das religiões, uma vez que sem ele não se pode compreender uma parte importante do papel da religião em uma comunidade.

Acontece que a religião bem usada politicamente deveria dar frutos de cidadania e de virtudes. Em Roma, o exemplo de Numa mencionado mais acima, foi uma vitória naquela república. Em Florença, de frei Girolamo Savonarola (Jerônimo Savonarola), houve um primeiro momento que ele conseguiu persuadir o povo de que falava com Deus. E o povo lhe deu fé. A propósito, Maquiavel escreve:

O povo de Florença não parece ser ignorante nem rude, no entanto, o frei Jerônimo Savonarola o persuadiu de que falava com Deus. Não quero julgar se era verdade ou não, pois que de tal homem se deve falar com reverência, mas digo, sim, que um número infinito de florentinos acreditava sem ter visto nada de extraordinário que os levasse a crer, porque sua vida, sua doutrina e o assunto que falava eram suficientes para que lhe dessem fé (Discursos I, 11, p.52).

De ponto de vista da própria liberdade e com Savonarola, o Professor traz uma bela visão sobre o pensamento do frei Girolamo Savonarola. Trata da liberdade como uma luta contra a tirania que dominava os estados italianos da época. Vejamos um trecho tirado do artigo do professor Valverde sobre a liberdade no Primeiro livro dos Discursos:

Ocorre que Savonarola concebia de modo negativo a liberdade. Para ele, a liberdade era tomada como negação da tirania, o terror medieval frente às idealizações do “bom governo”. Sem altura intelectual para perceber a verdadeira face da tirania, tomava-a como o governo guiado pela volúpia ensandecida e pelo desejo pessoal de poder do tirano, a encarnação do demônio, “aquele que não dormia duas vezes na mesma cama”, como se

fazia crer na época, temendo ser assassinado. Em sua ferrenha oposição contra a tirania, Savonarola buscava o exemplo bíblico de Holofernes, assassinado justamente por Judith, favorecendo assim a prática do tiranicídio, se necessária fosse. Para ele, Florença era uma cidade predestinada por Deus e vários acontecimentos apontavam para isto, tal como a invasão em 1402, afinal não ocorrida em virtude da morte do Galleazzo Visconti. Savonarola ligava sua argumentação anti-tirânica e pró-liberdade cívica a uma exploração de moralismo de baixa fundamentação atrelado à religiosidade popular, ligação para fins políticos pouco conhecidos até então na Toscana. Por estes tempos também, Savonarola dizia conversar com Deus e os florentinos não se importaram com esta *anormalidade...*²⁵⁸.

A respeito de governo misto que analisamos também nos capítulos anteriores quando abordamos o assunto sobre a fundação, queremos simplesmente considerar um fechamento. Maquiavel afirma que, de todos os legisladores que ilustraram a forma mista de governo, Licurgo é o mais digno de elogios, posto que, através das leis por ele deixadas à cidade de Esparta, pôde-se contrabalançar o poder do rei, dos grandes e do povo de tal maneira que a paz pode reinar naquele Estado de Esparta por longo tempo. Finalmente, para considerações finais sobre tema da liberdade na fundação, fiquemos com duas propostas do Professor Bignotto²⁵⁹ que afirma serem as mais significativas: a liberdade pode existir em “germe” em qualquer uma das formas constitucionais; se Roma deve servir de exemplo, isto se deve menos à sua fundação perfeita e mais à sua capacidade de operar transformações extremamente difíceis de serem levadas a cabo.

De outro lado, o autor não deixa de afirmar que, se a conquista da liberdade depende da adoção de um governo misto, então, para que se leve a contento tal forma de governo, é preciso levar em conta – como fator positivo – as “intrínsecas inimizades”, ou seja, a “desunião do povo”. Nesta perspectiva, Maquiavel inova ao reconhecer que o conflito é mais fecundo para a sociedade, pois cria e abre espaços de liberdade. E se a “sorte favoreceu” Roma, como dirá Maquiavel, isto se deve ao fato de que, não obstante todas as suas vicissitudes, a “desunião” entre o povo e o Senado acabou por manter em equilíbrio os “três poderes” que compunham aquela comunidade política – poder consular, aristocrático e popular.

²⁵⁸ Valverde, Antônio José Romera. *“O problema da liberdade no primeiro livro dos Discursos de Maquiavel”*, p.24

²⁵⁹ BIGNOTTO, Newton – *Maquiavel Republicano*, p. 82

2.8 O PONTO CENTRAL DA LIBERDADE NOS DISCURSOS

Ao tratar do tema referente à fundação da cidade e à corrupção, nos debruçamos, longamente, anteriormente. O nosso autor aborda, ligado ao tema, a problemática da liberdade. O tema de liberdade cívica, nestes capítulos XVI, XVII e XVVII do primeiro livro dos Discursos, foi bem explorado pelo Professor Valverde.²⁶⁰ O primeiro destes capítulos, no caso o capítulo XVI, se volta para a fundação da cidade e mostra como o povo é acostumado a viver sob a autoridade de um príncipe, se por algum acontecimento se tornar livre, dificilmente mantém a liberdade²⁶¹.

No seu artigo publicado na Revista Hypnos²⁶², o Professor Valverde analisa o problema da liberdade cívica nos capítulos acima mencionados. Tratando do capítulo dezesseis do primeiro livro dos Discursos, O filósofo e estudioso de renascimento, o professor Valverde escreve o seguinte:

“No primeiro deles, Maquiavel faz a seguinte proposição: "Se um povo habituado a viver sob um príncipe ganha acidentalmente a liberdade, tem dificuldade em mantê-la". Frente a nada hipotética situação, Maquiavel relembra o sucedido em Roma após a expulsão dos Tarquínios, como exemplo salutar. Como quer o florentino, se trata de uma "dificuldade que se deve à seguinte razão: um povo nesta situação é como um animal vigoroso que, embora feroz por natureza, e nascido na floresta, tivesse crescido numa jaula; posto casualmente em liberdade, em pleno campo, não saberia encontrar alimento, nem abrigo, tornando-se presa do primeiro que quisesse outra vez capturá-lo".²¹ E prossegue garantindo que é "o que acontece com um povo acostumado a viver sob leis alheias não sabendo garantir sua própria defesa, nem defender a coisa pública dos atentados inimigos, cairá logo sob um jugo muitas vezes mais intolerável do que aquele do qual se libertou".²² Mas isto ocorre quando tal povo se encontra completamente corrompido, e, conseqüentemente, a liberdade não pode vingar. É o que se dá nas nações em que o correto encaminhamento do bem público sobrepõe-se ao mal encaminhamento, nelas o Estado acaba por recobrar a liberdade, mas com tremenda dificuldade, pois encontrará "inimigos engajados", que são os que tiravam vantagens da situação anterior, e apoiadores não engajados, tal acontece porque o Estado fundado sob a liberdade (por extensão sob a

²⁶⁰ Valverde, Antonio José Romera – “O problema da liberdade no primeiro livro dos Discursos de Maquiavel”. In: Núcleo de Pesquisas e Publicações (Série Relatórios de Pesquisa). Relatório de Pesquisa n.8/1999. São Paulo: Escola de Administração de Empresas da Fundação Getúlio Vargas, pp. 47/48. Artigo rico e muito interessante que recomendamos a leitura.

²⁶¹ Esse é o título do capítulo dezesseis sobre esse fato de um povo que muitas vezes não segura a liberdade conquistada por não estar acostumado a viver livre.

²⁶² Valverde, Antonio José Romera “A liberdade cívica no Livro I dos Discorsi de Maquiavel”, Revista Hypnos, ano 4, n. 5, 2º sem 1999, pp. 337-354,

igualdade, e viceversa) só reconhece privilégio e dá prestígio aos cidadãos que são merecedores de tal honraria. E o legítimo merecedor não necessariamente deve ser grato”.

Entre outras palavras, Maquiavel quer nos mostrar que os homens acostumados na exploração ou no cativeiro, dificilmente, vão fugir daquela exploração. Isso é exatamente o que Maquiavel quis fazer enxergar aos seus contemporâneos.

Do mesmo modo, um povo acostumado a viver sob leis alheias, facilmente sucumbirá ao domínio da tirania, por vezes de tipo ainda mais intolerável do que o regime anterior que o explorou. A liberdade tem suas vantagens que, às vezes, não são percebidas. É nesse sentido que Bignotto vai ao centro da questão dizendo:

Esse percurso sinuoso, que vai da problemática da fundação, passando pelas críticas à Igreja, até a afirmação da corrupção como empecilho maior para a vivência da liberdade, desfere um golpe mortal nos humanistas que viam na liberdade um bem adorado por todos. Maquiavel destrói o mito Florentino da liberdade mostrando que, ao contrário do que acreditavam os escritores do passado, a liberdade é sempre objeto de críticas violentas, e de escassa defesa da parte daqueles que por ela são beneficiados²⁶³.

Prosseguindo, Maquiavel tratará da corrupção das comunidades políticas, para conduzir mais uma vez o seu leitor ao importante tema da liberdade cívica e tendo sempre como apoio os exemplos da história. Maquiavel indica que o povo romano ainda não estava corrompido e se estivesse não haveria como remediar: “o povo romano, pois, não estava corrompido quando recuperou a liberdade, depois de mortos os filhos de Brutos e extintos os Tarquínios, pode conservá-la com todos aqueles modos e ordenações sobre os quais de outra vez discorreremos. Mas quando o povo está corrompido, nem em Roma nem alhures se encontram remédios válidos para mantê-la...”²⁶⁴. Dando continuidade ao assunto, Maquiavel esclarece dizendo: “Digo, portanto, que nenhum acontecimento, por mais grave e violento que fosse, poderia tornar Milão ou Nápoles livres, por estarem seus membros totalmente corrompidos. Viu-se isso depois da morte de Flippo Visconti, pois Milão, desejando ganhar a liberdade, não pode e não soube mantê-la”²⁶⁵.

Pelo contrário, Roma se manteve em liberdade por ter tirado do meio do seu povo os reis corruptos.

²⁶³ BIGNOTTO, Newton – *Maquiavel Republicano*, p. 200.

²⁶⁴ Maquiavel. *Discursos* I, XVI, p.68

²⁶⁵ Maquiavel. *Discursos* I, XVII, p.70

No entanto, foi grande a sorte de, em Roma, tais reis se terem logo corrompido, sendo por isso expulsos antes que sua corrupção penetrasse nas entranhas da cidade; essa ausência de corrupção foi a razão de os infinitos tumultos ocorridos em Roma não terem prejudicado, mas favorecido a república, visto que a finalidade dos homens era boa²⁶⁶.

E o caso de Roma é mais eloquente quando a corrupção dos reis não se traduziu na corrupção do povo, de tal modo que suas desordens foram absolutamente vantajosas, visto que as intenções dos cidadãos eram boas. Assim, Maquiavel retorna ao tema das lutas e cisões políticas, para insistir na distância que separa os regimes livres daqueles que são incapazes de vir a sê-lo, quer dizer, regimes que não possuirão a liberdade nem mesmo na esfera de suas possibilidades; isso não significa que a corrupção seja algo absoluto. O que se vê são graus de corrupção e é por isso que Maquiavel insistirá na afirmação de que, se em algumas cidades a classe dirigente se encontra corrompida, mas não o povo, então, a liberdade ainda é possível. Ao abordar os conflitos e as lutas internas, o autor aponta para os benefícios dos conflitos para a liberdade os quais sempre foram uma ocasião para a elaboração de leis que favorecem a liberdade e as instituições mais sólidas. Em seu artigo sobre análise da liberdade no Primeiro livro dos Discursos, o Professor e filósofo Valverde escreve:

A liberdade maquiaveliana é o resultado de um processo de luta, que não é extinto pelas forças do tempo nem ao menos pelas forças humanas. As discórdias, núcleo central da existência desejos polarizados na cidade, engendram as maiores e melhores instituições civis, porque como quer o pensador Florentino, existem “em todos os governos duas fontes de oposição: os interesses do povo e os da classe aristocrática. Todas as leis para proteger a liberdade nascem dessa desunião...”²⁶⁷.

Nesse contexto de corrupção dos reis e do povo, Maquiavel faz diferença de um povo corrompido e um povo sadio. Essa distinção tem como finalidade esclarecer a ação humana e para que o teórico que busca uma compreensão das espertezas e mazelas dos homens do seu tempo tenha esclarecimento suficiente. Para iluminar os contornos da ação humana, bem como o “campo dos possíveis” de um regime qualquer, não basta recorrer à teoria cíclica da história; quando se trata de investigar a passagem de uma república livre para uma tirania, a questão é de saber se existem regras universais que comandam a degeneração dos regimes. Isso precisa ser levado em conta, até porque, em Maquiavel, a política deve ser estudada levando-se em conta os regimes reais, não os ideais:

²⁶⁶ Ibidem

²⁶⁷ Valverde, Antonio José Romera – “O problema da liberdade no primeiro livro dos Discursos de Maquiavel”. *Op.cit.* pp. 47/48.

Maquiavel nunca negou que a república fosse o regime mais perfeito, mas, contrariamente, a Aristóteles, ele não tem em mente um regime ideal quando se interroga sobre a corrupção ... Maquiavel não vê nos regimes reais apenas formas corrompidas de um modo de vida perfeito. Para ele, a passagem da república à monarquia é essencial, porque assinala a modificação da ‘virtù’ de um povo, porque transforma o universo dos possíveis de um Estado, mas, nunca, porque haja degradação em relação a uma essência original à qual seria sempre necessário se referir, quando se estuda a política²⁶⁸.

A análise da corrupção faz estabelecer alguns critérios de diferenciação no tocante ao povo em sua capacidade de reagir ou não, trata-se da virtù do povo, a sua capacidade de reação. É claro que isso não quer dizer que todos os regimes se equivalem, mas sim que é preciso pensar nas possibilidades de se fundar e manter o governo livre (verdadeira república) em uma cidade cujo povo foi corrompido. Nesse contexto, Maquiavel verá que todos os regimes não são idênticos e nem passam pelos mesmos desafios. Portanto, há duas indagações básicas a se fazer: No primeiro momento, basta querer saber se a ação de um só homem pode impedir o processo de degradação de um regime; e, em segundo momento, buscar determinar quais são as ações que podem salvar a liberdade de uma cidade. No capítulo XVIII, Maquiavel questiona “de que modo, nas cidades corrompidas, se poderia manter um estado livre que já existia ou ordená-lo caso não exista”.²⁶⁹ O referido capítulo busca refundar as instituições quando o povo está corrompido, visão que toca nas atitudes dos humanistas do renascimento. Bignotto destaca que havia entre os humanistas uma continuidade de caráter histórico que trazia em seu bojo a idéia de que uma certa essência mantinha-se inalterada com o passar do tempo como uma fonte a partir da qual era possível reconstituir os valores embrionários de uma dada comunidade política²⁷⁰.

Maquiavel quer investigar e tentar descobrir até quando a ação humana pode ser capaz de dominar o processo de corrupção, se abstendo do recurso para um retorno às origens, entendido enquanto tarefa de reconstituição de um núcleo de valores iniciais. Lembremo-nos de que Maquiavel pertence a uma tradição filosófico política para a qual não existe nenhum direito “natural”, ou ainda, direito nenhum precede o ato positivo da fundação de uma comunidade política. Para remediar a corrupção nas repúblicas, Maquiavel preconiza nos Discursos I, 18, uma necessidade de uma reforma contínua das instituições, posto que estas deixam de ser convenientes a uma cidade corrompida.

²⁶⁸ BIGNOTTO, Newton – *Maquiavel Republicano*, p. 202.

²⁶⁹ Maquiavel. Discursos. I, 18, p. 72.

²⁷⁰ ⁵¹BIGNOTTO, Newton – “*Humanismo cívico hoje*”. In: BIGNOTTO, Newton (org.) – *Pensar a República*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2002, pp. 58/59.

Portanto, para que Roma se mantivesse livre naquele estado de corrupção, era necessário que, assim como ao longo de sua vida criara novas leis, também tivesse criado novas ordenações, porque, para um sujeito mau, as ordenações e os modos de vida ordenados são diferentes dos que se ordenam para um sujeito bom, e a forma não pode ser semelhante em uma matéria toda contrária. Mas tais ordenações ou devem ser renovadas todas de uma só vez, tão logo se descubra que não são mais boas ou aos poucos, antes que todos percebam seu inconveniente; digo que ambas as coisas são quase impossíveis, porque, para que elas sejam renovadas aos poucos, é preciso que isso seja promovido por um homem prudente, que perceba o inconveniente de antemão, quando ele nasce (Discursos I, 18).

Esse elemento da corrupção no pensamento de Maquiavel nos confronta realmente com o fator indeterminação da ação humana, que é irredutível a um modelo inteiramente racional. Nessa medida, no interior da reflexão de Maquiavel, as fórmulas polibianas analisadas nesse trabalho não podem mais confortar o leitor. A corrupção aponta para o termo limite do esforço de compreensão iniciado pelo pensamento de Maquiavel para a elucidação do sentido da degeneração dos regimes políticos, que é o ponto crítico da teoria da ação. Assim, Maquiavel une o sentimento mais agudo da contingência ou do “irracional no mundo” ao gosto da consciência ou da “liberdade no homem”, conforme a bela expressão de Merleau-Ponty²⁷¹.

2.9 A LIBERDADE E O IDEAL REPUBLICANO NOS DISCURSOS

Podemos observar que, nos Discursos, Maquiavel articula bem e defende o ideal do republicanismo. Em várias situações, o nosso autor mostra como a virtù que está inserida ou contida nas instituições é a força motora da liberdade republicana. As instituições funcionam bem, contrário ao que acontece em monarquias onde a virtù depende da fortuna de um príncipe virtuoso como dos seus sucessores ao trono. Assim sendo, será preservada a liberdade cívica e, conseqüentemente, a liberdade do Estado e a paz. Em *O Príncipe*, segundo Ernest Cassier, que na sequência traremos a citação, *Maquiavel nos apresenta um republicanismo mais “acadêmico” e contemplativo do que prático ou ativo*. Pelo contrário, nos *Discursos*, o *secretário florentino apresenta muitos ideais republicanos*, que acabam se casando perfeitamente com o “realismo político” por ele proposto e defendido. Vejamos o que Cassier disse a esse respeito:

²⁷¹ MERLEAU-PONTY, Maurice – “Nota sobre Maquiavel”, p. 24

Mas há duas razões que explicam esta aparente discrepância no pensamento de Maquiavel: uma de ordem geral e outra de ordem prática. Maquiavel estava convencido de que todos os seus pensamentos políticos eram inteiramente realistas. Contudo, quando estudamos o seu republicanismo encontramos muito pouco desse realismo político. O seu republicanismo é muito mais ‘acadêmico’ do que ‘prático’; mais contemplativo do que ativo. ... Maquiavel não tinha jurado fidelidade a qualquer programa político. O seu republicanismo não era truculento, rígido, intransigente. Podia aceitar realmente um Governo aristocrático, porque não tinha recomendado a oclocracia, o domínio da plebe ²⁷².

No capítulo XX do primeiro livro dos *Discursos*, Maquiavel deixa claro que a sucessão de dois príncipes virtuosos produz grandes efeitos, como também as repúblicas bem ordenadas têm, necessariamente, sucessões virtuosas, conforme mostra no texto que segue:

Depois que Roma expulsou os reis, deixou de estar exposta aos perigos que falamos acima, ou seja, da sucessão de um rei fraco ou mau. Porque aos cônsules foi dado o poder supremo, não por herança, fraudes, ou ambição violenta, mas por sufrágio livre; e eram sempre excelentes homens. Roma, valendo-se de tempo em tempos da virtù e da fortuna deles, pôde atingir o máximo da grandeza num número de anos igual aos que estivera sob os reis. Assim se vê que a sucessão de dois príncipes virtuosos – como foram Filipe da Macedônia e Alexandre Magno – é suficiente para a conquista do mundo. Mais ainda deve realizar uma república, que pode eleger não só dois, mais infinitos príncipes virtuosíssimos em sucessão, o que deve ocorrer sempre em toda república bem ordenada²⁷³.

Para o secretário florentino, as leis ordenadas são, verdadeiramente, uma expressão visível da liberdade, portanto as leis devem ser obedecidas para todos. Desobedecer às leis seria um ataque à liberdade e ao próprio Estado. A liberdade nos faz proteger contra tudo que ameaça o equilíbrio que vem das leis da república; a tudo isto, é preciso considerar os humores da plebe e humor dos grandes. Para Maquiavel, a defesa do republicanismo é uma associação entre um regime livre e um regime de leis. Segundo o referido filósofo, o regime republicano revê um caráter de algo mais maléavel no contexto das instituições causando muitas mudanças que afetam a vida das comunidades humanas.

Partindo para a leitura do capítulo XXIV dos *Discursos*, percebemos o quanto Maquiavel se volta de maneira paradigmática às questões acima levantadas. Na citação a seguir, fica mais explícito a tentativa do nosso autor de pensar a liberdade cívica ligada à ação humana.

[...] é que nenhuma república bem-ordenada jamais usou os méritos de seus cidadãos para anular seus deméritos, mas, tendo ordenado prêmios para as boas obras e penas para as más, mesmo tendo premiado alguém por uma boa

²⁷² CASSIRER, Ernest – O Mito do Estado, p. 163.

²⁷³ Maquiavel. *Discursos*, I, XX, p. 79

obra, castigá-lo-á depois, sem consideração alguma por suas boas obras, caso ele venha cometer uma má ação. E quando tais ordenações são bem observadas, as cidades vivem livres por muito tempo; quando não o são, logo se arruínam. Porque, se num cidadão que tenha realizado alguma excelente obra a audácia e a confiança de cometer uma ação que não seja boa sem temor de punição, este em breve se tornará tão insolente que se dissolverá toda a autoridade da lei [civiltà]²⁷⁴.

A realidade que salta aos nossos olhos, faz entender que esse capítulo carrega a intenção explícita de afirmar que os prêmios e os castigos, previstos em qualquer república bem organizada, não podem compensar uns aos outros. Trata-se de um imperativo com vistas a evitar aquilo que da perspectiva maquiaveliana é o mal maior em termos de política: a corrupção do corpo social.

O capítulo XXV nos direciona à questão relativa à reforma da constituição de uma república livre, ou seja, de uma nação livre. Tudo isto cria certa ilusão de unidade política que, de fato, torna os homens incapazes de enxergar a fratura social que toda comunidade comporta, por isso que nosso autor se vê obrigado a fazer o elogio da prudência, alertando também os seus leitores para a importância de se assegurar, quando da reforma de velhas instituições, ao menos pela aparência dos antigos costumes. Ele escreve: “E isto deve ser observado por todos quantos queiram eliminar um antigo modo de vida de uma cidade e conduzi-la a uma vida nova e livre, porque, visto que as coisas novas alteram as mentes dos homens, debes empenhar-te para que tais alterações conservem o máximo possível das antigas; e, se as magistraturas diferem das antigas em número, autoridade e duração, que pelo menos mantenham seu nome²⁷⁵.”

Em suma, se considerarmos tanto a teoria dos conflitos quanto a dos humores opostos nas cidades, convém afirmar que o fator dito liberdade e, em especial, em uma república, passa pela compreensão do papel desempenhado pelo povo.

No capítulo XXVII, a propósito de se dedicar ao estudo do comportamento do tirano de Perugia, que recuou diante da oportunidade de matar o Papa Júlio II²⁷⁶, Maquiavel apresenta um tipo de homem que, segundo sua perspectiva, se encontra destituído de todo o respeito pelas coisas humanas. O Papa Júlio II entrou em Bolonha, em 1505, para expulsar ou capturar daquele estado o cardeal Bentivoglio que ali reinava por muito tempo, bem como tirar de Perúgia

²⁷⁴ Maquiavel. *Discursos*, I, XXIV, p.85-86

²⁷⁵ Maquiavel. *Discursos*, I, XXV, p.87-88

²⁷⁶ O Papa Júlio II nasceu como Giuliano Della Rovere em Savona, Italia em cinco de dezembro de mil quatrocentos e quarenta e três. Foi feito Papa em 01/11/1503, e faleceu em 21/02/1513. Foi um Papa sempre a cavalo para reconquistar as terras da Igreja que foram invadidas. Ele era sobrinho do outro Papa Sisto IV.

Giovampagolo Baglioni, que era o tirano. Chegando perto da cidade e sem esperar o seu exército, o Papa entrou na cidade impetuoso e desarmado para prender Giovampagolo, todavia este estava com a sua guarda e mais homens e se entregou ao Papa que estava apenas com a sua guarda.

É verdade que Giovampagolo era considerado e temido como incestuoso e notório parricida, porém não soube aproveitar a ocasião para cometer um grande crime que o deixaria mais temido e famoso, quando se apresentou a ele a ocasião de se voltar contra o Papa.

É de se surpreender, portanto, essa atitude de Giovampagolo de submissão e entrega, comportamento vindo de um reputado criminoso e assassino. Levando em conta a situação ocorrida, conclui Maquiavel “que os homens não sabem ser maus com honra nem bons com perfeição e que, quando uma maldade tem em si grandeza ou é parcialmente generosa, eles não sabem praticá-la”²⁷⁷.

Na página 103 de Maquiavel Republicano, o Professor Bignotto analisa a frase de Maquiavel como sendo um verdadeiro ataque à tirania. A ideia de Maquiavel é de destruir o mito que ia contra às aspirações republicanas que pregava o uso da força como solução para boa governança e manter a paz. Maquiavel se afasta dos ataques tradicionais à tirania que remontavam a Idade Média e dominavam o pensamento político florentino da época. O supracitado filósofo escolherá uma nova via, aquela em que ele afirma que não é tanto o mal absoluto que deve ser negado, considerando que mantém certa familiaridade com a virtude. É um mal que é ligado ao caráter exterior da violência e é incapaz de alcançar a grandeza. Torna-se um imperativo para que os tiranos sejam criticados não pelo uso da força, mas sim pela mediocridade com a qual se utilizam de meios extraordinários.

Deste modo, os próximos capítulos XXIX a XXXIII serão dedicados ao estudo da indecisão natural dos homens e da gratidão ou ingratidão de um povo ou de um príncipe. Não pretendemos entrar em detalhes para esse assunto, queremos manter o nosso foco no bem da república e das leis. Todavia, sabemos que a ambição e a desconfiança são naturais nos homens, portanto não se pode impor limites à sorte. Com Maquiavel, somos convidados a interrogar os desejos do povo – tendo sempre em vista, de um lado, as sociedades corrompidas e, de outro, a contingência na qual se decide as ações na cidade. Na maioria das vezes, a própria ambição pelo poder é demonstrada, o que se vê é a irracionalidade dos atores políticos, de modo que não

²⁷⁷ Maquiavel. *Discursos*, I, XXVII, p.90

podemos evitar as práticas obscuras da ação política. Neste contexto, o autor dirá que a desconfiança afeta o povo mais raramente, posto que eles têm menos motivos para suspeitar. Maquiavel alinha muitos exemplos de ingratidão do príncipe por inveja da virtù do comandante que, vencendo o inimigo, cobre-se de glória e enche seus soldados de riquezas. Como disse, “a natureza dos homens é ambiciosa e suspeitosa e não sabe pôr limites à fortuna” (Discursos I, 29, p.93). Para tratar de exemplos de ingratidão, temos os casos específicos, que nos relembra Maquiavel de Antônio Primo quando Vespasiano foi declarado imperador pelos seus soldados, ele que estava na judeia. Antonio ganhou dos exércitos, mas foi privado da obediência do exército por Muciano. Também é o caso de Consalvo Ferrante, combatendo por Fernando de Aragão no reino de Nápoles contra os franceses, conquistou e venceu tal reino; sabem que seu prêmio pela vitória foi que Fernando saiu de Aragão e, chegando a Nápoles, destituiu-o do comando do exército, privou-o das fortalezas e, em seguida, levou-o para a Espanha onde, pouco tempo depois, morreu sem honras. (Discursos I, 29, p.94). Há muitos mais exemplos nesta mesma linha de desconfiança, de traição e de suspeição.

Para reforçar a defesa do ideal republicano, Maquiavel nos conduz à necessidade das leis e faz uma análise da ditadura como uma fase temporária de crises.

O secretário florentino faz uma defesa forte do ideal republicano. O nosso autor refaz um brilhante elogio as leis romanas, recorrendo a uma análise da ditadura. Segundo Maquiavel, se for mantida nas formas legais, a instituição romana da ditadura pode representar o sustentáculo da república. A ditadura romana revela a dimensão contingente da história: é pela ação presente, bem como pela criação de meios extraordinários que uma república deve fazer frente aos ataques do tempo. Portanto, a excepcionalidade da ditadura romana não pretendia ir para a destruição das instituições e das leis daquela cidade, mas sim uma tarefa específica para uma situação também específica, prevista e determinada dentro dos mecanismos legais existentes e o próprio senado romano.

Assim, o autor reafirma a importância do respeito às leis, pois, mesmo quando Roma estabeleceu ditadores, eles foram por tempo determinado e bem limitado o período, para o bem da república. É o que observamos no capítulo XXXIV do primeiro livro dos Discursos, quando declara que a autoridade ditatorial fez bem e não mal a república romana. Posteriormente, veremos quem e em que condições um ditador era designado. E tudo simplesmente na base das leis da república.

E vê-se que o ditador, enquanto foi designado segundo as ordenações públicas, e não por autoridade própria, sempre fez bem a cidade, pois o que prejudica as repúblicas é fazer magistrados e dar autoridade por vias extraordinárias, e não autoridade que se dá por vias ordinárias; e vê-se que Roma, durante tanto tempo, nunca ditador algum fez nada que não fosse o bem a república. E para tanto há razões mais que evidentes. Primeiro, para conseguir ser ofensivo e apoderar-se de uma autoridade extraordinária, é preciso que o cidadão tenha muitas qualidades que poderia ter numa república não corrompida, precisa ser riquíssimo e ter muitos adeptos e partidários, o que é impossível onde há observância das leis; e, mesmo que isto fosse possível, tais homens são tão temíveis que o sufrágio livre não os aceita²⁷⁸.

É bom também lembrar que, na república romana, os ditadores eram indicados por um tempo determinado, para conduzir a resolução dos problemas ou das situações pelas quais foram estabelecidas por lei. Nunca os ditadores tiveram um caráter perpétuo. Assim, escreve Maquiavel no capítulo acima mencionado:

Além disto, o ditador era nomeado por certo tempo e não em caráter perpétuo, e apenas para obviar a situação pela qual fora criado; e a sua autoridade estendia-se ao poder de deliberar sozinho acerca dos remédios para aquele perigo urgente, e de fazer tudo sem consulta e de punir qualquer um sem apelação, mas não podia nada que representasse diminuição para o estado, tal como privar o senado ou o povo de autoridade, destruir as antigas ordenações da cidade e criar novas. De modo que, somando-se o breve tempo de sua ditadura, a autoridade limitada que ele tinha e o fato do povo romano não ser corrompido, era impossível que ele saísse de seus limites e prejudicasse a cidade e, pela experiência, se vê que sempre foi proveitoso²⁷⁹.

A propósito, a liberdade na república envolveu todos os elementos acima mencionados. Em verdade, Maquiavel teve em seu tempo a tarefa de indicar os caminhos para a estabilidade de república, em especial, a república de Roma. Esses caminhos foram sendo delineados a partir das práticas políticas vigentes naquelas cidades-estado do seu tempo, como era o caso de Veneza e florença, por exemplo. Defendendo a república e seus benefícios enquanto instituição, Maquiavel avalia e define o perfil do governante e do cidadão com seus costumes e hábitos. Com todos esses elementos em mãos, ele tenta estabelecer algumas comparações entre a cidadania romana e a cidadania nos estados italianos de sua época. Em relação à questão do desprendimento pessoal em nome da sociedade e em nome da república, o secretário florentino estabelece o desvelo, uma preocupação e manifesta um sério desprendimento das ambições e vaidades pessoais em favor do bem comum ou coletivo da república. Vejamos uma observação pertinente de Skinner a esse respeito: “Nos *Discursos* ... Maquiavel não está interessado apenas na *virtù* dos indivíduos, mas também na idéia de que esta mesma qualidade possa encontrar-se

²⁷⁸ Maquiavel. *Discursos*, I, 34, p.106-107

²⁷⁹ *Idem*, p.107.

no conjunto dos cidadãos. Igualmente, o atrai a sugestão, mais abstrata e metafórica, de que o próprio Estado seja capaz de *virtù*, assim como está sujeito a se corromper²⁸⁰”.

Estabelecendo uma breve comparação entre a Roma antiga e a cidade de Veneza, que outrora era considerada uma bela referência para a maioria dos florentinos, Maquiavel afirmará em seu capítulo XXXVI dos Discursos:

Porque a república deve depositar mais esperança e confiança num cidadão que desce de alta posição para governar noutra mais baixa, do que naquele que, de posição mais baixa, ascenda ao governo de outra mais alta. Porque só poderá acreditar nele se o vir rodeado de homens que inspirem tanto respeito ou tenham tanta *virtù* que, com seu conselho e autoridade, possam moderar a falta de experiência [novità] daquele. E, se em Roma tivesse havido o costume que há em Veneza e em outras repúblicas e reinos modernos e quem tivesse sido cônsul uma vez não quisesse voltar aos exércitos, a não ser como cônsul, teriam sido infinitas as consequências em desfavor da vida livre, seja pelos erros que teriam sido cometidos pelos homens novos, seja pela ambição que estes poderiam pôr mais em prática, por não encontrarem ao seu redor homens diante dos quais temessem errar; e, assim, ficariam mais desembaraçados, o que reverteria em total detrimento público²⁸¹.

A tirania sempre foi colocada em oposição à república²⁸² na tradição italiana. A ditadura sempre foi concebida como oposto à liberdade. Portanto, é de constatar que, para Maquiavel, é o Estado corrompido que está em oposição à república e, conseqüentemente, contrário à liberdade. Quando falamos de tiranias, não nos fechamos somente as clássicas tiranias. Se um Estado está corrompido, ele não pode engendrar a liberdade exigida para a elaboração e execução dos ideais cívicos que devem reger o modelo republicano. No contexto da ditadura ou tirania temporário, acontece umas mudanças repentinas para o melhor na república, como fruto da ação contínua dos homens na cidade. Maquiavel deixou bem claro, como acima mencionamos com a citação dos (Discursos I, 34), a importância das leis como de expressão jurídica e popular da liberdade. Portanto, as leis têm como missão de deixar claro para todos o que, aparentemente, está muito ambíguo, confuso ou provisório.

A instabilidade é algo inerente a todo sistema político, mas a lei faz evitar que esta instabilidade seja algo que inviabilize o bom andamento das estruturas institucionais. Acontece também que uma lei mal elaborada ou que tivesse demorado em ser elaborada, por certo, traz

²⁸⁰ SKINNER, Quentin – *As fundações do pensamento político moderno*, p. 196.

²⁸¹ Maquiavel. *Discursos*, I, 36, p.112

²⁸² A república sempre foi considerada como lugar privilegiado da expressão da liberdade do povo e das instituições do Estado. Pelo contrário, a ditadura sempre foi vista como negação das liberdades, seja do povo como das instituições.

incerteza e tumultos. Esta posição descarta toda possibilidade de considerar Roma como uma república infalível.

E, como as repúblicas bem-ordenadas devem manter rico o público e pobres os seus cidadãos, forçoso é que na cidade de Roma houvesse algum defeito nessa lei: ou ela não foi bem-feita desde o princípio, de modo que não precisasse ser revista todos os dias, ou demorou tanto a ser feita que já causasse tumulto tentar sanar males passados ou, se foi bem feita de início, o uso depois a corrompeu; seja como for, nunca se falou de tal lei em Roma sem que houvesse confusão na cidade²⁸³.

Nos próximos capítulos, Maquiavel vem insistindo e reitando a declarar que todos os reinos são falíveis e, conseqüentemente, a própria Roma não é infalível. Maquiavel desconstrói o mito de Roma sem erros. A república é considerada por Maquiavel o modelo político viável e possível de ser realizado e praticado. É a partir das experiências e dos fatos do passado que se constrói uma nova história para novas repúblicas estáveis. O florentino nos deixa experimentar todos esses fatos para tirar lições da nossa vida. Trata-se de uma necessidade política de conhecer os problemas passados com suas soluções para depois construir um presente seguro e um futuro propício. Dos fatos passados, encontrar remédios e soluções para os problemas de hoje. Considerando que a história deva ser a mestra dos homens, Maquiavel se atém ao elemento invariável presente no curso dos acontecimentos históricos. Isto não significa que a história em si, com todas as suas complicações, dramas e sucessos, esteja em constante repetição. Portanto, uma coisa certa resta: os desejos e as paixões humanas são recorrentes em todos os governos e em todos os povos do mundo. Assim, considera Cassier, que há sempre semelhanças entre os acontecimentos do passado e aqueles que vão aflorar no presente ou que, em todo caso, irão aflorar no futuro²⁸⁴.

Temos que apreender com a história que os fracassos políticos são muito frequentes, para não dizer que é muito comum, o que revela a fraqueza do próprio corpo político.

Como vimos até agora, as repúblicas são, para o secretário florentino, uma manifestação ou uma expressão concreta ou prática da liberdade cívica. Sendo assim, é necessário que as repúblicas sejam protegidas contra o desgaste que vem com o tempo, sempre nas idas e vindas da fortuna. Assim, Maquiavel faz da contingência um elemento igualmente imprescindível da sua filosofia da história: a *roda da fortuna*, sob o pano de fundo de uma natureza humana, cujos vícios e virtudes parecem invariáveis. Enfim, a liberdade é o centro da

²⁸³ Maquiavel. *Discursos* I, 37, p.113.

²⁸⁴ CASSIRER, Ernest – *O Mito do Estado*, p. 143.

vida da república. Não há república sem liberdade e toda liberdade em uma república é uma liberdade cívica.

CAPÍTULO III

SOBRE A DEFESA DO ESTADO, AS CONQUISTAS E A EXPANSÃO TERRITORIAL COM USO DE ARMAS E DAS MILÍCIAS

“A intenção de quem trava guerra por escolha, ou seja, por ambição, é conquistar e conservar o que foi conquistado; e, para tanto, procede de tal modo que enriqueça e não empobreça sua terra, sua pátria”.

(Maquiavel. II Discursos VI)

Ao longo do renascimento, muitas foram as condições históricas que fomentaram e permitiram um contexto permanente de guerras na fragmentada Itália. Neste breve capítulo, analisaremos as causas das guerras e as condições para a defesa do território. A nossa grande preocupação nesta tese como neste capítulo é a busca da estabilidade da república, que seja uma vivência livre e pacífica dos cidadãos naquela república. A questão militar é considerada primordial, sobretudo, envolvendo o uso de soldados que sejam mercenários ou exército patriótico. Esse problema recebeu atenção de destaque dos humanistas e, em especial, de Maquiavel. O nosso objetivo nesse contexto é apresentar um panorama das ideias que nos mostram os comportamentos dos chefes militares e dos governantes diante dos desafios de defender a pátria ou conquistar novos territórios. Analisar, sucintamente, a crítica humanista que é feita, posteriormente, ao uso de mercenários no lugar do exército nacional. Nesse sentido, entenderemos a afirmação de Maquiavel que prefere um exército nacional a mercenários, em O Príncipe. *“A experiência ensina que somente os príncipes e repúblicas com exércitos próprios alcançaram progressos extraordinários; ao passo que as armas mercenárias só trazem prejuízo”*. Reafirmando a sua ideia, Maquiavel apresenta outros exemplos, para sustentar o seu projeto do exército patriótico, disse no mesmo livro de O Príncipe e, no mesmo capítulo, que *“É mais difícil uma república com exércitos próprios cair sob o jugo de um cidadão seu, do que com tropas alheias”*. E mostra, pelo exemplo concreto e histórico de Roma e Esparta, que viveram por muito tempo em paz por ter exércitos próprios. *“Roma e Esparta viveram armadas e livres por muitos séculos. Os suíços são armadíssimos e muito livres”*. (Príncipe XII, p.18). A contratação dos mercenários não é vista de bons olhos pelo secretário florentino que alinha exemplos de decepção e de desgraças de muitos príncipes e de muitos

povos. Partindo dos Cartagineses, passando Filipe de Macedônia até os milaneses e outros, Maquiavel confirma a desvantagem de ter mercenários:

Os cartagineses confiaram a sua defesa a soldados mercenários, e viram-se quase submetidos por eles ao fim da primeira guerra púnica, ainda que tivessem por chefes compatriotas seus. Filipe de Macedônia acabou por tirar a liberdade aos tebanos, de quem havia recebido o título de capitão das suas tropas após a morte de Epaminondas. Os milaneses, uma vez falecido o duque Filipe [Maria Visconti], contrataram Francisco Sforza para combater contra os venezianos, e este, opôs derrotar o inimigo em Caravaggio, uniu-se a ele para tyrannizar os seus patrões (O Príncipe XII, p. 118-119).

É de se perguntar que, se todas as vezes que uma cidade tivesse contratado mercenários, não conseguiria fidelidade desses? Maquiavel considera menos provável não acontecer a mesma desgraça a não ser por pura sorte:

Se os venezianos e os florentinos em anos passados ampliaram os seus domínios com tais exércitos (mercenários) sem que os capitães delas se fizessem a si mesmos príncipes dos dois estados, mas, ao contrário, os defendessem, foi, de uma parte, porque os florentinos tiveram boa sorte, e, de outra parte, porque, dos capitães mais valentes [virtuosi], uns não saíram vencedores, outros encontraram oposições, e ainda outros voltaram a sua cobiça para outras bandas (O Príncipe XII, p.119).

Dessa forma, a recomendação de Maquiavel, para o verdadeiro sucesso da operação militar para expansão de um estado, mostra que é preciso ter um exército próprio com os comandantes com princípios de virtude elevados [virù]: *Examinando os feitos dos venezianos, veremos terem eles procedido a segura e gloriosamente enquanto fizeram a guerra com a sua própria gente (O Príncipe XII, p.120)*. Também faz observar o nosso autor que “Todos os príncipes ajuizados sempre evitaram tropas desta espécie (mercenários), recorrendo às próprias e preferindo perder com estas a vencer com as alheias” (O Príncipe XIII, p.127). Maquiavel aborda esse tema de guerras e conflitos militares com propriedade por ter tido uma experiência como chanceler de Florença e por ter convivido com muitos dos grandes nomes personagens militares da época. Maquiavel é certamente aquele que melhor conhecia a natureza humana no aspecto guerra. O pensador e filósofo, o Professor Dr. Antonio José Romera Valverde em seu artigo intitulado “*Maquiavel: a natureza humana e o reino deste mundo*”²⁸⁵ reforça essa ideia de Maquiavel ter conviado com esses grandes nomes e não trata de ideias ou coisas abstratas.

Maquiavel reflete pontualmente acerca da crise político militar italiana desde a reflexão contida nos **II Primi Scritti Politici**,²⁸⁶ embaralhando por vezes o papel de *Chanceler* político com o de estrategista militar da República

²⁸⁵ Artigo publicado in SGANZERLA, A.; VALVERDE, A. J. R., FALABRETTI, E. (Orgs.), *Natureza humana em movimento: ensaios de antropologia filosófica*, São Paulo, Paulus, 2012, pp. 51-61.

²⁸⁶ Conferir a tradução de **II Primi Scritti Politici** In MAQUIAVEL. **Política e Gestão Florentina**. Tradução de Renato Ambrósio. Série Ciências Sociais na Administração, Departamento de Fundamentos Sociais e Jurídicos da Administração, FGV-EAESP. São Paulo: FSJ, 2010. (Edição interna). Na edição, conferir VALVERDE, A. J. R. “‘Introdução’. Maquiavel a cavalo: os primeiros escritos políticos”, pp. 21-27.

de Florença. Dedicava vários escritos ao tema militar, ao da organização de uma milícia própria Florentina e à inevitabilidade da guerra.²⁸⁷ Esse viés da atividade política do Secretário mostra que ele não lidou abstratamente com os homens do seu tempo. Não os idealizou. Mas, ao contrário, conviveu com atores políticos eminentes: profeta desarmado, papas, reis, imperador, *condotieri*, príncipes. Ei-los, os mais destacados: Girolamo Savonarola; Alexandre VI, Júlio II, Leão X; Luís XII; Maximiliano I; Vitellozzo Vitelli, Oliverotto Pagolo; César Borgia, Giuliano de' Medici. A guerra como objeto de freqüentação e de estudo, acumulava-se para ele desde episódios próximos e remotos, que findara por depurar-lhe o pensamento político, a ponto de pensar a natureza humana pela ação política, particularmente pela guerra, em que os aspectos humanos mais absconditos e profundos se revelam, parecendo ter estado *ocultos quando terão sido óbvios*.

O secretário florentino vai concluir a respeito da escolha a realizar entre ter um exército dos mercenários e um exército próprio; ele opta por um exército próprio, e reafirma:

Do exposto concluo que, sem possuir exércitos próprios, nenhum principado está seguro (Estável) e, ao contrário, fica dependente de destino, por não ter quem o defenda na adversidade. Recordamos aqui que a opinião e sentença dos homens sábios sempre foi *quod nihil sit tam infirmum aut instabile, quam fama potentiae* nun sua vi nixa [que nada há tão débil e instável como a fama do poder que não assenta na força própria](O Príncipe XIII, p.130-131).

Esse foi um processo que se revelou ser um fator importante no uso permanente e altamente organizado dos mercenários no século XV por quem não tinha exército próprio e que permitiu um avanço em direção aos exércitos patrióticos.

Entretanto, antes de prosseguir com a nossa reflexão, vale a pena relembrar da organização dessas milícias. É verdade que, no início do século XIV, já existiam alguns exércitos com grupos de 100 a 200 mercenários. Eles eram recrutados individualmente, mas que, no decorrer das mudanças sociais, passaram a se organizar em companhias por diversas razões e, em especial, por necessidade de profissionalismo, de conquistas de experiência, facilidade dos contratos como a oferta de mercenários estrangeiros de outras guerras como os exilados políticos. Essas organizações de grupos de mercenários se estruturam em companhias.

²⁸⁷ A propósito, destacam-se dos Primeiros Escritos Políticos maquiavelianos os seguintes escritos: “Parole da dirle sopra la provizione del danaio, facto un poco di proêmio et di scusa”; “La cagione dell’ordinanza, dove la si truovi et quel che bisogni fare”; “Militie Florentine ordinatio”; “L’Ordinanza de’ Cavalli”; “Pro describendis equis in militia Florentina”. Para comentários e análises historiográfica e filológicas, ver MARCHAND, J.-J. Niccolò Machiavelli: I primi scritti politici (1499-1512): nascita di un pensiero e di uno stile. A cura di Rino Avesani, Giuseppe Billanovich e Giovanni Pozzi. Padova: Antenore, 1975. Ver também “La milizia. Componenti culturali, amministrative, militari e politiche nell’Ordinanza di Machiavelli “. GUIDI, A. Un Segretario Militante: politica, diplomazia e armi nel Cancelliere Machiavelli. Bologna: Il Mulino, 2009, pp. 159-391.

Pode-se observar que havia companhias menores e companhias maiores, estas eram muitas vezes uma composição de companhias menores.

As grandes companhias eram uma junção ou composição de companhias menores que escolhiam seus líderes entre si, procedendo por meio de consultas às companhias envolvidas. A questão corporativa das companhias do início do XIV era muito importante a ser destacada, bem como destacar o quanto significava ser uma tropa auxiliar. As tropas mercenárias eram companhias itinerantes contratadas por vários líderes de diferentes estados. Alguns desses líderes, por seus méritos ou virtude de guerra, chamaram à atenção de escritores humanistas da época que as condenaram muitas vezes. Podemos dizer que algumas companhias foram de curta duração, entretanto outras tiveram uma continuidade pelas ambições de líderes mais espertos.

Ao término da guerra, perguntava-se da sorte e da vida dos mercenários contratados e dispensados, logo que o contrato da paz era assinado pelas partes beligerantes. O mercenário dispensado tinha algumas alternativas para sobreviver, considerando que ele vive da guerra, e as opções são poucas e limitadas: a primeira opção era de se retirar para algum lugar e viver de seus inflados lucros; a segunda opção era procurar outra guerra e alguém que lhe contrata e, finalmente, uma terceira alternativa, criar algumas condições artificiais de guerra. Esses mercenários se tornam um bando de “foras-da-lei” vivendo de saques, de sequestros e resgates. Eles vendem os seus serviços para alguns estados capazes de pagar por ele. Em certa situação, procurar uma nova guerra poderia conduzir a uma longa jornada, porque as chances de encontrar uma nova guerra no inverno seriam difíceis. Portanto, a opção de formar esses grupos militares independentes foi utilizada por muitos grupos de soldados. Como a saúde econômica da Itália era muito boa, aquilo era garantia de bons contratos e de boas recompensas.

No livro dos Discursos, do capítulo VI ao XVI, do Livro Segundo, Maquiavel deixa claro uma advertência sobre a prudência a qual se deve ter, antes de atacar uma cidade, e os tipos de alianças que se faziam, passando do comportamento dos comandantes de tropas aos governantes. Os próximos capítulos colocam a visão maquiaveliana de ordenamento de exército. Avalia-se qual modelo de exército terá mais êxito: os mercenários ou as milícias nacionais? Maquiavel fará sempre a opção por um exército nacional.

No capítulo VI do segundo livro dos Discursos, Maquiavel lembra que a intenção de quem vai travar uma guerra é sempre de ganhar terreno e conservar os territórios conquistados,

portanto é necessário não gastar (II. Discursos VI). Outro aspecto importante recomendado pelo florentino é o de aplicar o método dos franceses de travar guerras curtas e grossas pondo em campo exércitos numerosos e resolver em curtíssimo tempo todas as guerras (II Discursos VI, p.204). Em “Arte da Guerra”, destaca a velocidade e o impacto do primeiro assalto que seja um golpe duro: “quanto aos ataques à força, já disse que é preciso, sobretudo, garantir o primeiro assalto. Foi por esse meio que os romanos se apoderaram de muitas praças fortes, atacando-as ao mesmo tempo por todos os lados. Eles chamaram esse tipo de ataque *agredi urbem corona*²⁸⁸”.

É também importante usar o fator surpresa nos ataques e amedrontar o inimigo e, no desespero, caia com mais facilidade:

a respeito do ataque e da defesa das praças, não se deve esquecer que nada dá mais esperança de se apoderar delas do saber que os habitantes jamais viram o inimigo. Muitas vezes, somente o medo os leva a abrir suas portas, sem mesmo terem sido atacados. Quando se sitia uma cidade, deve, por meio das mais terríveis demonstrações, empenhar-se em encher todos os corações de espanto²⁸⁹.

Uma vez, a guerra vencida, restava o problema das terras dos vencidos que passariam a pertencer aos vencedores. Acontece que, depois da vitória dos romanos, os inimigos entravam em negociação para que essas terras passassem a serem terras de posseção privada ou em assentamento de colônias, uma situação que acaba servindo de fronteiras romanas. (II Discursos VI, p. 204). A metodologia romana de travar guerras curtas e grossas, como disse acima, fazia que eles invadissem muitas terras e ganhassem acordos vantajosos (II Discursos VI, *op.cit*).

Sobre a quantidade de terras que os romanos davam aos seus colonos, isto não há especificação, porém sabe-se que os romanos “viviam pobremente, conseqüentemente, não parecia razoável que os colonos vivessem com largueza fora de Roma” (II Discursos VII, p.206). Quanto à posse de terra, os romanos não faziam questão de ter abundantes terras, mas tê-las bem cultivadas era mais importante. Também era preciso deixar alguns campos públicos para cada um pascar o seu gado, como as florestas, onde se possa extrair lenha para queimar, etc (II Discursos VII, p. 206). No capítulo VIII, do segundo livro do Discursos, Maquiavel apresenta os dois tipos mais frequentes de guerras que costumam ser travadas. Em primeiro lugar, são as guerras travadas para propagar ou ampliar o território; a título de exemplo,

²⁸⁸ Maquiavel. *A arte da guerra*, tradução de Ciro mioranza, ed, Escala, São Paulo, SP, n/d, coll. “Grandes obras do pensamento universal-8”, livro VI, p.161

²⁸⁹ Maquiavel. *A arte da guerra*, p.160

Maquiavel cita as guerras travadas por Alexandre Magno e pelos romanos, bem como as que são travadas todos os dias entre uma potência e outra (II Discursos VIII). Ele as qualifica como perigosas, mesmo que não expulsassem ninguém de suas terras. (II Discursos VIII, p.207). O segundo tipo “é aquela em que um povo inteiro com suas famílias sai de um lugar, pela necessidade da fome ou da guerra, e vai procurar nova sede e novas terras, não para governá-las, como no caso acima, mas para apoderar-se de tudo expulsando ou matando seus antigos habitantes” (II Discursos VIII, p. 208-209).

Maquiavel explica como os novos ocupantes mudaram os nomes de cidades ou lugares por eles ocupados. Assim, na Itália, a Lombardia era chamada de Gália Cisalpina; a França que se chamava Gália Transalpina, agora tem o nome da França por causa dos francos, sendo o nome dos povos que ocuparam aquela terra. Também aconteceu com a Eslovênia que se chamava Ilíria; a Hungria que era Panônia; a Inglaterra era Britânia. Moisés deu o nome de Judeia à parte da Síria por ele ocupada. (II Discursos VIII, P. 209)

Nesse mesmo capítulo VIII, do segundo livro dos *Discursos*, Maquiavel comenta sobre as guerras que fazem expulsar povos e esses vão em busca de novas terras para se estabelecerem. Ele chama atenção sobre o caso dos mauritanos, povos que habitavam na Síria, “mas ao saberem da chegada dos povos hebraicos e acreditando que não poderiam resistir-lhes, consideraram melhor salvar-se deixando suas próprias terras do que tentar salvá-las perdendo a vida; e, saindo com suas famílias, foram para a África, onde construíram sua sede, expulsando os habitantes que encontraram naqueles locais” (II Discursos VIII, p. 209).

Maquiavel relata ter tirado essa história dos relatos de Procópio que escreveu sobre a guerra travada entre Belisário e os vândalos que ocuparam a África. Procópio teria lido, em certas colunas encontradas no lugar onde moravam os mauritanos, as seguintes inscrições: “Nos Maurisii, quis fugimos a facie Jesus latronis filii Navae”²⁹⁰ Nos capítulos que seguem, o autor analisa as razões pelas quais as guerras acontecem, seja por acaso ou provocadas (capítulo IX). Ainda disse que sem dinheiro é difícil empreender uma guerra com sucesso (Capítulo X). As guerras têm sempre suas razões, contudo quem tem um bom exército e as boas armas, mantém o seu território estável e em paz. No seu artigo publicado na revista “Hélade, Dossiê: *Etnicidade*

²⁹⁰ Nos Maurícios (mourous) que fugimos diante do ladrão Josué, filho de Nava. Quanto a Procópio de Cesareia, considerado um ilustre historiador bizantino que escreveu a obra *História das Guerras*, publicada entre 551 e 554, ele narra as campanhas militares empreendidas pelo imperador Justiniano I que visavam a reincorporação da Península Itálica e do norte da África ao domínio romano. Nos seus escritos, chama atenção a caracterização dada pelo historiador aos grupos bárbaros que estavam em contato com os romanos durante as guerras, em especial, godos e vândalos.

e as políticas das identidades nas sociedades antigas”, V.3 n.2 de 2017, Stephanie Martins de Sousa analisa cuidadosamente os escritos de Procópio sobre as guerras antigas em que traz as guerras envolvendo os bárbaros, os romanos e os habitantes do norte da África. Pode também encontrar o artigo na página do Periodico na internet²⁹¹ No Terceiro livro, o Secretário florentino mostrou como os estados crescem e decaem (*III Discursos III, p.314*)²⁹² e como as conspirações²⁹³ de dentro das instituições umas contra as outras estão destinadas ao fracasso. Para fugir das conspirações, será necessário que o governante seja sempre inovador e sábio, como escreve no Capítulo II. O uso da violência contra os antigos ocupantes do trono ou a antiga família reinante foi o tema dos capítulos III a IV e VI a VIII. Alguns capítulos ainda recolocaram o tema da liberdade cívica, da natureza humana e da fortuna.

O uso da força militar era o meio mais adequado para a ascensão ao poder, que gerava dificuldades para a manutenção do poder e para a ação política, mas para o caso de um Estado que não dispusesse um exército próprio ou não podendo formar e financiar um exército patriótico, alguns príncipes fizeram recurso às milícias próprias ou mercenárias. Os *condottieri* eram chefes de bandoleiros ou de soldados mercenários na Itália que se mostraram hábeis, sendo os que mais vendiam os serviços de milícias, ou seja, mil homens a serviço por soldi (remuneração), todavia para o florentino era preferível que fossem mil cidadãos soldados lutando por amor à pátria. Para ser mais explícito, o termo milícia era uma designação genérica das organizações militares, porém, em strito sensu, era usado para se referir a grupos organizados de cidadãos comuns armados. No Livro (*O Príncipe*, Cap. XII), Maquiavel escreve a esse respeito que: “as tropas com que um príncipe defende o seu estado são próprias ou mercenárias ou auxiliares ou, ainda, mistas. As mercenárias e auxiliares são inúteis e perigosas. Por tropas auxiliares, entende-se que são as emprestadas de um estado para outro. No Capítulo XIII, de *O Príncipe*, Maquiavel escreve a respeito de tropas auxiliares e declara que:

As tropas auxiliares, outro tipo de armas inúteis, são as que um príncipe pede emprestadas a outro poderoso para o virem ajudar e defender. Assim fez em tempo recente o Papa Júlio II, o qual, após os tristes resultados colhidos com as tropas mercenárias na campanha de ferrara, decidiu-se pelas auxiliares e obteve a ajuda dos exércitos de Fernando, rei da Espanha. Muitos exércitos eram conduzidos por condottieres.

²⁹¹ <https://periodicos.uff.br/helade/article/view/10973>) acessado em 18 de dezembro de 2022.

²⁹² Os filhos de Brutos que queriam retornar ao poder com ambição e se deram muito mal. Nunca se pode deixar que o mal progrida em relação ao bem.

²⁹³ Maquiavel relembra das conjurações no capítulo sexto, do terceiro livro dos Discursos, mostrando como alguns cidadãos insatisfeitos com o agir do príncipe desejam vingar-se por terem sido ofendidos ou não terem sido atendidos nos seus desejos.

Os “*Condottieri*”, expressão italiana, que vem de “*condotta*”, que significa o que conduz. Assim, *condotta* era um homem contratado para o trabalho, no caso para o serviço militar. Na Itália, dos séculos XIV e XVI, os *condottieri* foram chamados de líderes das unidades militares subordinadas aos governantes ou às cidades.

A maioria dessas unidades militares era conduzida, principalmente, por estrangeiros, pois cada uma dessas unidades procurava acertar-se com quem quisesse contratá-los. Entre *condottieri* havia muitos aventureiros e gananciosos. Acontecia que algum *condottieri* podia fazer chantagear seu empregador, entregando-o ao seu adversário depois de receber o dinheiro pelo seu trabalho. A profissão de um mercenário existia desde os tempos antigos. Durante o período dos séculos XIV a XVII, era extremamente comum contratar mercenários. Os *Condottieri* tomaram grande parte nas guerras da Europa, naquele momento da época de Maquiavel, como bem antes, e conseguiram se tornar príncipes. Essa história dos *condottieri* se entende melhor a partir dos contratos que eram firmados os quais eram chamados de *condotte*. Era sob esses contratos que os mercenários renascentistas serviam aos seus contratantes. Este é um ponto importante: o estudo e compreensão dos mercenários italianos,²⁹⁴ segundo Mallett. De fato, a *condotta* era o contrato assinado entre o *condottieri* e seu empregador que estipulava a provisão de certo número de tropas por um determinado período em troca de pagamento, primeiramente, em dinheiro. A terminologia *condotte* não era explicitamente uma terminologia militar, mas pelo contrário, expressão ligada aos públicos, como também as concessões de mineração, subsídios de privilégio na coleta de impostos, como contratos de provisão²⁹⁵ e muito mais.

A chamada *condotte* militar se assemelhava muito em certos aspectos com a *escritura Inglesa*, ou a chamada escritura francesa como a *Lettre de retenue*. Havia uma diferença entre esses tipos de contratos. Os contratos ingleses e franceses eram normalmente emitidos para súditos da coroa para serviço pago ao rei, na Itália, porque os estados eram muito menores e as condições sociais e econômicas tão diferentes. Eram contratos emitidos normalmente para os profissionais estrangeiros, por isso exigiam menos tempos e rapidez no serviço a prestar. A intenção principal da *condotta* era a provisão de tropas, mais mercenários no campo de batalha. Assim, os *condottieri* passaram a se comportar como sendo empresários, os quais tinham a missão de liderar as tropas. Os *condottieri* do Renascimento italiano são todos, sem exceção,

²⁹⁴ MALLETT, Michael. *Mercenaries and their Masters Warfare in Renaissance Italy*. Pen and Sword Books Limited. England, 2009 página 80.

²⁹⁵ *Ibidem*.

soldados, contrário ao que acontecia no início na Alemanha. A respeito das companhias desses *condottieri*, vale ressaltar que eram construídas na mesma base contratual, em que os comandantes de esquadrão ou soldados menores recebiam *condotte* do próprio *condottieri*. O que chamamos de tercerização de serviço, não era muito comum na época. Difilmente um *condottieri* podia receber um contrato e depois subcontratar o serviço para formar uma companhia. Posto isso, o emprego da força militar ou milícias tinha como objetivo principal a defesa do território já conquistado pelo príncipe ou território do qual ele é herdeiro do trono. Também servia essa milícia para conquistar novos territórios a fim de ampliar o tamanho do território para melhor acomodar os seus cidadãos e os colonos.

CAPÍTULO IV. COMPLEMENTAR SOBRE A Proposta de Uma República estável em Florença por Maquiavel:

UMA RELEITURA DO “DISCURSUS FLORENTINARUM RERUM POST MORTEM IUNIORIS LAURENTII MEDICES”²⁹⁶ DE MAQUIAVEL.

Introdução

O discurso sobre a situação dos florentinos, após a morte de Lorenzo de Médici Junior, teria sido escrito entre novembro de 1519 e janeiro de 1521, por Maquiavel à intenção do Papa Leão X (Giovanni di Lorenzo de Médici²⁹⁷) atendendo assim ao pedido do cardeal Giulio de Medici, que futuramente se tornará o Papa Clemente VII. O discurso de Maquiavel a pedido do cardeal Giulio e direcionado para o Papa Leão X revela ser um projeto constitucional de uma república em Florença. Considerando o tempo e a época, sem dúvida, o discurso tem um destinatário certo, que são aqueles que não desejavam a mudança em Florença, mas sim manter o “status quo” e a hegemonia de sempre. Neste texto, pretendemos analisar os argumentos a favor da república apresentados por Maquiavel e, conseqüentemente, mantendo a mesma família no poder em Florença. Com a morte em 4 de maio de 1519 de Lorenzo de Médici,

²⁹⁶ *Discursos sobre as coisas da Florença* (situação dos florentinos) depois da morte de Lorenzo de Médici, o jovem.

²⁹⁷ Leão X foi o 217º papa da história da Igreja Católica Apostólica Romana. Nascido em Florença, na Itália, no dia 11 de dezembro de 1478, Giovanni di Lorenzo de Medici, o segundo filho de Clarice Orsini com Lorenzo de Medici, que era governante da República de Florença. Giovanni di Lorenzo demonstrava interesse pela vida eclesiástica. Seu pai, Lorenzo de Médici pressionou o Papa Inocêncio VIII para nomeá-lo como cardeal-diácono quando Giovanni tinha apenas sete a nove anos de idade. Giovanni de Lorenzo estudou Direito Canônico e Teologia e cresceu no meio de importantes humanistas. Com 16 anos de idade foi formalmente admitido no Colégio de Cardeais e passou a residir em Roma, voltando para Florença com a morte de seu pai. Com o falecimento do Papa Júlio II, Giovanni di Lorenzo de Medici foi eleito papa no dia 19 de março de 1513, adotando o nome de Leão X. Seu papado transformou Roma em um centro cultural e aumentou o poder papal no continente. Ele deu continuidade ao trabalho de seu antecessor e acelerou as obras da Basílica de São Pedro, ampliou a biblioteca do Vaticano e marcou a cidade romana como centro cultural do Ocidente. No entanto, apesar de sua dedicada atuação cultural e artística, o Papa Leão X também enfrentou muitos problemas políticos e militares durante seu papado. O Papa Leão X deixou um importante legado que foi a condenação da escravidão e a defesa do abolicionismo, como a ampliação da caridade, a reforma da universidade em Roma e com o patrocínio de artistas. O Papa Leão X firmou um acordo político que permitiu aos reis franceses a escolha de quase toda a hierarquia religiosa da França. É verdade que esse acordo que garantiu uma relativa estabilidade, qual acordo foi abalado quando o rei francês Francisco I invadiu a Itália. Foi então que o Papa Leão X apoiou as tropas do imperador espanhol Carlos V e passou a agir de uma maneira que embasaria os argumentos da Reforma Protestante. Para sustentar os gastos militares do conflito, o papa começou a vender indulgências.

Duque de Urbino, único herdeiro legítimo da família Médici, a situação deixara os Médicis sem solução para garantir a sua hegemonia política em Florença. Antes de adentrar a proposta da nova constituição de Florença, Maquiavel faz uma breve análise dos governos ou regimes que se sucederam no passado naquela cidade, reconhecendo que nunca houve uma estabilidade naquela cidade. Faz-se uma abordagem sobre o porquê da Florença nunca ter tido um governo estável. Das tentativas de república e principados que existiram naquela cidade, apontam-se as causas que fizeram com que Florença nunca tivesse um governo estável. O autor do discurso reconhece que nunca houve nem república nem principado verdadeiro que levasse a uma estabilidade de governo de Florença. Maquiavel começa o seu texto apontando e pretendendo investigar as causas da instabilidade dos governos de Florença e explica os motivos pelos quais os regimes anteriores foram falhos.

O motivo pelo qual todos esses regimes políticos foram imperfeitos é que as reformas que fizeram não as fizeram para a satisfação do bem comum, mas para fortalecer a segurança de uma facção, cuja segurança não se conseguiu, por haver sempre outra facção descontente, que sempre foi um fortíssimo instrumento para quem desejava subverter o regime²⁹⁸.

O ponto escolhido como o de partida alimenta o seu projeto de reforma institucional ou projeto de nova república em bases diferentes.

É de se perceber logo de imediato, que Maquiavel aponta para a falta de estabilidade, conseqüentemente, falta de governo de longa duração. De fato, essa era uma realidade muito frequente naquele século e época. Apresentando as formas de regimes políticos, Maquiavel expõe sua tese, segunda a qual, Florença nunca tivera uma forma apropriada, que seja ou principado ou ainda uma república.

Maquiavel pretende, através da proposta de projeto de governo e da sua constituição em Florença, atender aos anseios da população daquela cidade, assim poderia resolver o antigo e velho problema da instabilidade dos regimes florentinos. Também fala de atender imediatamente e satisfazer aos humores que constituem as cidades. O discurso pretende analisar o que deu errado em determinados governos. Tanto em *Discursos* como em *O Príncipe*, encontramos mencionados os humores entre a plebe e os nobres, conforme o texto:

Direi que quem condena os tumultos entre os nobres e a plebe parece censurar as coisas que foram a causa primeira da liberdade de Roma e mais ousadas e a grita que de tais tumultos nasciam do que os bons efeitos que eles geravam, e não consideram que em toda a república há dois humores diferentes, o do

²⁹⁸ Maquiavel. N. *Discursus Florentinarum*, p.118

povo e o dos grandes, e que todas as leis que se fazem em favor da liberdade nascem da desunião deles, como se pode ver o que ocorreu em Roma²⁹⁹.

É verdade, também, que podemos encontrar a seguinte forma no capítulo IX de O Príncipe de Maquiavel:

É que em qualquer cidade se encontram essas duas forças contrárias, uma das quais provém de não desejar o povo ser dominado nem oprimido pelos grandes, e a outra de quererem os grandes dominar e oprimir o povo. Destas tendências opostas surge nas cidades, ou o Principado ou a liberdade ou a anarquia. [] Acresce ainda que diante de um povo hostil jamais um príncipe poderá sentir-se em segurança, por serem os inimigos demasiado numerosos. O inverso acontece com os grandes, pelo motivo mesmo de serem poucos. De uma plebe desfavorável, o máximo que um príncipe pode esperar é ser por ela abandonado. Dos magnatas, porém, deve recear não só o abandono, senão também a revolta³⁰⁰.

Juntamente com a carta ao cardeal segue “la Minuta di provisione”, rascunho de uma lei sobre o governo de Florença.

Nesse contexto, Maquiavel vem se revelar não mais como o autor de O Príncipe nem de comentários sobre a Primeira Década de Tito Lívio. Trata-se, portanto, de Maquiavel que pretende convencer os medici a restaurar o grande Conselho e a emblemática instituição da Florença republicana que foi dos anos 1494 a 1512.

Sem dar uma satisfação para o povo nunca se fez nada de estável em uma república. Nunca se deixará satisfeito o universo dos cidadãos florentinos se não for reaberto o Conselho Grande, por isso convém, se quer instituir uma república em Florença, reabrir esse Conselho, e devolver a escolha dele ao povo. E saiba Vossa Santidade que todo aquele que pensar em tirar-lhe o poder, pensará, antes de qualquer coisa, em reabrir o Conselho Grande. E por isso é melhor que o reabra Vossa Santidade, em termos e modos seguros, e tire a ocasião de quem é seu inimigo de reabri-lo para o desgosto, destruição e ruína dos amigos de Vossa Santidade³⁰¹.

É uma proposta muito difícil, porque tudo foi abolido pelos medici depois da sua volta ao poder em 1512. Esse discurso de Maquiavel revê uma postura diferente de como tem se posicionado, seja em O Príncipe ou nos comentários sobre a primeira década de Tito Lívio. O discurso de Maquiavel tem um endereço certo e um destinatário, que é a família *Médici*, família tradicional que está na administração daquela cidade por longos anos, logo a instabilidade é permanente. A morte de Lorenzo de *Medici*, *Duque de Urbino*, conduziu à família *Medici* diante

²⁹⁹ Maquiavel. *Discursos* I,4, p.22.

³⁰⁰ Maquiavel. *O Príncipe*, cap. IX

³⁰¹ Maquiavel. *Discursus Florentinarum*, p.122

de uma perturbadora questão sucessória que na sua vez poderia traçar um caminho considerado como o fim a supremacia de sua casa em Florença.

É bem verdade que aqueles que podiam, naquela família, estavam no meio do clero. Diante dos fatos, o Papa Medici procura por uma solução e se deixa aberto a novas propostas para Florença. É, então, nesse contexto político, que o Cardeal Giulio de Medici³⁰² solicita a Maquiavel um projeto de reforma política, o que significa para o florentino uma reentrada no cenário político de Florença. Olhando as descrições sobre os humores, Maquiavel nos alerta que o assunto é a república e a liberdade. Toda a consideração feita, estamos mais convictos de que Maquiavel quer uma república em Florença. Em razão disso, no texto de *Discursus florentinarum rerum*, ele apresenta as formas de governo que Florença tivera e que não conduziram à estabilidade. O problema maior de Maquiavel, neste texto, é instabilidade dos regimes de Florença. Para dar uma resposta consistente, é preciso também agradar os humores que constituem a cidade de Florença.

A razão pela qual as formas de governo de Florença mudaram constantemente foi por nela jamais ter havido república ou principado que tivesse a forma apropriada, porquênão se pode chamar de estável um principado em que as coisas, para serem feitas segundo o que um quer, dependam do consenso de muitos, nem se pode acreditar ser durável uma república na qual não se satisfaçam certos humores, os quais se não forem satisfeitos, arruinam as repúblicas³⁰³.

4.1 O GOVERNO DE MESSER MASO DEGLI ALBIZZI (GONFALONEIRO EM 1393)

Nesse governo, observa-se que houve uma tentativa de formação de uma república governada pelos *optimates*³⁰⁴, que eram os senadores, aristocratas e nobres romanos que queriam limitar as assembleias populares e impedir a cedência (aquisição) da cidadania romana aos povos das novas províncias adquiridas ou conquistadas. Eles visavam impedir as mudanças

³⁰² Giulio de Medici se tornará futuramente o Papa Clemente Sétimo (Clemente VII)

³⁰³ Maquiavel. *Discursus florentinarum* (MAQUIAVEL, p. 59).

³⁰⁴ Os *optimates* eram uma facção conservadoras de senadores romanos muito influentes da época tardia da república romana. Eles eram contrários à ascensão dos homens novos ao poder. Queriam o retorno do senado ao poder incontestado.

nas instituições governamentais como também impedir a ascensão ao poder dos homens novos, quer dizer, dos políticos não oriundos dos círculos tradicionais de poder.

Relata o autor do discurso que aquela república teve mais defeitos do que valores e que não teria chegado aos quarenta anos se não fosse a guerra com os Visconti (Barnabé, Barnabò Visconti, senhor de Milão, nascido em 1323, em Milão e falecido também em Milão em 18 de dezembro de 1385), a qual manteve a Florença unida.

Antes de falar dos muitos defeitos que foram mencionados, é preciso dizer que a presença das instituições foi um sinal positivo. Através do discurso aparecem os defeitos ocorridos no governo de Maso degli Albizzi, e o autor destaca muitos deles. Dentro desses defeitos, o autor do discurso destaca primeiro:

4.2 A ELEIÇÃO DE REPRESENTANTES

Considerando que os homens mudam facilmente, de bons se tornam maus, perguntava-se se era necessário eleger representantes que assumiriam cargos por um longo tempo. Não era bom conceder cargos públicos por longos prazos aos cidadãos, mesmo que a eleição tivesse sido boa, a sequência e os sorteios poderiam ser ruins. Nessas eleições, podia se cometer fraudes, o que as tornava ilegítimas. A Senhoria, entendido, aqui o estado, tinha pouca reputação e muito poder. Tanto que podia dispor, sem direito a recurso da vida e dos bens das pessoas, podia submeter o povo a julgamento. Não havia nenhum meio de incutir medo aos homens poderosos para que não formassem facções. Em segundo lugar, aponta para *uma grande anomalia*, que é a presença dos chamados homens privados, membros dos conselhos que não foram eleitos. Na prática, a reputação desses homens privados aumentava enquanto a dos homens públicos decaía. O fato por si mesmo acabava de tirar o poder e a reputação dos magistrados; este é um fato contrário a toda ordenação civil ou ordenamento civil. E, por fim, todas as desordens tiveram mais um acréscimo cujo alcance atingia a todo mundo, quer dizer, o povo não tinha a sua parte no poder naquele regime. De fato, esses erros todos juntos causam infinitos desarranjos. O regime sobreviveu por mais tempo por causa das guerras externas que ajudaram a manter o regime, senão ele teria arruinado a si mesmo antes do tempo. Portanto, houve algumas tentativas de governos ensaiados em Florença que se revelaram não sem sucesso.

4.3 O QUE FOI O GOVERNO DE CÓSIMO: UMA REPÚBLICA OU UM PRINCIPADO?

Antes de analisar o que foi o governo de Cósimo de Medicis, é importante perceber em que estado se encontrava a Florença. A situação de Florença com a morte de Giorgio Scali em 1381.

A grande indagação se volta para forma de governo que Cósimo teria administrado? Teria ele sido um principado ou pelo contrário uma república.

O que é, de fato, um principado? E de que ele difere da república?

Tratando de principados, Maquiavel escreve no primeiro capítulo de “*O Príncipe*”:

Os principados podem ser hereditários ou novos. São considerados hereditários os principados cujo sangue senhorial é nobre há muito tempo. Os novos podem ser totalmente novos, como no caso de Milão, com Francisco Sforza. Outra forma é quando foi adicionado ao Estado um hereditário de um príncipe, como é o caso do reino de Nápoles em relação ao rei de Espanha. Domínios, assim formados, costumam se submeter a um príncipe, ou podem ser livres, sendo anexados com tropas alheias ou próprias, seja através de fortuna por virtude³⁰⁵.

Esse governo teve uma tendência pronunciada para um principado do que para uma república. Como dito em “*O Príncipe*”, o principado é um governo de um só. Deveras, o regime de Cósimo durou mais tempo por causa da prudência de dois homens, Cósimo e seu sobrinho Lorenzo, como também do apoio do povo. Sendo a princípio um principado, o comando e a deliberação deveriam vir do príncipe. No governo de Cósimo, as deliberações eram feitas por muitos. Esse fenômeno deixara o governo muito fraco. O governo revestiu de certo caráter de república, situação que levou Florença a vários julgamentos e frequentes exílios. Esse regime, então, vai ruir com a invasão da Itália pelo rei Carlos em 1494.

4.4 PERÍODO DA REPÚBLICA EM FLORENÇA

Lembra o secretário florentino que a Florença quis adotar a república, cuja forma se revelou de pouca durabilidade, porque não satisfazia às necessidades dos cidadãos e não podia também os punir. As falhas eram tão numerosas que não produziram nenhum resultado positivo

³⁰⁵ Maquiavel. *O Príncipe*, Cap.1

esperado. Os perigos de golpe eram frequentes, por isso que o “gonfanoleiro”³⁰⁶, quer dizer um alto magistrado, se fosse astuto e sem escrúpulo, facilmente se tornaria um príncipe. Da mesma forma, sendo bom e fraco, poderia ser expulso, perdendo assim todo o seu governo. Hoje, entendemos que uma verdadeira república, na visão de Maquiavel, implica na participação massiva dos cidadãos na vida política ou, por assim dizer, na vida pública com ardente desejo ou vontade de viver em liberdade, estabelecendo, assim, um equilíbrio entre os poderes. O secretário florentino considera que o motivo pelo qual esses regimes foram imperfeitos, foi o fato de não conseguirem realizar as reformas que atendessem às necessidades do povo. Pelo contrário, as reformas agradaram algumas frações ao detrimento de outras.

Um regime desejado pelos florentinos, depois da volta dos Médici, em 1512, recordando, todavia, sem relatar em detalhes como a república foi abolida em Florença, Maquiavel se propõe a apresentar um novo modelo de governo que seria mais susceptível de sucesso em Florença. O secretário Florentino apresenta primeiro o desejo de muitos, como ele disse que lhe pareceu, e depois daria a sua proposta de governo.

“E primeiramente falarei da opinião de muitos outros, conforme me pareceu que pensassem, depois acrescentarei a minha opinião, da qual, se estiver errada, peço que vossa santidade me desculpe, considerando-me mais afeiçoado do que prudente. ” (*Disc. Florentinarum. p.118*).

Maquiavel apresenta dois entendimentos ou duas propostas de governo segundo o povo: a primeira proposta seria um principado com a participação do povo como foi o reino de Cósimo e Lorenzo; e a segunda, outros desejam um governo mais largo, o que significa um governo mais aberto com mais participação popular. O nosso autor analisa que um regime semelhante ao de Cósimo e Lorenzo nos tempos atuais seria muito perigoso. O governo de Cósimo por si só foi fraco demais, portanto os tempos, a cidade e os cidadãos mudaram. Delicadamente, aponta que “os cidadãos de agora já conheceram outro que lhes parece mais largo e no qual estão contentes” (*Discursos Florentinorum. p.119*). Maquiavel, todavia, dá um sinal em direção à república. Levanta-se a necessidade de aliança militar com exército da França ou da Espanha que estavam na Itália na época, para maior capacidade de enfrentar quem porventura viesse atacar.

³⁰⁶ Gonfaloneiro em italiano gonfaloniere era uma alta magistratura italiana, mais comum na Toscana. O termo deriva da palavra gonfalone, bandeira ou estandarte das cidades-estados. A função foi criada em 1250 em Florença e depois imitada por outras cidades.

Na Itália, então, não havia nem exércitos, nem potências que os florentinos não pudessem, mesmo sozinhos, enfrentar. Agora, como a Espanha e a França encontram-se na Itália, convém aos florentinos serem amigos de uma delas e, se aliada, perder, logo ficarão à mercê dos vencedores, o que então não acontecia” (MAQUIAVEL. *Política e Gestão Florentina*. Serie Ciências Sociais na administração. Escola de administração de Empresas de São Paulo; departamento de Fundamentos sociais e jurídicos. Fundação Getúlio Vargas. São Paulo. 2010. p.119).

Nota-se que é descartada a possibilidade de voltar ao modelo de governo de Cósimo por razões de tempo, de cidadãos ou dos homens. Mesmo que as pessoas desejassem sempre voltar ao antigo e ao modo de viver antigo é bom quando agrada mais, mas quando agrada menos, o povo só volta se for forçado.

Na sequência, Maquiavel responde àqueles que sonham com um governo mais largo do que aquele existente na época. Ele observa que a participação popular não pode aumentar em demasiadamente senão esse governo se arruinaria mais rapidamente. No passado, o povo estava do lado do governo, mas naquele governo, o povo era inimigo. Maquiavel escolheu a casa dos Médici como a família que deveria reinar em Florença e argumenta:

Digo, portanto, que alguns julgam que não se poderia instituir um governo mais conveniente do que aquele que houve nos tempos de Cósimo e de Lorenzo; outros desejariam um governo mais largo. Aqueles que gostariam de um governo semelhante àquele de Cósimo afirmam que, como as coisas facilmente voltam à sua [antiga] natureza, e sendo natural aos cidadãos florentinos honrar a sua Casa, gozar das graças que dela provinham, amar aquelas coisas que por ela eram amadas, e tendo feito disso um hábito por sessenta anos, não é possível que, vendo os mesmos modos [de governo], não lhes volte o mesmo ânimo. E acreditam eles que poucos seriam contrários e esse governo, e o seriam por um hábito contrário, [oposição] que rapidamente se apagaria. E acrescentam a essas razões a necessidade, mostrando como Florença não pode estar sem um senhor, e já que deve ter um, é muito melhor que ele seja daquela Casa que os florentinos costumam adorar; do que não tê-lo e viver na confusão, ou ir buscá-lo em outro lugar, onde houvesse menos reputação e menos contentamento de cada um³⁰⁷.

Prosseguindo, destaca os valores ligados à liberdade e à igualdade presentes em Florença. São valores essenciais para uma república. Depois aborda a diferença entre os povos, quando se trata da liberdade e da igualdade, a fim de determinar a forma de governo: Principado ou República. No principado, por necessidade do equilíbrio, é preciso que o príncipe tenha o apoio dos nobres e do povo. Essas situações não sustentam uma igualdade. A Florença, portanto, vivia uma grande igualdade, onde não caberia um principado. “E, ao contrário, para se instituir um principado em Florença, onde há uma grandíssima igualdade, é preciso antes

³⁰⁷ Maquiavel. *DISC. FLOR*. p. 118

estabelecer a desigualdade, e criar muitos nobres de castelos e vilarejos, os quais juntamente com o príncipe, submetessem com as armas e com o apoio deles [o príncipe] mantivesse subjugada a cidade e toda a província” (MAQUIAVEL. *Política e Gestão Florentina*. p. 120).

4.5. REPÚBLICA, COMO A PROPOSTA IDEAL DE FORMA DE GOVERNO PARA FLORENÇA

Avaliando as formas de governo que existiram em Florença, Maquiavel chega à conclusão de que a instabilidade política persistente naquela cidade era fruto das divisões ou frações existentes no meio das famílias hegemônicas. O Professor Valverde vem destacar em seu artigo sobre a liberdade no Primeiro livro dos Discorsi, a seguinte reflexão, para explicar porque Florença nunca teve república estável: “Maquiavel infere do passado histórico-político de Florença que as dificuldades enfrentadas por ela são as mesmas "enfrentadas por todas as cidades, que tiveram a mesma origem, e, embora muitas vezes um pequeno número de cidadãos tenha recebido, por livre escolha do povo, a missão de reformá-la, nunca se fez esta reforma visando ao bem comum, mas sempre ao benefício de um partido; assim em vez de repor a ordem na cidade, só se fez acrescentar à desordem”³⁰⁸

A sede de poder de cada uma dessas famílias ou frações gerou demasiados conflitos e adversidades. Há outro ponto importante no tocante aos processos internos, sobretudo, às ordenações, às instituições, esse ponto revelou-se ser destrutivo, corroído, que foi a corrupção do tecido político. Fato é que, o bem público não era mais procurado, porém prevaleciam os interesses particulares. Há uma necessidade de renovação, mas, principalmente, de reaproximação das partes que, além de divididas, passaram a ser consideradas adversárias. Toda a reflexão conduzida, Maquiavel precisou realizar uma escolha entre o principado e a república, sendo essas duas formas de governo consideradas como as melhores que poderiam gerar uma estabilidade e levar Florença a uma prosperidade. Em seu artigo, na revista Espaço Acadêmico, nº147 de agosto de 2013, Murillo Pollo Martins, escreve sobre os modelos das repúblicas que existiram em Veneza. Na ocasião, faz menção às abordagens de José Antonio Martins em seu livro “Republicanismo e Democracia”. E assim escreve Murillo Pollo: Segundo Martins (2010)

Dos modelos de república, dois se destacavam: um de caráter mais popular, como o do frei Savonarola e o de Pier Soderini em Florença, e outro mais

³⁰⁸ Valverde, Antonio José Romera. *A liberdade no primeiro livro dos Discorsi de Maquiavel*, Revista Hypnos, ano 4, nº 5 2º semestre 1999, pp.337-354

aristocrático, representado pela república de Veneza. É neste último que a aristocracia florentina se inspirou para defender um regime republicano para a cidade, uma vez que uma república de aspecto mais popular traria mais limitações ao controle que a aristocracia tinha sobre o governo. Para a aristocracia florentina, o regime veneziano foi o modelo almejado e que correspondia à república que melhor expressou a autonomia política, bem como a harmonia política dentro de um contexto de liberdade cívica, o que levou o regime veneziano à fama de república sereníssima. Apesar dessa fama, uma análise mais atenta do regime gerou um questionamento sobre os seus verdadeiros valores político-institucionais. Esta república, na verdade, era sempre favorável às famílias hegemônicas da cidade, se mostrando, portanto, um regime demasiadamente oligárquico. Apesar de o regime veneziano ter exercido muita influência no ordenamento político florentino, quando Savonarola assumiu o governo em 1494 e investiu na instauração de um regime republicano em Florença, programou um Conselho Maior, inspirado no Grande Conselho de Veneza, que contava com mais participação de outros grupos que não eram os habituais de hegemonia política, ou seja, da oligarquia típica do regime veneziano³⁰⁹.

Assim, apresentando duas formas de governo, o secretário florentino faz opção pela república.

Para refutar o antigo regime de Cósimo e este, [digo] que não se pode instituir nenhum regime político estável que não seja um verdadeiro principado ou uma verdadeira república, pois todos os regimes que se encontram entre esses dois são imperfeitos em razão disso é claríssima. O principado só tem uma via para a sua dissolução, que é descer rumo a uma república; e a república só tem um caminho para a sua dissolução, que é subir rumo ao principado. Os regimes que estão no meio deles têm dois caminhos: ou ascender em direção ao principado, ou descer em direção à república. Não pode Vossa Santidade, portanto, se quer estabelecer em Florença um regime político estável, para a sua glória e a salvação dos seus, instituir outro regime que não seja um verdadeiro principado ou uma verdadeira república que tenha todas as suas partes. Todas as outras possibilidades são vãs e de curtíssima vida. E quanto ao principado, sobre ele não discorrerei, seja por causa da dificuldade que seria instituí-lo, seja por causa da falta de um instrumento para tal³¹⁰.

Há uma bela justificativa para a escolha da república, considerando a realidade dos habitantes de Florença. É claro que o Papa gostaria que houvesse um principado, mas não tinha também o herdeiro, pois viera a falecer. A igualdade e a liberdade existindo em Florença é um motivo forte. Por isso, disse:

E Vossa Santidade deve saber que em toda cidade em que há grande igualdade entre os cidadãos não se pode estabelecer um principado, a não ser com a máxima dificuldade; e naquelas cidades nas quais há uma grande desigualdade entre os cidadãos não se pode instituir uma república. Porque

³⁰⁹ Martins, Murilo Pollo. *O Papel político do povo na proposta republicana de Maquiavel*, in “REVISTA ESPAÇO ACADÊMICO”, nº 147 de agosto de 2013, Maringá, Paraná.

³¹⁰ Maquiavel. *Discursus florentinarum*, p.120

para criar uma república em Milão, onde há grande desigualdade entre os cidadãos, seria necessário extinguir toda a nobreza, e reduzi-la à igualdade com os outros, porque entre eles há tantas diferenças que as leis não bastam para reprimi-las, mas é preciso uma voz forte e uma autoridade régia que as reprima. E, ao contrário, para se instituir um principado em Florença, onde há uma grandíssima igualdade, é preciso antes estabelecer a desigualdade, e criar muitos nobres de castelos e vilarejos, os quais, juntamente com o príncipe, submetessem com as armas e com o apoio deles [o príncipe] mantivesse subjugada a cidade e toda a província³¹¹.

Também é preciso que a Florença tenha um governo que reaproxima as partes e construa um governo que seja sólido suficiente para lidar eventualmente com as adversidades que porventura surgissem novamente, por isso uma reformulação das ordenações se faz necessária. Maquiavel explica que a melhor forma de governo para Florença é a república. A razão é muito simples: o povo vive uma igualdade e está disposto a abraçá-la. Era evidente que Maquiavel percebeu como do outro lado, o Papa estava adiando essa realização, porque buscava um modo de manter grande a sua autoridade em Florença. E a Maquiavel de declarar:

Mas por que fazer um principado onde assentaria bem uma república, e uma república onde assentaria bem um principado é coisa difícil, inumana e indigna de qualquer um que queira ser considerado piedoso e bom, eu não tratarei de principado, e sim de república: seja porque Florença está muito bem disposta para tomar essa forma de [governo], seja porque se percebe que vossa santidade está disposta a implantá-la, e se acredita que vossa santidade adie essa realização, porque deseja encontrar um modo de manter grande sua autoridade em Florença e garantir que seus amigos aí vivam seguros (MAQUIAVEL. *Política e Gestão Florentina*. p.120).

Maquiavel vai adiante com argumentos para o convencimento do Papa declarando que o poder dele vai manter-se, e vai aumentar; “e verá como nessa minha república o seu poder não só se mantém, mas aumenta, e seus aliados nela permanecerão honrados e seguros, e todos os outros cidadãos terão evidentes motivos para se contentarem” (Ibidem.120).

4.6. PROPOSTA DE ORDENAMENTO JURÍDICO E MUDANÇAS NA MAGISTRATURA

Considerando que a Florença tinha um governo de Senhoria (Segnoria), governo composto de nove membros chamados “Priori”, escolhidos entre os membros mais conceituados das associações de comerciantes, dos trabalhadores e artesãos, compunham o “Gonfaloniere”.

³¹¹ Maquiavel. *Discursus Florentinarum*, p.120.

Observando que há uma igualdade predominante na sociedade florentina e como tem “alguns de ânimo elevado e lhes parece merecer preceder os outros; e aos quais é necessário, ao ordenar uma república, satisfazer” (Discur. Florent. P.121), Maquiavel orienta o Papa de levar em conta essa classe. Ele pontua que o regime anterior se arruinou por não levar em consideração essa categoria. Vejamos como se apresentava o ordenamento da cidade bem antes. Houve uma ordenação do regime de Florença em 1282, na qual foi instituída a magistratura da Signoria. Maquiavel escreveu em História de Florença que os “florentinos permaneceram quietos dentro de sua cidade por algum tempo, quando só com Arezzo guerrearam, porque tinham expulsado os guelfos, e os venceram completamente em Campaldino. E aumentando a cidade de riqueza e população, pareceu necessário também aumentá-la de muralhas; e alargaram o seu cinturão tal como no presente se vê, pois antes o seu diâmetro era somente o espaço que vai da Ponte Velha a São Lourenço” (Histórias de Flo. II,11, p.97-98).

Assim, foi possível, declara Maquiavel, conter as lutas entre os nobres e os partidos Guelfo e Gibelino com o novo ordenamento, portanto “as guerras externas e a paz interna tinham como que apagado os partidos guelfo e gibelino em Florença; permaneceram somente acesos aqueles humores que naturalmente costumam existir nas cidades, entre os poderosos e o povo; porque o povo desejando viver sob as leis, e os poderosos querendo exercê-las, não é possível que se entendam” (Histórias de Flor. II,12, p.98.)

O texto acima, nos remete claramente às passagens correspondentes de Discursos I,5 e de O Príncipe capítulo IX, nas quais os humores de grandes e do povo são contrastados pela oposta motivação de uns e de outro: os grandes animados pelo desejo de comandar e o povo de viver em liberdade, ou “de acordo com as leis”. É fato, que a descrição demarca claramente o papel de cada humor e aponta que são os grandes que não desejam o governo da lei ao passo que o povo mostra consciência de que sua liberdade é assegurada pela lei, à qual se submete. Esse entendimento das motivações de grandes e povo parece ser colocado em xeque na discussão de Maquiavel acerca da instituição das Ordenações de Justiça. Em (Histórias II,12), Maquiavel descreve a criação das Ordenações como sendo uma decorrência de disputas entre os nobres. Portanto, escreve o nosso autor, na sequência:

Que o desejo dos poderosos de comandar o povo ficou oculto enquanto os gibelinos infundiam medo, mas mostrou toda sua força assim que estes foram dominados; demonstraram toda a sua força; a cada dia algum popular era injuriado e as leis e os magistrados não bastavam para vingá-los, porque cada nobre, com a ajuda dos parentes e dos amigos, defendia-se das forças dos Priores e do Capitão. Foi por isto que para remediar a essa situação, os chefes

das corporações decidiram criar um “Gonfaloneiro da Justiça” dotado de uma força militar própria. Em virtude das divisões entre os nobres, “as Artes estabeleceram esse tipo de ordem pelas graves inimizades que persistiam entre os nobres, que, sem antes terem refletido sobre a medida contra eles tomada, perceberam a dureza de sua aplicação. O que em primeiro momento, os encheu de terror, mas em seguida voltaram a sua insolência, pois sendo ainda alguns deles senhores, tinham facilidade de impedir a gonfaloneiro que não fosse capacitado para seu trabalho. Desse modo, não demorou muito para que Florença voltasse às mesmas desordens e o povo continuasse a receber dos grandes as mesmas injúrias (Histórias Flor. II, 12, p.98).

É nesse contexto que entra em cena Giano della Bella³¹², pessoa “de estirpe nobilíssima, mas amante da liberdade da cidade” e surgem os ordenamentos de Justiça de 1293.

Giano della Bella (História Flor II,13, p.99) “deu ânimo aos chefes das artes para reformar a cidade; e por seu conselho decidiu-se que o gonfaloneiro residisse com os Priores e tivesse quatro mil homens às suas ordens. Proibiram-se ainda aos nobres participar da Senhoria, obrigou-se os consortes dos réus as suas mesmas penas. E fez-se com que a fama pública bastasse para o julgamento. Por essas leis, que se chamaram Ordenamentos da Justiça³¹³, o povo adquiriu muita reputação, Giano della Bella, muito ódio, porque estava em malíssimo conceito entre os poderosos, tido como destruidor do poder destes, e era invejado pelos homens mais ricos do povo, porque achavam demasiada a sua autoridade, o que assim que a ocasião permitiu, se demonstrou”.

É bom conferir uma majestade aos primeiros escalões. Ele sugere a supressão da “Senhoria e dos Colégios” como existiram no passado. Assim, apresenta uma reformulação de governo com número determinado de membros e idade necessária.

Extinguir a Senhoria, os Otto della prática e os doze homens bons (magistratura florentina criada em 1321), e no lugar daqueles para dar majestade ao governo, colocar sessenta e cinco cidadãos de quarenta e cinco anos completos, cinquenta e três para as Artes Maiores e doze para as Artes Menores que ficariam no governo, por toda a vida, do seguinte modo. Criar um “*ganfaloneiro* de Justiça” que fique no cargo por dois ou três anos, se não parecer conveniente dar-lhe vitaliciedade, e os sessenta e quatro cidadãos que sobraram se dividiriam em duas partes. Uma parte governaria com gonfaloneiro por um ano, a outra parte no ano seguinte e assim sucessivamente

³¹² Giano della Bella, nascido em 1240, na Florença [Itália] - faleceu em 1305 na França no Exílio), rico e aristocrático cidadão florentino que foi o líder de um movimento “popular” na década de 1290 e é conhecido como o promulgador do Ordenamentos de Justiça (janeiro de 1293), base da constituição da Florença.

Membro da poderosa guilda de mercadores e banqueiros Calimala, Giano abandonou sua própria classe “magnata” de riqueza estabelecida para chefiar a facção popular em 1292-93. As Ordenações de Justiça, redigidas por sua instigação, atacaram os privilégios dos magnatas e deram às guildas menores uma participação no governo.

³¹³ “Ordenamentos da Justiça” foram um conjunto de leis que tinha por objetivo impedir os nobres de infligir, por meios legais e extralegais, de causar danos ao povo. As novas ordenações foram bem sucedidas que promoveram três qualidades típicas da forma republicana de vida política: o governo da lei, da igualdade e da liberdade.

se alternariam no poder, e a todos juntos se chamaria Senhoria (MAQUIAVEL.*Política e Gestão Florentina*.op.cit. p.121).

Em se tratando da presidência, MAQUIAVEL explica que cada um dos grupos de trinta e dois cidadãos se dividiriam em quatro grupos de oito cidadãos. Assim, cada uma das partes formaria com o *ganfaloneiro* uma presidência por três anos no palácio, e assumiriam as magistraturas com as costumeiras cerimônias e faria o que a senhoria fazia sozinha.

Para MAQUIAVEL, o chefe desse regime seria o Papa, da família Medici. Ao chefe desse regime político serão dadas majestade e reputação.

Continuando com a organização de governo, MAQUIAVEL propõe a extinção os chamados “Setenta (conhecido como *consiglio de Balìa* que extinto em 1494), os Cem (ou senado que era uma magistratura eleita pelo parlamento) e o Conselho do povo e da Comuna (*consiglio Del popolo e del Comune*, extinto também em 1494). Também formaria um conselho de duzentos, todos com quarenta anos completos e quarenta para as Artes Menores e sessenta para as Artes maiores. E ninguém dentro eles, poderia ter mais de sessenta e cinco anos. Esses formariam o chamado “Conselho dos escolhidos” e teriam uma vitaliciedade. Esse conselho e os Sessenta e cinco citados anteriormente, exerceriam juntamente as funções e o poder dos extintos conselhos.

A grande vedete seria a reabertura do conselho grande com a participação do povo. Este é um excelente sinal de retorno à república. E disse:

Sem dar uma satisfação para o povo nunca se fez nada de estável em uma república. Nunca se deixará satisfeito o universo dos cidadãos florentinos se não for reaberta o Conselho Grande, por isso convém, se quer instituir uma república em Florença, reabrir esse Conselho, e devolver a escolha dele ao povo. E saiba Vossa Santidade que todo aquele que pensar em tirar-lhe o poder, pensará, antes de qualquer coisa, em reabrir o Conselho Grande. E por isso é melhor que o reabra Vossa Santidade, em termos e modos seguros, e tire a ocasião de quem é seu inimigo de reabri-lo para o desgosto, destruição e ruína dos amigos de Vossa Santidade³¹⁴.

Quanto à eleição dos membros desses conselhos, cabe, segundo Maquiavel, a responsabilidade da sua santidade o Papa. “E todos seriam eleitos por vossa Santidade e para fazê-lo, para manter e regular as supracitadas instituições e aquelas das quais mais adiante se falará, ...” (Idem p.121). Isso dito, o secretário florentino sugere que a sua santidade, o Papa,

³¹⁴ *Discursus Florentinarum*, p.122

junto com o cardeal Giulio de Médici possam, para a sua segurança e para a regulação das instituições, criar de tempo em tempo “o magistrado dos Otto di guarda e balia”³¹⁵.

Quanto ao trato em relação à guerra e a segurança do Papa e dos seus amigos, o secretário florentino propõe a ordenação da infantaria em duas partes, sendo que cada parte seria administrada por um comissário por ano, por indicação da sua santidade. Tendo organizado as classes superiores e tendo a justiça criminal na mão, as leis e os chefes de lado o Papa teria o controle de todos os poderes de Florença. Por fim, a última classe ou o último momento é do povo, é o momento dos cidadãos de Florença. Maquiavel vai apelar à possibilidade de reabrir a favor do povo “o conselho dos Mil, ou conselho dos seiscentos cidadãos”, assim os cargos, magistraturas serão distribuídos como no passado, é claro deixando por fora os conselhos extintos.

4.7 ELEIÇÃO, ESCRUTINO E A PARTICIPAÇÃO DO POVO

A orientação é que sejam apontados pelo Papa oito escrutinadores que, em segredo, possam dar votos a quem desejar e sem poder tirá-los de ninguém. Desta maneira, os amigos da sua santidade, o Papa, teriam certeza de que seriam escolhidos como candidatos. Para confirmar as escolhas feitas através de escrutinadores, pedir-se-ia ao conselho a indicação de dois cidadãos para serem testemunhos. Quanto à participação popular, Maquiavel acredita no apoio do povo ao regime, se reabrir o Conselho Grande e dar ao povo o direito de escolher os membros. Trata-se da questão do espaço reservado ao povo. E segue na página 122 do *Discursus Florentinarum*:

Sem dar uma satisfação ao povo, nunca se fez nada de estável em uma república. Nunca se deixará satisfeito o universo dos cidadãos florentinos se não for reaberto o Conselho Grande Por isto convém, se quer instituir uma república em Florença, reabrir esse conselho, e devolver a escolha dele ao povo. E saiba vossa Santidade que todo aquele que pensar em tirar-lhe o poder, pensará, antes de qualquer coisa, em reabrir o Conselho Grande.

O secretário florentino considera ser muito bom esse ordenamento, todavia considera que a constituição da república pode ainda ser aperfeiçoada depois da morte do Papa e do

³¹⁵ Na época medieval, para a administração das comunas, uma magistratura extraordinária era criada e dotada de poderes ditatoriais. Era uma magistratura criada com tempo determinado em caso de perigo grave. Esse cargo assemelha-se à antiga instituição romana chamada de ditadura. De fato, na República de Florença tinha-se o hábito de estabelecer o conselho de balia em situações de crises. De memória, o conselho dos “Otto de Balìa” foi instituído em 1363 durante a guerra contra Pisa.

cardeal Giulio, isso através de um recurso a instituir que é *“um órgão de apelação” para recorrer das decisões dos “Otto di Guardia e balia”*.

4.8. UM ÓRGÃO DE APELAÇÃO: INSTANTE DE JUSTIÇA

Esse instrumento, como dito acima, serviria para render justiça e resguardar os direitos de quem pretende recorrer das algumas decisões dos Otto di Guardia e balia. Seria uma bela maneira de aperfeiçoar a república. E escreve o que segue na página cento e vinte três dos discursos Florentinarum (p.123): *“Além disso, para aperfeiçoar a sua república depois da partida da vossa santidade e do reverentíssimo Monsenhor, para que nada fala a ela, é necessário instituir um órgão de apelação, ao qual se pudesse recorrer das decisões dos otto di guardiã e balia, formado por trinta cidadãos extraídos à sorte entre os membros dos conselhos dos duzentos e dos Sessenta e cinco reunidos”*.

Maquiavel aconselha o pontífice a não permitir o uso deste instrumento enquanto ele estiver sem a sua devida licença. Esse valioso instrumento poderá servir para citar o autor ou o réu dentro de um determinado prazo. É claro que O Papa e o Monsenhor não poderiam ser citados enquanto estiver vivos.

Maquiavel apresenta as razões pelas quais é necessário na república recorrer a esse valioso instrumento. O Curso de apelação pretende corrigir algumas injustiças cometidas pelas instâncias anteriores nos casos em que os poderosos culpados não são punidos por serem poderosos. O instrumento serviria como mecanismo de pressionar “Os Otto di guardiã e Balia” para que julguem rapidamente as causas e façam justiça.

Para evitar o excesso dos recursos, Maquiavel determina algumas situações e valores em que não cabe recurso: Não se deveria recorrer nos casos envolvendo fraudes com valor mínimo inferior a cinquenta ducados; não se deveria recorrer em caso de violência em que não houvesse fratura de osso ou efusão de sangue, ou ainda o dano não amontoasse a cinquenta ducados.

CONSIDERAÇÕES FINAIS.

Maquiavel observa que todo o ordenamento foi discutido e amplamente exposto. Constata que a sua santidade e Monsenhor Giulio comandam as armas, são juízes criminais e são inspiradores de leis. Desta forma, o regime configuraria uma *monarquia*.

Sendo assim, completa o nosso autor, os amigos do Papa ficariam satisfeitos e não teriam nada a temer considerando que ele detém todo o poder. Do outro lado, o povo ficará satisfeito por ter sua parte no poder, especificamente, nos conselhos e permitir que o conselho nomeasse alguém para completar os Conselhos dos Sessenta e cinco ou dos duzentos. Aquilo que poderia ocorrer em poucas vezes, em outras ocasiões a sua santidade continuaria a nomear os conselheiros. Assim, a república viveria em paz e harmonia. Aponta Maquiavel que se a sua santidade realizar esse projeto de reforma da república, o Papa será honrado para sempre, a sua fama será perpétua e ele poderia assim corrigir os defeitos que surgirem.

Maquiavel faz observar ao Sumo Pontífice que a pátria e os homens costumam dar a maior honra, sobretudo, para quem reforma a república com leis e instituições. Ele faz entender que o papa é aquele que merece receber essas maiores honrarias, acima dele só viriam os deuses, e mais abaixo aqueles que escreveram como Aristóteles e Platão, também Sólon e Licurgo que não puderam concretizar seus planos. Assim escreve Maquiavel:

Penso que a maior honra que podem os homens é aquela que voluntariamente lhes é dada por sua pátria. Acredito que o maior bem que se possa fazer, e o mais grato a Deus, seja aquele que se faz pela pátria. Além disso, nenhum homem é tão exaltado em uma ação, quando são aqueles, com leis e instituições, reformam as repúblicas e os reinos. Depois daqueles que foram deuses, estes são os mais louvados. E como foram poucos os que tiveram ocasião de fazê-lo, e pouquíssimos aqueles que souberam fazê-lo, são raros os que o fizeram. E essa glória foi tão estimada pelos homens que eles nunca visaram outra, e quando não puderam instituir uma república em ato, fizeram por escrito, como Aristóteles, Platão e muitos outros que quiseram mostrar ao mundo que se não conseguiram fundar uma república, como Sólon e Licurgo, não foi por ignorância, mas pela impossibilidade de concretizar seus planos³¹⁶.

De elogio para elogios, Maquiavel exalta a casa Médici que teria a glória eterna se viesse a cumprir com a reforma da república Florentina, além disso, seria a maior honra de torná-lo imortal. Insiste Maquiavel para que Florença não possa mais continuar no estado em que está, porque corre mil perigos e muitos imprevistos. Tudo isso traria muitos aborrecimentos, por conseguinte apresenta duas soluções para sair dos aborrecimentos: a primeira seria “não dar

³¹⁶ Maquiavel. *Discursus Florentinarum*. p. 124.

ouvidos a quem exige mudanças ou se lamenta, e não lhes dar oportunidade de exigir, nem o de costume, nem de falar sem serem interpelados, como fazia o duque, de ilustre de memória” (trata-se de César Borges, o duque Valentino). A segunda maneira seria a de “ordenar, o regime de forma que administre a si mesmo, e que vossa santidade basta vigiá-lo com a metade de um olho”. E concluiu o secretário florentino que a segunda maneira livra o Pontífice de todos os perigos e dos aborrecimentos.

Enfim, se as mudanças não ocorressem, haveria possibilidade de acontecer duas coisas: a primeira é a de surgir um chefe nomeado entre tumultos e inconsideradamente; a outra é a possibilidade de uma facção abrir a sala do Conselho e fazer presa a outra facção.

Para concluir, não há outro caminho para evitar esses males se não for pela realização de mudanças. Convenhamos definir que república estamos a falar ou a discutir as mudanças? De fato, o que é uma república? Tradicionalmente, a terminologia república refere-se a qualquer governo que se apoia nas leis e tem como meta a busca do bem comum. Feitas todas as considerações, percebemos com clareza que Maquiavel apresentou sua proposta para Florença como sendo republicana.

De outro lado, observamos um projeto republicano com todos os elementos ou traços de principado. Tudo isso tem uma explicação: fazer de tal maneira que os Senhores da cidade (O Papa e O cardeal, família Medici) pudessem manter o seu domínio enquanto viverem. Na sequência, temos algumas considerações ou análises sobre o fato do formato desta república. Ridolfi, em sua “*Biografia de Nicolau Maquiavel*” de 1992, p.210, escreve e declara que Maquiavel “precisamente por tratar de Florença em seu *Discurso* mais se ateu ao bem da pátria do que à aprovação do pontífice”. De outro lado, Pancera, na “*Introdução ao discurso sobre as formas de governo de Florença após a morte do jovem Lorenzo de Medici*”³¹⁷, (2010b, p. 135) se posiciona em defesa para explicar que aquela proposta foi a resposta necessária que Maquiavel encontrou para “enfrentar o fato de que os Medici, nas figuras do Papa e do cardeal, continuariam a ser senhores de Florença”.

Está certo que tanto Ridolfi quanto Pancera, cada um na sua posição, fizeram uma interpretação adequada de acordo com o seu ponto de vista. Encontramos nos dois

³¹⁷ O artigo de Pancera está em ADVERSE, Helton (org.) *Maquiavel: Diálogo sobre nossa língua e Discurso sobre as formas de governo de Florença*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

posicionamentos em relação ao bem público, quer dizer, interesse de Florença, o gesto de agradar a família Medici e evitar tumultos e instabilidade.

Parece-nos que a ideia de agradar aos Medicis foi a solução que Maquiavel encontrou para que um ordenamento republicano fosse dado à sua Florença e, ao mesmo tempo, satisfazer aos desejos dos últimos herdeiros da casa Medici, pois é nítida a situação de transitoriedade da monarquia (MAQUIAVEL, [DF 25] 2010, p. 75).

É importante que seja clara a observação de que Maquiavel pretende deixar através da aparência de principado uma república com participação popular conforme mencionamos acima. De fato, parece-nos que um regime com príncipe na direção do estado, inicialmente, teria sido visto por Maquiavel uma excelente oportunidade para Florença realizar belas reformas das suas instituições, tanto pensou ele, supostamente, que para criar ou manter uma república fosse necessário reduzir a república a um reinado “em se precisando criar ou manter¹⁷ uma [república], seria necessário, antes, reduzi-la ao estado régio do que ao estado popular” (MAQUIAVEL, [D I 18] 2007, p. 76), especialmente, se o grau de corrupção na cidade está avançado (MAQUIAVEL, [D I 9 e 17] 2007, p. 41 e 71). Logo, na tentativa de criação de uma república, Maquiavel prescreve um governo régio já com traços republicanos.

Consequentemente, um governo em que um só homem detém o primado pode ser uma república. Então, a proposta de Maquiavel está dentro do conceito da república, haja vista que o objetivo é a mudança nas leis e o restabelecimento das instituições para viver em paz e em harmonia em Florença, conquistando a estabilidade política, econômica e social tão sonhada por todos.

CONCLUSÃO GERAL

O tema desta tese trata da “República estável nos Discorsi de Maquiavel”.

Esta pesquisa me fez percorrer os capítulos alusivos à fundação da república ou das cidades-estados e, na sequência, veio o capítulo sobre a virtù e a fortuna, temas ligados à fundação e à estabilidade, considerando os atributos de fundador. Um fundador de república precisa ser um

homem de virtù que saiba aproveitar as oportunidades que a fortuna lhe oferece. Diante dos conflitos, que são inevitáveis na república, aqui é o capítulo III desta primeira parte do trabalho, revela-se a necessidade de reformas e a criação dos espaços para a participação popular, a elaboração das leis ou ordenamentos, para harmonizar os ânimos das facções antagônicas. Os humores contrários devem permitir encontrar soluções políticas para a estabilidade política. A religião dos pagãos foi um cimento para assegurar a eficácia das leis inspiradas por deuses através do legislador. Na segunda parte do trabalho, o olhar se voltou para os obstáculos e a estabilidade de estado, no caso, a corrupção em todos os sentidos. Da corrupção, foi analisada a corrupção do povo, dos ordenamentos e de todas as outras estruturas do estado. Um tema extremamente importante é o da liberdade o qual foi analisado com todo o cuidado, porque ela é consequência de boas leis que surgem nos confrontos dos humores contrários e é fundamental para o exercício da estabilidade republicana.

Para concluir, não há outro caminho para evitar todos os males se não for pela realização de mudanças, criação dos conselhos com a participação tanto dos grandes como do povo, ou a plebe. O capítulo que nomeamos de complementar, assim foi designado por ser um texto tirado fora dos Discursos, mas um texto de Maquiavel; e em segundo lugar, encontramos nele uma resposta a nossa pesquisa sobre a estabilidade da república sugerida por Maquiavel tratando do caso específico de Florença. Considero que esse capítulo veio nos assegurar alguns dispositivos práticos, legais ou jurídicos para que uma república seja considerada estável. De fato, o que é uma república? Tradicionalmente, a terminologia república refere-se a qualquer governo que se apoia nas leis e tem como meta a busca do bem comum. Feitas todas as considerações, percebemos nitidamente que Maquiavel apresentou sua proposta para Florença como sendo republicana. Também observamos um projeto republicano com todos os elementos ou traços de principado. É uma bela proposta para aquele tempo e no contexto da conjuntura política da época.

Esta pesquisa para a elaboração desta tese mostrou que a estabilidade da república leva em conta a virtù do fundador que é legislador. A capacidade de gerenciar os conflitos e fazer deles uma ocasião de encontrar solução para canalizar esses conflitos e criar leis que ajudem na estabilidade. A participação dos pequenos nos espaços de decisão e debates revela ser uma conquista que harmoniza as partes.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ADVERSE, H. *Política e retórica no humanismo do Renascimento. O que nos faz pensar*. nº. 27, 2010.
- ALMEIDA JÚNIOR, J. Benedito de. *Como ler Maquiavel: a arte da Política*, Ed. Paulus. São Paulo.
- ARANOVICH, P. Fontoura. *Poder e legitimidade em Maquiavel: como fazer um príncipe novo parecer antigo*. 1998. **Dissertação (Mestrado)** – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1998.
- ARISTÓTELES. *Política*. Tradução de Mario Kury, 3ª ed. UnB. 1997.
- ARON, H. *The crisis of the early Italian renaissance: civic humanism and republican liberty in an age of classicism and tyranny*. New Jersey: Princeton, 1966 (1955).
- BIGNOTTO, N. *Origens do republicanismo moderno*. Belo Horizonte: UFMG, 2001.
- BIGNOTTO, N. (Org.). *Matrizes do republicanismo moderno*. Belo Horizonte: Editoria UFMG, 2013.
- BOBBIO, N. *A teoria das formas de governo*. 10 ed. Brasília: UnB, 2001.
- CADONI, G. *Machiavelli: regno di Francia e “principato civile”*, 1974;
- De GRAZIA, S. *Maquiavel no Inferno*, tradução de Denise Bottman, São Paulo, Cia. das Letras, 1993.
- De Grazia, Sebastian. *Maquiavel no Inferno*, ed. Companhia das Letras, tradução de Denise Bottman, São Paulo, 1993.
- DE SOUSA, S. Martins. *Procópio de cesareia e a descrição dos líderes bárbaros na obra história das guerras*; in Revista “Hélade, Dossiê: *Etnicidade e as políticas das identidades nas sociedades antigas*”, V.3 n.2 de 2017, pág.41-58 ou em (<https://periodicos.uff.br/helade/article/view/10973>) acessado em 18 de Dezembro de 2022.
- DIONISOTTI, C. *Machiavellerie: storia e fortuna di Machiavelli*. Torino: Einaudi, 1980.
- ELDAR, D. *Glory and the boundaries of public morality in machiavelli's thought*. In: **History of Political Thought**. Vol. III, Num. 2, 1986
- ESPOSITO, R. *Ordine e Conflito: Machiavelli e la letteratura política del Rinascimento italiano*. Napoli: Liguori, 1984.
- FIGORILLI, M. C. *Machiavelli Moralista: ricerche su fonti, lessico e fortuna*. Napoli: Liguori, 2006.
- FORUNATO, M. J. *Revista Virinotio, revista online de Filosofia e ciências humanas nº. 18, Ano IX, out. /2014*.

- FROSINI, F. *Contingenza e verità della politica*: due studi su Machiavelli Roma, Ed. Kappa, 2001.
- GARIN, Eugenio (Org.) “*O Homem romano*”, In GARIN, E., *O Homem Renascentista*. Tradução Maria Jorge Vilar de Figueiredo Lisboa: Presença, 1991.
- GILBERT, F. *Machiavelli e Guicciardini: Pensiero politico e storiografia a Firenze nel Cinquecento*, tradução de Franco Salvatorelli, Torino, Einaudi, 1997.
- GILBERT, F. *Machiavelli e il suo tempo*, Bologna, Il Mulino, 1991.
- GILSON, E. *Les Métamorphoses de la Cité de Dieu*. Louvain/Paris: Publications Universitaires de Louvain/Librairie Philosophique J. Vrin, 1952.
- GUICCIARDINI, F. *Antimachiavelli, a cura di Gian Franco Berardi*, Roma, Riuniti, 1984.
- GUIDI, A. *Un Segretario Militante: politica, diplomazia e armi nel Cancelliere Machiavelli*. Bologna : Il Mulino, 2009.
- GUILLEMAIN, B. *Machiavel: l’anthropologie politique*. Genève: Droz, 1974.
- HELLER, A. *O Homem do Renascimento*. Tradução Conceição Jardim e Eduardo Nogueira. Lisboa: Presença, 1982.
- HELTON Adverse (Org.). *Maquiavel, Diálogo sobre nossa língua e Discurso sobre as formas de governo de Florença*. Belo Horizonte, MG: Editora UFMG, 2010.
- HORKHEIMER, Max. *Origens da Filosofia Burguesa da História*. Tradução Maria Margarida Morgado. Lisboa: Presença, 1984.
- HUIZINGA, J. *O Outono da Idade Média*. Tradução Francis Petra Janssen. São Paulo: CosacNaify, 2010.
- INGLESE, G. *Per Machiavelli: l’arte dello Stato, la cognizione delle Storie*. Roma: Carocci, 2007.
- KRISTELLER, P. O. *Studies in Renaissance Thought and Letters*, vol. I-IV, Rome: Edizioni di Storia e Letteratura, 1956-1996
- KRISTELLER, P. O. *Tradição Clássica e Pensamento no Renascimento Italiano*. Lisboa: Edições 70, 1995.
- LARAVAILLE, P. *La pensée politique de Machiavel, Les “Discours sur la Première Décade de Tite-Live*. Nancy: PUN, 1982;
- LARIVAILLE, P. *Nifo, Machiavelli, Principato civile*, Interpress, IX, Roma, 1989 [p. 150-195].
- LEFORT, Cl. *Le Travail de l’Oeuvre Machiavel*, Paris, Gallimard, 1986.
- MACHIAVELLI, N. *Opere. 4 vols*. Torino, UTET, 1986 e ss.
- MALLETT, M. *Mercenaries and their Masters Warfare in Renaissance Italy*. Penand Sword Books Limited. England, 2009 (1974 primeira publicação.)

- MAQUIAVEL, N., *Discursos sobre a primeira década de Tito Lívio*, tradução MF, revisão técnica: Patrícia Fontoura Aranovich, São Paulo, Martins Fontes, 2007.
- MAQUIAVEL. *A Arte da Guerra*. Tradução Jussara Simões. Rio de Janeiro: Elsevier, 2003.
- MAQUIAVEL. *A Mandrágora*. Tradução Mário Silva. S. Paulo: abril Cultural, 1976.
- MAQUIAVEL. *História de Florença*. 2ª edição. Tradução Nelson Canabarro. São Paulo: Musa, 1998.
- MAQUIAVEL. *História de Florença*. Tradução de Nelson Canabarro, São Paulo: Musa, 1994
- MAQUIAVEL, N. *Comentários sobre a Primeira década de Tito Livio*, edit. Martins
- MAQUIAVEL, N. *Discursus Florentinarum rerum in Política e Gestão Florentina*. Tradução Renato Ambrósio. Série Ciências Sociais na Administração. Departamento de Fundamentos Sociais e Jurídicos da Administração. FGV-EAESP. São Paulo: FSJ, 2010. (Edição Interna).
- MAQUIAVEL, N. *O Príncipe*. Editora, Jardim dos livros, tradução e revisão Ana Paula Pessoa, São Paulo, 2007,
- MAQUIAVEL. *O Príncipe e Escritos políticos*, os pensadores, Ed. Nova Cultural, 1999
- MAQUIAVEL. *O Príncipe*. In MAQUIAVEL. *O Príncipe; Escritos Políticos*. Tradução Lívio Xavier. 2ª edição. São Paulo: abril-Cultural, 1979. (Coleção “Os Pensadores”).
- MAQUIAVEL. *Política e Gestão Florentina*. Tradução Renato Ambrósio. Série Ciências Sociais na Administração. Departamento de Fundamentos Sociais e Jurídicos da Administração. FGV-EAESP. São Paulo: FSJ, 2010. (Edição Interna).
- MARTELLI, M. *Machiavelli e gli Storici Antichi*: osservazioni su alcuni luoghi dei Discursos sopra la Prima Deca di Tito Livio. Roma: Salerno, 1998.
- MARTINS, J. A. *Conflito Político e corrupção no livro I dos Discursos*. In: ADVERSE, Helton; PANCERA, Gabriel (orgs) *As Faces de Maquiavel: história, república, corrupção*. Belo Horizonte: Editora D’Plácido, 2019.
- MARTINS, J. A. *Os fundamentos da república e sua corrupção nos Discursos de Maquiavel*. Tese (Doutorado em Filosofia), USP, 2007. Disponível em: www.teses.usp.br/teses/.../TESE_JOSE_ANTONIO_MARTINS.pdf
- MARTINS, J. A. *Republicanism and Democracy*. Maringá: Eduem, 2010.
- MARTINS, M. P. *O Papel político do povo na proposta republicana de Maquiavel*, in “REVISTA ESPAÇO ACADÊMICO”, nº 147 de agosto de 2013, Maringá, Paraná.
- OTTO DE FRESING. *The deeds of Frederick Barbarossa*. New York: Columbia University Press, 1953 [Século XII].

- PANCERA, C. G. *Introdução ao discurso sobre as formas de governo de Florença após a morte do jovem Lorenzo de Medici*. In: ADVERSE, Helton (org.). **Maquiavel: Diálogo sobre nossa língua e Discurso sobre as formas de governo de Florença**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010a.
- POCOCK, J. *The Machiavellian Moment*: Florentine Political thought and the Atlantic Republican tradition. Princeton: Princeton University Press, 2003 [1975].
- POLÍBIOS. *História*. Seleção, tradução, introdução e notas de Mário da Gama Kury, 2ª edição, UnB, 1996, Brasília, DF
- RIDOLFI, R. *Biografia de Nicolau Maquiavel*. Trad. Nelson Canabarro. São Paulo: Musa Editora, 1992.
- RIDOLFI, Roberto. *Biografia de Nicolau Maquiavel*, ed. Musa, São Paulo, 2003
- RIDOLFI, R. *Vita di Niccolò Machiavelli*. 7ª edição. Firenze: Sansoni, 1978.
- SALGUEIRO, F. E. Z. *Caderno de Ética e Filosofia Política*. Vol. 40, 1º Semestre 2022.
- SANT'AGOSTINO. *L'Istruzione Cristiana. A cura di Manlio Simonetti*. Verona: Fondazione Lorenzo Valla/Mondadori, 1994.
- SASSO, G. *Studi su Machiavelli*. Napoli: Morano, 1967.
- SASSO, G. *Machiavelli e gli antichi e altri saggi*, 1987, tomo II [cap. VII: Principato civile e tirannide, p. 351-390 e cap. IX: Paralipomeni al “principato civile”, p. 511-540.]
- SCHIEFLER, E. A. C. *A Teoria das Formas de Governo* - Capítulo IV: Políbio. Portal Jurídico Investidura, Florianópolis/SC, 11 abr. 2014. <https://investidura.com.br/biblioteca-juridica/resumos/teoria-politica/318914-a-teoria-das-formas-de-governo-capitulo-iv-polibio>
- SCHMITT, C. *Aristote et la Renaissance*, Harvard University Press, 1992;
- SCHMITT, C. *Filosofia e scienza nel Rinascimento*, 2001.
- SCHWARCZ, Lilia M.; STRARLING, Heloisa M. (org.). *Introdução. In: Dicionário da República*. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.
- SEIGEL, J. E. 'Civic humanism' or Ciceronian rhetoric? *The culture of Petrarch and Bruni. Past & Present*, v. 34. n. 1, p. 3-48, 1966.
- SENNELLART, M. *As Artes de Governar: do regime medieval ao conceito de governo. Tradução Paulo Neves*. São Paulo: 34, 2006.
- SILVANO, G. *Vivere civile e Governo Misto* a Firenze nel primo Cinquecento. Bologna: Pàtron, 1985.
- SKINNER, Q. *As Fundações do Pensamento Político Moderno*. Tradução Renato Janine Ribeiro e Laura Teixeira Motta. S. Paulo: Cia. das Letras, 1996.
- SKINNER, Q. *Fundações do Pensamento político Moderno*. SP: Companhia das Letras, 1996.

- SKINNER, Q. *L'Italia del Quattrocento*: Economia e Società. Roma-Bari: Laterza, 1996.
- SKINNER, Q. *Les Formes de L'histoire*: essais de anthropologie politique. Paris: Folio France, 2000.
- SKINNER, Q. *Liberdade antes do liberalismo*. São Paulo: Editora UNESP, 1999.
- SKINNER, Q. *Machiavelli e gli Antichi e altri saggi*. Tomo I. Milano-Napoli: Riccardo Ricciardi, MCMLXXXVII.
- SKINNER, Q. *Machiavelli e gli Antichi e altri saggi*. Tomo II. Milano-Napoli: Riccardo Ricciardi, MCMLXXXVIII.
- SKINNER, Q. *Maquiavel entre repúblicas*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2010b.
- SKINNER, Q. *Niccolò Machiavelli*: Il pensiero político. Vol. I. Bologna: Il Mulino, 1993.
- STRAUSS, L. *Reflexões sobre maquiavel*. Editora: É Realizações, tradução e apresentação de Elcio Verçosa, 1.ed. São Paulo, 2015
- TARANTO, D. *Le Virtù della politica*: civismo e prudenza tra Machiavelli e gli Antichi. Napoli: Bibliopolis, 2003.
- TARANTO, D. *Machiavelli e Plutarco*. In *Il Pensiero Politico*. Anno XLII. N. 2. Firenze: Leo S. Olschki, 2009, pp. 167-197.
- TAYLOR, C.C.W. *Política* in: BARNES, J. (org) *Aristóteles*. São Paulo: Ideias&Letras, 2013
- TENENTI, A. *Florence à l'Époque des Medicis*. Paris : Flammarion, 1968.
- VALADIER, P. *Machiavel et la Fragilité du Politique*, ed. Seuil, Paris 1996
- VALVERDE, A. J. R. *Maquiavel: a natureza humana e o reino deste mundo*. In FALABRETTI, E., SGANZERLA, A. E VALVERDE, A. J. R. (Orgs.). *Natureza Humana e Condição Humanas em Movimento*: ensaios de antropologia filosófica. São Paulo: Paulus, 2011.
- VALVERDE, A. J. R. *A liberdade cívica no Livro I dos Discorsi de Maquiavel*, *Revista Hypnos*, ano 4, n. 5, 2º sem 1999, pp. 337-354,
- VALVERDE, A. J. R. *O problema da liberdade no primeiro livro dos Discursos de Maquiavel*. In: *Núcleo de Pesquisas e Publicações* (Série Relatórios de Pesquisa). Relatório de Pesquisa n. 08-1999 São Paulo, SP.
- VERNANT, J. P. *Mito e religião na Grécia Antiga*, Tradução de Joana Angelica d'Avila Melo ed. Martins Fontes, São Paulo, 2009,
- VERNANT, J. P. *Mito e pensamento*, ed. Paz & Terra, São Paulo, SP. 1990
- ZANZI, L., *Il Metodo del Machiavelli*, Bologna, Il Mulino, 2013.
- ZANZI, L. *I 'Segni' della Natura e I 'Paradigmi' della Storia*: Il Metodo del Machiavelli. Manduria: Lacaita